



**INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO
AMAZONAS**

CAMPUS MANAUS CENTRO

**PROGRAMA DE MESTRADO EM EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E
TECNOLÓGICA EM REDE NACIONAL**

DENISE TARGINO VILLAR

**MEMÓRIAS DO CAMPUS TABATINGA/IFAM: UMA DÉCADA DE PRESENÇA NA
REGIÃO DO ALTO SOLIMÕES.**

Manaus - AM

2023

DENISE TARGINO VILLAR

**MEMÓRIAS DO CAMPUS TABATINGA/IFAM: UMA DÉCADA DE PRESENÇA NA
REGIÃO DO ALTO SOLIMÕES.**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós graduação em Educação Profissional e Tecnológica, ofertado pelo Campus Manaus Centro do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas, como parte dos requisitos para a obtenção do título de Mestra em Educação Profissional e Tecnológica.

Orientadora: Prof. Dra. Ana Cláudia Ribeiro de Souza.

Manaus - AM

2023

Biblioteca Campus Manaus Centro

T185m Villar, Denise Targino.

Memórias do campus Tabatinga /IFAM: uma década de presença na região do alto Solimões / Denise Targino Villar. – Manaus, 2023.
185 p. : il. color.

Dissertação (Mestrado em Educação Profissional e Tecnológica). – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas, *Campus* Manaus Centro, 2023.

Orientadora: Profa. Dra. Ana Cláudia Ribeiro de Souza.

1. Ensino médio integrado. 2. Memórias. 3. Exposição fotográfica. I. Souza, Ana Cláudia Ribeiro de. (Orient.) II. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas. III. Título.

CDD 378.013



DENISE TARGINO VILLAR

MEMÓRIAS DO CAMPUS TABATINGA/IFAM: UMA DÉCADA DE PRESENÇA NA REGIÃO DO ALTO SOLIMÕES

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Educação Profissional e Tecnológica – ProfEPT, Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas – IFAM, *Campus* Manaus Centro, como requisito para obtenção do Título de Mestra em Educação Profissional e Tecnológica, sob orientação da Profa. Dra. Ana Cláudia Ribeiro de Souza.

Linha de Pesquisa: Organização e Memórias dos Espaços Pedagógicos em Educação Profissional e Tecnológica.

Aprovado em 27 de junho de 2023.

COMISSÃO EXAMINADORA

Profa. Dra. Ana Cláudia Ribeiro de Souza - Presidente/Orientadora
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas – PROFEPT-IFAM

Prof. Dr. José Cavalcante Lacerda Junior - Membro Titular Interno
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas - PROFEPT/IFAM

Profa. Dra. Evelyn Lauria Noronha – Membro Titular Externo
Universidade do Estado do Amazonas - UEA



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO AMAZONAS
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA, PÓS-GRADUAÇÃO E INOVAÇÃO
CAMPUS MANAUS CENTRO
DIRETORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
MESTRADO EM EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA EM REDE NACIONAL



DENISE TARGINO VILLAR

EXPOSIÇÃO FOTOGRÁFICA: O *CAMPUS* TABATINGA/IFAM E SUA PRESENÇA NA REGIÃO DO ALTO SOLIMÕES

Produto Educacional apresentado ao Programa de Pós-graduação em Educação Profissional e Tecnológica – ProfEPT, Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas – IFAM, *Campus* Manaus Centro, como requisito para obtenção do Título de Mestra em Educação Profissional e Tecnológica, sob orientação da Profa. Dra. Ana Cláudia Ribeiro de Souza.

Linha de Pesquisa: Organização e Memórias dos Espaços Pedagógicos em Educação Profissional e Tecnológica.

Validado em 27 de junho de 2023.

COMISSÃO EXAMINADORA

Profa. Dra. Ana Cláudia Ribeiro de Souza - Presidente/Orientadora
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas – PROFEPT-IFAM

Prof. Dr. José Cavalcante Lacerda Junior - Membro Titular Interno
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Amazonas - PROFEPT/IFAM

Profa. Dra. Evelyn Lauria Noronha – Membro Titular Externo
Universidade do Estado do Amazonas - UEA

Dedico este trabalho aos meus pais: Maria Bernardete dos Santos Silva e José Antônio Targino da Silva, ao meu esposo, Valter Luciano Gonçalves Villar e ao meu filho amado, Bernardo Targino Villar.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus, por ter iluminado as ideias para concluir este trabalho, com saúde e alegria no coração.

Aos meus pais, Maria Bernardete dos Santos Silva e José Antônio Targino da Silva, por todo incentivo, orações e aconchego de colo para conclusão deste trabalho.

Ao meu esposo amado, Valter Luciano Gonçalves Villar por cada conselho e por pensar em cada detalhe para que eu pudesse ter a paz e tranquilidade necessárias para desenvolver a pesquisa e escrita deste trabalho.

Ao meu filho tão desejado e esperado, Bernardo Targino Villar, minha alegria diária e cheia de sorrisos, inspiração para seguir em frente.

A todas as mulheres que cuidaram do meu filho para que eu pudesse ter paz e quietude na pesquisa e escrita deste trabalho, em especial, Josefa Soares, uma paraibana viajante que enfrenta os desafios com muita fé e Deus no coração.

Aos meus colegas do ProfEPT, turma 2021, em especial (Elano Meneses, Maria da Conceição, Adriana Gama e Keila Mota) que foram luz e alegria nas aulas remotas, nos momentos de solidão da pesquisa, por saber escutar as dúvidas, queixas e por emitir boas energias para que tudo se resolvesse. Vocês representam leveza no caminhar acadêmico.

Aos servidores do Campus Tabatinga/IFAM que participaram da pesquisa e foram solícitos e prestativos em partilhar suas memórias para que o estudo fluísse. Ao TAE, Vallery Bacellar, por sua excelência em recepcionar e apresentar o Campus Tabatinga a esta pesquisadora.

Ao Professor Paulo César, do Bora Aprender, que de forma leve, didática me auxiliou e foi conselheiro nesta jornada intensa do mestrado. Minha saúde mental agradece.

A Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Amazonas-FAPEAM, pelo apoio e investimento a este trabalho.

E para finalizar, agradeço a minha orientadora, Professora Dra. Ana Cláudia Ribeiro de Souza, fundamental e inspiradora para a conclusão desta pesquisa. Obrigada por cada orientação, sempre paciente, compreensiva e firme nas orientações.

Esta fonte é para uso de todos os sedentos. Toma a tua parte. Vem a estas páginas e não entraves seu uso aos que têm sede.

(CORALINA, 2018)

RESUMO

Esta pesquisa teve como objeto de estudo o Campus Tabatinga/IFAM, cujo objetivo foi descrever a história do Campus Tabatinga/IFAM por meio de fontes documentais, bibliográficas e das memórias dos docentes do Ensino Médio Integrado, entre o período de fundação do Campus Tabatinga na região da Tríplice Fronteira Amazônica (Brasil-Colômbia e Peru) em 2010 e quando o mesmo completou uma década de existência na região em 2020, num período muito específico da história , que foi o ano da Pandemia do Sars-CoV-2 que alterou tantas áreas e a educação foi uma delas com a implantação do ensino remoto emergencial e suas tecnologias. Dessa forma, se buscou compreender o conceito de formação humana integral que é um elemento central para a formação técnica e tecnológica. Para orientar na discussão dessa base conceitual, recorreremos a Freire (1996), Gadotti (2011), Ciavatta (2010) e Pacheco (2010). Na discussão envolvendo memória e história oral Thompson (2006) e Demartini (2006). Para analisar o questionário e entrevista que foram aplicados com os professores do ensino médio integrado, recorreremos à metodologia de Bardin (2006) na análise do conteúdo. Esperamos que a pesquisa tenha demonstrado a importância que o Campus Tabatinga/IFAM assume na região no âmbito educacional numa base de formação humana integral. Como produto educacional desta pesquisa foi criada uma exposição fotográfica com dez fotografias em tecido. Simbolicamente as fotografias representam cada ano de existência da instituição, além de outros elementos que se somam a exposição como uma réplica de um transporte típico da região, conhecido com Baleeira e uma tela em tecido com a imagem do Rio Solimões acrescido de um trecho de um poema da escritora e poeta indígena Márcia Kambeba. A exposição fotográfica teve como característica contribuir na divulgação da instituição junto à comunidade escolar e público em geral.

Palavras-chave: Campus Tabatinga. Memórias. Docentes. Ensino Médio Integrado. Exposição Fotográfica.

ABSTRACT

This research had as object of study the Tabatinga/IFAM Campus, whose objective was to describe the history of the Tabatinga/IFAM Campus through documentary and bibliographic sources and the memories of teachers of Integrated High School, between the founding period of the Tabatinga Campus in the Triple Amazonian Border region (Brazil-Colombia and Peru) in 2010 and when it completed a decade of existence in the region in 2020, a very specific period of history, which was the year of the Sars-CoV Pandemic -2 that changed so many areas and education was one of them with the implementation of emergency remote education and its technologies. In this way, we sought to understand the concept of integral human formation that is a central element for technical and technological education. To guide the discussion of this conceptual basis, we resorted to Freire (1996), Gadotti (2011), Ciavatta (2010) and Pacheco (2010). In the discussion involving memory and oral history Thompson (2006) and Demartini (2006). To analyze the questionnaire and interview that were applied with the teachers of integrated high school, we resorted to the methodology of Bardin (2006) for content analysis. We hope that the research has demonstrated the importance that the Tabatinga/IFAM Campus assumes in the region in the educational field on the basis of integral human formation. As an educational product of this research, a photographic exhibition was created with ten photographs on fabric. The photographs symbolically represent each year of existence of the institution, besides other elements that add to the exhibition such as a replica of a typical transport of the region, known as Baleeira and a fabric canvas with the image of the Solimões River plus an excerpt of a poem by the writer and indigenous poet Márcia Kambeba. The photographic exhibition had the characteristic of contributing to the institution's publicity among the school community and the general public.

Keywords: Tabatinga Campus. Memories. Teachers, Integrated High School, Photographic Exhibition.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: A Nomenclatura da Rede Federal	21
Figura 2: Organograma do CTBT	31

LISTA DE TABELAS

Tabela 1- Categorias Geradoras.....	38
Tabela 2 - Diretores-Gerais do CTBT/IFAM.....	50
Tabela 3 - Classes da Carreira de Magistério Superior.....	57

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Titulação dos Docentes do CTBT	58
Gráfico 2 - Perfil dos participantes da avaliação do produto Educacional.....	109
Gráfico 3 - Conhecimento sobre a história do CTBT antes da exposição fotográfica	110

LISTA DE IMAGENS

Imagem 1- Primeira sede de funcionamento do Campus Tabatinga/IFAM	41
Imagem 2- Rua Santos Dumont. via de acesso ao Campus Tabatinga/IFAM.....	45
Imagem 3- Folder do Projeto de Extensão do CTBT -Produção de Máscaras e geração de renda	77
Imagem 4-Área do CTBT em 2020 com a Ocupação Irregular	90
Imagem 5-Avanço da ocupação Irregular na Area do CTBT	90
Imagem 6-Participantes do Fórum IFAM/Campus Tabatinga frente as adversidades da sociedade contemporânea	94
Imagem 7 -Estudantes do Campus Tabatinga e a Exposição Fotográfica.....	106
Imagem 8-Público da I Mostra Pedagógica de Tabatinga e o Produto Educacional	107

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABIN	Agência Brasileira de Inteligência
AV	Avaliador
CCPDOC	Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea
CEFET	Centros Federais de Educação Tecnológica
CEP	Comitê de Ética em Pesquisa
CERU	Centro de Estudos Rurais Urbano
CETAM	Centro de Educação Tecnológica do Amazonas
CPT	Comissão Pastoral da Terra
CTBT	Campus Tabatinga
EBTT	Educação Básica Técnica e Tecnológica
EJA	Educação de Jovens e Adultos
EMI	Ensino Médio Integrado
EPT	Educação Profissional e Tecnológica
ERE	Ensino Remoto Emergencial
FIOCRUZ	Fundação Oswaldo Cruz
IBAMA	Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IFAM	Instituto Federal do Amazonas
IFs	Institutos Federais
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
LDB	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
MEC	Ministério da Educação
PAC	Programa de Aceleração do Crescimento

PARFOR	Plano Nacional de Formação de Professores da Educação Básica
ProfEPT	Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional e Tecnológica
SEDUC/AM	Secretaria de Estado de Educação e Desporto do Amazonas
SEMAN/PR	Secretaria de Meio Ambiente da Presidência da República
SIVA	Sistema de Vigilância da Amazônia
TAE	Técnico Administrativo em Educação
TCLE	Termo de Consentimento Livre Esclarecido
UAB	Universidade Aberta do Brasil

SUMÁRIO

Introdução	12
1 Fundamentação Teórica	17
1.1 A formação humana integral e os Institutos Federais	17
1.1.1 Memórias, Lugar de Memória e História Oral: Vozes que emergem.....	25
1.1.2 A cidade de Tabatinga e o Instituto Federal do Amazonas	30
2 METODOLOGIA	32
2.1 Caracterização do Tipo de Pesquisa	32
2.2 Participantes da pesquisa	34
2.3 Critérios Éticos	35
2.4 Metodologia para Análise de dados	35
3 RESULTADOS E DISCUSSÃO	36
3.1 A chegada do Campus Tabatinga/IFAM	39
3.2 Uma identidade em construção do Campus Tabatinga/IFAM	46
3.3 O Proeja Indígena e as memórias que marcam	54
3.4 O Campus Tabatinga /IFAM que estimula a formação docente	57
3.5 Uma formação diferenciada do Campus Tabatinga/IFAM.....	63
3.6 Uma década na região do Alto Solimões e dois desafios marcantes	69
3.6.1 Docência e pandemia no CTBT num cenário de internet deficitária: adequações necessárias	69
3.7 A Ocupação do terreno do Campus Tabatinga/IFAM.....	79
3.8 A importância do Campus Tabatinga na região do Alto Solimões na visão dos docentes do Ensino Médio Integrado	98
4 O PRODUTO EDUCACIONAL	102

4.1 A construção e divulgação da Exposição Fotográfica do Campus Tabatinga/IFAM	102
4.2 Avaliação do Produto Educacional	109
CONCLUSÃO	114
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	117
ANEXOS	129
APÊNDICES	163

INTRODUÇÃO

Os Institutos Federais de Educação Ciência e Tecnologia foram criados por meio da Lei nº 11.892 de 29 de dezembro de 2008, na gestão do governo de Luiz Inácio Lula da Silva. A referida lei destaca que a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica faz parte do Ministério da Educação e é composta pelas seguintes instituições: Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, Universidade Tecnológica Federal do Paraná – UTFPR, Centros Federais de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca - CEFET-RJ e de Minas Gerais-CEFET-MG, Escolas Técnicas Vinculadas às Universidades Federais e o Colégio Pedro II.

Numa retrospectiva sobre a nomenclatura da Educação Profissional no nosso país, possuiu seis terminologias: Escolas de Aprendizes e Artífices (1909), Liceus Profissionais (1937), Escolas Industriais e Técnicas (1942), Escolas Técnicas (1959), Centros Federais de Educação Tecnológica (CEFETs) e atualmente Instituto Federal de Educação e Tecnologia (2008).

Os Institutos Federais são considerados uma revolução na educação profissional, pois segundo Pacheco (2010), a educação é como elemento transformador da sociedade. A própria lei 11892/2008 no seu artigo 6º apresenta uma das finalidades dessa instituição:

Ofertar educação profissional e tecnológica, em todos os seus níveis e modalidades, formando e qualificando cidadãos com vistas na atuação profissional nos diversos setores da economia, com ênfase no desenvolvimento socioeconômico local, regional e nacional (BRASIL, 2008).

O aluno que ingressa nos Institutos Federais para cursar o ensino médio integrado, pode prosseguir sua formação realizando graduação, especialização, mestrado e doutorado. E para os docentes da EPT é desafiador tal característica, porque permite atuar em várias frentes do ensino, logo enriquecendo sua formação e prática pedagógica.

Desta forma, esta pesquisa no seu primeiro capítulo apresenta alguns conceitos sobre formação humana integral por meio de Freire (1996), Gadotti (2011) e autores da EPT como Ciavatta (2010) e Pacheco (2010). A formação humana integral é uma das características dos Institutos Federais, colaborando para o rompimento da dualidade tão expressiva na nossa sociedade, o ensino diferenciado,

restando a população mais carente uma formação técnica para o mercado de trabalho. Outro ponto abordado foi como se deu a construção do projeto dos Institutos Federais e sua expansão, bem como os desafios que ainda enfrentam, em especial nos últimos seis anos.

Após o recorte histórico dos IFs, apresentamos num segundo momento o conceito de memória, em especial das memórias no universo escolar, cenário da nossa pesquisa. Na visão de Demartini (2006, p. 103) a memória assume uma importância singular por:

Desvendar as marcas e os significados da inclusão e exclusão neste cenário escolar privilegiado pela memória. É tarefa instigante e necessária para a escrita da história da escola e para atuação dos educadores nos dias atuais.

Singular, porque vem à tona muitas vezes que não apareciam para contar a história da escola, os professores e os alunos. Assim, são as chamadas vozes ocultas que Thompson (2006) destacou. As vozes que podem trazer informações valiosas que muitas vezes as legislações e decretos não alcançam. Estes sujeitos apresentam suas memórias individuais, mas que estão imersas numa coletividade. Então a história oral é uma grande aliada deste processo destas vozes marginalizadas e que agora adquirem uma visibilidade e poder de escuta extraordinário.

A história oral apresenta esta mescla de subjetividade com a objetividade e um poder de adaptação aos novos tempos tecnológicos. Já dizia Freitas (2006), a história oral é feita pelas pessoas. Por sua vez, de acordo com Thompson (2006), a palavra quando expressada alcança mais do que quando escrevemos. Então em vários rituais do cotidiano, a oralidade se firma, não perdendo sua importância como por exemplo a explicação de uma aula por um professor, um batismo ou uma missa celebrada. E com o auxílio da tecnologia, tais rituais podem ser vistos por qualquer pessoa com acesso a internet.

Ainda neste primeiro capítulo situamos sobre a cidade de Tabatinga, que faz parte da Mesorregião do Alto Solimões localizada na região norte do Brasil e que congrega incluindo Tabatinga mais oito municípios: Amaturá, Atalaia do Norte, Benjamin Constant, Fonte Boa Jutai, Santo Antônio do Içá, São Paulo de Olivença e Tonantins (IBGE, 2021).

E é na cidade de Tabatinga que se encontra o Campus Tabatinga que foi inaugurado em 2010. Fruto do processo do plano de expansão iniciado que tinha como

objetivo construir IFs em localidades do interior e áreas periféricas para que a população tivesse acesso ao ensino sem precisar se deslocar para as capitais.

Um Campus com uma singularidade de alunado, visto que está numa fronteira tríplice, em sua sala de aula tem alunos indígenas como Kambebas, Kokamas, Ticunas, alunos ribeirinhos, alunos peruanos e colombianos, uma verdadeira miscelânea e riqueza cultural que os docentes do ensino médio do referido campus possuem.

O segundo capítulo trata da metodologia empregada para a pesquisa, com uma abordagem qualitativa (Minayo, 2009), uso de fontes bibliográficas, documentais, pesquisa de campo, aplicação de questionários e realização de entrevistas. Os autores Gil (2002), Marconi e Lakatos (2003), Ludke e André (2020) colaboraram neste momento, assim como a análise de conteúdo de Laurence Bardin (2016).

O terceiro capítulo aborda os resultados e discussões, onde foram descritas e interpretadas as categorias geradas na aplicação do questionário e entrevistas dos dez docentes do ensino Médio Integrado, participantes da pesquisa. O resultado depois de transcritas as entrevistas, junto com os questionários, geraram oito categorias, as quais Moraes (1999) menciona que a descrição, sendo o momento de comunicação da pesquisa e a interpretação é o aprofundamento do que se revela pelos conteúdos. Sendo assim, as categorias que surgiram foram: A chegada do CTBT, Uma identidade em construção do Campus Tabatinga/IFAM, O PROEJA indígena e as memórias que marcam, O Campus Tabatinga /IFAM que estimula a formação docente, Uma formação diferenciada do Campus Tabatinga/IFAM, Docência e pandemia no CTBT num cenário de internet deficitária: adequações necessárias, A Ocupação do terreno do Campus Tabatinga/IFAM e A importância do Campus Tabatinga na região do Alto Solimões na visão dos docentes do Ensino Médio Integrado.

O quarto capítulo se refere ao produto educacional, onde foi definido o conceito do mesmo, as cinco etapas como propostas por Rizzatti *et al.* (2020). O produto educacional resultado da pesquisa foi uma exposição fotográfica intitulada: O Campus Tabatinga/IFAM e sua presença na região do Alto Solimões.

Para construção do produto educacional, os docentes do ensino médio integrado disponibilizaram fotos que para eles eram significativas na descrição da história do

Campus Tabatinga nos dez anos que a pesquisa contempla (2010 a 2020). As fotografias foram confeccionadas em telas em tecido considerando os aspectos de praticidade, volume, acessibilidade e adequação aos cenários da região. São cinco telas contendo duas fotográficas em cada uma delas, além disso conta ainda com uma réplica de um transporte típico da região, denominado “Baleeira”. Foi incorporado à exposição por representar muitos alunos que se deslocam diariamente para assistir aula na instituição, bem como divulgação do CTBT em outras cidades por seus servidores. Conta ainda com um banner com as descrições dos elementos da exposição. Uma sexta tela também faz parte, é a imagem do Rio Solimões e na centralidade da tela consta um trecho de um poema de uma artista local, chamada Márcia Kambeba, poeta, escritora e ativista dos direitos dos povos indígenas.

São descritos ainda neste quarto capítulo os dois momentos da exposição com o seu público. O primeiro momento ocorreu no Campus Tabatinga, onde a comunidade escolar pôde prestigiar e avaliar o produto educacional. O segundo momento ocorreu na I Mostra de Práticas Pedagógicas de Tabatinga que aconteceu no Centro de Educação de Tempo Integral-CETI, evento organizado pela Coordenadoria Regional de Educação. Neste evento os professores das escolas da cidade de Tabatinga puderam socializar para o público o que produziram no ano de 2022.

Após os dois momentos do Produto Educacional com o público mencionado acima, foram realizadas as análises dos questionários. Foram aplicados questionário com os participantes contendo cinco questões: Anterior a Exposição fotográfica você já conhecia a história do Campus Tabatinga/IFAM? Você conseguiu conhecer um pouco mais da história do Campus Tabatinga /IFAM por meio da exposição fotográfica? A estrutura da exposição fotográfica favoreceu sua compreensão sobre as ações desenvolvidas pelo Campus Tabatinga/IFAM? O aspecto visual, as imagens, a disposição das informações sobre o Campus Tabatinga /IFAM são relevantes? Este Produto Educacional é relevante na divulgação da história do Campus Tabatinga/IFAM e sua importância na região do Alto Solimões? Por quê? E as análises demonstraram que o Produto Educacional colaborou para a compreensão do público sobre a história do CTBT e sua importância na região do Alto Solimões.

Esta pesquisa está interligada à linha de pesquisa 2 Organização e Memórias de Espaços Pedagógicos na Educação Profissional e Tecnológica e centrou-se no macroprojeto 4, intitulado "História e memórias no contexto da EPT".

Diante dessa conjuntura, a pesquisa em cena se constituiu a partir do seguinte problema: Qual a importância que o Instituto Federal do Amazonas tem na cidade de Tabatinga? E a partir dessa questão surgiram outros questionamentos: quais mudanças foram ocasionadas com sua atuação no âmbito educacional nesta década de existência na região? Como seus docentes do ensino médio integrado percebem a importância do Campus Tabatinga/IFAM na região e na sua vida profissional? Que ações foram desenvolvidas por seus docentes que colaboraram para uma formação humana integral na sua prática em sala de aula?

A pesquisa teve como objetivo geral descrever a história do Campus Tabatinga/IFAM por meio de fontes documentais, bibliográficas e das memórias dos docentes do Ensino Médio Integrado. Quanto aos objetivos específicos foram os seguintes:

- Compreender a importância do Campus Tabatinga/IFAM na região do Alto Solimões.
- Averiguar a percepção dos docentes sobre a importância desse Instituto na região e na sua vida profissional por meio das memórias dos mesmos como fonte de pesquisa na construção da história do Campus.
- Verificar as ações pedagógicas desenvolvidas pelos docentes do Ensino Médio Integrado que perpassam pela formação humana integral no Campus Tabatinga /IFAM.
- Elaborar uma exposição fotográfica da história do Campus Tabatinga /IFAM contribuindo para a divulgação da instituição junto à comunidade escolar e público em geral.

Com o que foi exposto até aqui, é possível haver espaços para que outros pesquisadores e pesquisadoras possam dar continuidade ao estudo das memórias do Campus Tabatinga/IFAM.

1 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

A Educação Profissional e Tecnológica possui alguns fundamentos que alicerçam o seu fazer. Entre elas, podemos encontrar a formação humana integral e para isso recorreremos a Paulo Freire e Moacir Gadotti, assim como os pensadores que discorrem sobre formação humana integral na Educação Profissional Tecnológica-EPT. Com relação aos conceitos de memória e história oral contaremos com a colaboração de Thompson (2006) e Demartini (2006) discutindo sobre os referidos conceitos.

1.1 A formação humana integral e os Institutos Federais

A formação humana integral se relaciona com o desenvolvimento do ser humano em seus vários aspectos, como o aspecto físico, emocional, mental e isso repercute na forma como atuamos no mundo. É uma formação que é dialógica e tem como base o respeito pela opinião do outro. É pautada na essência de ser uma educação que transforma, pois somos seres em constante transformação, logo aprendemos por toda a vida. A formação humana integral conclama o ser humano para não ser passivo diante das injustiças ou de toda forma de violência. Assim, é uma educação que procura demonstrar que podemos intervir no mundo e não apenas se comportar como ser passivo e sim como ser transformador da nossa realidade.

Dentro dessa conjuntura, a escola pode e deve auxiliar nesse processo de uma formação integral quando se abre para o diálogo, quando o professor tem uma postura de enxergar seu aluno como protagonista do processo. Dessa forma, se dando conta que quando o seu aluno adentra a escola, tem muitas experiências consigo que somadas aos conteúdos, as disciplinas ministradas, adquirem contexto, adquirem significado tanto para o aluno como para o professor. Ou seja, é a leitura de mundo entrelaçada com a leitura da palavra, com o ensino. Os dois se moldam nesta formação, o aluno que se percebe protagonista da sua aprendizagem e o professor porque reflete sobre suas práticas. É a re-forma que Freire (1996, p.13) demonstra quando diz:

Embora diferentes entre si, quem forma se forma e reforma ao formar e quem é formado forma -se e forma ao ser formado. É neste sentido que ensinar não é transferir conhecimentos, conteúdos nem formar é ação pela qual um sujeito criador dá forma, estilo ou alma a um corpo indeciso e acomodado. Não há docência sem discência, as duas se explicam e seus sujeitos, apesar

das diferenças que os conotam, não se reduzem à condição de objeto, um do outro.

E essa formação acontece em tantos espaços que estamos inseridos, que fazemos parte, experiências diversas que moldam nossa existência, nossa forma de lidar com o outro, com o planeta, que possibilita tomada de consciência de quem somos e nosso papel na sociedade, como Gadotti (2009, p. 21-22) menciona:

Como nos educamos ao longo de toda a vida, não podemos separar um tempo em que nos educamos e um tempo em que não estamos nos educando. Como nos educamos o tempo todo, falar em educação de tempo integral é uma redundância. A educação se dá em tempo integral, na escola, na família, na rua, em todos os turnos, de manhã, de tarde, de noite, no cotidiano de todas as nossas experiências e vivências. O tempo de aprender é aqui e agora. Sempre.

Concordando com o autor acima, a formação humana integral nos chama para aprender, para melhorar o agora e colaborar para um mundo possível e com mais justiça social, mais inclusivo, menos desigual e para isso acontecer de fato segundo Freire (1996, p.23) a construção perpassa pela harmonia e amabilidade onde as pessoas se sintam mais confiantes e autênticas nas expressões das suas ideias e envolve o aspecto da solidariedade englobando o social e político colaborando desta maneira para uma sociedade alicerçada na democracia.

Em se tratando da Educação Profissional Tecnológica, a formação humana integral também passa pela solidariedade social e por uma consciência de interrupção de um contexto, de uma marca excludente, que atinge a muitos no país, os pobres principalmente, que tem seu direito à educação negado, surrupiado ou ofertado com o intuito de atender a um mercado. A formação humana integral pode colaborar para mudanças deste cenário. Assim, a formação humana integral na visão de Pacheco (2012, p. 58) está relacionada com o rompimento do dualismo imposto ao ser humano quando separa o modo de fazer do conhecimento, quando na verdade ambos conhecimentos se completam.

Recorrendo a Ciavatta (2008), é apresentado o que seria uma formação integrada quando menciona que educação geral é inerente à educação profissional, pressuposto não específico apenas do ensino básico, mas que segue até o ensino superior e o aprendiz leva para sua vida. A pesquisadora Ciavatta (2008) acrescenta ainda que a formação integrada sugere tornar íntegro, inteiro, o ser

humano dividido pela divisão social do trabalho entre a ação de executar e a ação de pensar, dirigir ou planejar.

A formação humana integral é um dos princípios dos Institutos Federais como bem evoca Pacheco (2010) uma formação profissional mais abrangente e flexível, com menos ênfase na formação para ofícios e mais na compreensão do mundo do trabalho e em uma participação qualitativamente superior neste.

Esse trabalho deve ser compreendido como algo que leva o ser humano ao progresso, que proporciona um salto no conhecimento. Por meio do trabalho que transformamos e recriamos a natureza, por sua vez, a ciência e a tecnologia contribuem nesse processo. (FRIGOTTO; CIAVATTA; RAMOS, 2005).

Os pesquisadores acima fazem questão de ressaltar que não se trata da ideia de emprego e sim trabalho. Neste caso a exposição é referente a ontologia do trabalho quando Frigotto; Ciavatta; Ramos (2005) explicam que o trabalho é entendido como um processo que permeia todas as esferas da vida humana e constitui a sua especificidade. Por isso mesmo não se reduz à atividade laboral ou emprego.

Somos seres com variadas necessidades e por meio do trabalho conseguimos satisfazê-las, todavia essa ação é intrínseca a todo ser humano, daí ser o trabalho princípio educativo, bem como ser um dever e um direito. O que não podemos ver como inalterados e devemos reagir às relações sociais abusivas e de alienação do mesmo (FRIGOTTO; CIAVATTA; RAMOS, 2005).

Essas discussões devem ocorrer na escola, o trabalho como princípio educativo deve nortear a educação básica. No nosso caso, destaque para a última etapa da educação básica, explicitado na Lei de Diretrizes e Bases -LDB 9394/96, no seu artigo 35º e é mencionado por Carneiro (2012, p. 283) quando diz que:

Esta escola deve oferecer condições para a preparação básica, para o trabalho, deve também preocupar-se com o trabalhador estudante, assim que lhe seja oferecido acesso a conteúdos contextualizados, assegurando -se relações concretas e consequentemente entre conhecimento e contexto”.

E essa preparação para o mundo do trabalho perpassa pelas características ontológicas e históricas explicitadas pelo trio de pesquisadores. Na educação integral dos alunos temos a junção da formação geral e da formação específica em um projeto

unitário como aludido por Frigotto; Ciavatta; Ramos (2005, p.19). Nesta formação estão presentes o conhecimento, a ciência e a cultura.

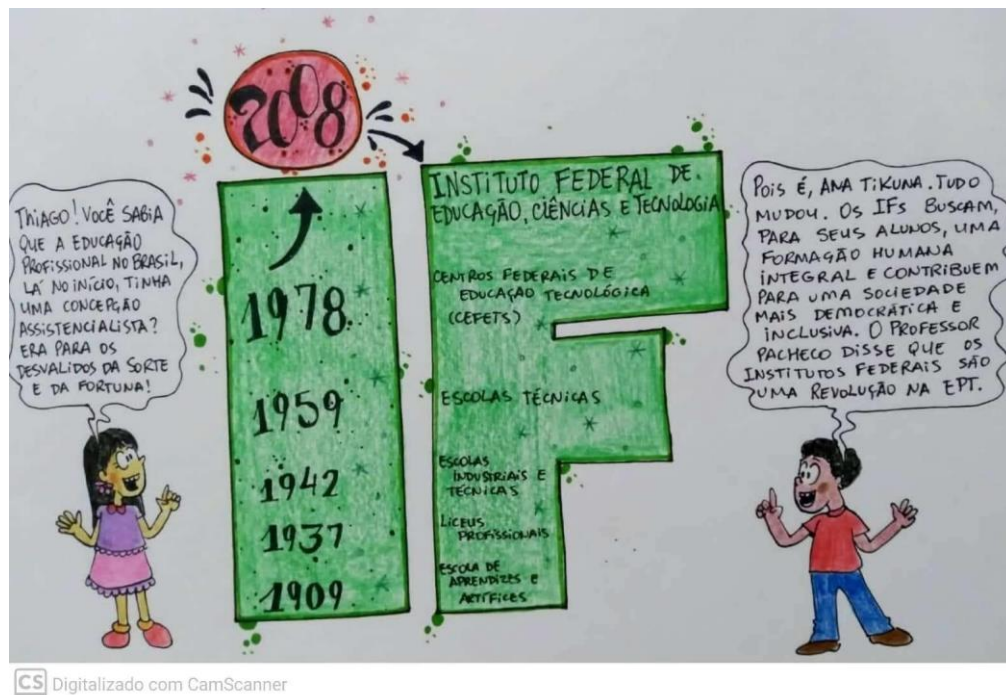
E em se tratando da história dos Institutos Federais para se discutir uma formação integral alicerçada numa postura de educação profissional tecnológica, a caminhada foi espinhosa na busca desta construção, pois a Rede Federal passou por várias legislações excludentes na metade dos anos 90, que contribuiu para ampliar ainda mais as desigualdades educacionais. As mudanças e melhorias na Rede Federal foram percebidas nos anos 2000 que culminou com a criação dos Institutos Federais.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) nº 9394/1996 no seu artigo 39 faz menção a Educação Profissional e Tecnológica quando menciona que a mesma se integra a diferentes níveis e modalidades da educação e suas dimensões abrangem o trabalho, a ciência e a tecnologia. Todavia, Carneiro (2012, p.319) lembra que a educação profissional sempre foi mencionada nas legislações referente ao ensino desde os anos 40, e a formação diferenciada, era uma constante no nosso país, onde se tinha uma educação para a classe rica e uma educação para a classe pobre como exposto a seguir:

Desde a década de 40, com a implantação dos ensinos industrial, comercial e agrícola, entre 1942 e 1946, o tema vai desfilando na legislação. Ao longo desse período, foi se alterando sua compreensão, substância real e legal. Às dissimetrias na distribuição do conhecimento. Ou seja, aceitava-se uma educação de elite com qualidade acadêmica e teor propedêutico e uma educação, na verdade, uma subeducação para os menos aquinhoados. A escola rápida, sem qualquer qualidade, era complementada pelas Corporações de Ofícios. Na aurora da República, com os primeiros ímpetus da industrialização, surgiram as Escolas de Aprendiz e Artífices, precisamente em 1909.

Carneiro (2012) menciona ainda que 1959, por meio do Decreto 47.038 se implantou a Rede Federal de Ensino Técnico e as Escolas Técnicas Federais. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação (Lei 4.024/61) apresentou o ensino profissional com um aspecto educativo, proporcionando uma equivalência entre os cursos técnicos e cursos secundários.

Figura 1: A Nomenclatura da Rede Federal



Fonte: Adaptado de Pacheco (2010)

Uma legislação nociva marcante para a Rede Federal foi o Decreto nº 2.208/97 e a Portaria nº 646/97, a oferta da educação profissional seria concomitante ou sequencial e separada do ensino médio. Tais medidas de acordo com Militão (2013, p.101) mediocrizaram a formação profissional, proporcionando uma formação instrumental e separada do saber e do fazer.

No ano seguinte, mais outro ataque a educação profissional, com possibilidade remotas de implantação de novos Centros Federais de Educação Tecnológica e expansão, tolhida no governo de Fernando Henrique Cardoso, desta vez por meio da lei nº 9649 de 27 de maio de 1998 no seu artigo 47, inciso 5º que diz:

A expansão da oferta de educação profissional, mediante a criação de novas unidades de ensino por parte da União, somente poderá ocorrer em parceria com Estados, Municípios, Distrito Federal, setor produtivo ou organizações não-governamentais, que serão responsáveis pela manutenção e gestão dos novos estabelecimentos de ensino (BRASIL, 1998).

Neste sentido, Militão (2013, p.96-97) destaca que a política implementada para a Educação Profissional na gestão neoliberal dos anos 90 era de precarização, tendo

em vista que por meio das parcerias que o governo propunha, colaborava para o descompromisso do Estado em investir nas instituições educacionais públicas. Assim como colocava em risco a autonomia da gestão administrativa das mesmas e limitava a liberdade didático-pedagógica, já que a educação tecnológica seria submetida aos interesses dos setores privados. Outros pontos levantados pela autora foram as concepções de educação alinhadas com as características de treinamento, de pouca qualidade, direcionada para o mercado de trabalho e fins de instrução com ênfase na separação do ensino técnico e do ensino propedêutico. Em suma, manter uma dualização da educação no Brasil.

O novo tempo para a Educação Profissional chegou no governo de Luiz Inácio Lula da Silva, por meio da Portaria MEC nº 2.736/2003 e do Decreto nº 5154/2004, onde o trabalho como princípio educativo e educação e prática passou a ser indissociável, a educação profissional articulada com o ensino médio e essa articulação seria por via integrada, concomitante e subsequente.

Em 2005, outro salto para a educação profissional com a Lei nº 11.195, de 18 de novembro de 2005 que revogou a proibição estabelecida da criação de novas instituições profissionais federais e daí se seguiu o plano de expansão da rede federal de educação profissional no Brasil. O plano seguiu três fases (I, II e III). Na fase I estava previsto construir instituições de educação profissional em estados que não a possuíam como Acre, Amapá, Mato Grosso do Sul e Distrito Federal, assim como em áreas periféricas das cidades e interior.

Como resultado, a expansão e interiorização¹o das instituições federais de EPT partiu, em 2006, de um total de 144 unidades. Chegou em 2018, a 659 unidades em todo o país, das quais 643 já se encontram em funcionamento. Isto representou a construção de mais de 500 novas unidades, quantitativo maior do que o previsto nas três fases (que totalizava 400 novas unidades).

No final de 2008 é instituída por meio da Lei nº 11.892/2008 a criação dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, defendida por Pacheco (2010, p. 16) como uma verdadeira revolução por ser uma proposta avançada que tem a educação como centralidade e propulsora de mudanças reais na vida das pessoas, possibilitando vicissitudes concretas que não compactuam com visões ultrapassadas e conservadoras em relação à sociedade. Comungando com as propostas do novo

¹ Expansão da Rede Federal - Ministério da Educação (mec.gov.br)

governo, os Institutos Federais de acordo com a lei 11892/2008 no seu artigo 6º, tem como uma das suas finalidades o acesso a EPT englobando todos os níveis e modalidade de ensino, possibilitado ao sujeito atuar em vários setores da economia com foco no desenvolvimento social e econômico abrangendo do aspecto local ao nacional. Entretanto, a dualidade que envolve o ensino no Brasil ainda é forte, mas é preciso mudar este cenário lembrado por Libâneo (2012, p. 16) onde conhecimento e acesso as tecnologias estariam nas escolas da elite e para os filhos dos pobres restariam escolas com caráter social e assistencial.

Os Institutos Federais demonstram romper com essa divisão quando possibilita ao jovem iniciar sua formação desde o ensino básico (Ensino Médio Integrado) e dar continuidade por meio de uma graduação até chegar no doutorado, ou seja, toda uma trajetória de estudos, pautada numa formação humana integral como esclarecido por Ciavatta (2008, p. 2):

Trata-se de superar a redução da preparação para o trabalho ao seu aspecto operacional, simplificado, escoimado dos conhecimentos que estão na sua gênese científico tecnológica e na sua apropriação histórico-social. Como formação humana, o que se busca é garantir ao adolescente, ao jovem e ao adulto trabalhador o direito a uma formação completa para a leitura do mundo e para a atuação como cidadão pertencente a um país, integrado dignamente à sua sociedade política. Formação que, neste sentido, supõe a compreensão das relações sociais subjacentes a todos os fenômenos.

A caminhada para um tempo de mudanças foi dada e expandida com os Institutos Federais que trouxeram esperança nos rincões desprovidos de uma educação de qualidade que tem como foco uma formação humana integral proporcionando um ensino integrado e subsequente. Mas, com a destituição do governo da Presidenta Dilma Rousseff, em 2016, um novo cenário passou a valer. No governo do Michel Temer uma preocupação se instalou junto aos Institutos Federais e funcionalismo público de um modo geral, a Emenda Constitucional nº 95/2016 conhecida como PEC do teto ou PEC da morte, pois limitou os investimentos públicos por um período de 20 anos, acrescida ainda da reforma do ensino médio com a Lei Nº 13.415 de 16 de fevereiro de 2017, vista por Kuenzer (2017, p. 336) como uma lei que exclui aquele aluno que precisa trabalhar:

Finalmente, a crítica que se faz à extensão da carga horária, que inviabiliza o acesso ao ensino médio aos jovens que trabalham; por um lado, permanece na escola por sete horas, com qualidade, é seu direito, contudo, considerável parcela da população jovem trabalha contribuindo de forma indispensável

para a sobrevivência familiar, o que não é compatível com a permanência na escola por tempo integral.

O ensino médio representa a finalização de um ciclo da educação básica e o adolescente ou adulto jovem pode optar em prosseguir seus estudos buscando um curso superior, curso tecnológico, cursos profissionalizantes ou nenhuma dessas opções, enfim, o ensino médio segundo Moura (2014, p. 13) está caracterizado por cinco perfis de jovens:

O primeiro concentra uma pequena parte da população que ocupa posição privilegiada na hierarquia socioeconômica, estuda na escola privada cuja ação é centrada em aprovar seus alunos nos cursos mais bem reconhecidos das melhores universidades públicas, reduzindo a concepção da formação humana a uma única dimensão, a continuidade de estudos. Outro grupo, muito pequeno, ingressa na rede federal de EP e tem uma formação direcionada ao prosseguimento de estudos e a uma formação profissional que permite atuar em atividades complexas dentre as profissões de nível médio. O terceiro grupo, que também é pequeno, estuda nas redes estaduais em cursos que, a exemplo dos da rede federal, articulam o ensino médio e cursos técnicos, mas, em geral, as condições de funcionamento são diferenciadas para menos em relação aos anteriores, de modo que, na prática, normalmente, constitui-se em uma segunda categoria de formação profissionalizante. O quarto grupo – a absoluta maioria de jovens pobres – está nas redes públicas, principalmente estaduais, no EM propedêutico que nem reproduz o academicismo da rede privada nem proporciona a formação profissional. O quinto grupo, constitui-se por milhões de jovens e adultos pobres que sequer estão matriculados em alguma rede.

E Moura (2014) reforça que o Ensino Médio não dialoga com o mundo do trabalho nem proporciona aos estudantes acesso aos mais variados conhecimentos que corrobora para os processos produtores atuais. E os Institutos Federais diante dessa diversidade de jovens que adentram seus espaços todos os anos, buscam proporcionar uma educação omnilateral e politécnica para que os mesmos se percebam sujeitos protagonistas do processo e agentes transformadores da realidade que estão inseridos. Mas, todo este trabalho requer planejamento, mudanças de mentalidade, tempo de estudo com qualidade e diálogos entre teoria e prática.

1.1.1 Memórias, Lugar de Memória e História Oral: Vozes que emergem

Para além do que foi mencionado sobre a formação humana integral ela pode avivar-se à medida que concebemos as vivências dos sujeitos. Essa escuta reverbera memórias, fatos, vivências que produzem no sujeito não somente pertencimento como autonomia de construir suas percepções. Daí a importante de escutar suas histórias repletas de vivências, guardadas nos discos rígidos de seus notebooks e celulares

que podem ter os arquivos apagados ou corrompidos pelos vírus que circulam neste universo virtual e assim muitas memórias, fotografias e áudios podem se perder e deixar de colaborar como fonte em tantas pesquisas acadêmicas. E em se tratando da educação no nosso país que é tão dual e diferenciada as memórias tendem a colaborar na discussão

As memórias são importantíssimas porque revelam esse cenário escolar envolto na exclusão e trazem à tona a fala de grupos que antes se encontravam à margem do processo escolar e evidencia ainda os privilégios de outros mais abastados. Nessa direção Demartini (2006, p. 103) nos fala da importância que a memória assume nesse contexto da educação, pois possibilita compreender as linhas fronteiriças que destacam a inclusão e exclusão na educação. Por meio da memória é possível ter esta colaboração na construção da história da escola e atuação de seus agentes educacionais, os professores.

Demartini (2006) lembra ainda que a escola se faz presente nas lembranças do brasileiro, todavia em se tratando da memória da educação escolar, já não é abrangente e reforça ainda que as vozes dos docentes, discentes e gestores começaram a aparecer nas pesquisas que tratam da educação escolar.

Buscando esclarecer o que vem a ser memória e que relação mantém com a história, Nora (1993) vê a memória e a história como categorias distintas, avessas e complementa quando diz que “a memória é um fenômeno sempre atual, um elo vivido, no eterno presente, a história uma representação do passado”.

Por sua vez, Nunes (2003, p.140) faz uso da expressão “tensão” para se referir a diferença de ambas “ora as aproxima, ora a distancia como território em que as fronteiras ora se diluem, ora se apresentam como nitidez”. São questões distintas e uma precisa da outra é o que Nora (1993, p.24) aponta como uma mistura “é a memória que dita e a história que escreve”.

A memória ainda é constituída de dois elementos que Pollak (1992) destaca, ela é individual e coletiva porque estão presentes pessoas, o que vivemos seja na forma individual ou com outras pessoas, os lugares que compõem nossas lembranças e ainda a seletividade que é marcante na memória. Inclusive, Nora (1993, p. 9) já havia reforçado essa marca que a memória carrega em si, o não lembrar: “A memória é a vida, sempre carregada por grupos vivos e, nesse sentido, ela está em permanente

evolução, aberta à dialética da lembrança e do esquecimento”. Na visão de Thompson (2006), a memória é como tudo que retemos na mente em decorrência das nossas experiências. O autor de forma metafórica no diz que a memória “é um acervo de situações marcantes”.

E em se tratando da educação, muitas situações marcantes podem ser vistas e trazidas à tona por meio das memórias. No nosso país, a educação apresenta uma especificidade que Demartini (2006) ressalta, a dualidade do nosso ensino quando diz que a história da escola no Brasil foi moldada com características diferenciadas, além do lento processo de criação e expansão, as escolas que se instituíram não são para todos. A própria história da educação profissional no nosso país demonstra isso: esse caráter dual. Essa história pode ser contada, testemunhada por grupos antes excluídos e por meio das políticas públicas agora se fazem presentes no anseio por um futuro melhor, são as chamadas “vozes ocultas” que Thompson (2006, p.24) exemplifica como “as mulheres, os destituídos, os analfabetos, as minorias étnicas, os imigrantes de lugares diversos, todos esses são mal documentados”. Todavia a história oral pode auxiliar neste processo de escuta e visibilidade desses grupos.

Alguns pesquisadores utilizam o termo “dilema” para tentar definir História Oral, a pesquisadora Freitas (2006, p. 44) nos diz que a “história oral é uma história construída em torno de pessoas”. O grande cientista social Thompson (1992, p. 45) esclarece que a “História Oral” é tão antiga quanto a própria história, já que ela foi a “primeira espécie de história”.

De acordo com Freitas (1996, p. 14-15), foi na Universidade da Columbia por meio do professor Allan Nevis, com seu Projeto The Oral History, que de forma sistematizada a história oral ganhou projeção no ano de 1948. Passadas quase duas décadas que seu destaque se deu nos Estados Unidos por meio da Oral History Association (OHA), através da sua publicação anual Oral History Review e rapidamente a história oral passou a ser estudada em várias Universidades daquele país.

A história oral está hoje consolidada em diversos países, além dos EUA, Grã-Bretanha, Itália, Alemanha, Canadá, França; faz parte do currículo escolar nos diferentes níveis de aprendizagem, e cursos sobre o método e teoria são oferecidos regularmente até por Universidades tidas como “conservadoras” como as de Columbia e Oxford.

Na Inglaterra nos anos 60, em especial na Universidade de Essex, a história oral se tornou modelo a ser seguido, pois os pesquisadores na época fizeram uso de depoimentos de seus moradores para estudar o período da história inglesa recente, já que os documentos consultados não respondiam as lacunas que apareciam, destaque para Paul Thompson que fazia parte da equipe de estudiosos do período. Os estudos e sistematização do trabalho desenvolvido na Essex passaram a influenciar historiadores orais de outros países.

E no Brasil onde a história oral se fez presente? De acordo com Freitas (1996), a região sudeste e sul no início dos anos 70 se destacou por meio do seguintes órgãos que desenvolveram propostas envolvendo a história oral: Museu da Imagem e do Som, Museu do Arquivo Histórico da Universidade Estadual de Londrina (Paraná), Laboratório de História Oral a Universidade de Santa Catarina, O Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC), Fundação Getúlio Vargas, Centro de Estudos Rurais Urbano (CERU) da Universidade de São Paulo e as pesquisas de Ecléa Bosi - Memória e Sociedade: Lembranças de Velhos(1979).

A pesquisadora Freitas (2006, p.18) chama a atenção para as discussões em torno da história oral no cenário acadêmico, na tentativa de encaixar em técnica, método ou procedimento. A autora percebeu a história oral como um “método de pesquisa que utiliza a técnica de entrevista e outros procedimentos articulados entre si”. E acrescenta ainda, outra particularidade, a multidisciplinaridade, pois a história oral pode ser usada por qualquer disciplina das ciências humanas bem como extrapolando os espaços museológicos e se ambientando em instituições escolares, nos meios de comunicação, no diálogo com diversos públicos.

A história oral possui uma força dupla, como salienta Thompson (2006), por que a subjetividade e a objetividade fazem parte dela. Por meio da história oral é possível ter um outro olhar sobre as experiências pretéritas. Para exemplificar tal pensamento, tomemos como exemplo um episódio da visita do governador José Bernardino Lindoso a região do Alto Solimões nos anos 80. O mesmo passaria pelo Marco, nome atribuído a Tabatinga no período. Nesta época também se discutia a divisão do território do Amazonas e a criação de municípios, Tabatinga seria um desses novos municípios. O governador apenas passaria pelo local, visitaria a Vila Militar e seguiria rumo a Benjamin Constant que era a cidade destaque do período.

Por sua vez, o povo sabendo da chegada da autoridade máxima do Estado, o aguardou, convidando-o a conhecer a realidade da cidade.

Insistimos e o governador aceitou o desafio, subiu numa camionete e nos dirigimos pela Avenida da Amizade que só era lamaçal, visitamos as escolas Pedro Teixeira e Marechal Rondon, fomos até o mercado chamado de feira pelos moradores, construído em mutirão e ao mercado do peixe, construído pelos pescadores. O veículo que transportava o governador ainda atolou duas vezes (ATAÍDE, 2020, p.199-200).

Percebemos no relato rico de detalhes do pesquisador citado acima, a força de mobilização daquele povo da região que padecia com os problemas estruturais da cidade e que não queria que sua voz fosse mediada pelos políticos ou militares locais. Queriam e conseguiram fazer com que o governador visse com “seus próprios olhos”, os problemas que eles enfrentavam diariamente e percebesse o atravanco que o Estado mantinha com o povo “distanciamento que se transforma em mordança para silenciar a base mais humilde de uma sociedade, uma autoridade de governo ouviu nossa voz por vários anos abafada” (ATAÍDE, 2020, p. 200).

O evento descrito expressa o que Freitas (2006, p. 44) expõe, a história oral corrobora para os despossuídos de recursos conquistarem dignidade e confiança ou ainda como enfatizado por Thompson (1996, p.22) “história oral não é necessariamente um instrumento de mudança, isso depende do espírito com que seja utilizado”. Poderia ser mais uma visita de um governador a uma localidade do interior, mas o povo fez com que sua estadia fosse única e marcante.

Uma outra característica que podemos frisar na história oral é a sua adaptação, ela não perdeu espaço mesmo com a invenção da imprensa ou com a era digital, pelo contrário. Ela segue presente em ações do nosso cotidiano como na contação de história, numa explicação do professor sobre determinado conteúdo a seu aluno, nos rituais religiosos. Inclusive Thompson (2006, p.18) menciona o poder que a palavra possui, quando expressamos o que sentimos, mas do que quando escrevemos, o falar dos sentimentos, o expressar as emoções envolve mais o ser humano.

E quando pensamos nesse momento de meios audiovisuais e de internet, a oralidade assumiu outro contexto em especial entre pessoas de regiões geográficas diferentes. A título de exemplo, por meio dos testemunhos e relatos podemos saber quais os desafios que os docentes que trabalham na Tríplice Fronteira Amazônica

(Brasil-Colômbia e Peru) enfrentam na sua prática pedagógica, tendo em sua sala de aula uma diversidade de alunos indígenas, Kambebas, Kokamas, Ticunas e tantos outros, acrescidos ainda dos estudantes de comunidades ribeirinhas, dos peruanos e colombianos. Tais relatos podem cruzar as fronteiras mediadas pela tecnologia. É o que enfatiza Barbosa (2016, p. 37) quando colabora com a seguinte informação:

Tamanha é a diversidade de raças, etnias e de culturas da região da Tríplice Fronteira, o que reflete em todos os setores e relações, sociais e institucionais. Similarmente, a educação fronteiriça também recebe reflexos dessa diversidade.

Então a “História Oral”, juntamente com a tecnologia, somada ainda às narrativas mediadas pelas entrevistas, são elementos primordiais na construção de uma pesquisa, em especial no campo educacional. Algo que Demartini (2006, p.103) salienta “porque muitas vezes os professores têm em seu acervo documentos escritos e imagens que não estão contemplados ou estão ocultos na organização estrutural do calendário escolar”.

Desta forma, buscamos também as memórias imagéticas dos docentes do Ensino Médio Integrado e verificamos por meio delas as experiências didáticas que foram preservadas e quão importantes e necessárias foram na construção desse profissional docente e na sua formação assim como na construção da história do Campus Tabatinga.

As memórias sobre educação são fundamentais na formação dos educadores, pois permitem a discussão da atuação dos professores a partir de uma perspectiva histórica que possibilita o esclarecimento de questões atuais, assim como fornecem elementos para melhor conhecimento do desenvolvimento da profissão docente e de sua identidade. Também permitem a reflexão sobre a própria experiência de vida e de trabalho, o exercício da comparação através das diferentes memórias, dos vários professores, sobre as práticas pedagógicas (DEMARTINI, 2006, p.108).

As instituições escolares são locais onde passamos boa parte do nosso tempo desde a infância e início da vida adulta. Nestes espaços muitos rituais são realizados como a ida a escola, os horários das aulas, as conversas no corredor, o momento do café na sala dos professores e tantos outros que fazem parte do nosso imaginário quando pensamos na escola. As instituições escolares são lugares de memória com sua materialidade, por meios dos vários rituais, das suas simbologias, da afetividade

nas relações assim como dos seus conflitos, como dizia Nora (1993) é lugar de memória se a imaginação o investe de uma aura simbólica.

1.1.2 A cidade de Tabatinga e o Instituto Federal do Amazonas

A mesorregião do Alto Solimões está localizada na região norte do Brasil e congrega 9 municípios: Amaturá, Atalaia do Norte, Benjamin Constant, Fonte Boa Jutaí, Santo Antônio do Içá, São Paulo de Olivença, Tabatinga e Tonantins (IBGE,2021).

A cidade de Tabatinga completou em 2023, 40 anos de emancipação. Foi por meio da Emenda Constitucional nº 12 de 10 de dezembro de 1981 que o município foi criado e sua emancipação ocorreu em 1º de fevereiro de 1983, se desmembrando da cidade de Benjamin Constant como descrito a seguir:

Enfim chegou o dia 1º de fevereiro de 1983, o dia normal como outro qualquer, a noite às 20:00 H no salão do Clube Tropical, as pessoas procuravam se acomodar nos tamboretos existentes, para assistirem em Sessão Solene a posse de nossos primeiros vereadores e conseqüente instalação ou emancipação do município. A mesa de honra estava composta por autoridades locais e de Leticia. Fazia-se presente o prefeito de Benjamin Constant, o Sr. João Corrêa de Oliveira, conhecido como “João Português”. O município estava emancipado, conquistávamos nossa plena autonomia administrativa e política (ATAÍDE, 2020, p. 211)

O nome Tabatinga ou Taguatinga como os indígenas Omágua chamavam, significa **barro branco**, “apesar de não se encontrar nos relatos portugueses, este nome encontra-se mencionado pelos missionários jesuítas espanhóis de Quito” (ATAÍDE, 2020, p. 24).

A cidade possui uma população de 68.502, o prefeito atual é o senhor Saul Nunes Bemerguy (IBGE, 2021). Atividade como comércio e serviços, além da pesca e agricultura são destaques deste município. A cidade de Tabatinga se evidencia no Alto Solimões, pois agrupa vários órgãos em seu território como instituições bancárias como Bradesco, Caixa Econômica e Banco do Brasil, a Subunidade da Agência Brasileira de Inteligência (ABIN), a Universidade Estadual do Amazonas, Faculdades particulares como a Fametro e o Instituto Federal do Amazonas (IFAM).

Pela infraestrutura aeroportuária; por ser sede do CFSOL - Comando de Fronteira do Solimões e da Delegacia da Capitania dos Portos; por sediar as mais importantes instituições administrativas estaduais e federais; por concentrar as principais agências creditícias da região e por sediar a Diocese

A estrutura predial conta com estacionamento, guarita de segurança, recepção, um auditório, um mini auditório, doze salas de aula, sala dos professores, secretarias, refeitório, biblioteca, gabinete do diretor, banheiros, nove laboratórios, um ginásio poliesportivo, uma piscina semiolímpica, copa, além de unidades educacionais de produção.

Em relação às Unidades de Conservação Educacional que são espaços externos à sala de aula, são nelas que ocorrem as aulas práticas dos discentes. O Campus Tabatinga /IFAM possui: viveiro de mudas, unidade de criação de aves caipiras, casa de vegetação, unidade de plantas medicinais e hortaliças alternativa, unidade de meliponicultura, unidade de compostagem, unidade de criação de aves de postura, unidade de fruticultura (banana, citros e açaí, unidade de criação de ovinos, unidade de criação de peixes e quelônios.

2 METODOLOGIA

Essa seção descreve os procedimentos, as fontes que foram utilizadas para construção da metodologia da dissertação, assim como o caminho percorrido para as análises dos dados que foram coletados e analisados.

2.1 Caracterização do Tipo de Pesquisa

A pesquisa versa numa trajetória de abordagem qualitativa, ou seja, como esclarecido por Minayo (2009, p. 21) “responde a questões muito particulares, trabalha com o universo dos significados, dos motivos, das aspirações, das crenças, dos valores e das atitudes”. Já Demartini (2006) destaca que as metodologias qualitativas colaboram para rebentar com o modo costumeiro de pesquisa e há uma maior proximidade do pesquisador com as pessoas ou grupos pesquisados.

O método utilizado foi o fenomenológico tendo em vista o olhar dos entrevistados, suas vivências no cenário da Instituição que realizam suas atividades: “A fenomenologia é o estudo das essências; e todos os problemas, segundo ela, tornam a definir essências: a essência da percepção, a essência da consciência” (TRIVIÑOS, 1987, p. 41).

Recorremos a pesquisa documental, pesquisa bibliográfica e de campo para abarcar nossa investigação. Para contribuir na importância de cada característica do

trabalho, utilizamos Gil (2002, p.45) que aponta que “a pesquisa documental se vale de materiais que não recebem ainda um tratamento analítico, ou que ainda podem ser reelaborados de acordo com os objetos da pesquisa”. Os pesquisadores Ludke e André (2020, p. 45) chamam nossa atenção para o poder que os documentos apresentam: “os documentos constituem também uma fonte poderosa de onde podem ser retiradas evidências que fundamentam afirmações e declarações do pesquisador”.

Em se tratando da pesquisa bibliográfica, ela não vai reproduzir o que já foi falado ou dito por outros, mas colaborar no enriquecimento da investigação a partir do prisma do pesquisador, seguindo essa lógica Marconi e Lakatos (2003, p. 183) reforçam que a finalidade é “colocar o pesquisador em contato direto com tudo o que foi escrito, dito ou filmado sobre determinado assunto, inclusive conferências seguidas de debates que tenham sido transcritos por alguma forma, quer publicadas, quer gravadas”.

Pensando no local que investigamos que é o Campus Tabatinga/IFAM, a pesquisa de campo foi primordial por que colaborou para uma interação entre o pesquisador e os sujeitos envolvidos no estudo, é como Minayo (2009, p. 61) enfatiza:

O trabalho de campo permite a aproximação do pesquisador da realidade sobre a qual formulou uma pergunta, mas também estabelece uma interação com os “atores” que conformam a realidade, e assim constrói um conhecimento empírico, importantíssimo para quem faz pesquisa social.

Outra característica da nossa pesquisa foram as entrevistas, um meio para obter informações junto aos sujeitos professores pesquisados do Campus Tabatinga/IFAM, ela como bem aponta Ludke e André (2020, p. 39) “permite a captação imediata e corrente da informação desejada praticamente com qualquer tipo de informante e sobre mais variados tópicos.”

As entrevistas com os professores participantes ocorreram de forma individual em local sugerido pelo entrevistado, com horário marcado. Teve perguntas norteadoras onde o participante pôde nas suas memórias contar como foi a implantação do Campus Tabatinga/IFAM na região do Alto Solimões e revelar detalhes da história desse Campus, assim como sua relação com o mesmo. Nessa direção, Santos (2018, p. 42) esclarece que “a Entrevista Narrativa se apresenta como

o método mais adequado, visto que tem a possibilidade de o entrevistado expressar suas percepções e sentimentos de forma livre e sem interrupção”.

O aparelho celular pessoal da pesquisadora com o aplicativo My Recorder foi utilizado para as entrevistas, facilitando assim as transcrições dos relatos com prévia autorização do entrevistado. Cada participante recebeu uma cópia do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) e tiveram ciência do que se tratava a pesquisa, com seus riscos e benefícios.

A entrevista ocorreu de forma presencial, com duração de até 30 minutos. Não foi possível utilizar a ferramenta Google Meet, pois a internet na região é instável. As medidas de distanciamento social foram mantidas e a utilização de máscara e álcool em geral se fizeram presentes. Nesta lógica das entrevistas que envolve pesquisador e pesquisado Sellani (2015, p. 216) esclarece sobre as ressignificações promovidas:

Consiste em um caminhar por entre as histórias vividas por pessoas no contexto da Educação. Ao contar e recontar essas histórias, sujeitos de pesquisa e pesquisadores vão ressignificando-se, tornando-as mais suas, ao mesmo tempo em que as tornam públicas e, dessa forma, maiores! A pesquisa narrativa é, sobretudo, um modo de encarar e vivenciar a Educação. É a maneira de dar voz aos sujeitos e a si próprio. É a maneira de criar novas e promissoras histórias a partir daquelas que são circundadas, contadas e recontadas.

Outro meio de colaboração na pesquisa foi o questionário definido por Gil (2002, p.114-115) como a “técnica que envolve duas pessoas numa situação 'face a face' e em que uma delas formula questões e a outra responde’. As questões foram abertas permitindo que o participante descrevesse a respeito do que foi perguntado de forma mais detalhada.

2.2 Participantes da pesquisa

Os participantes da pesquisa foram os professores efetivos que atuam no Ensino Médio Integrado, com o mínimo de 5 anos de docência do Campus Tabatinga/IFAM. Compreendemos que as narrativas dos professores têm muito a somar na construção da história desse Campus, pois os docentes nos seus espaços de atuação podem trazer informações preciosas e relevantes desta década de existência do Instituto, por meio de suas aulas, dos projetos desenvolvidos, com seu modo de ver e dialogar com a comunidade escolar que fazem parte. Neste sentido,

conseguimos dez professores participantes, pelo critério de efetivo exercício na docência nos últimos cinco anos no CTBT.

2.3 Critérios Éticos

Como toda pesquisa e que envolve seres humanos a mesma passou pelo Comitê de Ética que são:

Os CEP são colegiados interdisciplinares e independentes, de relevância pública, de caráter consultivo, deliberativo e educativo, criados para defender os interesses dos participantes da pesquisa em sua integridade e dignidade e para contribuir no desenvolvimento da pesquisa dentro de padrões éticos” (RESOLUÇÃO CNS n.º 466/12, VII.2).

A pesquisa foi submetida ao Comitê de Ética, CAAE 5 6830622.3.0000.8119, Número do Parecer: 5.378.593 e aprovada em 29 de abril de 2022.

2.4 Metodologia para Análise de dados

O trabalho seguiu a metodologia, análise de conteúdo definida por Bardin (2016, p. 125) como:

A análise de conteúdo é um conjunto de técnicas de análise das comunicações. Não se trata de um instrumento, mas de um leque de apetrechos; ou com maior rigor, será um único instrumento, mas marcado por uma grande disparidade de formas e adaptável a um campo de aplicação muito vasto, as documentações.

Neste sentido, a metodologia se debruça pelas fases de pré análise, exploração do material e tratamento dos resultados e interpretações. Na **Pré-Análise**, é o momento, segundo Bardin (2016, p.125-131), de organizar o material, de atentar para a escolha dos documentos, pensar nas hipóteses, assim como nos objetivos e indicadores da pesquisa. O passo seguinte é a **exploração do material** que se refere as estratégias usadas seja de forma manual ou executada pelo computador.

O último passo é o **tratamento dos resultados e interpretação** “tratados de maneira a serem significativos e válidos, permitem estabelecer quadros de resultados, diagramas, figuras e modelos, os quais condensam e põem em relevo as informações fornecidas pela análise” (BARDIN ,2016, p. 131).

Para Moraes (1999, p.4) a análise de conteúdo passa por um processo que se constitui em cinco etapas: Preparação das informações; Unitarização ou

transformação do conteúdo em unidades; - Categorização ou classificação das unidades em categorias; Descrição; Interpretação. A seguir como se deu a construção das categorias.

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Nesta etapa, dez docentes do ensino Médio Integrado participaram da entrevista bem como do preenchimento do questionário. Como buscamos descrever a história dos Campus Tabatinga /IFAM. Para isso contamos com a participação de dez docentes do Ensino Médio Integrado e assim com base nas informações relatadas por eles foi possível compreender como se deu a implantação do Campus Tabatinga na região do Alto Solimões.

Entre os meses de junho a setembro de 2022, realizamos a coleta dos dados, pois em virtude das demandas dos participantes fomos adequando os horários e remarcando os encontros de acordo com a agenda e compromisso dos servidores participantes. Alguns preferiram que o questionário fosse entregue pessoalmente por conta da internet deficitária na região, a devolutiva seguiu o mesmo percurso, exceção de três participantes que enviaram por e-mail e dois pela ferramenta WhatsApp. As entrevistas ocorreram todas no Campus Tabatinga, nos intervalos de aula e reuniões dos docentes.

Entre um intervalo de uma entrevista e outra, a pesquisadora realizava as transcrições e seguia com as leituras e fichamentos, bem como organizando documentos, como relatórios, legislações referentes ao CTBT para posteriormente compor a escrita da dissertação.

Em relação à entrevista, foram realizadas quatro questões norteadoras para os participantes: Como foi a chegada do Instituto Federal do Amazonas/Campus Tabatinga na região? Que obstáculos encontraram (enfrentaram) para sua consolidação? Nas suas memórias, que momentos marcantes você destaca na história do Campus Tabatinga nos últimos dez anos? E na sua atuação profissional no Campus Tabatinga, recorda de situações marcantes, desafiadoras nas suas vivências educacionais? Relembra alguma pessoa em especial, algum objeto, fotografia que possa compartilhar conosco que marcou seu momento como profissional dentro da instituição?

E com relação ao questionário foram nove perguntas lançadas para os participantes, dentre elas:

- Para você o que significa ser professor numa Instituição educacional localizada na tríplice fronteira (Brasil, Colômbia e Peru)?
- Quais vantagens e desafios você destaca nas suas vivências em sala de aula no Campus Tabatinga?
- Na sua percepção, o Campus Tabatinga assume qual importância na cidade de Tabatinga? Como você percebe essa importância? Alguma situação que você recorda que evidencia isso?
- Quais mudanças históricas o Campus Tabatinga passou nesses últimos dez anos que você pode lembrar? Seja a nível de estrutura física, de trabalhadores da educação, cursos ofertados etc.
- Você conhece algum projeto do Campus Tabatinga, referente a memória institucional? Sabe de algum projeto de colegas professores que envolve o tema “memória”?
- Como você vivencia com seus alunos em sala de aula a “formação humana integral” proposta pelas Bases conceituais da Educação Profissional e Tecnológica? Poderia exemplificar com algumas ações realizadas no Campus Tabatinga?
- Na pandemia do Sars-CoV-2 em 2020, quais foram seus maiores desafios enfrentados no contexto com seus alunos e suas práticas pedagógicas? Algum momento marcante neste contexto que você vivenciou como profissional?
- Quais os pontos positivos e negativos sobre a forma que o Campus Tabatinga lidou com a questão da pandemia em 2020 com seus alunos e professores?
- Que medidas foram tomadas no Campus Tabatinga para se adequar ao momento vivido tão particular a nível educacional em 2020 durante a Pandemia do Sars-CoV- 2?

O interessante desta etapa é que quando transcritos os relatos dos docentes e comparado com o questionário, percebemos que muitas informações ditas na

entrevista se repetiam nas respostas do questionário. Desta maneira, as respostas dos dez professores do Ensino Médio Integrado do CTBT, quando agrupadas resultaram em oito categorias:

Tabela 1- Categorias Geradoras

1- A chegada do Campus Tabatinga/IFAM
2- Uma identidade em construção do Campus Tabatinga/IFAM
3- O PROEJA indígena e as memórias que marcam
4- O Campus Tabatinga /IFAM que estimula a formação docente
5- Uma formação diferenciada do Campus Tabatinga/IFAM
6- Docência e pandemia no Campus Tabatinga/IFAM num cenário de internet deficitária: adequações necessárias
7- A Ocupação do terreno do Campus Tabatinga/IFAM
8- A importância do Campus Tabatinga na região do Alto Solimões na visão dos docentes do Ensino Médio Integrado.

Fonte: Villar, 2022.

Segundo Moraes (1999, p.6), as categorias se comportam como uma operação de classificação dos elementos de uma mensagem que seguem determinados preceitos, onde o pesquisador tem que obedecer a algumas características como categorias exaustivas e homogêneas, seguidas por uma classificação exclusiva e consistente.

Assim, ainda seguindo o pensamento de Moraes (1999, p. 8-9) finalizamos com as descrições e interpretações das categorias que surgiram a partir dos relatos dos docentes do Ensino Médio Integrado do CTBT. Para o autor, a descrição é o primeiro instante deste processo de comunicação da consequência da pesquisa realizada e por sua vez a interpretação é o momento que o pesquisador “atinge uma compreensão mais aprofundada do conteúdo das mensagens através da inferência e interpretação”. A seguir as oito categorias mencionadas pelos participantes desta pesquisa com suas descrições e interpretações:

3.1 A chegada do Campus Tabatinga/IFAM

Quando pensamos na implantação do Campus Tabatinga percebemos alguns desafios que enfrentaram na região do Alto Solimões, acrescentemos ainda que a construção dessa história se deu muito antes, inclusive alvo de disputa entre as cidades de Tabatinga e Benjamin Constant:

Teve a questão política, foi para Câmara, para o prefeito e a briga era entre Tabatinga e Benjamin Constant. O Joel que era prefeito da época, Joel Santos Faleiro, ele deu maior apoio ao instituto aqui e cedeu esta área onde está situado (DOCENTE 3).

Complementando a narrativa do docente acima, outros elementos se juntam a esta história quando verificamos que o Campus Tabatinga funcionou em outro espaço até a consolidação da sua estrutura predial e chegada dos novos servidores, pois até então a prefeitura de Tabatinga colaborou fornecendo mão de obra docente para o desenvolvimento das aulas, além do apoio e incentivo da Diocese, conforme mencionado, pelos docentes entrevistados:

Na época era no prédio da Diocese, na Coronel Berg. E esse prédio comportava os professores que tavam chegando. O IFAM já estava atuando numa escola, chamada Escola Municipal Francisca Mendes e esta escola estava atuando com docentes em parceria com o IFAM e a prefeitura. Nas disciplinas que eram da base nacional comum, então as disciplinas de português, matemática, biologia, química, história, geografia, sociologia. Da BNC era ministrado pelas professoras da rede municipal, que estavam colaborando com o instituto. Quando assumimos, nós começamos a incorporar os professores da área técnica, no meu caso como eu sou licenciado em ciências agrárias e fui aprovado no concurso para professor de agricultura, comecei a atuar ainda na escola, na escola Francisca Mendes, na disciplina da base técnica (DOCENTE 4).

Ele começou a funcionar em 2010, ainda nas dependências da Diocese, né? que o Dom Alcimar, que Deus o tenha, foi um grande diferencial, em ceder. Dom Alcimar sempre além do tempo. É muito preocupado com a região, que por ele ser da região, tinha essa preocupação, esse carinho, levava muito em consideração as pesquisas. Eu acho, posso até dizer, ele era um pesquisador (DOCENTE 10).

O docente 10 se refere ao bispo emérito do Alto Solimões, Dom Alcimar Caldas Magalhães, que era natural da cidade de Benjamin Constant e faleceu em 20 de junho de 2021, aos 81 anos no hospital da Unimed em Manaus. Dom Alcimar era considerado um grande articulador de melhorias para a região do Alto Solimões em várias esferas e a educação sem dúvida era uma delas. Segundo Sabino *et al* (2022, p. 9), Dom Alcimar junto com outras lideranças criou o Fórum Permanente de Debates para o Desenvolvimento da Região do Alto Solimões (SOLIFORUM). O fórum tinha como objetivo discutir sobre o desenvolvimento da região do Alto Solimões. Desta iniciativa resultaram em outras mobilizações e articulações como a Associação de

Vereadores do Alto Solimões (AVAS), o Seminário dos Vereadores do Alto Solimões (SEVAS) que possibilitaram muitas proposições como:

Do SEVAS saíram propostas como: a criação da rádio nacional do Alto Solimões, o aeroporto de São Paulo de Olivença, a estrada de Benjamin Constant até Atalaia do Norte e o Hospital de Santo Antônio do Içá. No SEVAS também foi criado o Fórum de Desenvolvimento Integrado Sustentável do Alto Solimões em que o primeiro presidente foi o Dom Alcimar Caldas Magalhães, dentro dessa organização estavam os poderes públicos, as prefeituras, os vereadores, as câmaras, representantes da sociedade civil, das organizações privadas e os órgãos federais estavam todos juntos, em prol de pensar e trazer melhorias para a região. O movimento passa a ganhar força e reconhecimento. Aos poucos vai preparando o espaço para o futuro cenário político e ideológico concretizado no século XXI com os projetos de instalação da Universidade no Alto Solimões.

Como podemos notar no relato anterior, Dom Alcimar Caldas Magalhães, era um homem que estava a serviço do seu povo e preocupado com o desenvolvimento sustentável local em consonância e respeito com o meio ambiente e sua gente. E apesar de não estar entre os seus, deixou sementes de esperança em muitos, como na possibilidade de instalação da Universidade no Alto Solimões, sem contar o apoio como lembrado pelo docente 10 para a instalação do Campus Tabatinga/IFAM. O missionário do povo do Alto Solimões permanece vivo nos corações e mentes daqueles que querem melhorias para a região da Tríplice Fronteira Amazônica.

Imagem1: Primeira sede de funcionamento do Campus Tabatinga/IFAM

Fonte: Villar, 2022

Os primeiros servidores do Campus Tabatinga foram incorporados por meio de concurso público regido pelo edital nº 001, de 14 de janeiro de 2010, ²ofertando 29 vagas para o respectivo Campus.

Aos poucos as barreiras para consolidação do Campus Tabatinga/IFAM eram sanadas, entretanto, um outro entrave apareceu, a desconfiança da população em relação a essa instituição que se instala, que a princípio não tem uma sede própria e conta ainda com funcionários cedidos de outro órgão. Como podemos notar tudo estava por construir seja de ordem física/estrutural, seja de ordem subjetiva: Conforme explicita um dos docentes entrevistados:

Vieram eu, a diretora de uma outra escola e eles vinham justamente para divulgação, então ainda não tinha prédio, ainda não tinha nada, ainda. Vinha para essa implantação, então eu percebi aí, umas das primeiras dificuldades

² Disponível em IFAM - Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia - AM (pciconcursos.com.br)

que era explicar pra comunidade o que era o instituto, para quê que ele vinha, qual seria o diferencial deste instituto? (DOCENTE 7).

Os Institutos Federais como mencionado por Pacheco (2010) é inovação, é ousadia, é abertura para o futuro, talvez por isso causou estranhamento sua chegada na região do Alto Solimões. Observando os relatos dos participantes percebemos que até para aqueles que já eram funcionários dos institutos federais existia aquela sensação de estar se situando naquele cenário.

A conversa que a gente teve e tentando entender, por que era tão bom, tão novidade, inclusive pro próprio instituto, por que na época o instituto estava fazendo aquela transição também, a gente está falando de 2009 e o IF tinha acabado de fazer essa transição em 2008 que era dos CEFETS para os IFEs. Então era muito novo, inclusive para quem tava dentro do IF, que era o caso dos servidores (DOCENTE 7).

De acordo com Nunes (2009, p.114) a gestão do Diretor Geral, Professor João Martins Dias, do Centro Federal de Educação Tecnológica do Amazonas, tinha como característica a expansão da EPT no Amazonas, por meio das chamadas Unidades de Ensino Integrantes do Sistema CEFET-AM. Foi na sua gestão que tiveram início os trabalhos para construção da UNED Presidente Figueiredo, início dos trabalhos para construção da UNED Maués, início dos trabalhos para construção da UNED Tabatinga. A gestão de João Martins Dias encerrou em 2008, no ano de transição dos CEFETS em IFs.

Para melhor compreensão do período de transição mencionado no relato da docente 7, Pacheco *et al* (2010, p. 71 e 72), esclarece que o ano de 2009, foi marcante para a Educação Profissional e Tecnológica, por conta da transformação dos Centros Federais de Educação (CEFETs), Escolas Técnicas e Agrotécnicas Federais (ETFs e EAFs) e Escolas vinculadas à Universidades Federais em Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia. A legislação que rege esta mudança é a lei 11.892/2008.

Ainda seguindo o pensamento de Pacheco (2010) que explica sobre essa áurea que se instala nas instituições federais, essa mudança que vai além da alteração de nomenclatura:

Os Centros Federais de Educação Tecnológica (CEFETs), as escolas agrotécnicas federais e as escolas técnicas vinculadas às universidades que aceitaram o desafio desaparecem enquanto que para se transformarem nos campi espalhados por todo o país, fiadores de um ensino público, gratuito, democrático e de excelência. Com os Institutos Federais iniciamos uma nova fase, abandonando o hábito de reproduzir modelos externos e ousando a inovar a partir de nossas próprias características, experiências e necessidades (PACHECO, 2010, p.14).

No artigo “A concepção dos Institutos Federais e seus atores sociais: a história narrada por trás da história”, de autoria de Schiedeck e França (2019), relatam como se deu esse processo de implantação dos Institutos Federais e os obstáculos enfrentados pela Rede. As autoras trazem o relato de dois educadores Eliezer Pacheco ³e Cláudia Schiedeck Soares de Souza ⁴ que contam como foi a luta e a dedicação de muitos na criação dos Institutos Federais, demonstrando que os Institutos Federais são construção de muitas “mentes e mãos, de pessoas que deixaram à sua história impressa nas paredes do Campus e de vários Institutos Federais” sonhando com uma educação de qualidade para todos e sem distinção, buscando combater o fosso estrutural que os governos neoliberais desejavam manter.

Aqueles que estavam na linha de frente para que os Institutos Federais se tornassem realidade passaram por situações que não aparecem na “letra da lei”, como problemas de saúde, relações afetivas e matrimoniais desfeitas, perdas familiares, mas que apesar de tudo isso estavam firmes na linha de frente

³ Foi titular da Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica (SETEC) do Ministério da Educação da Secretaria de Ciência e Tecnologia para a Inclusão Social do Ministério de Ciência e Tecnologia e Inclusão Social (MCTI).Disponível em <https://paranagua.ifpr.edu.br/2021/07/27/eliezer-pacheco-a-originalidade-da-proposta-politico-pedagogica-dos-ifs-02-08-as-14h30>.

⁴ Foi Diretora Administrativa do Conselho Nacional das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional (CONIF) Disponível em <https://www.escavador.com/sobre/3946083/claudia-schiedeck-soares-de-souza>

lutando pelo sonho sonhado junto ⁵que se tornou realidade, a criação dos Institutos Federais (SCHIEDECK E FRANÇA ,2019, p. 30).

Vamos perceber que não foi diferente com o Campus Tabatinga /IFAM: os desafios foram surgindo e superados à medida que o tempo foi passando e a instituição foi se consolidando no Alto Solimões. Os relatos dos docentes participantes demonstram essa trajetória.

Além da questão estrutural que englobou a sede provisória e incompletude do quadro de funcionários, corroborando para a desconfiança de muitos em relação à nova instituição federal na região. A construção da sua sede definitiva contava com alguns elementos que dificultavam como os de ordem geográfica e climática.

A dificuldade de transportar o material do porto de TBT pra essa localidade, considerando que era tudo no chão, era por terra e por que tinha lama e o período que começaram as obras choveu muito e por esse motivo de não conseguirem transportar o material do porto para o local da obra atrasaram muito tempo, mais de um ano atrasaram a obra, além disso, as balsas que vinham de Manaus para TBT demoram carregadas de 15 a 20 dias, dependendo da força do motor (DOCENTE 3).

Percebemos no depoimento do docente 3 que tais impedimentos atrasaram a construção da sede do Campus Tabatinga. E após sua construção os problemas não cessaram como demonstrado na explanação do docente 1:

O acesso até aqui é muito ruim, essa rua não tá pavimentada, o asfalto não é completo, é uma dificuldade de acesso ao campus. Essa dificuldade traduzida em lama, em obstáculos, em risco de acidentes com motos, ela vai durar até, perto de 2015 que é quando se começa a empreender essa pavimentação da rua que vem desde a avenida até aqui (DOCENTE 1).

Com a falta de pavimentação da rua Santos Dumont onde está localizado o Campus Tabatinga/IFAM não era raro situações envolvendo acidentes bem como colaborando para o absenteísmo dos alunos.

O principal desafio era a estrada, uma estrada que não tinha concreto, a gente vinha no barro, quando chovia, caía, não vinha. Até para os alunos era muito difícil, no dia que chovia praticamente a sala ficava com menos da metade da turma (DOCENTE 8).

⁵ Referente a música de Raul Seixas, Prelúdio. Disponível em <https://www.lettras.mus.br/raul-seixas/165312/>

Reforçando o relato do docente 8, o entrevistado, docente 7, reflete depois de tanto tempo na região como conseguiram chegar a 2020 diante de tantos empecilhos:

A gente se depara com a questão das ruas, das vias, muita lama, falta de infraestrutura total. A gente “patinava” no carro, na moto ou o pessoal caía. Várias situações, isso saía em jornal, a gente fazia, né? divulgações pra ver se alguém nos auxiliava. Então isso fica bastante emblemático. Porque vir para o IFAM era um desafio. Hoje quando a gente chega aqui, quem vinha naquela época assim. Como é que a gente conseguia chegar, né? Por que era bem complicado (DOCENTE 7).

A seguir uma imagem da rua Santos Dumont, via de acesso ao Campus Tabatinga/IFAM antes da pavimentação para enfatizar o que foi relatado pelos participantes da entrevista.

Imagem 2-Rua Santos Dumont. via de acesso ao Campus Tabatinga/IFAM



Fonte: Participante da Pesquisa

3.2 Uma identidade em construção do Campus Tabatinga/IFAM

Nas cidades de Benjamin Constant e Tabatinga, antes da chegada dos Instituto Federal do Amazonas, contava com a presença da Universidade

Federal do Amazonas (UFAM) e com a Universidade Estadual do Amazonas (UEA), além do Centro de Educação Tecnológica do Amazonas -CETAM. Em um dos relatos dos participantes menciona sobre o desconhecimento de muitos sobre o Instituto Federal:

É, existia o CETAM estadual, existia a UFAM em Benjamin Constant, existia a Universidade do Estado do Amazonas-UEA, aqui em Tabatinga, mas a nível de IF, os mais próximos a nível de Tabatinga era Coari, então, poucas pessoas conheciam, apesar de muitos tabatinguenses, benjaminenses terem cursado escola técnica em Manaus. É, no nível de agropecuária, dos cursos eles tinham um conhecimento assim (DOCENTE 1).

O participante menciona a respeito da Escola Técnica em Manaus e da luta de ir para capital, estudar numa instituição desta envergadura. De acordo com o Plano de Desenvolvimento Institucional (2019, p.42) “O campus Manaus Zona Leste (CMZL) origina-se na Escola Agrotécnicas Federal de Manaus-EAFM, cuja história orienta a oferta do ensino agrícola no Amazonas”.

O Docente 4 nos fala dessa experiência em estudar fora da sua cidade, de sair do interior do Amazonas e buscar melhores condições de ensino e reflete o quanto é importante ter um Instituto Federal na região do Alto Solimões:

Em Manaus existia a escola Agrotécnica Federal de Manaus. Eu como morador do município de Benjamin Constant, no caso, pra mim poder fazer um curso médio técnico eu tive que me deslocar para Manaus pra escola Agro técnica para estudar e depois de um tempo eu retornei (DOCENTE 4).

Acerca da importância da Escola Agrotécnica Federal do Amazonas o Plano de Desenvolvimento Institucional (2019) menciona:

Sua capilaridade institucional, a tornava uma instituição reconhecidamente fundamental em todo o estado do Amazonas, oferecendo vagas para todos os 62 municípios do estado, algumas dessas, em regime de internato, o que era um atrativo aos estudantes que viam nessa oportunidade, a possibilidade da concretização do seu sonho de estudar na capital (PDI, 2019, p.44).

A chegada de um Instituto Federal num interior indica possibilidades, alimenta expectativas como salientado pelo docente 5 que fala da ansiedade pela chegada do IF: “Então, realmente, durante a vinda do instituto desde a primeira notícia criou-se aquela expectativa e ansiedade em consolidar a vinda

dessa instituição”. Compartilhando deste anseio, o docente 4, enfatiza que “quando a gente vislumbra que o instituto está chegando nas regiões mais distantes do Centro do país, no caso Tabatinga. É como um polo estratégico por estar numa fronteira”. Nessa direção das colocações dos participantes citados anteriormente, Pacheco (2010, p.17) aponta que os Institutos Federais são vias que possibilitam um diálogo em prol do desenvolvimento local e regional, enfatiza ainda o protagonismo que esta instituição assume:

Os Institutos Federais assumem o papel de agentes estratégicos na estruturação das políticas públicas para a região que polarizam, estabelecendo uma interação mais direta junto ao poder público e às comunidades locais.

Para divulgar a nova instituição no Alto Solimões, algumas estratégias foram utilizadas como participação em diversos eventos, ademais para esclarecer sobre o que era o Instituto Federal, muitos confundiam por conta da semelhança da sigla UFAM e IFAM. Por isso a necessidade de divulgação do mesmo.

Tudo que era eventos, que tinha de qualquer ordem institucional, a gente sempre tava presente, sempre tinha um enviado para se fazer presente, pra falar estamos aqui, funcionamos, quem somos, para que viemos, pra onde vamos, o que representa o nosso papel. Como o nome é muito próximo da UFAM, as pessoas ainda confundiam muito, achavam que era a mesma coisa UFAM e IFAM, essa também era uma questão (DOCENTE 7).

Um momento oportuno aproveitado pelos funcionários do Campus Tabatinga /IFAM foi no desfile cívico de 2010. Tal evento foi relevante para mostrar para população tabatinguense o que era o Instituto Federal e o qual a sua proposta:

Então no dia 7 de setembro, fizemos em 2010, um desfile, único desfile, a gente não faz participações tradicionais no 7 de setembro. Até que não é obrigatório, mas a gente fez aquela participação como uma forma de apresentação da instituição naquela ocasião. A gente fazia, desfilava com banner, pôsteres, faixas, todas alusivas ao que era a instituição, algo que seria a instituição para aqueles que não sabiam do que se tratava. Eu lembro que o professor Jaime, que era reitor, fez questão de dirigir um trator para mostrar a parte de agropecuária (Docente 4).

Numa conversa por WhatsApp com o Reitor Jaime Cavalcante Alves na busca por uma imagem deste momento do desfile cívico de 2010 e o episódio

do trator, o mesmo esclareceu sobre o acontecimento que na verdade foi conduzido pelo Professor Leandro Amorim Damasceno. Sendo assim o caso da condução do trator no sete setembro nos faz refletir o quanto a memória pode falhar e dependendo das circunstâncias sofre oscilações, é uma das suas características como enfatiza Pollack (1992, p.203) “A memória é seletiva, nem tudo fica gravado nem tudo fica registrado.”

E a chegada do Campus Tabatinga trouxe muitas expressões novas como ensino integrado, cursos técnicos. Era necessário esclarecer isso tudo para os alunos, pois a memória pode demorar a guardar tantas novas informações. Na explanação da docente 7, nos conta esse processo de construção de identidade do Instituto Federal na localidade “Convencer os alunos para acreditar na instituição que até aquele momento era só pessoas ali, que estavam trabalhando, que ninguém entendia direito o que era, pra quê que tinha vindo e tal”. Reforçando o que a docente anterior mencionou, a entrevistada 8 narra detalhadamente tal problemática:

Acho que os alunos em si também não tinham aquela coisa do que é o IFAM, vieram pegar isso depois. Eles achavam que era uma escola, até então comum e a gente teve que aos poucos criando a identidade IFAM pra mostrar para os alunos para que eles se identificassem o que era o IFAM. Não era apenas uma escola de tempo integral, mas que tinha cursos técnicos, o que era um curso técnico, explicar para os meninos o que era, como deveria proceder, organizar. Acho que isso foi um grande desafio quando a gente começou (DOCENTE 8).

E o depoimento da docente 8 é claro quando diz que o IFAM é muito mais que uma escola de tempo integral. E para colaborar na explanação da participante anterior temos a Ciavatta (2014) que nos fala sobre esta característica presente nos Institutos Federais e esclarece que o ensino integrado é algo que vai além da junção entre ensino médio e educação profissional, é trazer pra centralidade a educação politécnica, a educação omnilateral, a educação unitária visto que esta gênese não recebeu a atenção devida com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação, lei n.9394/96.

Para Ciavatta é de extrema importância a superação da divisão na formação do aluno brasileiro, dividida entre formação para o trabalho manual ou para o trabalho intelectual. E Ciavatta (2014, p.198) acrescenta que é preciso encarar de frente a formação profissional que emerge no ensino médio que é

voltado para a classe trabalhadora como algo que é exigido ou determinado por aqueles que detêm o capital, mas:

Admitir legalmente essa necessidade é um problema ético-político. Não obstante, se o que se persegue não é somente atender a essa necessidade, mas mudar as condições em que ela se constitui, é também uma obrigação ética e política garantir que o ensino médio se desenvolva sobre uma base unitária, para todos. Portanto, o sentido de formação integrada ou o ensino médio integrado à educação profissional, sob uma base unitária de formação geral.

Em consonância com a ideia da autora acima, Gadotti (2009, p.41) nos fala sua visão de educação integral. Para ele há muitas formas para educação integral, não se restringe a um molde que deve ser seguido, pode ser compreendida como um preceito que orienta o currículo ou uma educação que leve em conta “todas as dimensões do ser humano, formando integralmente as pessoas”.

No Projeto Pedagógico de Curso Técnico em Recursos Pesqueiros (2018), o documento aborda que é imprescindível que o ensino se desenvolva por meio das categorias trabalho, tecnologia, ciência e cultura. Essa Educação pressupõe a viabilidade de uma educação promotora da cidadania, por meio da concepção do homem como ser integral tanto do ponto de vista existencial, quanto histórico-social (PPC RECURSOS PESQUEIROS 2018, p.16).

Outra característica presente no Institutos Federais é a preocupação com uma gestão democrática. Na definição de Tosto (2011, p.2) sobre uma escola democrática é uma escola que se baseia em princípios democráticos, em especial na democracia participativa”. No depoimento do docente 9 menciona como esta característica chamou sua atenção quando passou a fazer parte do Campus Tabatinga/IFAM e pode ter voz na escolha do diretor-geral que cuidaria da gestão do Campus:

O processo democrático de consulta que temos aqui, de exercer o nosso papel cidadão, como escolhas, por exemplo, acho isso um papel importante, eu não tinha passado por esse processo dentro de uma instituição de ensino e quando eu entrei aqui, já passamos por essa escolha de ter o primeiro diretor escolhido na comunidade. E agora nós temos o segundo momento. Já estamos no segundo diretor escolhido. Não é mais uma indicação de fora. Eu creio que é algo muito representativo, muito forte (DOCENTE 8).

No relato do docente 8 percebemos a expressão “indicação de fora”, por que tal expressão enfatizada pelo participante? Por que de acordo com a Lei nº 11.892 de 29 de dezembro de 2008, no artigo 14, inciso 2º:

Nos campi em processo de implantação, os cargos de Diretor-Geral serão providos em caráter pro tempore, por nomeação do Reitor do Instituto Federal, até que seja possível identificar candidatos que atendam aos requisitos previstos no § 1º do art. 13 desta Lei.

Foi o caso do Campus Tabatinga/IFAM que não tinha tempo suficiente de criação para que a comunidade escolar pudesse escolher seu dirigente. O CTBT teve até o momento 5 diretores gerais, como observado na tabela abaixo:

Tabela 2: Diretores-Gerais do CTBT/IFAM

Portaria de Nomeação	Diretor-Geral CAMPUS TABATINGA/IFAM	Período de Gestão
Portaria Nº 81 de 23 de fevereiro de 2010	Ivanilton de Souza Araújo	2010-2012
Portaria Nº1.256 de 23 de novembro de 2012	*Jaime Cavalcante Alves	2012-2015
Portaria Nº 2555-GR/IFAM de 16 de setembro de 2015	Gustavo Galdino Rodrigues Bernhard	2015-2016
Portaria Nº 3.328-GR/IFAM de 28 de dezembro de 2015	Dirceu da Silva Dácio	2016-2019
Portaria Nº 1.137-GR/IFAM de 27 de maio de 2019	Nicolas Andretti de Souza Neves	2019-2023

Fonte: Portarias de Nomeação

Podemos ter uma dimensão das eleições no Campus Tabatinga /IFAM, no relato do docente 10 quando ele mencionou o processo de transição de

gestão do Diretor-Geral do CTBT e a escolha da comunidade escolar pelos representantes do Campus:

O professor Gustavo seguiu um período na transição do professor Jaime para a eleição. Aí teve a primeira eleição no ano de 2018, perdão, no ano de 2015, que tiveram dois candidatos e o professor Dirceu sagrou-se vencedor, eleito. E ele ficou de 2016 até início de março de 2019. Por que ele ficou até 2019? Por que em 2018, teve outra eleição, eu tive a oportunidade de concorrer com o professor Dirceu, que também estava tentando reeleição e nós tivemos a felicidade de consagrar vencedor do pleito e eleitos pela comunidade, com uma boa quantidade de votos (DOCENTE 10).

O participante 10 destacou que a pandemia do Covid 19 limitou sua gestão, na perspectiva de realizar mais ações no CTBT e que apesar do cenário imposto pela pandemia, o Campus Tabatinga/IFAM não parou suas atividades:

A gente conseguiu mesmo avançar, conseguimos, mesmo com a pandemia. Todos os dias a gente tava aqui, todos os dias, a gente tava atendendo demanda e procurando meios, recursos, inclusive de ordem financeira para tentar implantar projetos, para tentar adquirir equipamentos, utensílios, para que a gente pudesse inclusive melhorar a qualidade de vida dos nossos discentes e também dos nossos servidores (DOCENTE 10).

No artigo *Gestão Democrática na Escola: Limites e desafios*, as autoras Cária e Santos (2014, p.34) traçam uma cronologia da democracia no cenário da educação pública no nosso país, bem como a gestão democrática nas instituições escolares públicas e pontuam o papel central que o gestor possui na construção de um ambiente escolar inclusivo e satisfatório:

O gestor é o responsável em implementar a democracia na escola pública. Ele deve proporcionar a todos os membros envolvidos um ambiente escolar agradável, com a interação de todos na busca da realização de um trabalho pedagógico coletivo, construindo uma identidade própria para a escola com resultados satisfatórios e eficazes em todos os segmentos.

Além da escolha do Diretor-Geral do CTBT, observamos outros mecanismos importantes que colaboram para uma gestão democrática como apresentando no PPC do Curso em Administração (2018), como acessibilidade nas informações, organização de divulgação de critérios e notas dos seus alunos, conselho de classe dentre outros, como destaque a seguir:

Os critérios, instrumentos e natureza deverão ser discutidos com os discentes no início do semestre letivo, e devem ser descritos nos Planos de Ensino. Recomenda-se ainda, que os Planos de Ensino

possam ser disponibilizados online por meio do sistema acadêmico (Q-Acadêmico ou outro vigente), possibilitando assim, que os alunos e/ou responsáveis conheçam os critérios e procedimentos de avaliação adotado em um determinado componente curricular/disciplina (PPC DO CURSO EM ADMINISTRAÇÃO, 2018, p.54).

Ainda em relação ao quadro 1, dos Diretores do CTBT, podemos destacar o nome do segundo Diretor Geral que o Campus Tabatinga/IFAM teve, Jaime Cavalcante Alves, que atualmente é o Reitor Pro Tempore, com mandato que vai de 2021 a 2023, substituindo o Reitor Antônio Venâncio Castelo Branco que faleceu em 2021 em decorrência do Covid-19, como podemos verificar na nota de falecimento emitida pelo Instituto Federal do Amazonas, assim como foi destaque nos principais portais de notícias, segue nota de pesar:

É com imenso Pesar que a Direção geral do IFAM Campus Itacoatiara, informa o FALECIMENTO do professor Antônio Venâncio Castelo Branco⁶, Reitor do Instituto Federal de Educação ,Ciência e Tecnologia do Amazonas , na noite de segunda feira, 11 /01/2021 -Manaus /AM.Ingressou no IFAM em 1994 , na Escola Técnica Federal do Amazonas , Bacharel em Engenharia Civil , Licenciado em construção Civil , Mestre em Engenharia de produção e assumiu diversos cargos de gestão , sendo Reitor do IFAM desde 2014, seu legado de ações e contribuições na educação será sempre lembrado. O IFAM Campus Itacoatiara presta as sinceras condolências e solidariedade aos familiares, amigos e servidores por essa grande perda. Lembraremos com muita admiração e respeito. A Direção Geral.

A pandemia do Covid-19 acarretou muitas mudanças, seja na forma de condução do ensino e aulas ministradas de forma remota, utensílios que passaram a fazer parte da rotina como o uso do álcool gel, as máscaras, distanciamento social e as perdas das pessoas queridas de forma abrupta sem chance de despedida, como no caso do Reitor do Instituto Federal do Amazonas e tantos outros servidores, quando verificamos as diversas notas de pesar emitidas pelo IFAM nos últimos anos.

Em 2023, nos dias 26 e 27 de abril ocorreram eleições para escolha de Reitor e Diretores Gerais nos 14 Campis. Para Reitor se candidataram os professores Antônio Ferreira Santana Filho, do Campus Zona Leste, e Jaime Cavalcante Alves, do Campus Centro.Com relação ao Campus Tabatinga

⁶<http://www2.ifam.edu.br/campus/itacoatiara/noticias/noticias-antigas/2021/nota-de-falecimento-1/nota-de-falecimento-antonio-venancio.jpeg/view>)

disputaram as eleições os professores Nicolas Andretti de Souza Neves e Elenilson Silva de Oliveira.

Saíram vitoriosos do pleito o professor Jaime Cavalcante Alves com 56,64% que seguirá no cargo de Reitor e no Campus Tabatinga a vitória foi conquistada pelo professor Nicolas Andretti com 56,16%. ⁷O mandato é de 4 anos, iniciando em 2023 e finalizando em 2027.

Para o Diretor Geral Nicolas Andretti disputar uma reeleição representa uma nova oportunidade de realizar ações que na sua gestão foram limitadas pelo processo pandêmico, considerando que eleição implica desafios e responsabilidade com a comunidade escolar, então como enfatizado no relato a seguir do Diretor Geral do CTBT, “participar de uma eleição é muito desafiador, porque como diz a expressão” você vai dar sua cara a tapa”. Eu sempre procurei ter um relacionamento bom com todo mundo. Eu levo isso para minha vida, porque é um ensinamento da minha mãe”. Além de desafiador participar de um pleito, é ter sua gestão impactada por uma pandemia que provocou adequações na forma de gestar o CTBT, limitando muitas decisões:

Uma possibilidade de tentar fazer o que esses dos anos, nos impossibilitaram a vontade de fazer e ela é muito grande. Eu sou muito apaixonado por isso aqui. Eu vivo muito isso aqui. Às vezes eu tô em casa pensando aqui. Tava fazendo minha caminhada matinal, inclusive, eu falo que vou conversando com Deus e procurando alternativas, o que a gente pode melhorar de qualidade de vida, de qualidade de trabalho, de processos, o que a gente pode adquirir, como é que a gente pode consertar um veículo que é escasso (DOCENTE 10).

Com a vitória no pleito, o atual Diretor Geral do CTBT poderá dar continuidade as ações que foram limitadas devido a pandemia em 2020 e 2021.

3.3 O Proeja Indígena e as memórias que marcam

Um momento marcante na carreira vivenciada pelos docentes que participaram da pesquisa foi o Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na modalidade de Jovens e Adultos - PROEJA. Para esclarecer o contexto, vamos situar a respeito do Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na

⁷ O resultado da apuração das urnas do processo de consulta aos cargos de Reitor do IFAM e Diretor Geral de campus. Disponível em Eleições IFAM 2023 — Portal do Instituto Federal do Amazonas

modalidade de Jovens e Adultos-PROEJA e logo em seguida como se deu a vivência do Proeja com alunos indígenas Ticunas da comunidade do Umariáçu em Tabatinga.

O Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na modalidade de Jovens e Adultos -PROEJA, foi instituído pelo Decreto 5840 de 13 de julho de 2006, no governo do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva e tinha como ministro da educação, Fernando Haddad. No seu artigo 1, inciso 1 e 2 encontramos como seu deu sua abrangência e características do público atendido pelo Proeja:

§ 1 O PROEJA abrangerá os seguintes cursos e programas de educação profissional: I - formação inicial e continuada de trabalhadores; e II - educação profissional técnica de nível médio. § 2 Os cursos e programas do PROEJA deverão considerar as características dos jovens e adultos atendidos, e poderão ser articulados (BRASIL, 2006).

Moura e Henrique (2012), explicam a respeito do Programa de Integração da Educação Profissional à Educação Básica na Modalidade Educação de Jovens e Adultos-PROEJA, quando mencionam que o mesmo oportuniza aos jovens e adultos seja para aquele que não finalizou o ensino fundamental, seja para aquele que finalizou o ensino médio, mas que não possui um curso técnico e por meio do PROEJA isso se tornará realidade.

Neste sentido Martins (2016, p. 30-31), explica como seu deu todo o processo de implantação do PROEJA indígena na cidade de Tabatinga ofertado aos indígenas da etnia Ticuna na comunidade Umariáçu:

Nessa perspectiva de implantação de um curso voltado às comunidades indígenas, a Comissão de Diversidade Educacional Etnocultural do IFAM Campus Tabatinga, criada pela portaria nº 11 GAB/IFAM/TBT/2010, compreendeu, através de diálogos com a comunidade indígena, que não se poderia pensar em uma educação de qualidade e diferenciada de forma verticalizada, logo era imprescindível ouvir a comunidade em suas reais necessidades de qualificação técnica.

Como podemos notar o Campus Tabatinga/IFAM implementou vários mecanismos de diálogo com a etnia Ticuna como atesta Martins (2016) a exemplo de consultas aos líderes Ticunas, seminários para compreender e perceber as demandas que os indígenas precisavam neste sentido da educação

profissional tecnológica, adequando a realidade dos indígenas. Desta forma, todas as tratativas tiveram início em 2010 e quatro anos depois se criou o curso Técnico em Agropecuária na modalidade proeja.

Para os docentes que participaram ministrando as aulas para os indígenas Ticunas no período, foi uma experiência marcante em suas carreiras, em especial por conta do desafio da barreira linguística:

Eu chegava sem conhecer muito a situação da região em si e eu fui colocado numa coisa bem diferente do meu cotidiano, então eu tive que me adaptar de certa forma a saber lidar com indígena. A dificuldade de comunicação, eles são fluentes na língua deles, Ticuna e eu não conhecia nada sobre isso, então foi um stress que me tirou da zona de conforto, que no momento até, talvez tinha encarado como mais negativo do que positivo (DOCENTE 1).

Como podemos notar no relato do docente 1, a experiência do PROEJA indígena serviu para refletir sobre sua prática docente, ou como mencionou “tirar da zona de conforto”, buscar maneiras diferenciadas de se trabalhar os conteúdos. Assim, é o que Souza e Pereira (2016, p. 58) apontam que se faz necessário encontrar formas de construção do processo educacional possibilitando assim ao mesmo tempo a estruturação do conhecimento e sua troca. Para os autores o ensino é uma peleja e requer refletir sobre o ato:

O ensino é sempre um desafio, por que ensinar é aprender, ainda mais com mistura de professores não indígenas com alunos indígenas, neste espaço de ensino-aprendizagem, é necessária uma reflexão sobre o ato de ensino.

Paulo Freire (1996) nos fala da importância de refletirmos de forma crítica sobre nossa prática, verificar onde é possível melhorar e realizar as adequações. Foi o que ocorreu com o docente 4 quando relata sua experiência com os alunos indígenas Ticunas. Na época estavam trabalhando com a prática de elaboração de uma horta e o modelo adotado foi uma horta estilo mandala. Era a finalização do período e no semestre seguinte, os professores iriam verificar como estava o desenvolvimento da horta e como os alunos lidaram com a questão. Para a surpresa do docente, algo inesperado aconteceu:

Retornou o curso, o próximo período e nós marcamos uma visita na comunidade e fomos até o lugar e o aluno não falava nada. E quando chegamos no lugar, a horta não estava mais da maneira como tínhamos confeccionado, estava praticamente um quadrado naquele

lugar e aí eu fui questionar o aluno e aí cara, o que aconteceu? Por que a horta ficou dessa maneira? Por que não tá naquele estilo e aí ele falou baixinho para mim, no meu ouvido: ---Professor! É porque na nossa cultura nós não trabalha com aquele tipo de horta. Nossa cultura a horta é dessa maneira (DOCENTE 4).

Deste relato podemos refletir sobre vários acontecimentos, como compreender a cultura do outro, saber ouvir os discentes, refletir sobre nossa prática, estar aberto para aprender com o outro, rever nosso planejamento. Inclusive Souza e Pereira (2016, p. 62) nos fala que o docente é aquele que possui mais experiência na questão do conhecimento, todavia se faz necessário a interação com a experiência do aluno. “Os alunos indígenas influenciam de forma efetiva os professores na composição do conteúdo e das formas de aplicação dos conteúdos, processo que tem promovido a dinâmica das aulas”.

Freire (1996, p.13) por sua vez nos diz que o ato de ensinar exige que respeitemos o que o educando traz consigo, suas experiências de vida para somar a nossa prática e ocorra a troca de saberes. Não existe professor sem aluno e certamente nesta experiência vivenciada pelo docente 4, podemos perceber que ele aprendeu com seu aluno “quem ensina aprende ao ensinar e quem aprende ensina ao aprender”.

Ainda no relato do docente 4, podemos refletir como a escola carrega em si a ideia de detentora do conhecimento sem levar em conta o público que atende, como se subestimasse os saberes que os discentes trazem dentro de si, que se escutados podem fazer a diferença na construção do processo de ensino e aprendizagem. O participante 4 compreendeu que é preciso ouvir seu aluno, não falar pra ele e sim com ele, como aponta Freire (1996, p.58) “O educador que escuta aprende a difícil lição de transformar o seu discurso, às vezes necessário ao aluno, em um fala com ele”. E o mais emocionante deste relato é a mudança que o educador assume quando nos diz:

Então marcou minha vida no sentido de que a gente precisa ter esse olhar sistêmico, multidisciplinar de dentro dos sujeitos para dentro da escola. Neste sentido que a gente precisa trazer para esse contexto da escola, as vivências dos sujeitos. Eu comecei a de repente vislumbrar minhas aulas dentro dessa perspectiva, mais humana, mais cultural. E isso a gente tem enfrentado uma grande dificuldade na escola contemporânea (DOCENTE 4).

O nosso docente 4 nos deixa uma maravilhosa lição quando reflete sobre sua prática e transmite sua fascinação pela mudança. É o que Gadotti (2007,

p.66) defende, que mais do que ensinar é preciso reencantar “despertar a crença de que é possível mudar o mundo”. E pelo relato acima, as mudanças nas aulas do docente 4 extrapolaram o espaço do PROEJA Indígena.

3.4 O Campus Tabatinga /IFAM que estimula formação docente

A lei 12.772 de 28 de dezembro de 2012, é a lei de carreira dos docentes a nível federal bem como dos professores do ensino básico federal. De acordo com a referida lei os cargos do Magistério Federal são subdivididos em quatro categorias como atesta o artigo 1 da referida lei:

I - Carreira de Magistério Superior, composta pelos cargos, de nível superior, de provimento efetivo de Professor do Magistério Superior;

II - Cargo Isolado de provimento efetivo, de nível superior, de Professor Titular-Livre do Magistério Superior;

III - Carreira de Magistério do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico, composta pelos cargos de provimento efetivo de Professor do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico;

IV - Cargo Isolado de provimento efetivo, de nível superior, de Professor Titular-Livre do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico (ARTIGO 1, 2012).

Outra característica da carreira do magistério superior são as divisões por classes (A, B, C, D e E) de acordo com a titulação como observado na tabela seguinte:

Tabela 3- Classes da Carreira de Magistério Superior

Classes da Carreira de Magistério Superior				
Classe A	Classe B	Classe C	Classe D	Classe E
Adjunto A - Título de doutor	Professor Assistente	Professor Adjunto	Professor Associado	Professor Titular
Assistente A- Título de Mestre				

Auxiliar-Título de Graduação ou Especialização				
---	--	--	--	--

Fonte: Adaptado da Lei 12.772/2012

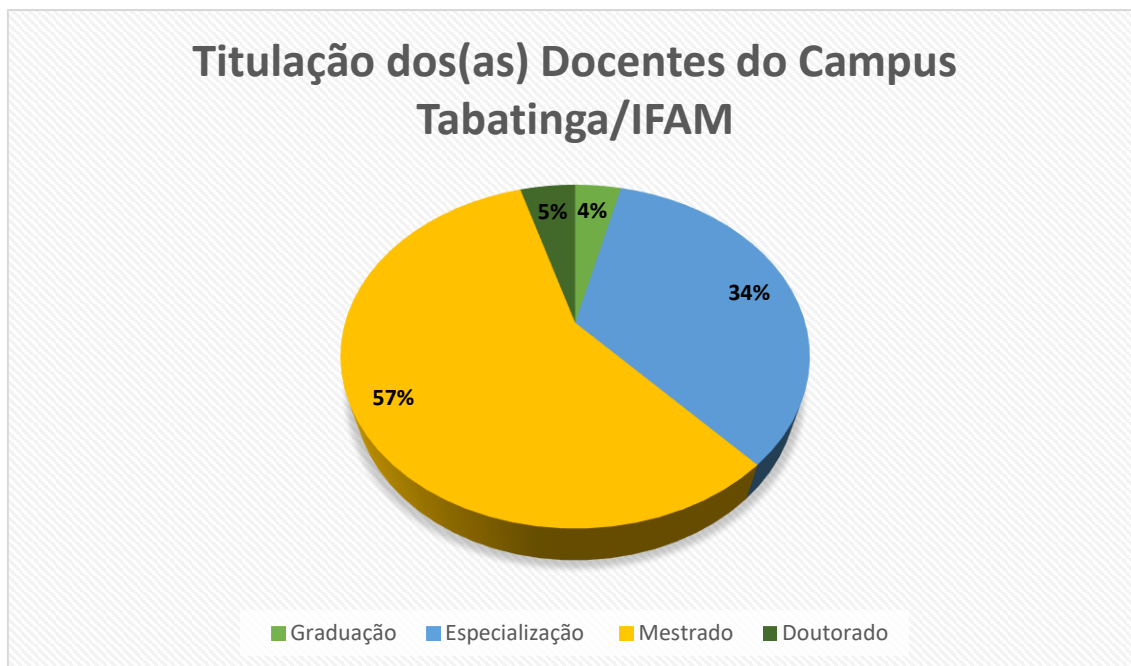
Em relação aos professores que atuam no Ensino Básico, Técnico e Tecnológico, a lei 12.772/2012, no seu artigo 1, inciso § 3º nos diz que estão estruturadas em cinco classes: DI, DII, DIII, DIV e Titular.

Para o docente que deseja atuar nos Institutos Federais, seu ingresso se dá por meio de concurso público realizando uma prova escrita, prova prática (ministrar uma aula para a banca avaliadora) e prova de títulos. A titulação mínima para o docente que queira atuar nos Institutos Federais é possuir graduação.

Com relação ao Campus Tabatinga/IFAM conseguimos traçar o seguinte perfil do seu quadro de docentes. Atualmente são 35 docentes⁸ que possuem as seguintes titulações: um docente com graduação, nove com especialização, 15 com mestrado e dez com doutorado, como observado no gráfico abaixo:

Gráfico 1- Titulação dos Docentes do CTBT

⁸ <http://www2.ifam.edu.br/campus/tabatinga/acesso-a-informacao/quadro-demonstrativo-de-docentes>



Fonte: Villar, 2022

Na demonstração do gráfico acima podemos inferir que no Campus Tabatinga /IFAM, um pouco mais de 30% dos seus docentes alcançaram a titulação máxima da carreira, o título de doutor(a).

Para os professores do Ensino Médio Integrado que participaram da nossa pesquisa, veem como marcante esse incentivo na carreira e o apoio dado pelo Campus Tabatinga/IFAM e as articulações firmadas com a Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro foi visto como primordial, como podemos observar no relato dos docentes 3 e 7 respectivamente:

Ao chegarmos aqui, nós participamos do começo, foi um encaminhamento lá em Florianópolis do atual Reitor, o Dirceu, e conversou com o coordenador do PPGED para que negociasse, o IFAM e a Universidade Rural do Rio de Janeiro fizessem um convênio. Nós fizemos parte da primeira turma deste convênio (DOCENTE 3).

E o docente 7 comunga da mesma lembrança da parceria envolvendo a Universidade Rural do Rio de Janeiro, como apontado pelo docente 3:

Não é no instituto, mas é relacionado ao instituto, foi nosso mestrado, uma parceria entre a Rural do RJ com o IFAM. Essa parceria ainda existe até hoje. Passamos todo o processo aqui, fiz o mestrado trabalhando, a gente não se afastou (DOCENTE 7).

No próximo relato uma das características para concretização da formação continuada dos docentes foi o envolvimento da gestão na questão, apoiando e incentivando:

A possibilidade de fazer o mestrado. A instituição tem suas regras mais dentro dessas regras, você consegue essa liberação, ser liberado para estudar e também isso foi uma grande realização da minha vida profissional e a gente dá esse mérito a instituição, o apoio dos próprios colegas, da direção da época, do novo diretor que depois entrou. Então, a gente tem essa possibilidade de empenho (DOCENTE 2).

Percebemos no relato acima a alegria e realização descrita pelo docente 2, quando diz que se tratou da realização de um sonho na carreira. Um outro participante, o docente 3 compara e vê as diferenças na época que atuava na Rede Estadual do Estado do Amazonas e como sua carreira mudou quando passou a ser professor no Instituto Federal “Ter passado na seleção de mestrado aqui, dos 28 anos que eu passei no estado nunca foi ofertado para nós”. E o Docente 3 acrescenta ainda:

O fato de eu ter conseguido o mestrado que era um sonho meu foi assim coisa muito marcante. O instituto tem feito coisas muito salutares na questão de estimular a qualidade dos professores aqui para melhoria de mestrado e doutorado. Aqui agora temos a questão do afastamento para mestrado e doutorado. O incentivo à qualificação profissional (DOCENTE 3).

O docente 3 mencionou a questão do incentivo à qualificação profissional. Destaque para a Resolução Nº. 03-CONSUP/IFAM, de 02 de abril de 2014 que trata do Reconhecimento de Saberes e Competências aos professores do ensino básico, técnico, tecnológico onde o professor recebe um valor a retribuição por titulação desde que atinja pontuação exigida em alguns critérios estabelecidos que consta na Resolução citada.

Assim, dentre eles podemos elencar: experiência na área de docência, de gestão acadêmica, produção de material didático, orientação de alunos em atividades envolvendo ensino, pesquisa e extensão, atuação na participação ou organização de eventos etc. Todavia, a Resolução Nº. 03, esclarece no seu artigo 3º que “o RSC não deve ser estimulado em substituição à obtenção de títulos de pós-graduação (especialização, mestrado e doutorado)”. Já a Portaria Nº 12, de 16 de junho de 2014 é referente ao Regulamento Interno do Reconhecimento de Saberes e Competências (CPRSC).

Outro documento importante para os docentes do ensino básico, técnico e tecnológico é o Plano de Formação Continuada dos Servidores da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica-PLAFOR, instituído pela Portaria Nº 15/2016, de 11 de maio de 2016, que tem como objetivo propiciar e estimular ações que colaborem na capacitação dos servidores.

Dentre as finalidades do PLAFOR, podemos destacar a primeira e a quinta finalidades exposta no artigo 2º do referido plano:

“1- Potencializar a formação continuada dos servidores da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, 5-fomentar a capacitação nas diversas áreas do conhecimento a fim de aprimorar o ensino, a pesquisa, a extensão e a inovação na educação profissional.”

A formação continuada para o professor colabora na sua percepção de mudança da sua prática, contribui na sua reflexão e na sua atuação em sala de aula, no trato com seus alunos e colegas de trabalho. No livro “Pedagogia da Autonomia”, Paulo Freire (1996) nos fala que nessa formação contínua do docente, o ápice da mesma é o momento da reflexão crítica sobre a prática desenvolvida e neste pensar criticamente que temos uma evolução do trabalho desenvolvido pelo professor.

É o caso do docente 1, que tirou licença para realizar o seu pós-doutorado e percebeu as possibilidades ofertadas pela instituição no incentivo à sua formação continuada e como essa experiência será renovadora na sua prática profissional:

Eu vou para a Universidade da República do Uruguai, meus planos é ir para a fronteira do Uruguai para o Brasil agora em julho. Então de certa forma nestes dez anos, o IFAM sempre me proporcionou um desenvolvimento profissional, essa experiência como professor, apesar que, apenas ligado ao ensino médio e pós médio, mas pra mim é bem relevante. Foi uma grande experiência, né? E agora tô indo passar esse um ano, esses doze meses em outra instituição. De certa forma é bom, a gente renovar conhecimento, refazer relações profissionais. Vai ser uma boa experiência pra mim e pra quando eu voltar (DOCENTE 1).

Observemos no relato do docente 1 esse desejo pela renovação do conhecimento, que passa a ser possível por meio da formação continuada, do aprimoramento, algo que Paulo Freire (1996, p.16) chama nossa atenção que é da essência da docência, a pesquisa:

Faz parte da natureza da prática docente a indagação, a busca, a pesquisa. O de que se precisa é que em sua formação permanente, o professor se percebe e se assume, porque professor, como pesquisador.

E no retorno desta experiência um quão enriquecedor será a troca com seus pares e seus alunos do ensino médio integrado que terão um professor com pós-doutorado partilhando novas descobertas. Mais uma vez recorrendo a Freire (1996, p.47), quando reforça que ensinar exige competência profissional e que sem esta competência, o professor tem sua autoridade comprometida em sala de aula: “O professor que não leve a sério sua formação, que não estude, que não se esforce para estar à altura de sua tarefa não tem força moral para coordenar as atividades de sua classe”.

Freire (1996) defende também que neste processo que se soma a competência profissional do docente, a generosidade e a liberdade devem estar presentes e que o professor não se deixe tomar pelos sentimentos de arrogância e mesquinhez com seus alunos. Por isso a importância do pensamento crítico sobre sua atuação e formação.

Colaborando na discussão da formação continuada do docente, Gadotti (2011, p.46) destaca sete exigências que segundo ele são pré-condições para que a formação continuada seja efetiva, são elas:

Direito a pelo menos quatro horas semanais de estudo com os colegas, não só com especialistas de fora, para refletirem sobre a sua própria prática, dividirem dúvidas e resultados obtidos; possibilidade de frequentar cursos sequenciais, aprofundados em estudos regulares, sobretudo sobre o ensino das disciplinas ou campos do conhecimento de cada professor; acesso à bibliografia atualizada; possibilidade de sistematizar sua experiência e escrever sobre ela; possibilidade de participar e expor sua experiência em congressos educacionais; possibilidade de publicar a experiência sistematizada; Não só sistematizar e publicar suas reflexões, mas também colocar em rede essas reflexões.

Como podemos observar nas considerações acima, um ponto necessário é o docente ter o tempo necessário para trocar informações com seu colega de trabalho, seja no aspecto de reflexão sobre a prática, mas de dividirem e tentarem sanar as dúvidas que aparecem no seu espaço de atuação. Aprender junto com o seu colega, não necessariamente “esperar” por uma intervenção externa na sua formação.

Em se tratando dos Institutos Federais a atuação docente se dá em três momentos, no ensino, pesquisa e extensão. No tópico seguinte vamos observar como se dá esta configuração, destaque para os eventos organizados pela comunidade escolar do Campus Tabatinga/IFAM.

3.5 Uma formação diferenciada do Campus Tabatinga/IFAM

Nesta seção buscamos perceber como o tripé: Ensino, Pesquisa e Extensão contribuem na aprendizagem dos discentes do Campus Tabatinga/IFAM e como isso repercute na comunidade que a instituição está inserida.

Os Institutos Federais apresentam uma formação diferenciada que se distinguem de outras instituições escolares. Sua base é baseada em um diálogo envolvendo trabalho, cultura e ciência, com um propósito de um ensino contextualizado. O aluno que finalizou o ensino fundamental maior (do 6º ao 9º ano), pode ingressar nos Institutos Federais por meio do ensino médio integrado, ou seja, o ensino médio em consonância com uma formação técnica, ou no caso daqueles que já concluíram o ensino médio, podem estudar na forma subsequente fazendo o curso técnico. Todavia seja integral ou subsequente, a preocupação é ofertar uma formação como mencionado por Pacheco (2015, p.14) “contextualizada, banhada de conhecimentos, de princípios e de valores que potencializam a ação humana na busca de caminhos de vida mais dignos”. Podemos perceber essa forma diferenciada que os Institutos Federais atuam a partir do relato a seguir:

Tem objetivo, formar cidadãos críticos, reflexivos, respeitadores de regras, que não sejam apenas pessoas preocupadas com arrumar um emprego e que dali não tem perspectiva de melhora, já estou contente com isso, como era a perspectiva mais antiga, mundo do trabalho e mercado de trabalho são perspectivas diferentes (DOCENTE 5).

Percebemos no relato acima a diferenciação estabelecida entre as expressões mercado de trabalho e mundo do trabalho. Os Institutos Federais buscam esta ruptura de formar alunos apenas para ter uma profissão, ser mais um no desempenho de uma função, mas num diálogo que almeja uma formação integral, que Pacheco (2015) nos diz que tal premissa é anterior ao labor. E desta maneira, a formação humana integral deve ser norteadora da pesquisa, do

ensino e extensão, tornando os Institutos Federais tão únicos na educação que ofertam a comunidade escolar.

Essa forma de estruturação do projeto educacional dos institutos é sentida por aqueles docentes que vieram de outras instituições e agora fazem parte do corpo docente dos IFs. É o caso do docente 2 que percebeu essas diferenciações e comparou ao trabalho que desenvolvia na Secretaria de Educação do Estado do Amazonas (SEDUC) e o trabalho que passou a desenvolver no momento que inicia sua carreira nos Institutos Federais:

Quando eu começo a desenvolver atividades que envolvam mais a participação do educando como grupo e que comece a ter um espaço em que esses educandos possam expressar com mais intensidade seus anseios, sua visão, a sua criticidade, por que a gente tem, acaba que a gente tem momentos pra isso, diferente do que eu vinha, da época que eu trabalhava no estado (SEDUC/AM), então você era limitado, o horário e carga horária e aqui você consegue fazer isso, você consegue ver esse avanço, esse envolvimento, participação (DOCENTE 2).

O envolvimento mencionado no relato do docente 2 passa ser visto e sentido nos trabalhos desenvolvidos pelos discentes e seus professores, por meio das aulas, das pesquisas desenvolvidas e eventos, a exemplo do I ENPET- Encontro de Pesquisa e Extensão da Trílice Fronteira, Semana de Meio Ambiente e Semana da Ciência e Tecnologia como percebido nos relatos abaixo:

Através de projeto de iniciação científica, então desenvolvem mais de perto com esses alunos atividades, a gente também sempre participa dos eventos, locais, como semana nacional de ciências e tecnologia. É um momento que a gente desenvolve parcerias com os estudantes (DOCENTE 1).

Os eventos de semana do meio ambiente, semana de ciência e tecnologia, movimento que envolve o corpo discente, né? Na mostra dos seus trabalhos, então pra mim essa foi muito marcante nesse sentido como professor e atuar nesse nível de escolaridade, ensino médio no caso aqui, é integrado (DOCENTE 2).

Os eventos mencionados pelos docentes 1 e 2, são de suma importância porque permitem ao aluno dar visibilidade às suas pesquisas e ao mesmo tempo possibilita ao público externo compreender ou ter uma dimensão do trabalho desenvolvido dentro dos Institutos Federais.

E para os docentes é singular por que os Institutos Federais têm esta característica de possibilitar aos professores atuarem em vários espaços, seja

no ensino integrado, subsequente, com a graduação, com a pós graduação é o que Pacheco (2015) chama de organização pedagógica verticalizada. Ou ainda como mencionada por Frigotto (2018, p .232) trata-se de uma ação que envolve as partes administrativa e pedagógica, levando a uma integração de todos no processo, independentemente do nível de escolarização no contexto da EPT, ou seja, são saberes múltiplos que se interrelacionam, imersos na interdisciplinaridade e transdisciplinaridade. Uma postura nestes moldes requer mudanças no papel desempenhado pelos docentes.

Neste sentido o docente muda sua postura e de acordo com Gadotti (2002, p.47) “o lecionador” abre espaço para o professor mediador de conhecimento, problematizador, organizador do conhecimento, aquele que aponta caminhos para seus alunos.

E os caminhos apontados pelos docentes passam por mudanças que não cabem apenas no espaço da sala de aula, extrapolam os muros escolares é o que podemos notar com as aulas nos laboratórios, no espaço externo do Campus Tabatinga, nas aulas que ocorrem nas ruas da cidade como destacado nos relatos seguintes:

Então a gente tenta se aproximar da comunidade na medida do possível .Podemos citar por exemplo, o combate a queimadas urbanas, construção de hortas junto aqui a comunidade e também eventos relacionados a coleta seletiva de resíduos .Em sala de aula me agrada muito as aulas práticas , tanto nos laboratórios de biologia, laboratório de meio ambiente , laboratório de informática , laboratório de química e também nas unidades educacionais produtivas -UEPs que a gente chama aqui e uma das unidades produtivas , era a trilha ecológica .As turmas tem uma dinâmica muito peculiar, cada aluno é um universo singular(DOCENTE 6).

A nossa trajetória de sempre trabalhar com os alunos, de fazer atividades externas, plantio de mudas, sempre fazendo aulas práticas, essas atividades marcaram sempre a gente. Menino fazendo passeata, fazendo plantio em outros lugares, participando de outras atividades externas. A gente fez uma atividade de retirada de sólidos dos igarapés, foi marcante para gente, para o curso e até para os alunos (DOCENTE 8).

Eu lembro de 2015, segundo semestre, em novembro de 2015, quando as turmas de meio ambiente se reuniram pra fazer uma caminhada ecológica pela cidade, como o cidadão poderia colaborar pra evitar as queimadas urbanas, então o quanto isso estava afetando a saúde da população, por que aqui no município no período de verão amazônico, é visível a presença da fumaça na cidade, dessa emissão de poluentes, de lixo nos quintais. Então partiu esse movimento das turmas de meio ambiente e nós como professores apoiamos, como instituição e participação da ação (DOCENTE 9).

Nos relatos podemos notar exemplos de uma educação emancipadora, uma educação que pensa no protagonismo do aluno, como no relato do docente 9 que nos fala do engajamento dos discentes com a questão ambiental, com a preocupação com as queimadas que ocorrem na cidade de Tabatinga. E como é fundamental a postura que o docente assume, comprometido com a emancipação do ser, na construção para que seus alunos possam aprender, mas que acima de tudo se atentem para saber conviver, possibilitando melhorias nos espaços que ocupam.

E nessa relação singular de docente e discente, evocamos Freire (1996, p. 12), quando nos fala que “ensinar não é transferir conhecimento, mas criar as possibilidades para a sua produção ou a sua construção”. E quantas possibilidades enxergamos nas memórias dos docentes participantes desta pesquisa, quantas expectativas geradas nos alunos, por meio das visitas técnicas puderam viajar, inclusive para outros países e colocar em prática quando retornaram o que aprenderam, comparar realidades distintas, perceber semelhanças e pensar projetos que mudem uma realidade tão danosa para muitos de uma região, como no caso da visita a Porto Nariño na Colômbia que possibilitou tantas descobertas como podemos notar a seguir :

Levar os nossos alunos que estão aqui em Tabatinga, que são de Benjamin, que são de outros municípios da região, de conhecer outras realidades, por exemplo, conhecer um aterro sanitário. Onde nós temos um aterro sanitário aqui na região? Nós temos em Manaus um aterro controlado, bem precário, mas nós temos uma realidade diferente. Os nossos alunos possam vivenciar e foi marcante a ida dessa turma pra lá, eles compartilharem esse conhecimento com os demais alunos aqui. E a outra numa cidade ecológica colombiana que também é referência, que é Porto Nariño, e eles desenvolvem atividades de resíduos de gerenciamento de resíduos de forma mais eficiente, já com uma realidade muito próxima da nossa. Então a gente consegue ter essa comparação de como você pode atuar como profissional, tanto numa cidade grande como numa cidade pequena (DOCENTE 9).

Gadotti (2011, p.96) nos fala que é possível educar para um outro mundo possível, e este mundo possível passa pelo “educar para a ruptura, para a rebeldia, para a recusa, para dizer “não”, para gritar, para sonhar com outros mundos possíveis. “Denunciando e anunciando”.

E neste anúncio, trazemos mais um trecho do relato do docente 9 que nos conta da descoberta de seus alunos quando foram a campo e se depararam com a realidade dos trabalhadores do lixão na cidade em Tabatinga:

E agora nós estamos levando nossos alunos do curso integrado para conhecer isso também, pra saber o quanto é difícil a vida de um trabalhador que se encontra nessas condições e nossos alunos saberem quando pegarem uma legislação ambiental, por exemplo, eles acharem que tudo é mil maravilhas como está escrito ali, que você vai se deparar com situações totalmente diferentes, não é por que é diferente que nós temos que concordar que é daquela maneira (DOCENTE 9).

Assim, conforme afirma Freire (1996), a educação é uma forma de intervir no mundo, que não se trata apenas de ensinar conteúdos, de ser indiferente ou neutro diante dos absurdos e atrocidades que testemunhamos. Que precisamos ir além do que está escrito, ler as entrelinhas, é o que percebemos quando os alunos do Ensino Médio Integrado do Campus Tabatinga ultrapassam as páginas dos livros e manuais e se deparam com a realidade do trabalhador por meio das visitas externas que realizam, aliando desta maneira a teoria com a prática e pensando como intervir na realidade que estão inseridos. Foi o que aconteceu com um dos discentes do curso de meio ambiente quando relatou tal descoberta no diálogo com os trabalhadores do lixão:

Nosso grupo desenvolve pesquisa nessa área, a gente tem um acesso muito bom com os agricultores de compartilhar o saber deles, isso a gente não tá se apropriando, a gente tá compartilhando o conhecimento deles e nós compartilhando nossa parte técnica, de tecnologia, em busca do nosso objetivo que é a valorização desse saber, no caso, o conhecimento que eles têm com a espécie; dos catadores, o conhecimento que eles têm de como negociar os produtos que eles catam no lixão, então a gente busca desenvolver essas atividades. E aí levando nosso aluno para campo, eles já têm uma outra visão quando voltarem, chega assim: "Nossa Professor! eu voltei encantado pelo grupo de trabalhadores. O senhor explicando em sala de aula é uma coisa, quando eu fui lá e ouvi eles falarem, a gente se emociona só de ouvir o discurso desses trabalhadores". Então a gente escuta isso dos nossos alunos, a gente, nossa! aqui, parece que a nossa intenção, a nossa proposta valeu a pena, atingiu o objetivo (DOCENTE 9).

Deste relato podemos destacar elementos muito significativos como a valorização dos saberes das pessoas comuns que colaboraram na construção da prática do professor e na construção de suas aulas. É o que Freire (1996, p.42) nos fala da "leitura de mundo" que vem muito antes da "leitura da palavra"

e que o docente 9 se apropriou com maestria freiriana e trouxe para a construção das suas aulas

Não posso de maneira alguma, nas minhas relações políticas pedagógicas com os grupos populares, desconsiderar seu saber de experiência feito. Sua explicação do mundo de que faz parte a compreensão de sua própria presença no mundo. E isso tudo vem explicitado ou sugerido ou escondido no que chamo “leitura do mundo” que precede sempre a “leitura da palavra”.

E o cenário do lixão de Tabatinga nos remete a uma outra passagem citada por Freire (1996, p.17) quando faz vários questionamentos chamando a atenção para se trabalhar a realidade associada a disciplina, aos conteúdos, realidade muitas vezes dura e cruel, mas que deve ser revisitada, apresentada para o aluno:

Por que não aproveitar a experiência que têm os alunos de viver em áreas da cidade descuidadas pelo poder público para discutir, por exemplo, a poluição dos riachos e dos córregos e os baixos níveis de bem-estar das populações, os lixões e os riscos que oferecem à saúde das gentes. Por que não há lixões no coração dos bairros ricos e mesmo puramente remediados dos centros urbanos?

E essa outra visão de mundo que o docente buscou apresentar para seu aluno de forma contextualizada é o que dá significado ao que aprendemos, acrescido ainda dos novos espaços de aprendizagem que foi apresentado para seus alunos por meio do lixão da cidade de Tabatinga como ressaltado por Gadotti ((2011). Certamente foi uma experiência extremamente significativa para o docente e a discente.

Os relatos dos docentes participantes nesta sessão nos mostram um compromisso de pensar a educação de forma integrada defendida por Gadotti (2011, p. 107), como educar holisticamente considerando o ser humano na sua totalidade pessoal (intelectual, emocional, física), com a totalidade do mundo da vida (os outros seres vivos, a comunidade, a sociedade) e a totalidade cósmica (a terra, o universo).

E para finalizar, nos locais que os discentes venham a ocupar após deixarem o Campus Tabatinga/IFAM que percebam como citado pelo docente 8, que “o fruto é importante, também tem valor, eles saberem o que fazer com esse fruto”.

E o fazer e como fazer que alegra todo professor que deseja ver seu aluno encaminhado na vida e fazendo a diferença nos espaços que estiver atuando.

3.6 Uma década na região do Alto Solimões e dois desafios marcantes

Neste espaço abordaremos dois desafios que o Campus Tabatinga/IFAM enfrentou exatamente no momento que celebrou dez anos de existência na região da Tríplice Fronteira Amazônica. O primeiro é referente a pandemia do Sars-CoV-2, que alterou a atuação dos trabalhos desenvolvidos pelos docentes assim como a organização do próprio Campus Tabatinga e o outro desafio é referente a ocupação ilegal das terras do CTBT neste período, modificando também as aulas dadas aos discentes e as práticas pedagógicas dos professores.

3.6.1 Docência e pandemia no CTBT num cenário de internet deficitária: adequações necessárias

O ano de 2020, foi marcante para o CTBT seja pela questão da pandemia que alterou todo o cenário educacional, seja pelo fato de o Campus Tabatinga ter completado dez anos de existência na região da Tríplice Fronteira Amazônica. As comemorações tiveram que ser adiadas para outro momento e as atenções se voltaram para as Portarias e adequações que deveriam ser feitas para minimizar o impacto da pandemia sobre seu alunado e servidores.

No contexto de sala de aula, o ensino presencial passou por profundas mudanças naquele período. Entraram em cena expressões como ensino remoto emergencial (ERE), atividades não presenciais, as tecnologias como o uso do WhatsApp e redes sociais como auxiliares e mediadoras no processo de ensino e aprendizagem, dentre outros.

A substituição das aulas presenciais por aulas usando outros recursos tecnológicos foi autorizada pelo Ministério da Educação por meio da portaria 343 de 17 de março de 2020 e reafirmada pela portaria nº 1038 de 7 de dezembro de 2020, que manteve a estrutura de funcionamento das aulas em regime emergencial até enquanto durasse a pandemia. As medidas foram tomadas como forma de conter a propagação do coronavírus nas escolas, evitando assim aglomeração e contato direto da comunidade escolar.

Outro ponto a se debruçar foi a preocupação dos alunos não perderem o vínculo com a escola nem se evadirem, já que as aulas não ocorreriam de forma presencial. Para auxiliar nessa discussão, a comunidade escolar contou com o Parecer CNE/CEB nº 05/2020 que tratava da reorganização do calendário escolar bem como das atividades não presenciais para que houvesse o cumprimento da carga horária mínima estipulada aos estabelecimentos de ensino. O Parecer CNE/CEB nº 05/2020 destaca os recursos que os professores poderiam fazer uso para que suas aulas pudessem ser ministradas como:

As atividades pedagógicas não presenciais podem acontecer por meios digitais (videoaulas, conteúdos organizados em plataformas virtuais de ensino e aprendizagem, redes sociais, correio eletrônico, blogs, entre outros); por meio de programas de televisão ou rádio; pela adoção de material didático impresso com orientações pedagógicas distribuído aos alunos e seus pais ou responsáveis; e pela orientação de leituras, projetos, pesquisas, atividades e exercícios indicados nos materiais didáticos (Parecer CNE/CEB nº 05/2020, p. 8-9).

No caso da região de Tríplice Fronteira (Brasil, Colômbia e Peru) onde o CTBT está inserido, a preocupação também era a questão da conexão com a internet que é deficitária na região como podemos verificar nos relatos a seguir:

O maior desafio foi utilizar o ensino remoto como uma ferramenta didática, mesmo com a precariedade de acesso à internet na região. Principalmente por parte dos alunos, muitos dos quais até então desconectados, e além disso, conseguir motivá-los para continuarem nos estudos mesmo diante das adversidades (DOCENTE 1).

O Docente 4, partilha da mesma opinião do docente 1 em equilibrar o ensino remoto e a internet que deixa a desejar no acesso “O que marcou foi o desafio de desenvolver o ensino remoto com internet precária, tivemos que ter um olhar apurado para integrar o discente nas metodologias”.

No relato do docente 3, menciona sobre as dificuldades enfrentadas pelos discentes em relação ao acesso e conectividade no momento das aulas e distância geográfica onde se encontravam.

A distância dos alunos, a falta de internet na nossa região é problemática (não importa o quanto se pague, sempre haverá problema). Os alunos tinham muita dificuldade de conectividade nos horários de aula destinados a cada professor. O envio de atividade e sua devolução acarretou mais um problema, somados aos existentes. Como vivência profissional foi algo inédito. Tivemos que fazer planos de estudos de tal forma que os arquivos enviados fossem possíveis

dos alunos receberem e devolverem respondidos. Os prazos para entrega raramente foram atendidos (DOCENTE 3).

Além de todos os problemas envolvendo a internet, o docente 3 menciona um segundo impasse, a devolutiva das atividades pelos estudantes onde os prazos eram extrapolados e ao mesmo tempo menciona a distância dos alunos, que possivelmente é um elemento a ser considerado no atraso na entrega das atividades escolares, tendo em vista que o alunado do CTBT é também oriundo de comunidades indígenas, ribeirinhas e de outras cidades a exemplo de Benjamin Constant que para chegar a Tabatinga é necessário navegar pelo rio Solimões.

De acordo com Silva e Lima (2022, p. 169), o ensino remoto emergencial na Educação Profissional Tecnológica vai escancarar a exclusão digital que muitos brasileiros enfrentam, somado a outros fatores como desigualdade socioeconômica e ausência de infraestrutura. E as autoras fazem um alerta: “sem acesso à tecnologia, não é possível usar as informações para gerar novos conhecimentos”.

O WhatsApp foi uma ferramenta utilizada pelos professores do ensino médio integrado do CTBT no contato com seus alunos para auxiliar na aprendizagem dos conteúdos, todavia como mencionado pelo docente 6, a mudança só ocorreu de fato com a distribuição dos tablets e chips:

Senti muita dificuldade, pois a comunicação até mesmo por WhatsApp era difícil. Só melhorou com a distribuição dos tablets e chips, que permitiram que os alunos fizessem as atividades previstas nos planos de estudos dirigidos na forma digital e na forma impressa, mecanismos estes de política do IFAM como tentativa para amenizar o darwinismo social e educacional (DOCENTE 6).

Com relação ao uso do WhatsApp na mediação do processo de ensino aprendizagem, Santos *et al* (2020, p. 38) conta como foi a experiência no Campus Presidente Figueiredo/IFAM. Na pesquisa realizada com os alunos do referido Campus, perceberam que os discentes tiveram dificuldade no acesso à internet e que a ferramenta WhatsApp foi importante para auxiliar na compreensão dos conteúdos estudados. Entretanto, no requisito tirar dúvidas sobre o que era estudado, não foi tão satisfatória e os danos à aprendizagem

foram minimizados quando houve a adoção de apostilas e outros materiais didáticos.

Como podemos notar, não havia uma fórmula que possibilitasse que as medidas adotadas seriam suficientes e eficientes para garantir o aprendizado pleno dos discentes no ensino remoto emergencial, o que percebemos é a dificuldade clara da conectividade nas localidades que muitas vezes inviabilizam as propostas, acrescida a ausência de uma formação para os docentes que tinham que pensar como ministrar suas aulas, pensar na conectividade, elaborar materiais e acompanhar os discentes na entrega das atividades .

Meu maior desafio foi pensar conteúdos, atividades de ensino e avaliações levando em consideração o estado emocional abalado que todos nos encontrávamos naquele momento, seja pela perda de familiares e amigos, seja pelas sequelas deixadas pela doença. Além desta primeira preocupação foi complexo pensar em atividades a serem desenvolvidas de forma autônoma pelo aluno, posto que os projetos curriculares dos cursos não haviam sido pensados e planejados para serem desenvolvidos de forma virtual (DOCENTE 7).

No depoimento do docente 7, destacamos ainda a questão do emocional abalado, pois a todo instante havia o medo pela contaminação do Sars-CoV-2 e a preocupação com a elaboração de materiais que contemplassem o novo cenário, haja vista que o currículo dos cursos não atenta para o formato virtual.

Nesse sentido exposto pela docente 7 no seu relato, Cavalcante e Cavalcante (2022, p. 6) realizaram uma investigação com os professores do município de Lábrea, no interior do Amazonas, que elencaram os desafios apontados pelos docentes do referido município. Dentre os desafios estava o medo da contaminação pelo Sars-CoV-2, já que tinham que levar o material didático nas casas dos alunos. Além da angústia pelo fato de muitos não terem acesso à internet, os docentes ainda usaram o próprio celular para desenvolver suas aulas, não recebendo apoio da secretaria de educação. Somado a tudo isso, a ausência de uma formação para usar as tecnologias: “Ensinar usando as tecnologias, sem conhecimentos básicos de como usar tais ferramentas, impôs uma reflexão sobre sua atuação profissional, bem como sua formação”.

Os autores Cavalcante e Cavalcante (2022, p. 6) mencionam ainda que o momento de pandemia deixou claro que devemos rever as formações ofertadas

aos docentes e o quão é frágil os programas que envolvem as tecnologias digitais na oferta de formação para os professores:

Tais elementos ressaltam o quanto precisa ser investido em qualificação na prática docente. A ampliação de seus conhecimentos e a preparação para situações como essa precisam ser reforçadas no processo de formação continuada. A necessidade do uso das tecnologias digitais escancarou a fragilidade de projetos e programas de formação acerca das novas tecnologias e plataformas digitais, que deveriam vislumbrar o processo formacional como algo ininterrupto e contínuo.

Reforçando o relato anterior, Gouvêa, Paniago e Sarmiento (2020), deixam claro que se faz necessário que os docentes renovem sua práxis, que está interligada com a formação continuada recebida e a Covid-19 apenas evidenciou toda a fragilidade que perpassa pelos aspectos epistemológico, teórico e metodológico. Em se tratando de ensino-aprendizagem, o processo deve ser revisto, já que está obsoleto e as novas formas de ensino devem englobar e trazer para centralidade as tecnologias digitais da informação e comunicação.

Nos relatos dos participantes da nossa investigação, os professores evidenciaram a questão da falta de formação para este cenário de ensino remoto e a preocupação com a evasão dos discentes, pois as aulas práticas que fazem parte do cotidiano e formação do alunado dos Institutos Federais não pôde ser realizada como explicitado pelos docentes 8 e 9:

As principais foram a ausência do convívio, sem saber se o discente estava acompanhando o conteúdo; a falta de treinamento para o ensino remoto; instabilidade de internet; e outra a ausência de aula práticas, pois para os cursos técnicos são essenciais (DOCENTE 8).

A questão da falta de internet para ambos desenvolverem as atividades com o mínimo de qualidade possível. Mediante a esse contexto, o êxito e a permanência dos discentes ficou afetada, levando a retenção e desistência de alguns alunos (DOCENTE 9).

O Próprio Parecer CNE/CEB nº 05 (2020, p. 14) dá algumas sugestões de adequação ao momento pandêmico para os cursos técnicos, dentre elas: aulas de laboratório, por atividades não presenciais, considerando o modelo de mediação de tecnologias digitais de informação e comunicação adequado à infraestrutura e interação necessárias”.

Ambos docentes mencionaram as preocupações do real acompanhamento das atividades pelos discentes nas atividades não presenciais e a própria evasão dos mesmos. Foram desafios que os docentes participantes do EMI do CTBT destacaram, se de fato a aprendizagem estava ocorrendo com a estrutura de ensino remoto.

Seguindo este pensamento, Nhantumbo (2020, p. 567) evidencia o estranhamento por parte dos alunos na adoção das tecnologias da informação no seu contexto escolar: “A adoção das tecnologias de informação não é fácil para o aluno que está preparado para as aulas presenciais onde recebe as matérias em um ambiente em que há contacto directo com o professor em sala de aula”.

Considerando ainda que muitos alunos não têm um cenário favorável para esta estrutura de ensino com as tecnologias, seja pela falta de internet de qualidade na tríplice fronteira, seja pela autonomia e disciplina que esta forma de ensino engloba, ainda têm os fatores econômicos e sociais. Assim, há um destaque que muitos estudantes não possuem smartphones para acessar ou só contam com um aparelho que tem que dividir com os outros membros da família ou ainda tiveram que trabalhar para auxiliar a complementar a renda familiar, pois muitas famílias perderam seus empregos na pandemia. São situações complexas e realidades difíceis que podem ter provocado a evasão de muitos discentes.

Para Nhantumbo (2020) as Instituições de ensino têm um papel primordial na criação de propostas pedagógicas que vão de encontro às necessidades de aprendizagem dos alunos. O CTBT buscou várias alternativas para minimizar o impacto sobre os alunos em 2020 como descrito nos relatos dos docentes abaixo:

E o foco em ações motivacionais voltadas aos estudantes (compra de chips de celular, tablets, kit escolar, cesta básica, material de proteção, etc.) foi decisivo para manter a continuidade dos estudantes nas ações letivas (DOCENTE 1).

Em virtude da iminente diversidade do corpo discente que possuímos (alunos na área indígena e em áreas de difícil acesso). Além disso, contamos com alunos dos municípios vizinhos como Benjamin Constant e Atalaia do Norte que igual ao município de Tabatinga, carecem de uma melhor internet. A disponibilidade de tablet para alguns alunos cadastrados conforme as exigências burocráticas,

contribuiu, em certos momentos, para suprir a falta de comunicação entre alunos e professores. Mesmo com esses recursos técnicos disponibilizados para os alunos, todos os docentes tiveram que elaborar planos de estudos domiciliares para os alunos que não tinham recursos e moravam distantes do município. Os pais e responsáveis se dirigiam até o Campus para pegar o material didático e levar para seus filhos (alunos regularmente matriculados no IFAM/Campus Tabatinga (DOCENTE 3).

Protocolo de biossegurança, distribuição de: EPIs, rancho e TICs aos alunos, a possibilidade transição de aula remota, depois aula híbrida e presencial, sempre consultando de forma democrática a comunidade. No segundo semestre de 2020 acho que foi melhor equipar o Campus com álcool, distanciamento social, lavatórios e outras medidas de biossegurança previstas no manual. Cita-se também o consentimento do trabalho remoto por meio dos estudos dirigidos impressos aos alunos de comunidades, zonas rurais e sem telefone celular (DOCENTE 6).

Oportunidades para os alunos, além dos prazos, sempre e quando os pais nos procuraram para informar sobre alguma problemática enfrentada pelos alunos. Também houve mudança nas resoluções que regem o ensino, pesquisa e extensão no âmbito do IFAM como um todo, como por exemplo, a adoção do estudo dirigido, impresso ou em mídia, como principal metodologia de ensino no campus (DOCENTE 7).

Procurou atender a todas as recomendações de biossegurança; disponibilizou tablets para os alunos acessarem os conteúdos digitais; transformou em rancho o recurso de alimentação, que era para servido pela cantina enquanto presencial, e distribuiu para as famílias dos discentes; Pontos negativos: a ausência de profissionais para acompanhar a saúde mental dos servidores e alunos; a não disponibilização de internet para os professores nesse período de isolamento social (DOCENTE 9).

Vamos observar uma série de medidas que o CTBT utilizou para se adequar ao cenário pandêmico, considerando a diversidade do seu alunado da tríplice fronteira que padece com o fraco sinal de internet e até inexistência do mesmo. A utilização dos recursos para compra de cestas básicas ou “rancho” como é conhecido na região, a mudança do material disponibilizado para os alunos da área rural, o envolvimento das famílias dos estudantes no processo de ensino e aprendizagem dos filhos, a abertura de canais de comunicação para que os pais se sentissem à vontade para partilhar as problemáticas seja pela devolutiva das atividades ou um maior prazo de entrega e as adequações seguindo as normas de biossegurança estabelecidas para evitar a contaminação e propagação do Sars-CoV-2 na instituição.

Entretanto, um ponto a ser considerado é destacado pelo docente 9, foi a saúde mental da comunidade escolar que não recebeu a atenção devida neste período de pandemia. Que de acordo com Pereira, Santos e Manenti (2020) em

se tratando dos docentes que passaram por reconfigurações no seu trabalho, a saúde mental dos professores precisa ser considerada, seja nas duas formas de organização do trabalho, home office e presencial. O foco na pandemia é a saúde física das pessoas e o combate ao vírus causador, todavia não se pode deixar em segundo plano ações que colaborem para a saúde mental das pessoas.

Além dos impactos psicológicos diretamente relacionadas à COVID-19, coexistem conjuntamente, os abalos biopsicossociais causados pelas medidas preventivas de contenção da pandemia, como por exemplo, os efeitos da quarentena e do isolamento social, que limitam não somente nossas interações presenciais e relações sociais, como também, restringem a realização de atividades de lazer e entretenimento, sendo estes, também considerados como potenciais fatores de risco à saúde mental e bem-estar emocional (PEREIRA; SANTOS ;MANENTI, 2020,p. 30-31).

E no caso da docência uma sobrecarga a mais com a nova estrutura do trabalho e atividades adequadas ao alunado, em especial da Tríplice Fronteira Amazônica (Brasil, Colômbia e Peru) que padece com a internet fraca, acrescentando ainda a diversidade do alunado atendido pelo CTBT, indígenas, colombianos e peruanos tudo isso teve que ser considerado na preparação das aulas não presenciais.

No relatório emitido pelo Comitê Local de Enfrentamento ao COVID⁹ em 26 de julho de 2021 responsável pelo Planejamento, Acompanhamento, Controle e Ações de prevenção da COVID-19, no âmbito do Campus Tabatinga/IFAM, instituído pela Portaria Nº 184– GD/IFAM/CTB/2020, e alterado pela Portaria Nº 107– GD/IFAM/CTB/2021, DE 11 DE MAIO DE 2021, nos apresenta dados importantes com relação a vacinação dos servidores do CTBT:

Os profissionais da educação começaram a ser vacinados no dia 12/05/2021, e os servidores e colaboradores do IFAM/Campus Tabatinga que se encontravam no município foram vacinados com a primeira dose no dia 18/05/2021. A vacina disponibilizada aos trabalhadores da educação foi a AstraZeneca/FIOCRUZ, porém houve uma antecipação informada pela Secretaria Municipal de Saúde e a segunda dose está sendo aplicada hoje no dia 23/07/2021 nos servidores do IFAM/Campus Tabatinga (COMITÊ LOCAL DE ENFRENTAMENTO AO COVID, 2021, p. 5).

⁹ Setor responsável em 2020 - Departamento de Administração e Planejamento, atualmente Coordenação de Administração e Finanças.

Além da vacinação dos servidores do CTBT, o relatório apresenta ainda as adequações da Instituição as normas de biossegurança e a aquisição de materiais como explicitado, destaque para os seguintes pontos:

Aquisição de Kits contendo (4 máscaras, 1 bisnaga de álcool em gel e 1 garrafa para água) – foram adquiridos 700 kits para alunos e 100 kits para servidores, os quais foram distribuídos ainda no ano de 2020, restando 150 kits de alunos disponíveis para distribuição, Instalação de 08 (oito) lavatórios internos; Instalação de 07 (sete) lavatórios externos, Instalação de dispenser de álcool em gel e colocação de acionadores de pedal para álcool em gel. Sinalização do campus com as medidas de prevenção, bem como com a limitação de circulação de pessoas por setores (COMITÊ LOCAL DE ENFRENTAMENTO AO COVID, 2021, p.6-7).

É notório quando nos debruçamos sobre os relatórios de enfrentamento ao Sars-CoV-2 do CTBT, assim como os relatos dos docentes do EMI, o esforço empreendido pelo CTBT e seus servidores na busca de soluções para minimizar o impacto sobre seus alunos diante do cenário de pandemia no período. Além de tudo que foi exposto, vamos finalizar com o depoimento do docente 10 que descreve sobre a atuação da Extensão no período e suas ações envolvendo a comunidade:

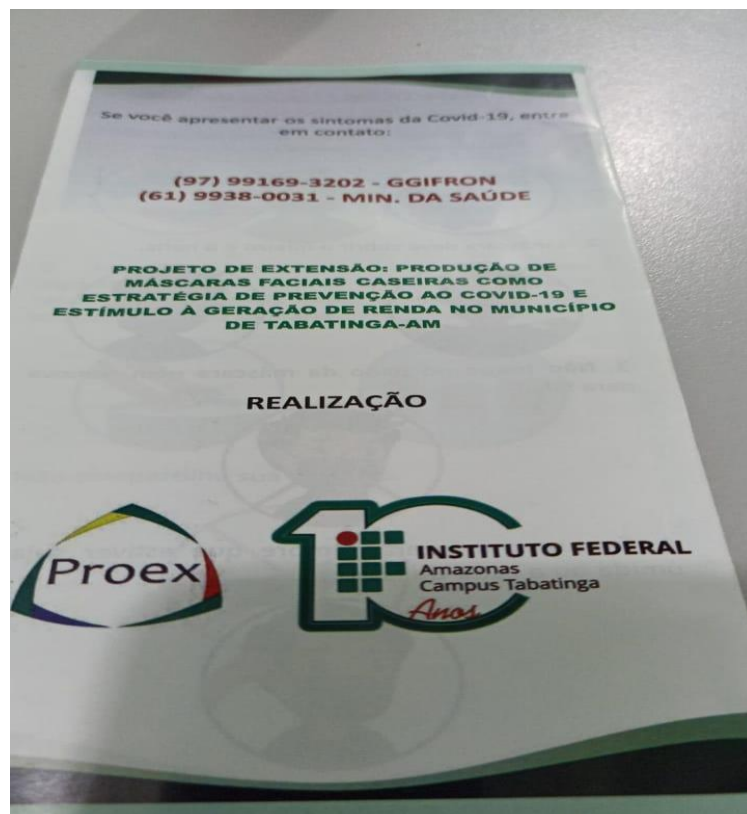
A gente fez um projeto de Extensão, que inclusive conseguiu gerar emprego e renda para algumas costureiras, em virtude da paralisação dos Lockdowns, embora que não tenha sido muito grande, mas ainda assim teve reflexos. A gente conseguiu fazer doações de máscaras para a Secretaria de Assistência Social, a gente conseguiu fazer doação de máscaras para a Secretaria de Assistência Indígena, SESAI, a gente conseguiu fazer doações de máscaras para as Secretarias de Assistência Social de Tabatinga e Benjamin Constant. A gente conseguiu fazer doação de máscaras, aquela face shield, que é com acrílico. O IFAM, o instituto como um todo, se uniu na produção destas máscaras, com as nossas impressoras 3D. A gente doou para UPA, a gente auxiliou, inclusive a Unidade de Pronto Atendimento para transporte de cilindro (DOCENTE 10).

Podemos observar no relato do Docente 10, a mobilização e união realizada pelos servidores do IFAM¹⁰ na busca por soluções que minimizassem os danos provocados pela pandemia do Sars-CoV-2, inclusive gerando renda para as mulheres costureiras da localidade, assim como direcionando sua tecnologia para confecção de máscaras e auxílio às entidades de assistência na

¹⁰ <http://portal.mec.gov.br/ebserh--empresa-brasileira-de-servicos-hospitalares/quem-e-quem/12-noticias/acoes-programas-e-projetos-637152388/87181-ifam-produz-mascaras-para-combate-ao-coronavirus>

região do Alto Solimões. Tal postura assumida pelo CTBT e seus servidores seguiram na direção do pensamento de Freire (1996, p. 53) quando nos diz que ensinar “exige compreender que a educação é uma forma de intervenção no mundo”.

Imagem 3- Folder do Projeto de Extensão do CTBT -Produção de Máscaras e geração de renda.



Fonte: Participante da Pesquisa

E assim foi feito, as intervenções foram realizadas, o que parecia sem solução foi transformado em possibilidades. E a postura como o CTBT e seus servidores agiram tem nome e se relaciona com um questionamento feito por Lispector (2018) quando se perguntou que nome atribuir a esperança e nas suas reflexões nos apresentou o seguinte:

Mas se através de tudo corre a esperança, e não a coisa é atingida. No entanto, a esperança não é para amanhã. A esperança é este instante. Precisa-se dar outro nome a certo tipo de esperança porque esta palavra significa sobretudo espera. E a esperança é já (LISPECTOR, 2018, p. 103).

Como podemos perceber as decisões do CTBT e de seus servidores no cenário de pandemia do Sars-CoV- 2 coadunam com ações e não com a espera, não com a desesperança que tenta furta a alegria, mas com a certeza que a saída está na cooperação, no trabalho em equipe para melhoria do coletivo.

3.7 A Ocupação do terreno do Campus Tabatinga/IFAM

Nesta seção trataremos de um desafio que o CTBT tem enfrentado desde o período da Pandemia do Sars-CoV- 2 no ano de 2020 que foi a ocupação de parte da sua área que é usado como laboratório das pesquisas realizadas, ou seja, é uma extensão da sua sala de aula. Mas antes uma pausa para um recorte histórico da questão da propriedade privada da terra no nosso país, para tentar compreender o fenômeno que resultou na ocupação do terreno do CTBT.

Segundo Oliveira e Faria (2009), falar da propriedade privada da terra no Brasil é perceber que o rentismo se faz presente neste universo da terra e ao mesmo tempo é atentar para as controvérsias envolvendo a questão. Tendo em vista que no Brasil a terra é um denominador para concentração de riqueza, já que o dono da terra mesmo não produzindo nada na mesma, ainda assim consegue enriquecer por meio da grilagem. E o grileiro vem a ser:

É um proprietário privado que se apossa das terras devolutas (terras públicas, sem destinação) e/ou terras de terceiros. Esta apropriação envolve a criação de documentos falsos, de onde provém o termo grilagem, já que os documentos eram engavetados com grilos para dar uma aparência de antigos (portanto, mais verossímil pelo amarelado que os detritos do animal deixam no papel e pelos desgastes que os animais provocam no mesmo (ROMANO, 2021, p.1).

Como podemos notar a criatividade da técnica usando grilos para envelhecer o papel surtia efeito na época e assim se tirava proveito de uma situação para conseguir acesso à terra e o termo grilagem se consagrava ao longo do tempo, sendo citado até hoje.

Oliveira e Faria (2009, p.3) descrevem que a formação da propriedade privada da terra no nosso país advém das sesmarias, que a Coroa portuguesa permitia que os exploradores do período pudessem usar a terra, desde que

mantivessem o cultivo, caso não fosse cumprida a exigência a terra voltaria para o domínio do Rei.

Neste sentido Cavalcante (2005, p.2) acrescenta mais um elemento neste quesito de posse da terra, pois na época das sesmarias, muitos sesmeiros não cumpriram com as obrigações estabelecidas, perdendo a terra, abrindo espaço para o chamado posseiro que tanto ocupou como passou a cultivar nas terras improdutivas.

Num primeiro momento, o posseiro, na figura do pequeno lavrador, surgia como uma grande ameaça ao regime de sesmaria. Todavia, ao longo dos anos, este passou a se figurar no grande fazendeiro, fazendo assim com que muitos sesmeiros assumissem o papel de posseiros.

De acordo com Cavalcante (2005, p.3), essa situação gerou uma instabilidade, uma desordem, pois não se tinha um controle da distribuição de terras no período colonial. E em 1822, a concessão de sesmaria é suspensa por D. Pedro I, agora não eram permitidas novas posses. Mesmo com esta medida, só aumentava o número de posseiros, ou seja, as concessões e a falta de controle das ocupações da terra não cessaram como achavam.

Algo que Jahnel (1987, p.109) alertou, com a extinção das sesmarias e a falta de controle da posse da terra, setores da elite se preocuparam como ficaria a mão de obra para trabalhar na lavoura e este grupo passou a cobrar uma estruturação de política de terras e a forma encontrada foi a criação da lei nº 601 de 18 de setembro de 1850, a famosa Lei de Terras. O receio da elite era que se não houvesse obstáculos para aquisição de terras, certamente conseguir mão de obra seria impossível, a não ser pelo uso da imposição.

A Lei de Terras de acordo com Oliveira e Faria (2009, p.4) se tornou um marco na aquisição de terras no Brasil, por que a partir dela a terra passou a categoria de mercadoria, só se podia adquirir terras a partir de 1850, por meio da compra e venda.

Todos os títulos de sesmarias concedidos ou os grilos das terras reais e ou imperiais, eufemisticamente chamadas de “posses mansas e pacíficas” puderam ser legalizadas por aqueles que as grilaram, porém, após a lei, isto não era mais possível, pois, somente a Coroa Imperial podia vender as terras devolutas em área pública. Na lei estava garantida punição para aqueles que ocupassem as terras devolutas ilegalmente, mandava expressamente para a prisão, além de exigir

multa e indenização pela destruição da vegetação natural (artigo 2º). Dentre as terras devolutas estava assegurado a reserva para os indígenas através de colonização (artigo 12º).

Como podemos notar a Lei de Terras favorecia aqueles que detinham o capital, ficavam excluídos estrangeiros, pobres e negros livres. E quando as terras fossem vendidas, o preço deveria ser exorbitante, dificultando assim a compra pelos grupos mencionados anteriormente.

Em 1854, a Lei de Terras estipulou um prazo para que quem possuísse o título de sesmaria e posse, medissem as terras e a registrassem junto à freguesia, realizando o chamado registro paroquial.

O professor Marcos Salomão numa live sobre História da Propriedade Privada no Brasil: capitânicas, sesmarias, posse e registro, transmitida no facebook em 4 de novembro de 2021, elencou quatro situações que surgiram para registrar a terra naquele momento:

Tinha o sesmeiro regular, o cara que tinha pago todos os foros, tinha medido, tudo certinho. Ele tinha a sesmaria dele. Esse cara passava depois na repartição de terras públicas e ganhava o título de propriedade. O segundo cara, era o sesmeiro irregular, esse era o cara que comprou do sesmeiro, pegou o documento, mas não mediu, não pagou o foro, não organizou a casa, mas tinha o documento, qualquer semelhança com o mundo atual é mera coincidência. O cara tem o documento, mas nunca respeitou as ordenações, nunca foi lá e pagou o foro. Eu comprei de um sesmeiro, que era um sesmeiro irregular. Aí esse cara que cadastrou na paróquia, vai na repartição de terras, ele ganhou uma revalidação da sesmaria e também ganhou o título de proprietário. O terceiro caso era o mais delicado, era a galera que não tinha nada, eles só tinham a situação de fato, estavam em cima da terra, tava lá, lutando, trabalhando, mas ele ou tinha invadido ou tinha recebido de alguém sem papel ou tomou posse. A Coroa portuguesa tinha um pavor disso, tanto que era uma afronta, tanto que nunca se chamou isso de posse, se chamou de ocupação. Nesse registro do vigário tu podia levar a informação do que tu tinha, isso passaria até por um juiz da comarca depois pra ver se precisava, inclusive com assinatura dos confrontantes e ali o ocupante tornava-se posseiro reconhecido. Ele recebia um título de posse, um título de posse. E o que sobraram? sobraram as terras públicas, que dividiam naquelas que eram ocupadas pelo governo e aquelas que não tinham utilidade, que a Lei de Terras realmente trata como terras devolutas, que eram aquelas que não pertenciam ao domínio privado e não estavam afetadas a nenhuma função do domínio público, terras devolutas. Nessa época se permitia a usucapião de terras devolutas (SALOMÃO, 2021).

Então, de acordo com Salomão (2021) havia o sesmeiro regular, o sesmeiro irregular, o ocupante da terra e a usucapião de terras devolutas, que na época era permitida e atualmente não é possível, como explicitado na nossa constituição de 1988, no artigo 188, concedida atualmente para fins da reforma agrária.

Em 1865, temos a lei nº 1.237, responsável pelos Registros Públicos no Brasil e de acordo com Oliveira e Faria (2009, p.10), os imóveis registrados poderiam ser hipotecados. A propriedade poderia ser repassada para outro dono por meio da transcrição do contrato, transferência entre vivos.

No período republicano temos o código civil por meio da Lei nº 3.071 de 1 de janeiro de 1916, onde há o reconhecimento do domínio do imóvel, como mencionado por Oliveira e Faria (2009, p.10) “presumia-se pertencer o direito real à pessoa, em cujo nome se inscreveu, ou transcreveu”. Em 2002, o código de 1916 foi substituído pela Lei nº 10.406 de 10 de janeiro que institui o Código Civil do nosso país. E no contexto amazônico, como ocorreu a ocupação das suas terras?

A pesquisadora Souza (2010) fez um apanhado histórico da ocupação das terras na Amazônia e esclarece que o termo Amazônia legal foi criado nos anos 50 e tinha como intuito promover o desenvolvimento daquela região que se encontrava distante das grandes cidades pulsantes, responsáveis pelo dinamismo da economia do país. Os estados que compõem a Amazônia Legal são: Amazonas, Acre, Amapá, Maranhão, Mato Grosso, Rondônia, Roraima, Pará e Tocantins.

O ponto de partida para se pensar o planejamento da região norte de acordo com Souza (2010), ocorreu no governo de Getúlio Vargas (1930-1945), destaque para o período do Estado Novo e os interesses envolvidos se relacionava com o período de segunda guerra mundial quando a produção de látex da região foi usada para auxiliar na guerra, somado a isso a defesa de fronteiras e a colonização da floresta, foram pontos cruciais neste sentido.

Para Souza (2010) é do período getulista que buscaram ocupar os espaços denominados de vazios da Amazônia e esse movimento ficou conhecido como Marcha para Oeste. A ideia era atrair trabalhadores à floresta,

daí o segundo ciclo da borracha no Acre. E desta época que a Amazônia recebeu vultuosos investimentos e a participação estadunidense foi intensa. Os investimentos eram de âmbito nacional e internacional.

Souza (2010), coloca que a ideia dos militares quando chegaram ao poder nos anos 1960, era desenvolver a região e unificar o país. É dessa época os grandes projetos que foram marcas do governo militar. No governo do presidente Castelo Branco, o slogan da campanha era integrar para não entregar e assim muitos imigrantes da região nordeste seguiram para a região amazônica para demarcar o território. Era também a fase da Operação Amazônica que compreendia reorganizar as legislações e normas para chamar a atenção dos grandes investidores. No governo de Emílio Médici, a meta era agregar a Amazônia ao restante do país, tornando morável, produtiva e com a presença das forças armadas em suas fronteiras, destaque para o Projeto Calha Norte que tinha como objetivo proteger as fronteiras da Amazônia Legal. Segundo Souza (2010, p.204) ainda havia o fator econômico para ocupação das terras da Amazônia como visto a seguir:

A principal motivação para ocupação da Amazônia parece ter sido, contudo, de caráter econômico, a se considerar a expansão da fronteira agrícola do país, a perspectiva de exploração de importantes riquezas minerais e a exploração de outros bens naturais próprios da região. O objetivo da expansão da fronteira agrícola era a produção de grãos e produtos vegetais exportáveis, além da implantação da pecuária, que, com a exploração das riquezas minerais, permitiriam ao Brasil um melhor posicionamento econômico e financeiro no que se refere principalmente a sua dívida externa.

Ainda no governo Médici, segundo Souza (2010), foi exposto o Plano de Integração Nacional (PIN), assegurado pelo Decreto lei nº 1.106/1970, é desta época a construção de rodovias que facilitariam o acesso às áreas propícias à pecuária, colaborando assim para minimizar os vazios da Amazônia e assim atraindo colonos para a região. Logo dois dilemas seriam resolvidos com as medidas :a ocupação da Amazônia e a atenuação dos conflitos por terras no sul e nordeste do Brasil. Foram construídas nesse período a BR-163 que liga Cuiabá a Santarém e a Rodovia Transamazônica (BR-230), considerada a terceira maior rodovia do Brasil.

Souza (2010, p.207) nos conta que o responsável pelo desenvolvimento dos núcleos de colonização foi o INCRA e as regras eram distribuir títulos de propriedade e terras para os migrantes, uma forma de incentivar sua ida e fixação na região norte, desde que realizasse o desmatamento da área que tinha recebido e iniciasse o plantio na propriedade.

Na tese “Mulheres Migrantes na Transamazônica: Construção da Ocupação e do fazer Político” de Silva (2008), a autora apresenta uma série de relatos de mulheres que vieram junto com seus esposos e filhos na abertura da Rodovia da Transamazônica (BR-230), a pesquisa mostra pelo olhar do feminino os desafios enfrentados na época. A autora esclarece sobre as duas formas de colonização que se fez presente no trecho entre Altamira e Itaituba no Pará na época da construção da Rodovia Transamazônica:

A colonização oficial implementada pelo Governo Federal foi denominada nos projetos de colonização dirigida, porque se encarregava da arregimentação de famílias para a Transamazônica e também coordenava o processo de deslocamento e assentamento nas terras loteadas pelo INCRA. A denominação colonização espontânea se caracteriza pela forma de deslocamento efetiva com recursos e mecanismos das próprias famílias (SILVA, 2008, p. 54).

A construção da Transamazônica resultou em muitas mudanças na vida dos imigrantes nordestinos e sulistas que foram incentivados a buscar novas terras e reconstruir uma nova vida na região norte num cenário de tantas adversidades que foram surgindo como no trecho a seguir:

As famílias migrantes se deparam com uma dura realidade que lhes exigiu esforço, coragem e persistência para permanecer na terra apossada. A partir de 1974, o projeto de colonização oficial da Transamazônica foi praticamente abandonado. O governo retirou quase todos os órgãos de apoio aos colonos, deixando-os à mercê da própria sorte: as estradas intransitáveis, sem incentivo agrícola, sem escolas para os filhos, distantes de postos de saúde e dos estabelecimentos comerciais (SILVA, 2008, p. 64).

Silva (2008, p.64) descreve ainda a mobilização de duas entidades que apresentaram documentos junto ao governo federal mostrando a realidade dos colonos na época. Um foi elaborado pela Comissão Pastoral da Terra-CPT no ano de 1982 denominado Relatório da Realidade e o outro foi encabeçado pelos Sindicatos dos Trabalhadores Rurais da Transamazônica, levado numa

caravana de trabalhadores no ano de 1985 em Brasília. Os documentos descreviam a real situação da Transamazônica depois de 1973 e 1974 e quem lucrava com o cenário de abandono.

Esta região se encontra em sérias dificuldades de desenvolvimento, carente de equipamentos públicos. Parte das famílias, abandonadas à própria sorte, acabam vendendo suas terras por baixo preço para fazendeiros e especuladores de terra que penetram nesta região.

Como podemos notar existiu por parte do governo todo um incentivo para que os migrantes viessem para a região norte ocupar os espaços vazios e se fixarem, entretanto, percebemos a insensibilidade do governo federal abandonando as famílias a própria sorte e assim promovendo que outros grupos se beneficiassem com cenário caótico.

Souza (2010, p. 209) defende que a ocupação da Amazônia ocorreu de 3 maneiras. A primeira se refere aos trabalhadores braçais e pequenos agricultores que prepararam a mata para o plantio, voltados para a agricultura familiar. A segunda maneira de ocupação foram os fazendeiros que além das áreas de cultivo, usaram áreas de reserva legal e assim estabeleceram vastos pastos. E a terceira maneira, se refere ao agronegócio que mecanizou a terra com suas monoculturas, como soja, milho e arroz.

Seguindo para os anos 80, a preocupação ambiental passou a fazer parte das discussões, destaque para a constituição de 1988 que apresentou o tema meio ambiente de forma central percebido no artigo 225:

Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à saúde, qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para os presentes e futuras gerações (BRASIL, 1998).

Ainda citando Souza (2010, p. 212-215), nos anos 90, no governo de Fernando Collor de Mello, as questões ambientais se sobressaíram ainda mais e a pressão internacional foi preponderante neste sentido. Em 1992, na cidade do Rio de Janeiro, foi sediada a Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento, a ECO 92. O Brasil foi extremamente cobrado pelas organizações internacionais a ter atitudes mais incisivas referente ao desmatamento da Amazônia e demais questões ambientais. É deste período

acordos como o de Guadalajara e o Compromisso de Mendoza, além da criação da Secretaria de Meio Ambiente da presidência da república (SEMAM/PR), ligada ao IBAMA. No Governo de Itamar Franco, destaque para a criação do Ministério do Meio Ambiente e inserção do Sistema de Vigilância da Amazônia (SIVAM).

Com Fernando Henrique Cardoso, as questões ambientais ficaram em segundo plano, de acordo com Souza (2010) por conta do seu viés governamental economicista e neoliberal. Foi no seu governo que foram criados o Protocolo Verde e o Plano de Infraestrutura Avança Brasil, que colaborou com o desmatamento das florestas.

Souza (2010) ainda destaca que nos anos 2000, com o Governo de esquerda que chegou ao poder, com o petista Luiz Inácio Lula da Silva, a ênfase foi dada a criação das Unidades de Conservação e o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), buscando impulsionar economicamente e industrialmente o Brasil. A gestão do governo esquerdista se destacou pela construção de estradas como a rodovia Interoceânica, ligando o Brasil e a Bolívia, além do desenvolvimento de políticas agrícolas para o Amazonas.

Outro ponto crucial foi a questão das fontes de energia, em especial, as fontes hídricas para dar vazão às demandas crescentes impulsionadas pelas regiões sudeste e sul que são mais industrializadas e povoadas. Por isso o investimento em obras como a Hidrelétrica de Belo Monte ¹¹localizada na cidade de Altamira no Pará, inaugurada na gestão da presidenta Dilma Rousseff.

Entretanto, a construção de uma hidrelétrica acarreta mudanças em vários âmbitos, seja ambiental, seja social, em especial a Hidrelétrica de Belo Monte, a terceira maior hidrelétrica do mundo. A cidade de Altamira e entorno vivenciaram as mudanças que a hidrelétrica provocou como constatado abaixo:

A UHE de Belo Monte, localizada na bacia do rio Xingu, prometia ser grandiosa em todos os sentidos. Desde o início de suas obras, no entanto, a região começou a sofrer mudanças desproporcionais nem tão animadoras para quem mora nos seus arredores. Altamira passou por amplas modificações em seu cotidiano. Aliás, a cidade tem sido frequentemente retratada como uma das mais violentas do Brasil (LOPES, 2019, p. 3).

¹¹ Usina Hidrelétrica de Belo Monte é inaugurada no Pará | EBC Rádios

Como podemos notar as transformações foram intensas e impactantes na vida dos moradores de Altamira e o governo como menciona Souza (2010, p. 216) para dar uma resposta à demanda energética do país, realizou obras na região, desconsiderando os danos ao meio ambiente e os efeitos sociais como percebido no relato acima.

Exposto o recorte histórico de ocupação das terras da Amazônia e grandes obras, movidas pelos planos de desenvolvimento da região, vamos nos debruçar sobre uma situação delicada que o Campus Tabatinga/IFAM enfrenta, que é a ocupação irregular de seu terreno por moradores locais. A ocupação do terreno se deu no ano de 2020, no período da pandemia do Sars-CoV 2, conforme reportagem do Jornal a Crítica em 2020¹²:

Uma invasão de terras em área de propriedade do Instituto Federal, Ciência e Tecnologia do Amazonas (IFAM), Campus Tabatinga (distante 1.106 quilômetros de Manaus) tem ameaçado as aulas de campo dos alunos da instituição. Isso porque os terrenos que estão sendo ocupados são áreas utilizadas para atividades acadêmicas dos cursos ofertados pela unidade de ensino (GAMA, 2020).

De acordo com a Certidão de Teor de Imóvel, matrícula nº 972 e livro nº 2 E.R-21972, o Campus Tabatinga/IFAM, recebeu o título definitivo de propriedade, na forma de doação, expedido pela Prefeitura Municipal de Tabatinga em 03 de julho de 2008, assinado pelo então prefeito na época Joel Santos de Lima. O terreno mede uma área de 60.000,00 m² e apresenta as seguintes limitações: pela frente 200.00 m, com proprietário desconhecido; pelo lado direito, de 300.00 m com proprietário desconhecido, pelo lado esquerdo, 300.00 m com proprietário desconhecido.

O segundo terreno, de acordo com o Ofício de Registro de Imóveis, matrícula 1857, título definitivo de propriedade nº 03794/2010, apresenta as seguintes características: com área de 140.355, 62 m², Título Definitivo de Propriedade nº 03794/2010, assinado pelo Prefeito Municipal Saul Nunes Bemerguy, em 27 de setembro de 2010, apresenta as limitações e confrontações: pela frente, 682,23 m com a rua Marechal Mallet, pelos fundos

¹² Invasão de terras ameaça aulas de alunos do Ifam de Tabatinga (acritica.com)

por dez linhas quebradas. A 1º por 200.00 m com o IFAM, a 2º por 250.000 m, com o IFAM, a 3º por 50.00 m com Maria Rosirley, a 4º por 89.70 m com Diego Hidalgo, a 5º por 233, 93 m com Diego e Esly Alves, a 6º por 72.92 m com Patrimônio Municipal, a 7º por 11300 m com Patrimônio Municipal, a 8º 187.07 m com patrimônio Municipal, a 9º por 62.80 m com a Rua Santos Dumont, a 10º por 24, 13 m com a Rua Santos Dumont, pelo lado direito , por uma linha de 339.16 m com terras do Patrimônio Público Municipal e pelo lado esquerdo por uma linha 90.62 m com a Sra. Maria de Fátima Nascimento dos Santos.

Como podemos observar nas descrições acima, os terrenos pertenciam à Prefeitura Municipal de Tabatinga/AM e foram transferidos para o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas-IFAM. Mesmo com todas as provas de posse dos terrenos, a instituição escolar sofreu com a ocupação irregular de suas terras.

De acordo com o Docente 1 houveram conversas entre as partes, moradores da ocupação ilegal e CTBT, porém até o presente momento, os moradores não foram retirados.

Talvez a infraestrutura vai ser um problema pra gente porque a gente tá perdendo área para esta ocupação. A gente perdeu mais da metade da área do campus agora para a ocupação irregular, que está se consolidando. Eu particularmente não vejo mais como retirar esse pessoal daí e a gente perdeu boa parte do Campus que de certa forma existia um planejamento para ampliação do Campus baseado nesta área e agora a gente tem que rever mais ou menos. Houveram várias conversas e inclusive com decisões jurídicas favoráveis e desfavoráveis, mas a gente já vai mais de três anos de ocupação, eu não sei muito do futuro, né? seria bom, talvez fosse uma alternativa. Essa coisa de conseguir uma troca de área, até uma área mais propícia a se desenvolver. Mas até agora a gente não vê muito isso (DOCENTE 1).

As decisões mencionadas pelo docente 1, são as liminares impetradas, a primeira em 29 de julho de 2020¹³, pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia solicitando a reintegração /manutenção de posse, cujo órgão julgador foi Vara Federal Cível e Criminal da SSJ de Tabatinga-AM, como réus

¹³ Justiça ordena reintegração de posse de terreno do Ifam em Tabatinga (amazonasatual.com.br)

estavam Chico Ganso, Leonardo Bona e mais 152 pessoas como réus, como invasores do terreno do IFAM. A liminar foi concedida:

Assim, concedo a liminar para que nenhum dos circunstantes sequer tente invadir que resta de área do IFAM e para que os que já tenham invadido ou feito alguma intervenção material no local, a desfaçam e cessem qualquer ato de desrespeito à posse do IFAM (VERLI, 2020, p. 2).

A segunda liminar foi expedida em 13 de agosto de 2020 ¹⁴e o órgão julgador foi Gabinete 13 - Desembargador Federal Souza Prudente e o assunto era referente a Posse, Esbulho / Turbação / Ameaça, Reintegração de Posse. Os agravantes eram 115 pessoas e o agravado era Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia. A decisão se deu em 15 de março de 2021, favorável aos agravantes:

E, por isso, compatível com a tutela cautelar do agravo, manifestada nas letras e na inteligência do referido dispositivo legal, de forma a evitar a desocupação precoce do imóvel descrito na inicial antes mesmo da formação do contraditório. Na demanda vertente, é patente a situação de vulnerabilidade social das famílias ocupantes da referida área, a merecer especial proteção do Estado. Tudo isso resta agravado por força dos nefastos efeitos decorrentes da pandemia da Covid19 que assola o nosso país. Além disso, o Poder Público deve adotar as medidas cabíveis, visando ao deslocamento das pessoas, e seus bens materiais, que se encontram instalados na área em referência. Assim posta a questão é até que se forme o devido contraditório, inclusive, com a realização de audiência de conciliação, visando a alcançar uma solução consensual e cooperativa, afigura-se prudente a suspensão da eficácia da decisão agravada (PRUDENTE, 2021, p. 1).

Como podemos notar foi um fator de peso na decisão da segunda liminar a logística de deslocar os ocupantes do terreno do CTBT em segurança e sem aglomeração, o transporte de seus bens e o uso da força policial na ação. Além disso foi sancionada a Lei Nº 14.216, de 7 de outubro de 2021, que estabelecia o seguinte :

Art. 1º Esta Lei estabelece medidas excepcionais em razão da Emergência em Saúde Pública de Importância Nacional (Espin) decorrente da infecção humana pelo coronavírus SARS-CoV-2, para suspender até 31 de dezembro de 2021 o cumprimento de medida judicial, extrajudicial ou administrativa que resulte em desocupação ou remoção forçada coletiva em imóvel privado ou público, exclusivamente urbano, e a concessão de liminar em ação de despejo de que trata a Lei nº 8.245, de 18 de outubro de 1991, para dispensar o locatário do pagamento de multa em caso de denúncia de locação

¹⁴ AGU reverte decisão que suspendia ordem de reintegração de posse em favor do Ifam em Tabatinga (acritica.com)

de imóvel e para autorizar a realização de aditivo em contrato de locação por meio de correspondências eletrônicas ou de aplicativos de mensagens. Art. 2º Ficam suspensos até 31 de dezembro de 2021 os efeitos de atos ou decisões judiciais, extrajudiciais ou administrativos, editados ou proferidos desde a vigência do estado de calamidade pública reconhecido pelo Decreto Legislativo nº 6, de 20 de março de 2020, até 1 (um) ano após o seu término, que imponham a desocupação ou a remoção forçada coletiva de imóvel privado ou público, exclusivamente urbano, que sirva de moradia ou que represente área produtiva pelo trabalho individual ou familiar. § 1º Para fins do disposto neste artigo, aplica-se a suspensão nos seguintes casos, entre outros: I – execução de decisão liminar e de sentença em ações de natureza possessória e petítória, inclusive mandado pendente de cumprimento; II – despejo coletivo promovido pelo Poder Judiciário; III - desocupação ou remoção promovida pelo poder público; IV - medida extrajudicial; V – despejo administrativo em locação e arrendamento em assentamentos; VI – autotutela da posse (BRASIL, 2021, Art. 1-2).

No artigo 4º da referida lei não se concedeu liminar de desocupação, nas ações de despejos do imóvel até 31 de dezembro de 2021. O Ministro Luís Roberto Barroso¹⁵, do Supremo Tribunal Federal, em 1º de dezembro de 2021, estendeu esse prazo até 31 de março de 2022, incluindo ainda imóveis rurais.

Por sua vez o impasse envolvendo a ocupação do terreno do Campus Tabatinga/IFAM permaneceu e para reforçar os relatos dos docentes do Ensino Médio Integrado que mencionaram a perda de parte do terreno para os ocupantes, observemos a seguir o antes e depois da ocupação das terras da referida instituição:

¹⁵ A Le 14.216/2021 e o Supremo Tribunal Federal ([linkedin.com](https://www.linkedin.com))

Imagem 4-Área do CTBT em 2020 com a Ocupação Irregular



Fonte: Participante da pesquisa

Imagem 5-Avanço da ocupação Irregular na Area do CTBT



Fonte: Participante da pesquisa

Na primeira imagem percebe-se a ocupação na área do CTBT, porém sem avançar sobre a área de mata sinalizada pela linha amarela e igarapé sinalizado

pela linha azul. Na segunda imagem é perceptível o avanço sobre as duas áreas: igarapé e desmatamento nas terras do CTBT.

De acordo com Nogueira e Lima (2017, p. 2-3), a grilagem é nociva para a sociedade, pois contribui para mais violência no campo, concentração de terras entre poucos e amplia a degradação ambiental e mais “as terras concentradas na posse de grileiros não cumprem sua função social, tampouco atendem ao ideal de justiça social na qual se funda o direito agrário, que normatiza o Plano Nacional da Reforma Agrária.

Nogueira e Lima (2017, p. 9) mencionam ainda que é uma prática o envolvimento de agentes públicos na colaboração com a grilagem nas terras do Amazonas, como enfatizado a seguir:

O que impressiona nesse modus operandi da grilagem no estado do Amazonas é o envolvimento de agentes públicos em tais práticas. Quem mais deveria zelar pela legitimidade e segurança jurídica dos atos de transmissão da propriedade, infelizmente pactua com as irregularidades na medida em que as falcatruas de terras públicas ocorrem habitualmente com a conivência dos órgãos governamentais e dos cartórios de serventias de registro imobiliário.

Além da grilagem, outra característica nociva e violenta que se instalou nas terras da Amazônia foi a pistolagem que segundo Loureiro e Pinto (2005, p. 83-84), é um fenômeno recente na Amazônia, de pouco mais de três décadas. O pistoleiro surge exatamente para proteger de invasões, aquelas terras ditas ociosas e improdutivas que pertencem aos grandes empresários e fazendeiros. O pistoleiro é contratado para executar serviços como expulsão de pequenos posseiros, de eliminar lideranças ou sindicalistas, para auxiliar a polícia a expulsar posseiros, ou seja, existe uma omissão por parte do Estado diante deste cenário de violência que a pistolagem ou milícia particular atua a mando daqueles que detém o capital.

Podemos citar casos que tiveram repercussão na mídia de defensores da Amazônia que foram assassinados, como Chico Mendes, líder político em Xapuri no Acre assassinado em 1988, a missionária estadunidense Dorothy Stang assassinada em 2005 na cidade de Anapu no Pará, o casal de ambientalistas, José Claudio Ribeiro e Maria do Espírito Santo, mortos em 2011 em Ipixuna no Pará e o caso mais recente, o assassinato do indigenista Bruno

Araújo Pereira e o jornalista Dom Philips ¹⁶em Atalaia do Norte no Amazonas em 2022.

E o clima de violência na região amazônica piorou nos últimos anos em especial no Governo Bolsonaro como mencionado por Cordeiro *et al* (2022) que enfatiza que tal governo provocou desmonte na política ambiental, insuflou conflitos na região amazônica, violências contra os povos da floresta e do campo e incentivo direto ao desmatamento:

Em dezembro de 2021 foi aprovado o então Projeto de Lei (PL) 2.510/2019, que permite o desmatamento em margens de rios nas zonas urbanas e a regularização de imóveis construídos em Áreas de Preservação Permanente (APPs). Isto é, a decisão sobre a metragem de recuo da mata ciliar fica a cargo do governo municipal. A lei atinge o Código Florestal que determina entre 30 e 500 metros de proteção, de acordo com o curso d'água.

Enquanto isso dentro da legalidade e buscando a justiça mesmo diante de um cenário caótico de agressão ambiental por aqueles que deveriam defender o meio ambiente e não fazem como citado anteriormente, o CTBT em 11 fevereiro de 2022, organizou o Fórum denominado: "IFAM/Campus Tabatinga frente às adversidades da sociedade contemporânea "e estiveram presentes o Reitor Jaime Cavalcante Alves, o Diretor Geral do Campus Tabatinga, Nicolas Andretti de Souza Neves, servidores da instituição, o Secretário de Meio Ambiente da Prefeitura de Tabatinga, Cleudson Rodrigues Gomes, o Comandante da polícia militar da cidade de Tabatinga, o Tenente Coronel, Marcelo Cavalcante dos Santos e o representante da Universidade Estadual do Amazonas, Professor Doutor Bruno Gomes de Araújo, além de pesquisadores e a Rádio Alto Solimões realizando a cobertura do evento.

Discutiram sobre os impactos educacionais e ambientais que a ocupação irregular ao terreno do IFAM vem acarretando e a preocupação com os ocupantes do terreno e como o IFAM tomou as providências cabíveis.

Duas frentes foram tomadas logo de início, uma interna na tentativa, antes da ação policial de ter uma saída mais amigável, dos poucos ocupantes que tinham na área. E nós na Reitoria, nós tínhamos o dever, a obrigação de judicializar a causa, porque trata-se de um patrimônio público. Enquanto patrimônio público, professor Nicolas e eu como Reitor, nós somos responsáveis por este patrimônio e podemos responder lá na frente por qualquer dano ao patrimônio.

¹⁶ Mortes de defensores da Amazônia abalam imagem do país há mais de três décadas (cnnbrasil.com.br)

Então nós ajuizamos a causa e houve todo esse aspecto que o professor Nicolas relatou historicamente. Só na justiça esse processo tramita a quase dois anos, tivemos ganhos, depois recursos em Brasília que nós perdemos. Depois outro recurso que voltou e nós ganhamos. Quando não teve mais como recorrer, aí veio a sensibilização do juiz , preocupado onde essas pessoas iriam após a desocupação diante do período de pandemia , vão colocar essas pessoas no ginásio da Juventude , tudo aglomerado , num momento de pandemia .Será isso a causa, o efeito não seria pior .Teve o lado humano , aí pra ver nós ficamos aguardando .E agora como a situação já melhorou na questão da pandemia .Saiu a decisão e nós estamos aqui agora pra ver de que forma cumprir essa decisão com o menor trauma possível. Nós precisamos recuperar o patrimônio, mas precisamos também, eu fico tentando imaginar como será do lado deles, após a desocupação. Eu não tenho só um lado de gestor, sem também observar o lado humano. Nós temos que buscar uma alternativa, porque decisão judicial cumpre-se, agora como cumprir e quais as consequências? E este seminário veio a esse encontro como busca da melhor forma possível. Então essa demora se deu por conta disso, o juiz viu a situação deles e seguiu a decisão (REITOR, 2022).

É perceptível na fala do Reitor do Instituto Federal do Amazonas o dilema em reaver o terreno ocupado ilegalmente e a preocupação com os moradores que lá se encontram quando ocorrer a reintegração de posse. Tentaram antes de judicializar o caso, mediação para que tudo transcorresse sem traumas, mas não chegaram a um entendimento.

No fórum foram apresentados ainda, pelo Diretor Geral Nicolas Andretti, uma caracterização física do CTBT, envolvendo os pilares pesquisa, ensino e extensão e as ações desenvolvidas no período de pandemia, além de imagens demonstrando os avanços da ocupação irregular do terreno. O professor Marxer Batista, apresentou os impactos no meio ambiente e na educação do instituto devido a ocupação irregular, apresentando os avanços da ocupação no terreno, as queimadas na localidade e prejuízos a trilha ecológica que a instituição possuía. O professor Elenilson de Oliveira por sua vez apresentou as Unidades de Ensino e Pesquisa do campus, bem como as aulas práticas realizadas com os alunos e as visitas escolares que a instituição recebe. O fórum teve como foco alertar sobre a questão e envolver a comunidade escolar na discussão e reflexão da ocupação irregular do seu terreno.

Imagem 6-Participantes do Fórum IFAM/Campus Tabatinga frente às adversidades da sociedade contemporânea



Fonte:Villar, 2022.

Para os docentes do EMI, esta situação é desoladora porque prejudica os trabalhos e pesquisas desenvolvidos, a prática que os alunos necessitam ter, pois se trata de uma forma diferenciada de ensino, aliando o ensino médio com um curso profissionalizante. A instituição mantém ainda uma trilha ecológica para refletir sobre a questão ambiental e por meio de visitas guiadas mantém este diálogo com outras escolas da Rede Estadual e Municipal da localidade como podemos observar nos relatos seguintes:

O campus está sendo invadido por pessoas que alegam, não ter onde morar, então aqui dentro do Campus. nós tínhamos uma trilha ecológica que ela tá infelizmente sendo degradada. ela tá sendo ocupada pelas pessoas, elas estão destruindo esse pequeno fragmento florestal para derrubada das árvores, castanheira, cedro, açazeiro, então esse é um ponto tipo assim, me marcou pra caramba. Coisa recente, todavia, vai ecoar por muito e muito tempo. A biodiversidade é uma conservação de forma viva e agora com a invasão a gente tá tendo essa perda da biodiversidade, não tem como repor a médio e longo prazo. As árvores, por exemplo, as andirobas que estão em época de frutificação levam muitos anos para frutificar. Então são perdas e quebra de equilíbrio de geração desse fragmento floresta onde a gente observava primatas, aves, inclusive arpiapeja (gavião aqui do Amazonas) e hoje a gente não vê mais isso. Mas realmente não valorizam do ponto de vista educacional o quanto isso é importante para o fortalecimento de políticas até pra cidade. Trazer esse entendimento mais amplo, profundo, trazer as escolas para compartilhar esses momentos conosco aqui. Então é pra mim, uma perda pra educação, para todo o município. A partir daqui a gente irradia princípios importantes, ecológicos, por exemplo a coleta seletiva, a separação dos resíduos secos, do orgânico. Nós temos a problemática do lixão, então como é que a gente vai fortalecer isso aí?

só com aulas audiovisuais? Então o laboratório vivo é importante por que dar um direcionamento mais cristalizado, quem vem vivenciar, leva isso por muito tempo (DOCENTE 6).

O processo de ocupação irregular em torno do instituto. Estava muito próximo, parece que a gente, em algum momento, isso ia avançar as nossas fronteiras, nossos muros e com a chegada da pandemia em 2020 isso foi contestado e nós perdemos um área muito expressiva de pesquisa de desenvolvimento, de atividades lúdicas, que era nossa reserva ambiental, onde tínhamos uma trilha ecológica, inclusive , já fez parte de reportagens nacionais como Globo Repórter ¹⁷, já vieram gravar com nossos alunos dentro desse espaço e hoje ela não existe mais por conta dessa ocupação irregular (DOCENTE 9).

Nos relatos dos docentes 6 e 9 podemos perceber a preocupação com a questão ambiental envolvida, com os danos causados, que podem ser irreversíveis, além do mais o trabalho docente por meio da pesquisa sofre com a ocupação irregular, porque tanto docentes e discentes perdem seus espaços de pesquisa e de laboratório vivo. Os cursos ofertados pelos CTBT possibilitam ao seu alunado vivenciar teoria e aplicação do que se estuda, característica fundamental no processo de aprendizagem dos futuros profissionais que chegarão ao mundo do trabalho.

A nível de exemplificação da questão observemos o Projeto Pedagógico do Curso de Agropecuária de nível Médio (2018, p. 36), os alunos estudam as disciplinas de Irrigação e Drenagem, Produção Animal – Ruminantes, Olericultura, Solos, Aquicultura dentre. Na ementa da disciplina de Produção Vegetal - Olericultura consta o seguinte:

Introdução à olericultura. Planejamento e características da atividade olerícola. Preparo da área de plantio. Propagação das hortaliças. Tratos culturais em hortaliças. Colheita, pós-colheita, armazenagem e comercialização. Sistemas de cultivo de hortaliças. Cultivo de plantas oleráceas de interesse comercial e alimentar (PPC AGROPECUÁRIA, 2018, p. 38).

É inviável para o aluno que faz o curso técnico de Agropecuária estudar determinada disciplina apenas na esfera teórica, ele precisa do aporte prático para aliar as duas vertentes teoria e prática. Como estudar sobre exploração e produção de vegetais, sobre preparo do solo para o plantio, apenas na sala de aula? Por isso a necessidade desta área do terreno do CTBT, porque é o espaço

¹⁷ Alunos do IFAM Campus Tabatinga participam de programa da Rede Globo - Blog de Tabatinga | Notícias de Tabatinga (bocasenoticias.blogspot.com)

da sala de aula dos discentes e docentes, onde realizam as pesquisas, as práticas e em dado momento externalizam para a comunidade, por meio dos eventos produzidos, dos trabalhos apresentados em mostra científica, das intervenções na comunidade como demonstrado pelo docente 6 quando menciona a problemática do lixão da cidade de Tabatinga e da importância da coleta seletiva que são discutidos com os alunos.

A forma como se estrutura a organização dos cursos ofertados pelo Campus Tabatinga/IFAM é uma formação que dialoga com a pesquisa como princípio educativo que Demo (2016, p.16-17) defende quando diz:

Pesquisa é processo que deve aparecer em todo trajeto educativo, como princípio educativo que é, na base de qualquer proposta emancipatória. Se educar é sobretudo motivar a criatividade do próprio educando, para que surja o novo mestre, jamais o discípulo, a atitude de pesquisa é parte intrínseca. Pesquisar toma aí contornos muito próprios e desafiadores, a começar pelo reconhecimento de que o melhor saber é aquele que sabe superar-se. O caminho emancipatório não pode vir de fora, imposto ou doado, mas será conquista de dentro, construção própria, para o que é mister lançar mão de todos os instrumentos de apoio: professor, material didático, equipamentos físicos, informação.

São alunos do Ensino Médio integrado realizando pesquisa e se engajando em ações de melhoria para a comunidade. Como reforça Freire (1996, p. 16) “Pesquise para conhecer o que ainda não conheço e comunicar ou anunciar a novidade”. E a novidade anunciada, a nível de exemplificação dos trabalhos desenvolvidos pelo CTBT, parte de um projeto intitulado Turismo e Gastronomia: (re)conhecendo a diversidade de sabores e saberes como potencial turístico na Tríplice Fronteira Brasil, Colômbia e Peru pelo Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC), sob a orientação da Professora Mestra Adiny Heimy Muller Cordeiro e a bolsista Daniella Pessoa Garcia, vigência 2019/2020. O projeto recebeu duas premiações, 3º lugar na Categoria Melhor Trabalho de Iniciação Científica Jr na Semana Nacional de Ciência e Tecnologia do IFAM e premiado na Categoria Estudantes Pesquisadores na Feira Brasileira de Jovens Cientistas ¹⁸ocorrido em 2020.

¹⁸ <https://www.instagram.com/p/CQwN43Csn0r/?igshid=YmMyMTA2M2Y=>

E ainda tem gente que pergunta por que o Campus Tabatinga/IFAM precisa de tanta terra. Precisa para produzir ciência, para ter aulas práticas, para buscar melhorias para a região com as pesquisas e trabalhos desenvolvidos pela comunidade escolar, para mudar realidades, para formar pessoas que tenham compromisso com um mundo melhor, igualitário e mais ético.

3.8 A importância do Campus Tabatinga na região do Alto Solimões na visão dos docentes do Ensino Médio Integrado

De acordo com Gadotti (2007, p. 11), a escola é um espaço de relações que pode colaborar tanto para a imutabilidade quanto para transformar a sociedade. Então quando observamos nos relatos dos docentes do Ensino Médio Integrado, as mudanças na postura do seu alunado que desejam chegar ao mundo do trabalho de forma mais capacitada, mas que no decorrer da sua formação começam a perceber que não se trata apenas de uma formação técnica vinculada ao ensino médio, que a formação vai mais além, como exposto no relato:

O IFAM além de formador de técnicos, forma cidadãos empenhados na busca por melhores condições ambientais e de vida. Lembro a conquista de concretagem da Rua Santos Dumont, nas proximidades do IFAM, conquista ocorrida por atividades de professores e alunos do IFAM (DOCENTE 8).

E a quem indague como mencionado por Gadotti (2007), para que serve esses anos de estudos da educação básica? E acrescentamos ainda, estudar um pouco mais ainda na esfera da educação profissional tecnológica? Por uma capacitação? Será apenas isso? Ao longo da nossa formação percebemos que não é bem assim, que não é só isso, é algo que vai além. Saber discernir o que é importante, o que vale a pena, do que irrelevante.

É relevante, é essencial ofertar uma educação básica profissional em nível de excelência em Tabatinga, como reforçado pelo Docente 1:” É ter o cuidado, dedicação deste ensino prezando pela excelência, resultará na chegada de profissionais comprometidos com as melhorias para a sociedade”. É pensar que esse aluno que terminou o ensino médio integrado pode dar

continuidade à sua formação chegando ao ensino superior. E esse processo é decorrente da educação básica que é consequência de:

Um longo processo de compreensão /realização do que é essencial do que é permanente e do que é transitório para que o cidadão exerça criticamente a sua cidadania e construa um projeto de vida, considerando as dimensões individual e coletiva para viver bem em sociedade (GADOTTI, 2007, p.14).

E neste sentido de viver bem em sociedade que o CTBT em mais de uma década de existência busca se destacar na região de Tríplice Fronteira Amazônica na oferta de uma educação que preza pela qualidade e compromisso com a comunidade.

O campus Tabatinga vem se tornando uma referência como instituição educacional pelo fato de disponibilizar um espaço com mais recursos e disponibilidade para atender os jovens da região, possibilitando uma formação profissional humana (DOCENTE 2).

E a demanda de alunos que passaram pelo CTBT e no momento se encontram atuando no mundo do trabalho em várias esferas como lembra o docente 3:

As primeiras turmas formadas no Campus Tabatinga, colocou no mercado alunos e profissionais hoje formados em diversas faculdades do Brasil. Direito, medicina, engenharia, pedagogia, matemática entre outras, encontramos esses egressos. Atualmente encontramos na prefeitura municipal de Tabatinga dois engenheiros e médicos atendendo a sociedade. Nos municípios do Alto Solimões e na capital se constata a presença de egressos oriundos de Tabatinga. Temos servidores formados no Campus Tabatinga que ocuparam as salas de aula. Como instituição de educação técnica profissionalizante, acredito que vem cumprindo o seu papel junto à sociedade (DOCENTE 3).

Para os professores é motivo de orgulho, porque muitas vezes aquele que foi aluno da instituição, prestou concurso público e hoje é colega de trabalho dos antigos professores ou atuam em outras esferas do poder público ou setor de serviços. É o que Pereira e Cruz (2019, p. 13-14) evocam quando lembram a dimensão que os Institutos Federais exercem:

Os níveis de qualificação dos profissionais envolvidos e do ensino proporcionado podem afetar positivamente os quadros político, administrativos do Poder local contribuindo para o fomento a uma cultura de construção de políticas e de ação pública planejada, às escalas sub nacionais, sub-regionais e locais.

Para exemplificar com dados sobre os egressos dos Institutos Federais no mundo do trabalho, Souza (2019, p. 19) realizou uma pesquisa com os egressos do Campus Coari e verificou como estava a inserção dos mesmos no mundo do trabalho e se a formação obtida no IFAM auxiliou no processo. Foi percebido que 63% dos participantes da amostra estão inseridos no mundo do trabalho e que o curso técnico possibilitou adquirir conhecimentos novos, colaborou para dar prosseguimento nos estudos e tentar um curso superior. Na sua pesquisa, a autora destaca quão importante foi a formação dos docentes juntamente com os recursos didáticos pedagógicos ofertados pela instituição neste diálogo envolvendo o mundo do trabalho e desempenho dos alunos e menciona:

A grande maioria do corpo docente já possui titulação de mestre e este fator contribui para a qualidade na formação técnica e no que diz respeito aos conhecimentos teóricos disseminados em sala de aula, bem como na geração de projetos e outras ferramentas pedagógicas que auxiliam e contribuem com a formação do aluno na formação (SOUZA, 2019, p.31).

Por sua vez, Demo (2001, p. 5), nos fala do cerne de ser professor e sua responsabilidade neste processo envolvendo o conhecimento, já que é o “profissional da reconstrução do conhecimento tanto no horizonte da pesquisa como princípio científico, quanto sobretudo no da pesquisa como princípio educativo”. Esta última, alicerce dos Institutos Federais.

Os relatos seguintes aclaram sobre este papel que os Institutos Federais apresentam, em especial o Campus Tabatinga/IFAM que lida com uma diversidade cultural majestosa por estar numa área de tríplice fronteira e formar parcerias a outras instituições, como Universidade Estadual do Amazonas, Universidade Federal do Amazonas somando forças para uma educação comprometida com o bem comum da Mesorregião do Alto Solimões, aliado às pesquisas desenvolvidas.

Ciência e Tecnologia do Amazonas (IFAM) à nossa Região pode ser dita como uma amostra da importância do campus na cidade. Enquanto instituição de educação superior, básica e profissional, o campus vem somar forças com as universidades irmãs, UFAM e UEA, na oferta de educação pública de qualidade e gratuita, com a vantagem de poder ofertar também cursos de educação básica (Ensino Médio Técnico) e profissionalizantes (DOCENTE 5).

Importância de desenvolvimento econômico, ecológico e cultural. Com relação à importância econômica é primordial, pois forma recursos humanos. Do ponto de vista ecológico este desenvolvimento deve tender a ser sustentável, e desta forma melhorar a relação das empresas públicas e privadas com o ecossistema frágil do Alto Solimões. E, em relação ao aspecto cultural acolhe e afirma com orgulho a identidade da realidade local como as diversas “línguas”, etnias, nacionalidades, arranjos produtivos, pinturas, artesanatos, comidas, frutas, peixes, danças, crenças e cosmovisão de vida (DOCENTE 6).

O campus Tabatinga assume um grande papel, não apenas de formação de mão de obra profissional, mas de formação de cidadãos melhor preparados para o mundo do trabalho e para a vida acadêmica e pessoal. Percebemos isso quando contatamos nossos egressos ou pessoas que tiveram contato profissional ou acadêmico com nossos ex-alunos, quanto aos relatos de como se saíram ou se saem melhor em suas vivências por conta da vivência de aprendizado acadêmico no IF (DOCENTE 7).

O IFAM/CTB é referência na região por ser uma instituição que forma profissionais de nível médio que atenderão toda a mesorregião do Alto Solimões. Além de formar profissionais que retornarão a seus municípios e atuarão na área de formação, também proporcionará ensino de qualidade para aqueles que almejam uma formação no ensino superior. Dos alunos que concluíram o ensino médio no curso de meio ambiente, cito alguns exemplos que já concluíram ou estão cursando o ensino superior na mesma região ou em outras localidades: eng. Ambiental, eng. Florestal, geografia, biologia, química, agronomia, ciências agrárias e ambientais, letras, medicina, direito, odontologia, música e etc. Além disso, a possibilidade de o IFAM desenvolver pesquisa e extensão junto aos discentes em contexto voltado para a realidade local, já expressa o quanto o instituto procura dar esse retorno para a sociedade, cumprindo com sua missão (DOCENTE 9).

Pelo IFAM, pelo público dele, tem pré-adolescentes, adolescentes, eu falo pré-adolescentes porque chegam alunos nossos bem novos. E os adultos também que fazem parte aqui no ensino profissionalizante. Ele tem alcance muito grande com a sociedade tabatinguense e também do Alto Solimões. Então o IFAM/Campus Tabatinga, ele é um diferencial para o Alto Solimões, principalmente para cidade de Tabatinga, haja vista que ele está instalado aqui (DOCENTE10).

Como percebidos nos relatos anteriores, os egressos do CTBT seguem na busca pelos seus espaços de atuação profissional, se diferenciando nas suas vivências de produção intelectual como recordado pelo docente 7. E o diferencial dentro da instituição pode ser o trabalho que o educador desenvolve facilitando essa relação da aprendizagem e o mundo do trabalho que logo em seguida seus discentes atuarão é o que Freire fala (1996, p.73) sobre o trabalho do educador progressista:

Não importa com que faixa etária trabalhe o educador ou a educadora. O nosso é um trabalho realizado com gente, miúda, jovem ou adulta, mas gente em permanente processo de busca. Gente formando-se, mudando, crescendo, reorientando-se, melhorando, mas, porque gente, capaz de negar os valores, de distorcer-se, de recuar, de transgredir.

Esse seja, talvez o encantamento que a escola possui, esse poder de transformação das pessoas e dos espaços que ocupam. A escola como um lugar especial, de esperança e de luta. Um lugar cheio de vida (GADOTTI, 2007).

4 O PRODUTO EDUCACIONAL

Em se tratando de um mestrado profissional, apresenta como características ao final do curso a defesa da dissertação juntamente com um produto educacional. O produto Educacional é definido como salienta Batalha (2019, p. 8-9):

Produto Educacional é um instrumento que se configura numa produção desenvolvida pelo orientador e orientando, totalmente vinculado ao trabalho de dissertação, com a finalidade de resolução de um problema específico de sala de aula, sendo aplicável e utilizável e que a partir de sua proposta didática possa ajudar, modificar e transformar maneiras de ensinar e aprender.

O produto educacional seguiu as etapas como sugerido por Rizzatti *et al.* (2020. p.6) quando menciona que se faz necessário descrever as etapas, assim como definir cada uma delas: idealizar e elaborar o Produto Educacional, aplicar o mesmo, passar pela avaliação e validação e ser analisado.

4.1 A construção e divulgação da Exposição Fotográfica do Campus Tabatinga/IFAM

Nesta etapa abordamos o processo da construção da exposição fotográfica sobre o Campus Tabatinga/IFAM, os elementos que compuseram a exposição, sua forma de divulgação junto ao público. Aqui segue o relatório da experiência da aplicação do Produto Educacional que ocorreu na primeira quinzena de dezembro de 2022.

A exposição foi composta por um banner explicativo sobre o tema da pesquisa e com imagens datadas de 2010, ano da fundação do Campus Tabatinga até o ano de 2020, quando o mesmo fez dez anos de presença na

região da tríplice fronteira amazônica e coincidentemente foi o ano pandemia do Sars-CoV-2. O banner apresentou ainda as descrições das fotografias escolhidas.

Foram escolhidas dez fotografias em alusão aos dez anos do Campus. A catalogação das fotografias seguiu uma ordem cronológica. Um dos docentes do EMI participante possuía um acervo de aproximadamente 130 fotografias e descartamos as fotografias que apresentavam falta de nitidez ou estavam fora do aspecto cronológico da pesquisa. Os demais docentes participantes possuíam um acervo fotográfico restrito ou tinham se desfeito do acervo em seus celulares ou HDs devido a espaço de memória dos mesmos. Outro critério utilizado levado em consideração para contemplar as dez fotografias que foram selecionadas, foram as narrativas contadas pelos docentes do EMI, o que mais se repetiam nas falas em boa parte dos participantes.

Na primeira tela, fotografias da construção do Instituto Federal do Amazonas e como o mesmo se encontra atualmente, temos a segunda tela composta pelos servidores, onde aparecem os primeiros servidores no ano de 2010 participando de um seminário que discutia sobre o Proeja indígena, marcante para alguns funcionários como no relato do Docente 4: “Uma turma que me marcou primeiramente foi a turma de EJA do Proeja indígena. Era uma turma 100% de alunos indígenas da comunidade Umariçu I e II”.

A segunda imagem presente na segunda tela se refere ao ano de 2020, quando o Diretor Geral do CTBT, Nicolas Andretti, participou da entrega das cestas básicas para os discentes. Um momento para enfatizar que mesmo com a pandemia as atividades no Campus não pararam, como na elaboração e confecção de materiais pelos professores para os alunos nas aulas remotas. Para exemplificar tal contexto atentemos para esta entrevista concedida a rádio local da cidade de Tabatinga, Rádio Nacional Alto Solimões, em 03 de abril de 2020 onde o Diretor Geral do Campus Tabatinga explicou a situação das aulas remotas e expressou sua esperança que a pandemia seria breve, algo que infelizmente não aconteceu:

Eu espero que isso passe o mais rápido possível, por que eu particularmente gosto de ver nosso Campus movimentado, com nossos alunos, com nossos servidores. E aqui nós estamos funcionando, só os serviços essenciais, coordenação de engenharia e

produção, da pessoa do nosso servidor Gabriel Duarte [...] nosso departamento de administração de planejamento com a servidora, administradora, Cindynália, então assim, nós estamos aqui trabalhando com os serviços essenciais. Quero agradecer também o pessoal da manutenção e da segurança que se faz presente [...] e espero em Deus que esse limite, né? que foi até 26 de abril, depois disso que possamos voltar às nossas atividades presenciais [...] realmente não é férias, é um período de isolamento (ANDRETTI, 2020).

A tela 3 foi referente a duas ações realizadas pelos docentes e discentes em alusão ao dia do Meio Ambiente, com o plantio de mudas de árvores no Aeroporto Internacional de Tabatinga e a outra ação foi a limpeza da orla de Tabatinga e diálogo com a população do entorno sobre não jogar lixo no rio Solimões e a importância da água nas nossas vidas. São trabalhos que demonstraram o papel que o Campus mantém com a comunidade, ou seja, o trabalho da Extensão, essa devolutiva do que se pesquisa e produz para a sociedade consta na lei 11.892/2008, no seu artigo 7 que menciona os objetivos dos Institutos Federais, destaque para o inciso IV que esclarece sobre a extensão:

IV - Desenvolver atividades de extensão de acordo com os princípios e finalidades da educação profissional e tecnológica, em articulação com o mundo do trabalho e os segmentos sociais, e com ênfase na produção, desenvolvimento e difusão de conhecimentos científicos e tecnológicos (BRASIL, 2008).

A quarta tela foi referente às aulas nos laboratórios do instituto. Chamou a atenção para um momento anterior à pandemia do Sars-CoV-2 e como eram as aulas e no decorrer da pandemia as adequações adotadas, com o uso de máscaras no espaço de aprendizagem. A quinta tela remeteu aos trabalhos desenvolvidos nas unidades educativas que ocorreram na área externa do Campus, inclusive a área do Campus Tabatinga desde o período da pandemia do Sars-CoV-2 foi alvo de ocupação ilegal, possivelmente tais imagens das telas colaborem no entendimento do público sobre os espaços de aulas e ações didáticos /pedagógicas desenvolvidas pelo instituto.

Prosseguindo nos elementos da exposição fotográfica foram destacadas a representação de um transporte típico da região do Alto Solimões, popularmente chamada de Baleeira que transporta de um tudo, de pessoas a mercadorias. Pensamos na Baleeira porque ela é uma ligação, um elo que

transporta não apenas pessoas, mas sonhos e perspectivas de uma vida melhor quando diariamente muitos atravessam seja para Benjamin Constant, São Paulo de Olivença, Santo Antônio do Içá e tantas outras cidades, comunidades ribeirinhas, aldeias e vêm para Tabatinga estudar, na busca por uma educação de qualidade que o Campus Tabatinga desenvolve ou ainda neste processo inverso onde seus servidores atravessam o Rio Solimões para falar das ações desenvolvidas pela instituição com as demais comunidades e cidades.

E para finalizar a exposição temos a tela do Rio Solimões com versos de uma artista da região (Belém de Solimões) chamada Márcia Wayna Kambeba¹⁹, uma ativista, formada em geografia pela Universidade do Estado do Amazonas e poeta que luta pelos direitos dos povos indígenas, destaque para seu povo, os Kambebas, que também se fazem presentes como alunos do CTBT, assim como outras etnias, os Ticunas, os Kokamas e tantas outras. Acrescentemos ainda os estudantes colombianos e peruanos que estão presentes na instituição.

Por ser um instituto localizado na tríplice fronteira amazônica, a diversidade dos seus alunos é uma marca constante, visível nos traços físicos e nos sobrenomes a exemplo de Pacaio, Reis, Curico, Arevalo, Fajardo, Cobos, Maricaua, Uimara, Peres e tantos outros. No poema que consta na tela do Rio Solimões, selecionamos um trecho dos versos “Os filhos das águas dos Solimões “onde a artista Márcia Kambeba fala da grandeza e força daquele rio que sustenta tantas pessoas e ao mesmo tempo é estrada por onde navega tanta gente com tantos sonhos. É nele por onde o Campus Tabatinga navega levando a proposta de uma educação diferenciada em diálogo constante com os povos das águas e da floresta.

O material usado na produção das telas foi um tecido de boa durabilidade, o Oxford, pensado exatamente pela dinâmica de diálogos com outros municípios que o Campus Tabatinga mantém e desta maneira de fácil manuseio e praticidade, podendo ser molhado, levado numa mala ou mochila e exposto nos mais variados ambientes como numa árvore, numa aldeia, numa praça pública, numa feira livre, num auditório de escola e etc.

¹⁹ <https://www.instagram.com/marciakambeba/>

As dez fotografias escolhidas foram ponte para colaborar na divulgação, seja das ações que o Campus Tabatinga realiza, seja para que a população conheça como se deu sua chegada na região do Alto Solimões e o mais importante que a exposição alcance o mais variado público, inclusive aqueles que tem o letramento comprometido ou não puderam frequentar a escola.

É importante salientar que a imagem registrada pela foto tem importância para quem faz parte dela, no momento da foto. Isso não quer dizer que os sentidos presentes nela não sejam relevantes para outras pessoas (MONEGO E GUARNIERI 2012, p.74).

A confecção da balieira se deu pelas mãos de um artesão, morador da comunidade Umariçu II em Tabatinga e a madeira usada foi o assacu²⁰ ou açacu como é conhecida na região. Pertence à família Euphorbiaceae e tem como nome científico *Hura crepitans* L. É uma madeira que pode ser utilizada de várias formas:

A madeira é empregada na construção civil, para forros, obras internas, compensados, palitos de fósforos e caixotaria. Pode ser usado na produção de polpa celulósica. É bastante ornamental e produtora de ótima sombra, podendo ser empregada na arborização e paisagismo.

As telas em tecido foram produzidas pela Gráfica Visual na cidade de Tabatinga juntamente com o banner, assim como a “Baleeira” confeccionada por um artesão da localidade como já foi mencionado, ou seja, a exposição saiu do mundo das ideias e se materializou considerando os aspectos e singularidades da região mediante os depoimentos dos docentes participantes do Ensino Médio Integrado do Campus Tabatinga/IFAM.

A exposição fotográfica com todos os seus elementos nos mostrou como o trabalho manual e intelectual são indissociáveis como esclarecido por Saviani (2003, p.138)

Não existe trabalho manual puro e nem trabalho intelectual puro. Todo trabalho humano envolve a concomitância do exercício dos membros, das mãos, e do exercício mental, intelectual. Isso está na própria origem do entendimento da realidade humana como constituída pelo trabalho.

²⁰ <http://www.remade.com.br/madeiras-exoticas/108/madeiras-brasileiras-e-exoticas/acacu>

A exposição fotográfica “O Campus Tabatinga /IFAM e sua presença na região do Alto Solimões” ocorreu em dois momentos distintos. O primeiro momento ocorreu no corredor do Campus Tabatinga/AM, onde os servidores, alunos e colaboradores tiveram contato com o material. Uma semana antes da exposição do Produto Educacional e avaliação do mesmo, os detalhes referentes a horário e local da exposição foram combinados com o Diretor de Extensão Geová Bezerra Guimarães.

No dia 7 de dezembro de 2022, ocorreu a exposição fotográfica no Campus Tabatinga/IFAM. O trabalho ficou à disposição do público escolar das 10h às 16:30 horas no corredor de passagem esquerdo que dá acesso ao refeitório do Campus Tabatinga. Foi explicado para o público presente como ocorreu a ideia e construção do Produto Educacional.

Imagem 7 :Estudantes do Campus Tabatinga e a Exposição Fotográfica



Fonte: Villar, 2022.

O segundo momento da exposição do produto Educacional se deu na I Mostra de Práticas Pedagógicas de Tabatinga ²¹que aconteceu no Centro de

²¹ <https://www.instagram.com/p/CI9RFWJJOjn/?igshid=YmMyMTA2M2Y=>

Educação de Tempo Integral-CETI. A exposição ficou à disposição do público em geral. No dia 13 das 13h às 17hh no dia 14 de dezembro de 2022, das 7h às 17h. À frente do evento estava a Coordenadoria Regional de Educação de Tabatinga e o evento tinha como premissa:

Proporcionar espaços de socialização das produções e experiências didáticas pedagógicas desenvolvidas dentro e fora de sala de aula, como também incentivar o corpo docente e discente, na sistematização da produção do conhecimento técnico e científico[...] promover e reunir trabalhos de práticas pedagógicas das escolas de Tabatinga onde busca articular a comunidade escolar e a sociedade (FOLHETO DE DIVULGAÇÃO DO EVENTO).

Imagem 8: Público da I Mostra Pedagógica de Tabatinga e o Produto Educacional



Fonte: Villar, 2022.

Como observado, o Produto Educacional “O Campus Tabatinga /IFAM e sua presença na região do Alto Solimões” alcançou visibilidade na cidade por meio da Mostra de Práticas Pedagógicas de Tabatinga, que reuniu várias escolas da rede municipal, estadual e particular, possibilitando que o produto educacional alcançasse público variado.

4.2 Avaliação do Produto Educacional

Os avaliadores do Produto Educacional foram pessoas que visitaram a exposição, tanto no primeiro momento que foi exposto no Campus Tabatinga como na I Mostra Pedagógica. O convite se dava de forma aleatória ao visitante. O perfil dos avaliadores consta no Apêndice(D).

Elaboramos uma ficha de avaliação do Produto Educacional com 6 questões para que os avaliadores pudessem responder. A primeira questão foi referente a se anterior à exposição fotográfica o participante já conhecia a história do Campus Tabatinga/IFAM. E assim, marcaria sim () ou não ().

Referente à questão 2, se o participante por meio da exposição fotográfica conseguia conhecer um pouco mais da história do Campus Tabatinga, as opções seriam **sim** ou **não** para que o mesmo pudesse assinalar.

Já na questão 3, se a estrutura da exposição favorecia a compreensão sobre as ações desenvolvidas no Campus Tabatinga/IFAM. Poderia escolher entre **sim** ou **não**.

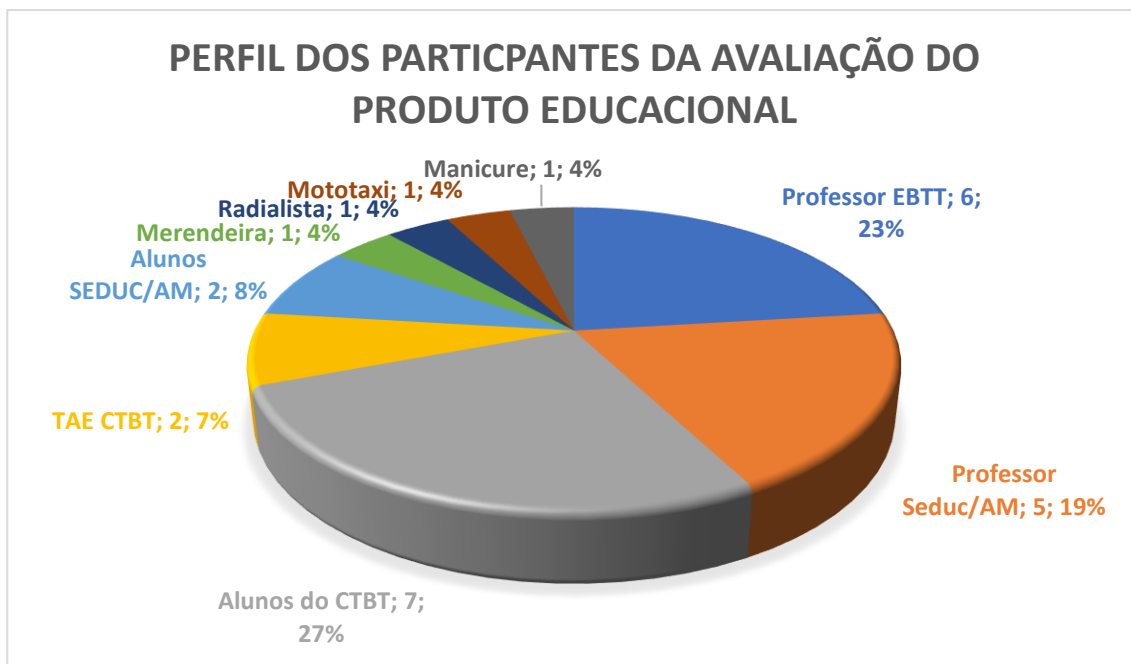
Na questão 4, se investiga sobre a relevância das informações sobre o Campus Tabatinga decorrente do aspecto visual e disposição das informações por meio da exposição do Produto Educacional, com as opções **sim** ou **não** para serem marcadas pelo participante.

A penúltima questão, a de número 5, se o produto educacional apresentado era relevante na divulgação da história do Campus Tabatinga/IFAM e sua importância na região do Alto Solimões. O avaliador escolheria entre **sim** ou **não** e um espaço para responder por quê.

O grupo de participantes foi composto de 27 pessoas que responderam ao questionário. Avaliaram o Produto Educacional, professores da EBTT, professores da SEDUC/AM, alunos do CTBT e alunos da SEDUC /AM, Técnicos ou TAE, além de outros públicos como merendeira, radialista, mototáxi, manicure e auxiliar de limpeza. Podemos inferir que o Produto Educacional foi apresentado a um público diversificado. Os avaliadores foram denominados de AV 1, AV 2, AV 3 e assim sucessivamente. Os questionários foram aplicados no Campus Tabatinga/IFAM, no dia 7 de dezembro de 2022 e na I Mostra de Práticas

Pedagógicas de Tabatinga no dia 13 de dezembro de 2022. A seguir o perfil dos participantes:

Gráfico 2- Perfil dos participantes da avaliação do produto Educacional



Fonte: Villar, 2022.

Referente à questão 1 do questionário de avaliação do produto educacional, dos 27 avaliadores da pesquisa, 11 pessoas mencionaram que já conheciam a história do Campus Tabatinga/IFAM, anterior a exposição fotográfica e 16 participantes desconheciam a história da instituição federal na região do Alto Solimões, como podemos observar no gráfico abaixo:

Gráfico 3- Conhecimento sobre a história do CTBT antes da exposição fotográfica.



Fonte: Villar, 2022.

Desta maneira podemos concluir que 40,7% dos avaliadores já conheciam a história do Campus Tabatinga/IFAM antes da exposição fotográfica apresentada e 59,3% dos avaliadores não conheciam a história do Campus Tabatinga/IFAM.

Com relação às questões 2, 3, 4 e 5 todos os avaliadores escolheram a opção *sim*, totalizando 100% das escolhas. Desta forma, podemos deduzir respectivamente que a exposição acrescentou informações sobre a história do Campus Tabatinga/IFAM, que a estrutura da exposição colaborou na compreensão das atividades que a instituição escolar desenvolve na região, assim como o aspecto visual, a forma como foram dispostas as imagens foram significativas e o produto educacional é pertinente e colabora na divulgação e importância do CTBT na região do Alto Solimões.

Na questão 5, além do participante escolher as alternativas *sim ou não*, ele tinha que mencionar o porquê de o produto educacional ser relevante na compreensão da importância do CTBT na região do Alto Solimões. Apenas o AV 1 respondeu parcialmente à questão.

Podemos observar nas respostas dos participantes que consideraram a exposição fotográfica e a baleeira criativas na condução das informações sobre o CTBT. Percebemos ainda o reconhecimento dos mesmos em relação ao IFAM

como uma instituição importante no Alto Solimões, seja pelos cursos ofertados seja pela formação dos estudantes. Observemos o relato da manicure (AV13)):

Podemos falar para nossos filhos, por exemplo, eu sonho muito que ele vá para o IFAM. Gostaria que ele fosse aprender, entrar lá e aprender muitas coisas, estudar o meio ambiente, por exemplo, tem cursos que eles saem como técnico. Tem muitas coisas que a gente desconhece deles (AV13).

No relato acima percebemos que apesar da avaliadora não possuir muitas informações sobre o CTBT, nutre o desejo que o filho seja aluno do instituto.

Com relação ao avaliador (AV21) mencionou que a Mostra possibilitou a comunidade compreender como se deu a construção da identidade do CTBT e como o ensino, pesquisa e extensão são interligados “possibilitando à comunidade conhecer as atividades realizadas por meio da colaboração de todos: ensino, pesquisa e extensão”.

Como mencionado pelo AV21, os três elementos, ensino, pesquisa e extensão são pilares que resultam na essência do CTBT, pois por meio deles é possível observar as pesquisas desenvolvidas pelos docentes e discentes da instituição, o perfil de profissional que se forma e chega para atuar no mundo do trabalho e como as informações das ações desenvolvidas são compreendidas pela comunidade onde o CTBT se faz presente.

Na última questão, alternativa 6, era uma questão aberta onde convidamos o avaliador a dar sugestões sobre a exposição fotográfica. Apenas os avaliadores (AV5, AV11, AV12 e AV20) não opinaram a respeito.

Para o AV1 seria interessante que se utilizasse fotografias que abrangessem todos os cursos ofertados pela instituição: “Dentro das possibilidades, seria interessante mostrar através das fotografias as ações dos cursos existentes (ofertados pelo Campus). Agregar todos os cursos em suas especificidades.”

Entretanto para a construção da exposição convidamos os professores do ensino médio integrado do CTBT que participaram da pesquisa a partilhar seus registros fotográficos, todavia, poucos deram retorno. Os docentes mais solícitos

foram os do curso de Meio Ambiente integrado, colaborando assim para a concretização do Produto Educacional.

Nesta questão percebemos o desejo de alguns avaliadores (AV2 e AV19) pela inserção de mais fotografias sobre o CTBT e consideraram inovador o uso de tecido para dispor as informações.

Em relação incluir mais fotografias sobre o CTBT, não seria possível, por que se pensou em dez fotografias que simbolicamente representasse os dez anos do Campus Tabatinga /IFAM na região.

Um outro elemento apontado pelos avaliadores (AV16, AV18 e AV26) foi a percepção sobre sustentabilidade, durabilidade e praticidade das telas já que utilizamos tecido para dispor as fotografias.

Foi uma preocupação quando se pensou na exposição fotográfica e pelo trajeto e diálogo que o CTBT desenvolve, à medida que visita outras cidades banhadas pelo rio Solimões. Um material que pudesse não gerar muito volume e que fosse fácil transportar e se adequasse aos cenários que fossem surgindo nas viagens planejadas.

Outra sugestão interessante foi a do AV22 que recomendou envolver outros órgãos institucionais da cidade de Tabatinga a contar sua história.

Que nossa pesquisa possa colaborar para que outras instituições contem sua história e esta dissertação inspire outros pesquisadores no trabalho com memória institucional.

Podemos concluir que o produto educacional teve um alcance considerável atingindo público diversificado, levando informação sobre o Campus Tabatinga /IFAM, o trabalho desenvolvido voltado para uma formação de qualidade na região do Alto Solimões e o reconhecimento do público participante sobre sua importância como instituição que preza por um ensino de qualidade e responsabilidade social como observado no depoimento do AV14 quando respondeu à questão 5:

O IFAM é uma das instituições importantíssimas no Alto Solimões, pela capacidade de formar grandes estudantes capacitados para o futuro e direcionado para aquilo que deseja exercer na sua vida profissional, e sobretudo como grandes cidadãos.

CONCLUSÃO

A história dos Institutos Federais iniciou muito antes de 2008, com pessoas trabalhando arduamente para o projeto dos IFs se concretizarem já diziam Schiedeck e França (2019). Considerado como uma revolução no ensino como apontado por (Pacheco, 2010) tendo em vista o plano de expansão e instalação nos interiores e periferias do Brasil, os filhos da classe trabalhadora não precisariam mais migrar para a capital para estudar, da sua cidade local isso poderia ser feito e o Campus Tabatinga é uma prova dessa expansão.

A história do Campus Tabatinga/IFAM, pelos relatos dos docentes dos EMI mostra que foram muitos os desafios enfrentados pelo Campus para chegar em 2023, celebrando 13 anos de história na região do Alto Solimões. Desafios de se instalar numa sede provisória, mas ao mesmo tempo contando com o apoio de entidades como a Diocese e prefeitura municipal de Tabatinga para que os trabalhos e funcionamento acontecessem. Passado o período de adaptação, concursos foram realizados e a nova sede inaugurada em 2010 na rua Santos Dumont.

Da sua sede permanente, o CTBT enfrentou um segundo desafio, a falta de acessibilidade da rua Santos Dumont, tomada por buracos e lama no período de inverno. O acesso ruim dificultava a vida dos funcionários e contribuía para muitos alunos não assistirem às aulas. Entretanto, a comunidade escolar se organizou e tomou as ruas exigindo da autoridade responsável melhoria de acesso.

Ofertando um ensino médio integrado, além de subsequente, o CTBT começava a mostrar para que veio. Com uma proposta de ensino voltada para formação humana integral mencionada por Ciavatta (2008), que não se restringe a uma formação profissional, mas que vai além para toda vida do ser humano. O Proeja indígena é um dos exemplos dessa formação que passa pela base do diálogo e dos conhecimentos prévios dos alunos. O episódio da horta em formato de mandala exemplifica a questão, bem como a postura que o educador assume

a partir daquela experiência com seu aluno indígena, Freire (1996), já chamou atenção para este respeito aos saberes do educando.

Os servidores reconheceram que o instituto busca meios e alternativas para colaborar na formação dos mesmos, para isso contaram com a parceria da Universidade Rural do Rio de Janeiro, onde muitos servidores puderam cursar o mestrado. E esse estímulo na carreira docente reverbera na sua prática em sala de aula, nos trabalhos desenvolvidos com seus alunos e pesquisas realizadas que logo em seguida chega à comunidade por meio da Extensão, dos eventos científicos como Semana de Meio Ambiente e Semana da Ciência e Tecnologia. Por isso a particularidade dos IFs, porque a formação humana integral se dá nas três vertentes, ensino pesquisa e extensão como bem lembra Pacheco (2015). Um segundo exemplo desta formação humana integral é o episódio da aluna que visita o lixão de Tabatinga e volta com uma outra visão para a sala de aula, expondo suas descobertas para seu professor e percebendo a relação do conteúdo trabalhado em sala com a realidade dos trabalhadores visitados, ou seja, é curiosidade ingênua abrindo espaços nas mentes para a criticidade, para uma educação holística como defendido por Gadotti (2011).

Em 2020, o CTBT completou dez anos de existência na região, mas as comemorações não ocorreram, porque foi o ano da Pandemia do Sars-CoV-2, que causou mudanças profundas em vários aspectos da sociedade e o campo educacional foi um desses que teve que se adequar. As medidas tomadas tanto pelos professores, como o Campus Tabatinga foram adequar-se ao ensino remoto emergencial num cenário de internet deficitária da região, proteção à sua comunidade escolar com adoção de máscaras, álcool e gel, dentre outras.

O Instituto Federal do Amazonas, uniu forças e usou a tecnologia para levar esperança, geração de renda, e apoio a outras instituições na distribuição de máscaras, suporte para o transporte de cilindros de oxigênio e internet para que as demais instituições lançassem informações a plataforma do Governo Federal informando como a pandemia estava agindo na região do Alto Solimões.

Os professores do ensino médio integrado do CTBT, por sua vez, lançaram mão de outras alternativas como planos de estudos dirigidos, prorrogação de prazos de atividades para os alunos. O cenário melhorou com a

chegada e entrega de chips e tablets para os discentes. Foram ações executadas que levaram esperança a tantas famílias e a tantos alunos.

O outro desafio paralelo a pandemia foi a ocupação ao terreno do CTBT de forma ilegal, prejudicando os trabalhos desenvolvidos pelos docentes e as práticas dos alunos em especial dos cursos de meio ambiente, agropecuária e recursos pesqueiros. Visto que, a pesquisa, como reforça Demo (2016), faz parte de todo o processo de educação do discente, principalmente numa proposta de pesquisa que dialoga com o princípio educativo, uma marca dos Institutos Federais.

Como podemos notar a história do CTBT é marcada por muitos desafios, mas também ressignificações e mobilização por parte da sua comunidade escolar, repercutindo assim no trabalho desenvolvido, no fomento às pesquisas e parcerias firmadas com outras instituições educativas, na formação dos alunos e dos egressos que não passam despercebidos nos espaços que ocupam. Muitos egressos no momento são médicos, advogados, professores, dentistas etc. Outros se tornaram servidores do próprio instituto, motivo de orgulho para seus antigos professores porque veem que o trabalho desenvolvido surtiu efeito.

São muitas memórias que vieram à tona nesta pesquisa dos docentes participantes, que são memórias individuais, mas que se misturam com as memórias coletivas (Pollak,1992) e foram a inspiração partilhada para construção do Produto Educacional, a exposição fotográfica do Campus Tabatinga, com suas dez fotos simbolicamente aludindo seus dez anos na Tríplice Fronteira Amazônica (Brasil-Colômbia e Peru). Como é um Campus que apresenta uma miscelânea de alunos, seja de comunidade ribeirinha, de etnias como Kambeba, Kokamas, Ticunas e outros, seja de alunos peruanos e colombianos. Além do mais, o CTBT tem um diálogo com muitas cidades do Alto Solimões, as fotografias ganham esta dimensão atingindo tanto o público com letramento quanto aqueles iletrados, assim como podendo ser exposta em qualquer cenário que se apresente, em especial numa região banhada pelo rio Solimões para os povos das águas e povos da floresta.

A pesquisa também foi um momento de revisitar memórias da pesquisadora que voltou no tempo , se transportando para o ano de 1995 quando

os Institutos Federais eram Centros Federais de Educação Tecnológica (CEFET), a mesma desconhecia sua importância. Ouvia falar apenas que era muito difícil e concorrido entrar numa escola daquele porte. Quando cursava o fundamental II, apenas dois colegas de sua turma conseguiram passar e estudar no CEFET. Muito tempo depois na fase adulta a pesquisadora teve a possibilidade de realizar uma especialização ofertada pela IFPB, no exato momento de transição da nomenclatura em 2008 para Institutos Federais e passado mais um tempo cursar *stricto sensu* no IFAM. No período de adolescência não teve quem apresentasse a instituição a mesma e na fase adulta as informações sobre os IFs passaram a fazer sentido em sua vida, aclarando no mestrado este encontro e descoberta por meio dos depoimentos dos seus professores e da pesquisa realizada. Então, que esta pesquisa junto com o produto educacional chegue a todos e que ninguém desconheça o que são os Institutos Federais e a revolução que causa na vida de tantas pessoas.

Reforça-se ainda que há espaços para que outros pesquisadores e pesquisadoras possam dar continuidade ao estudo das memórias do Campus Tabatinga/IFAM e que a página do Instagram do referido Campus, apresenta uma abrangência de vídeos e fotografias atualizadas das ações desenvolvidas, colaborando para que a história do CTBT possa ser descrita pelo olhar de novos personagens desse universo escolar.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ATAÍDE Luiz (Lulu). Tabatinga, sua história :No contexto do Alto Solimões e da Região Tri-Fronteiriça. Editorial Gente Nueva, Colômbia-2020.

BARDIN, L. Análise de conteúdo. Trad. de Luís Antero Reto e Augusto Pinheiro. São Paulo: Edições 70, 2016.

BATALHA, Eliana Ratto de Castro, Recomendações técnicas para construção dos produtos educacionais / Eliana Ratto de Castro Batalha. – 2019.

BRASIL, Ministério da Educação. Portaria nº 1038, de 07 de dezembro de 2020. Altera a Portaria MEC nº 544, de 16 de junho de 2020, que dispõe sobre a substituição das aulas presenciais por aulas em meio digitais, enquanto durar a

situação de pandemia do novo coronavírus - Covid-19, e a Portaria MEC nº 1.030, de 1º de dezembro de 2020, que dispõe sobre o retorno às aulas presenciais e sobre caráter excepcional de utilização de recursos educacionais digitais para integralização da carga horária das atividades pedagógicas, enquanto durar a situação de pandemia do novo coronavírus - Covid-19. Diário Oficial da União, 07 de dezembro de 2020. Disponível em PORTARIA MEC Nº 1.038, DE 7 DE Dezembro DE 2020 - PORTARIA MEC Nº 1.038, DE 7 DE Dezembro DE 2020 - DOU - Imprensa Nacional (in.gov.br). Acesso em : 24 fev.2023

BRASIL, Ministério da Educação. Portaria nº 343, de 17 de março de 2020. Dispõe sobre a substituição das aulas presenciais por aulas em meios digitais enquanto durar a situação de pandemia do novo coronavírus, covid-19. Diário Oficial da União, 18 de março de 2020. Disponível em: <http://www.in.gov.br/en/web/dou/-/decreto-legislativo-249090982>. Acesso em: 24 fev. 2023.

BRASIL. Brasil. **Decreto 5.154, de 23 de julho de 2004**. Regulamenta o § 2º do art. 36 e os arts. 39 a 41 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional, e dá outras providências. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/decreto/d5154.htm Acesso em 08 set.2022.

BRASIL. Lei n. 12.772, de 28 de dezembro de 2012. Dispõe sobre a estruturação do Plano de Carreiras e Cargos de Magistério Federal; sobre a Carreira do Magistério Superior, de que trata a Lei no 7.596, de 10 de abril de 1987 [...]. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, n. 251, p. 1-19, 2012.

BRASIL. **Lei Nº 11.892/08 de 29 de dezembro de 2008**. Lei nº 11.892, institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/l11892.htm Acesso em: 08 jul.2021.

BRASIL. Portaria Nº343, de 17 de março de 2020. Dispõe sobre a substituição das aulas presenciais por aulas em meios digitais enquanto durar a situação de

pandemia do Novo Coronavírus - COVID-19. Disponível em: Portaria nº 343-20-mec (planalto.gov.br). Acesso em 15 set.2021.

BRASIL. Resolução Nº 466, de 12 de dezembro de 2012. Diretrizes e Normas regulamentadoras de pesquisa envolvendo seres humanos. Brasília, DF. Disponível em: Reso466.pdf (saude.gov.br). Acesso em 20 jul.2021.

CÁRIA, Neide Pena; SANTOS, Mileide Pereira. Gestão e democracia na escola: limites e desafios. **Regae-Revista de Gestão e Avaliação Educacional**, v. 3, n. 6, p. 27-41, 2014.

CARNEIRO, Moaci Alves. LDB fácil: leitura crítico-compreensiva, artigo a artigo. 20. ed. atualizada e ampliada. -Petrópolis, RJ:Vozes, 2012.

CAVALCANTE DOS SANTOS, E.; CAVALCANTE LACERDA JUNIOR, J.; Os desafios do ensino na Educação Básica durante a pandemia da COVID-19 em Lábrea, Amazonas, Brasil. **Atualidade Investigativa em Educação**, [S. l.], v. 22, n. 3, p. 1-23, 2022. DOI: 10.15517/aie. v22i3.50626. Disponível em: <https://revistas.ucr.ac.cr/index.php/aie/article/view/50626>.. Acesso em: 02 mar.2023.

CAVALCANTE, José Luiz. A Lei de Terras de 1850 e a reafirmação do poder básico do Estado sobre a terra. **Histórica**, São Paulo, ano1, n. 2, p. 1-8, junho de 2005.

CIAVATTA, M. A FORMAÇÃO INTEGRADA A ESCOLA E O TRABALHO COMO LUGARES DE MEMÓRIA E DE IDENTIDADE. **Revista Trabalho Necessário**, v. 3, n. 3, 6 dez. 2005. Disponível em <https://periodicos.uff.br/trabalhonecessario/article/view/6122> Acesso em 10 jul.2021.

CIAVATTA, M. O ENSINO INTEGRADO, A POLITECNIA E A EDUCAÇÃO OMNILATERAL. POR QUE LUTAMOS? / The integrated education, the polytechnic and the omnilateral education. Why do we fight?. **Trabalho & Educação**, Belo Horizonte, v. 23, n. 1, p. 187–205, 2014. Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/trabedu/article/view/9303>. Acesso em: 22 abr. 2023.

CORDEIRO, M. S. S.; NOVAES, R. B.; BARCELLOS, S. B. A questão ambiental e o governo Bolsonaro: entre conflitos ambientais e ideias conspiratórias. **Raízes: Revista de Ciências Sociais e Econômicas**, [S. l.], v. 42, n. 2, p. 263–276, 2022. DOI: 10.37370/raízes. 2022.v42.799. Disponível em: <http://raizes.revistas.ufcg.edu.br/index.php/raizes/article/view/799>. Acesso em: 23 abr. 2023.

COUTINHO, Pedro; PESTANA, Olivia. e-books: evolução, características e novas problemáticas para o mercado editorial. Disponível em: <http://aleph20.letas.up.pt/index.php/paginasueb/article/view/672>. Acesso em: 19 dez. 2021.

Decreto n. 5.840, de 13 jul. 2006. (2006). Institui, no âmbito federal, o Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos – PROEJA, e dá outras providências. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br>>. Acesso em 15 dez.2022.

DEMARTINI. Z. B. In História Falada: memória, rede e mudança social/Coordenadores karem Worcman e Jesus Vasquez Pereira. São Paulo: SESC SP Museu da Pessoa :Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2006.280p

DEMO, Pedro. Pesquisa: princípio científico e educativo / Pedro Demo. - 12. ed.- São Paulo: Cortez, 2006. (Biblioteca da educação. Série 1. Escola; v. 14.

DEMO, Pedro. Professor/Conhecimento. UnB, 2001. Disponível em:<www.enap.gov.br/downloads/ec43ea4fProfessor_Conhecimento.pdf>. Acesso em: 16 mar 2023.

FREIRE, P. Pedagogia da autonomia. 34. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

FREITAS, Sônia Maria de. Prefácio. In: História Falada: memória, rede e mudança social /Coordenadores karen Worcman e Jesus Vasquez Pereira. -São Paulo: SESC SP Museu da Pessoa :Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2006. 280p.

FRIGOTTO, Gaudêncio. O trabalho como princípio educativo no projeto de educação integral de trabalhadores - Excertos In: COSTA, Hélio da e

CONCEIÇÃO, Martinho. Educação Integral e Sistema de Reconhecimento e certificação educacional e profissional. São Paulo: Secretaria Nacional de Formação – CUT, 2005.

FRIGOTTO, Gaudêncio. Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia: relação com o ensino médio integrado e o projeto societário de desenvolvimento/Gaudêncio Frigotto, organizador. Rio de Janeiro: UERJ, LPP, 2018. 320 p.

GADOTTI, Moacir. Perspectivas atuais da educação. Porto Alegre: Artes Médicas, 2002.

GADOTTI, Moacir. A escola e o professor: Paulo Freire e a paixão de ensinar / Moacir Gadotti. – 1. ed. – São Paulo: Publisher Brasil, 2007.

GADOTTI, Moacir. Educação Integral no Brasil: inovações em processo / Moacir Gadotti. -- São Paulo: Editora e Livraria Instituto Paulo Freire, 2009. -- (Educação Cidadã; 4).

GADOTTI, Moacir. Boniteza de um sonho :ensinar e aprender com sentido- 2. ed.-São Paulo: Editora e Livraria Instituto Paulo Freire, 2011.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo: Atlas, 2002.

GOUVÊA, Patrícia; PANIAGO, Rosenilde; SARMENTO, Teresa. A docência nos Institutos Federais em tempos pandêmicos: provocações teóricas. 2020. Disponível em <https://repositorium.sdum.uminho.pt/handle/1822/68651>. Acesso em 28 fev.2023.

IBGE CIDADES. **Censo Demográfico 2021**. Disponível em <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/am/tabatinga/panorama> Acesso em 20 jul.2021.

JAHNEL, Teresa Cabral. As leis de terra no Brasil. **Boletim paulista de Geografia**, n. 65,2º sem.1987. pp.105/115.

KUENZER, A. Z. **Trabalho e Escola**: A flexibilização do ensino médio no contexto do regime de acumulação flexível. Educ. Soc., Campinas, v. 38, nº. 139, p.331-354, abr.-jun., 2017.

LIBÂNEO, J. C. O dualismo perverso da escola pública brasileira: escola do conhecimento para os ricos, escola do acolhimento social para os pobres. **Educação e Pesquisa**, [S. l.], v. 38, n. 1, p. 13-28, 2012. DOI: 10.1590/S1517-97022011005000001. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/ep/article/view/28323>. Acesso em: 19 dez. 2022.

LISPECTOR, Clarisse. *Aprendendo a viver -Primeira Edição -Rio de Janeiro:Sociedade Literária*, 2018.

LOPES, Rhuan. Histórias que importam O patrimônio perdido para Belo Monte em Altamira – Pará. Edição Especial -Beira do Rio. Memória e Conflito UFPA, Ano XXXIII, n. 4 agosto e setembro 2019.Disponível em Calaméo - Beira do Rio-Especial: Memória e Conflitos n. 4 (calameo.com).Acesso em 12 dez.2022.

LOUREIRO, Violeta Refkalefsky; PINTO, Jax Nildo Aragão. A questão fundiária na Amazônia. **Estudos avançados**, v. 19, n.54, p.77-98 ago. 2005.

LÜDKE, Menga; ANDRÉ, Marli. *A pesquisa em educação: abordagens qualitativas*. 2 ed. Rio de Janeiro: E.P.U., 2020.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de metodologia científica**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

MARTINS, H. R. O curso técnico em agropecuária na modalidade PROEJA indígena: educação profissional na comunidade Ticuna. Seropédica / RJ: Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro - Dissertação (Ensino Agrícola), 2016.

MILITÃO, M. N. de S. do A. FLEXIBILIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL. **Trabalho & Educação**, Belo Horizonte, v. 3, p. 95–105, 2013. Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/trabedu/article/view/8920>. Acesso em: 16 abr. 2023.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. *Pesquisa Social: Teoria, método e criatividade*. 28 ed. Petrópolis: Vozes, 2009.

MONEGO, Sonia; GUARNIERI, Vanderleia. *A fotografia como recurso de memória*. Santa Catarina: Ceon, 2012.

MORAES, R. Análise de Conteúdo. Revista Educação. Porto Alegre, v. 22, n. 37, p. 7-32, 1999.

MOURA, D. H.; HENRIQUE, A. L. S. PROEJA: ENTRE DESAFIOS E POSSIBILIDADES. **HOLOS**, [S. l.], v. 2, p. 114–129, 2012. DOI: 10.15628/holos.2012.914. Disponível em: <https://www2.ifrn.edu.br/ojs/index.php/HOLOS/article/view/914>. Acesso em: 19 nov. 2022

MOURA, Dante Henrique. Trabalho e formação docente na educação profissional [recurso eletrônico] / Dante Henrique Moura. – Dados eletrônicos (1 arquivo: 586 kilobytes). – Curitiba: Instituto Federal do Paraná, 2014. - (Coleção formação pedagógica; v. 3).

NHANTUMBO, Telma Luis. Capacidade de resposta das instituições educacionais no processo de ensino-aprendizagem face à pandemia de covid-19: impasses e desafios. Educação, Sociedade e Meio Ambiente, v. 25, n. 2, jul-dez, p. 556- 571, 2020. Disponível em <https://periodicos.ufam.edu.br/index.php/educamazonia/article/view/7851>. Acesso em 26 fev. 2023.

NOGUEIRA JUNIOR, Bianor Saraiva; LIMA, Neuton Alves de. Combatendo a grilagem no Amazonas através dos projetos de desenvolvimento sustentável. Revista Nova Hileia. Vol. 3. Nº 1, jul-dez 2017. ISSN: 2525-4537

NORA, P. (1993). Entre Memória e História: a problemática dos lugares. Khoury, Y. A. (trad.). Projeto História. São Paulo: (10), dez. Disponível em <https://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/view/12101/8763> Acesso em 10 jul. 2021.

NUNES, CLARICE in. Formação de educadores: desafios e perspectivas / organizadora Raquel Lazzari Leite Barbosa. - São Paulo: Editora UNESP, 2003.

NUNES de Mello, Maria Stela Vasconcelos. De Escolas de Aprendizes Artífices a Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas :cem anos de história. -Manaus :Editora,2009.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de; FARIA, Camila Salles de. O processo de constituição da propriedade privada da terra no Brasil. In: Anais do 12º Encontro

de Geógrafo de América Latina, 2009, Montevideo. Montevideo: Universidad de la República, 2009.

PACHECO, Eliezer Moreira. Os institutos federais: uma revolução na educação profissional e tecnológica. – Natal: IFRN, 2010.

PACHECO, E. Perspectivas da Educação Profissional Técnica de Nível Médio Proposta de Diretrizes Curriculares Nacionais. Moderna, São Paulo, 2012.

PACHECO, Eliezer. Fundamentos político-pedagógicos dos Institutos Federais: diretrizes para uma educação profissional e tecnológica transformadora. / Eliezer Pacheco. – Natal: IFRN, 2015. 67 p

PARECER CNE/CP nº 5/2020, de 01 de junho de 2020, dispõe sobre diretrizes para orientar escolas da educação básica e instituições de ensino superior durante a pandemia do COVID-19. Disponível em <[http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman & view= download & alias=145011- pcp005-20 & category_slug=marco-2020-pdf & Itemid=30192](http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=145011-pcp005-20&category_slug=marco-2020-pdf&Itemid=30192). Acesso em 24 de fev. 2023.

PEREIRA, H. P.; SANTOS, F. V.; MANENTI, M. A. SAÚDE MENTAL DE DOCENTES EM TEMPOS DE PANDEMIA: OS IMPACTOS DAS ATIVIDADES REMOTAS. **Boletim de Conjuntura (BOCA)**, Boa Vista, v. 3, n. 9, p. 26–32, 2020. DOI: 10.5281/zenodo.3986851. Disponível em: <https://revista.ioles.com.br/boca/index.php/revista/article/view/74>. Acesso em: 24 fev. 2023.

PEREIRA, L. A. C.; DA CRUZ, J. L. V. OS INSTITUTOS FEDERAIS E O DESENVOLVIMENTO REGIONAL: INTERFACE POSSÍVEL. **HOLOS**, [S. l.], v. 4, p. 1–18, 2019. DOI: 10.15628/holos.2019.7992. Disponível em: <https://www2.ifrn.edu.br/ojs/index.php/HOLOS/article/view/7992>. Acesso em: 23 abr. 2023.

POLLAK, Michael. Memória e Identidade Social: Estudos Históricos. Rio de Janeiro, v. 5, n. 10, p. 200-212, 1992.

PORTARIA Nº 12, de 16 de junho de 2014. Dispõe sobre o Regulamento Interno do Reconhecimento de Saberes e Competências (CPRSC) Disponível em: (mec.gov.br) Acesso em 2 jan.2023.

PORTARIA Nº 15/2016, DE 11 DE MAIO DE 2016 Instituiu o Plano de Formação Continuada dos Servidores da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica – PLAFOR, e outras providências. Disponível em [Plafor - Ministério da Educação \(mec.gov.br\)](http://Plafor - Ministério da Educação (mec.gov.br)) Acesso em 2 jan.2023.

Plano de Desenvolvimento Institucional:PDI 2019-2023/Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas. -Manaus, 2019.419p.:il. color

Projeto Pedagógico do Curso Técnico de Nível Médio em Administração / Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas. Campus Tabatinga, 2018.

Projeto Pedagógico do Curso Técnico de Nível Médio em Recursos Pesqueiros/ Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas. Campus Tabatinga, 2018.

Projeto Político do Curso Técnico de Nível Médio em Agropecuária/Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas. Campus Tabatinga, 2018.

RESOLUÇÃO Nº. 03-CONSUP/IFAM de 02 de abril de 2014 Dispõe sobre a regulamentação da avaliação, concessão e fluxo de procedimentos para a concessão do Reconhecimento de Saberes e Competências aos docentes pertencentes ao Plano de Carreira de Magistério do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas-IFAM Disponível em ANEXO (mec.gov.br) Acesso em 2 jan.2023.

RIZZATTI, I.M.; MENDONÇA, A.P.; MATTOS, F.; RÔÇAS, G.; SILVA, M.A.V.; CAVALCANTI, R.J.S.; OLIVEIRA, R.R. **Os produtos e processos educacionais dos programas de pós-graduação profissionais:** proposições de um grupo de colaboradores. Actio, v. 5, n. 2, p. 1-17, 2020.

ROMANO, Rogério Tadeu. O aprofundamento da grilagem de terras na Amazônia. Disponível em [O aprofundamento da grilagem de terras na Amazônia | Acervo | ISA \(socioambiental.org\)](http://O aprofundamento da grilagem de terras na Amazônia | Acervo | ISA (socioambiental.org)). Acesso em 02 fev.2023.

SABINO, A. R.; GADELHA, E. M.; WITKOSKI, A. C.; RODRIGUES, I. de M. The University of Amazon State (UEA) as a social, economic and environmental development in the triple amazon border . **Research, Society and**

Development, [S. l.], v. 11, n. 7, p. e55311730445, 2022. DOI: 10.33448/rsd-v11i7.30445. Disponível em:

<https://rsdjournal.org/index.php/rsd/article/view/30445>. Acesso em: 23 ab. 2023.

SALOMÃO, Marcos. História Da Propriedade Privada No Brasil: Capitânicas, Sesmarias, Posse E Registro. 2021. (57 min.), son., color. Disponível em: <https://www.facebook.com/professorsalomao/videos/212613047612929/>.

Acesso em: 25 jan. 2023.

SANTOS, André Lucas Souza *et al.* O uso do WhatsApp como ferramenta de ensino e aprendizagem no ensino remoto emergencial. In: III SIMPÓSIO AMAZÔNICO EM EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA, 3., 2022, Manaus. **Anais [...]**. Belo Horizonte: Poisson, 2022. p. 39-44. Disponível em: <https://poisson.com.br/2018/produto/anais-dos-iii-simposio-amazonico-em-educacao-profissional-e-tecnologica/>. Acesso em: 04 mar. 2023.

SANTOS, Zineide Pereira dos. Memória do Instituto Federal do Paraná Campus Paranavaí: revisitando o passado, vivenciando o presente. 603f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) -Universidade Estadual de Londrina, Centro de Educação Comunicação e Artes, Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação. Londrina, 2018.

SAVIANI, Dermeval. O choque Teórico da Politecnicidade. Trabalho, Educação e Saúde-Revista da EPSJV/FIOCRUZ. Rio de Janeiro: Ed. Fiocruz, N.1, p.131-152, 2003.

SELLANI, Helena Aparecida Verderamis. **A DOCUMENTAÇÃO NARRATIVA COMO CAMINHO PARA A CONSTRUÇÃO DE UMA TRAJETÓRIA FORMATIVA DOCENTE.** 2015. Disponível em: https://educere.bruc.com.br/arquivo/pdf2015/21356_10344.pdf. Acesso em: 19 dez. 2022.

SILVA, Andréia Gonçalves da; LIMA, Maria Francisca Morais de. O ensino remoto emergencial como estratégia pedagógica na EPT para a continuidade da aprendizagem em tempo de pandemia. In: III SIMPÓSIO AMAZÔNICO EM EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA, 3., 2022, Manaus. **Anais [...]**. Belo Horizonte: Poisson, 2022. p. 171-177. Disponível em:

<https://poisson.com.br/2018/produto/anais-dos-iii-simposio-amazonico-em-educacao-profissional-e-tecnologica/>. Acesso em: 04 mar. 2023.

SILVA, M. I. C. da. Mulheres migrantes na Transamazônica: construção da ocupação e do fazer política. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) –Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Pará, Belém, 2008.

SOUZA, Nádia Simas. A Amazônia brasileira: processo de ocupação e a devastação da floresta. **Boletim Científico Escola Superior do Ministério Público da União**, n. 32/33, p. 199-235, 2010.

SOUZA de Ribeiro, Rony Von; PEREIRA da Silva Denis. Atuação dos Professores do Instituto Federal do Amazonas -Campus Tabatinga no Ensino Agrícola do Proeja Indígena In:O desafio das práticas educativas nos cursos do PROEJA sob a ótica da pesquisa :o caso do Instituto Federal do Amazonas. /Eliseanne Lima da Silva (org), João Batista Neto(org). Manaus: Gráfica Amazonas, 2016.

SOUZA, Thammi Rodrigues. Trajetória profissional dos egressos do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas - Campus Coari. 2019. 56 f. Dissertação (Mestrado em Educação Agrícola) - Instituto de Agronomia, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, 2019.Disponível em TEDE: Trajetória profissional dos egressos do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas - Campus Coari (ufrj.br).Acesso em 18 ago. 2023.

SCHIEDECK, Silvia; FRANÇA, Maria Cristina Caminha de Castilhos. A CONCEPÇÃO DOS INSTITUTOS FEDERAIS E SEUS ATORES SOCIAIS: A HISTÓRIA NARRADA POR TRÁS DA HISTÓRIA. **Amazônica - Revista de Antropologia**, [s. l], v. 11, p. 17-35, 2019. Disponível em: <https://periodicos.ufpa.br/index.php/amazonica/index>. Acesso em: 19 dez. 2021.

SCHWARCZ, Lilia Moritz; STARLING, Heloisa Murgel. *A bailarina da morte: a gripe espanhola no Brasil*. Companhia das Letras, 2020.

THOMPSON PAUL, in História Falada: memória, rede e mudança social /Coordenadores karen Worcman e Jesus Vasquez Pereira. -São Paulo: SESC SP Museu da Pessoa :Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2006.280p.

TOSTO, Rosanei. Escolas democráticas utopia ou realidade. **Revista Pandora do Brasil. Cultura e materialidade escolar**, 2011.

TRIVIÑOS, Augusto Nivaldo Silva. **Três Enfoques na Pesquisa em Ciências Sociais: o positivismo, a fenomenologia e o marxismo**. In: TRIVIÑOS, Augusto Nivaldo Silva. Introdução à Pesquisa em Ciências Sociais: a pesquisa qualitativa em educação. São Paulo: Atlas, 1987.

ANEXOS

DOCUMENTOS SUBMETIDOS AO COMITÊ DE ÉTICA



Ministério da Educação
 Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do
 Amazonas
 Pró-Reitoria de Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação
 Campus Manaus Centro
 Diretoria de Pesquisa e Pós-Graduação
 Mestrado em Educação Profissional e Tecnológica em Rede Nacional



TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)

Estimado(a) Senhor(a): Gostaríamos de convidá-lo (a) a participar da pesquisa **MEMÓRIAS DO IFAM/CAMPUS TABATINGA: UMA DÉCADA DE PRESENÇA NA REGIÃO DO ALTO SOLIMÕES**, cuja pesquisadora responsável é Denise Targino Villar, a ser realizada no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas-IFAM/Campus Tabatinga. A presente pesquisa pretende narrar a história do IFAM/Campus Tabatinga a partir de fontes documentais, bibliográficas e das memórias dos docentes do Ensino Médio Integrado. A pesquisa ainda versa com os seguintes objetivos: Compreender a importância do IFAM/ Campus Tabatinga na região do Alto Solimões, averiguar a percepção dos docentes sobre a importância desse Instituto na região e na sua vida profissional, reunir as memórias de Professores do Ensino Médio Integrado do Campus Tabatinga do Instituto Federal do Amazonas como fonte de pesquisa na construção da história do Campus, verificar as ações pedagógicas desenvolvidas pelos docentes do Ensino Médio Integrado que perpassa pela Omnilateralidade no Campus Tabatinga do Instituto Federal do Amazonas, e como produto educacional elaborar um ebook da história do Campus Tabatinga do Instituto Federal do Amazonas contribuindo no acesso e divulgação da instituição junto à comunidade escolar e público em geral.

- 1- Todas as suas indagações podem ser esclarecidas a qualquer momento com a responsável por esta pesquisa, no contato e endereço descritos no item 8. Apenas quando todos os esclarecimentos foram dados e você concorde com a realização do estudo, pedimos que rubriche as folhas e assine ao final deste documento, que está em duas vias. Uma via lhe será entregue e a outra ficará com a pesquisadora responsável.
- 2- O(A) senhor(a) é livre para decidir participar ou recusar-se. Caso não aceite participar, não haverá nenhum problema, desistir é um direito seu, bem como será possível retirar o consentimento em qualquer fase da pesquisa, também sem nenhuma penalidade, podendo levar consigo todo o material produzido, sem nenhum ônus de qualquer natureza.
- 3- **Da coleta de dados:** Todas as informações desta pesquisa serão confidenciais e serão divulgadas apenas em dissertação, eventos e publicações científicas, não havendo identificação dos(as) docentes participantes, sendo assegurado o sigilo sobre a sua participação. Os dados coletados nesta pesquisa, através de questionário e entrevista, ficarão armazenados em computador pessoal, sob a responsabilidade da pesquisadora, HD externo da mesma e Google Drive a qual se propõe guardá-los em local seguro no endereço abaixo informado, pelo período mínimo 5 (cinco) anos.
- 3.1- O questionário e entrevista serão aplicados em fases específicas, sendo o questionário na fase 1 e a entrevista na fase 2. Ressalta-se que a aplicação da entrevista se dará apenas aos participantes que responderem o questionário da etapa 1.

Rubrica pesquisadora: _____ Rubrica participante: _____

3.2 O questionário e entrevista serão aplicados dentro das dependências físicas da própria instituição de ensino ou em outro local que o participante se sinta confortável em participar, o horário será estabelecido entre as partes. Cada coleta, tem um período de até 2 meses. A duração da entrevista será gravada, com no máximo de 30 minutos (trinta minutos) de duração para cada entrevistado (a). As medidas de distanciamento mínimo, uso de máscaras, álcool em gel e número reduzido de pessoas no ambiente seguirá os protocolos de biossegurança, ressaltando que a entrevista será individual. Devido ao contexto pandêmico, em caso de não retorno às atividades presenciais no IFAM - Campus Tabatinga até a etapa de coleta de dados, os questionários e entrevistas serão aplicados de forma remota, utilizando-se das ferramentas tecnológicas necessárias (questionário e entrevista via e-mail). O procedimento de transcrição dos áudios das gravações das entrevistas será realizado pela pesquisadora, ressaltando que o material coletado será utilizado somente para esta pesquisa e será armazenado em local seguro sob guarda e responsabilidade da autora da dissertação. Os resultados serão divulgados sem a identificação dos(as) participantes. A veiculação dos resultados se dará por meio da dissertação, de artigos científicos em revistas especializadas e/ou em encontros científicos e congressos.

4. **Dos benefícios:** A pesquisa apresentará para a comunidade escolar e público externo informações referentes da Instituição pesquisada de forma catalogada, linear dos acontecimentos, com os fatos vigentes de inserção da mesma na região do Alto Solimões. Podendo junto com o seu produto educacional serem fontes de pesquisa para trabalho futuros de outros pesquisadores, professores com práticas interdisciplinares, ser fonte de discussão sobre patrimônio institucional e narrativas de vida que possibilita a inclusão e a voz de vários sujeitos contando sobre determinado fato, é uma riqueza de narrativas e representa novas fontes de pesquisa para quem deseja se debruçar a respeito, em especial na triplíce fronteira, uma miscelânea de povos e culturas.

5. **Dos riscos:** A participação na pesquisa pode causar: constrangimento, quebra do anonimato, disponibilidade de tempo para preencher os instrumentos de coleta de informações, divulgação de dados confidenciais. Assim sendo, a pesquisadora adotará as medidas necessárias para evitar constrangimento e desconforto, usando linguagem pertinente e abordagem humanizada, evitar perguntas desagradáveis ou adversa, assim como se compromete a resguardar todos os dados confidenciais declarados, garantido a reparação de danos conforme o item 6. Somente a pesquisadora terá acesso e posse dos dados pessoais coletados que serão arquivados em segurança. Diante da objetividade e clareza do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) e, pode-se considerar os riscos como pouco prováveis e danos leves. Sabemos que a quebra de sigilo, ainda que involuntária e não intencional, é um risco que deve sempre ser reconhecido e será informado ao participante no TCLE. Nesse caso, vamos zelar pela confidencialidade dos dados fornecidos, assumindo o compromisso de não publicar o nome dos participantes ou qualquer outra forma que permita a identificação individual. Além disso, utilizaremos um ambiente que proporcione privacidade para a coleta de dados, com respeito a não divulgação das informações pessoais, nem de imagens. Ressaltamos que as entrevistas serão gravadas e utilizadas somente para coleta e análise dos dados no que se refere às questões necessárias à pesquisa e, ao participante, garantimos a possibilidade de interromper a participação quando desejar, sem prejuízos ao estudo ou ao participante.

6. **Dos custos e indenizações:** O(A) Sr(a) não pagará e nem será remunerado (a) por sua participação, pois é voluntária. Se houver necessidade, as despesas para a sua participação serão assumidas pela pesquisadora (transporte, alimentação e estadia). Garante-se, ainda, a indenização em casos de danos, comprovadamente decorrentes da participação na pesquisa, conforme decisão judicial ou extrajudicial.

7. Todos os envolvidos receberão uma cópia digital de todos os produtos oriundos do nosso trabalho: (1) dissertação; (2) produto educacional; (3) formulários correlatos: termos de consentimentos ou termo de assentimento livre esclarecido.

8. **Contato da pesquisadora:** Caso tenha qualquer dúvida ou necessite de maiores esclarecimentos sobre quaisquer

dúvidas poderá nos contatar, **Denise Targino Villar**, endereço residencial: Avenida da Amizade nº 80. Bairro Centro, CEP 69.640-000 Tabatinga/AM, telefone (83) 981535668, e-mail: mestrandatargino@gmail.com ou denise.targino@hotmail.com, pesquisadora responsável, orientada pela Profª. A Dra. Ana Cláudia Ribeiro Souza, endereço: Rua Billie Holiday , nº 36, Jardim Itapoã, Bl D, apartamento 303, parque 10 de Novembro , CEP 69050-445, Manaus/AM , Telefone (92) 99203-0840, e-mail: ana.souza@ifam.edu.br

No caso de não conseguir contatar as pesquisadoras ou para o esclarecimento de outras dúvidas poderá entrar em contato com o Comitê de Ética do Instituto Federal de Educação, Ciências e Tecnologia do Amazonas (CEP n. 1037/2009), instalado no endereço: Rua Ferreira Pena, 1109 Centro – Prédio da Reitoria, 2º andar, Manaus- Am. Telefone: (92) 3306-0060. E-mail: cepsh.ppgi@ifam.edu.br

Rubrica pesquisadora: _____ Rubrica participante: _____



Ministério da Educação
 Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do
 Amazonas Pró-Reitoria de Pesquisa, Pós-Graduação e
 Inovação
 Campus Manaus Centro
 Diretoria de Pesquisa e Pós-Graduação
 Mestrado em Educação Profissional e Tecnológica em Rede Nacional



Este termo deverá ser preenchido em duas vias de igual teor, sendo uma delas devidamente preenchida, assinada e entregue a você.

Tabatinga, _____ de _____ de _____

 Participante da pesquisa
 Nome por extenso

 Denise Targino Villar
 Pesquisadora responsável
 RG 2597779/SSP/PB

CONSENTIMENTO PÓS-INFORMAÇÃO

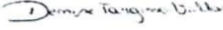

Eu, _____
 _____, residente e domiciliado na _____,
 portador da cédula de identidade, RG _____, e inscrito no
 CPF _____, declaro ter conhecimento das informações contidas neste documento e ter recebido
 respostas claras sobre as dúvidas por mim apresentadas a propósito da minha participação na pesquisa e, adicionalmente
 declaro que a pesquisadora esclareceu para mim o objetivo, a natureza, os riscos e benefícios do estudo concedendo-
 me o tempo necessário para que eu refletisse e tomasse minha decisão de livre e esclarecimento. Estou ciente que minha
 participação é isenta de despesas e que posso acessar os resultados e esclarecer minhas dúvidas durante toda a pesquisa,
 bem como me foi assegurado o anonimato. Nessas condições apresentadas, concordo voluntariamente em participar deste
 estudo e declaro que tenho ciência que poderei retirar o meu consentimento a qualquer momento, sem penalidade, prejuízo
 ou perda de qualquer benefício que eu possa ter adquirido.

Tabatinga, _____ de _____ de _____

 Participante da pesquisa
 (Nome por extenso)

 Denise Targino Villar
 Pesquisadora responsável
 RG 2597779/SSP/PB

Rubrica pesquisadora: _____ Rubrica participante: _____

1 Projeto de Pesquisa MEMÓRIAS DO IFAM/CAMPUS TABATINGA. UMA DÉCADA DE PRESENÇA NA REGIÃO DO ALTO SOLIMÕES			
2 Número de Participantes da Pesquisa 10			
3 Área Temática			
4 Área do Conhecimento Grande Área 7. Ciências Humanas			
PESQUISADOR RESPONSÁVEL			
5 Nome DENISE TARGINO VILLAR			
6 CPF 009.736.974-82	7. Endereço (Rua, n.º) AVENIDA DA AMIZADE CENTRO APARTAMENTO TABATINGA AMAZONAS 69640000		
8 Nacionalidade BRASILEIRO	9. Telefone 83981535668	10. Outro Telefone	11. Email denise.targino@hotmail.com
<p>Termo de Compromisso: Declaro que conheço e cumprirei os requisitos da Resolução CNS 466/12 e suas complementares. Comprometo-me a utilizar os materiais e dados coletados exclusivamente para os fins previstos no protocolo e a publicar os resultados sejam eles favoráveis ou não. Aceito as responsabilidades pela condução científica do projeto acima. Tenho ciência que essa folha será anexada ao projeto devidamente assinada por todos os responsáveis e fará parte integrante da documentação do mesmo.</p>			
Data <u>08</u> <u>Fevereiro</u> <u>2022</u>		 Assinatura	
INSTITUIÇÃO PROPONENTE			
12. Nome: INSTITUTO FEDERAL DE EDUCACAO, CIENCIA E TECNOLOGIA DO AMAZONAS		13. CNPJ 10.792.928/0005-33	14. Unidade/Orgão INSTITUTO FEDERAL DE EDUCACAO, CIENCIA E TECNOLOGIA DO AMAZONAS
15. Telefone: (92) 3621-6728	16. Outro Telefone:		
<p>Termo de Compromisso (do responsável pela instituição): Declaro que conheço e cumprirei os requisitos da Resolução CNS 466/12 e suas Complementares e como esta instituição tem condições para o desenvolvimento deste projeto, autorizo sua execução.</p>			
Responsável: <u>Edson Valente Chaves</u>		CPF: <u>335.753.632-34</u>	
Cargo/Função: <u>Diretor Geral do IFAM-CM</u>		 Assinatura	
Data <u>08</u> <u>Fevereiro</u> <u>2022</u>			
PATROCINADOR PRINCIPAL		Edson Valente Chaves Diretor Geral Campus Manaus Centro do IFAM Portão 1.131 GRUFAM, ds 27.05.2019	
Não se aplica			



Ministério da Educação
 Instituto Federal de Educação, Ciência e
 Tecnologia do Amazonas Pro-Reitoria de
 Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação
 Campus Manaus Centro
 Diretoria de Pesquisa e Pós-Graduação
 Mestrado em Educação Profissional e Tecnológica em Rede Nacional



TERMO DE AUTORIZAÇÃO E EXISTÊNCIA DE INFRAESTRUTURA

Eu, **Nicolas Andretti de Souza Neves**, Diretor da Unidade Acadêmica Campus Tabatinga/IFAM, autorizo a realização do Projeto de Pesquisa oriundo do Programa de Mestrado em Educação Profissional e Tecnológica (EPT), intitulado **MEMÓRIAS DO IFAM/CAMPUS TABATINGA: UMA DÉCADA DE PRESENÇA NA REGIÃO DO ALTO SOLIMÕES**, tendo como responsável a pesquisadora **Denise Targino Villar** e a sua orientadora **Profa. Dra. Ana Cláudia Ribeiro de Souza**. Estas informaram que para coleta de dados serão utilizados questionário e entrevista com os docentes efetivo do Ensino Médio Integrado. A análise dos dados será com base na Análise de Conteúdo da Autora Laurence Bardin (2016). A coleta de dados terá início após aprovação do Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos (CEPSH). O Campus Tabatinga do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas-IFAM está ciente de seu compromisso no resguardo da segurança e bem estar dos participantes da pesquisa, dispondo de todas as medidas de biossegurança recomendados pela Organização Mundial de Saúde (OMS), ressalto que dispomos da infraestrutura necessária para o desenvolvimento da pesquisa em conformidade com as diretrizes e normas éticas. Ademais, ratifico que não haverá quaisquer implicações negativas aos participantes que não aceitem ou desejarem desistir da pesquisa. Declaro, que na condição de representante desta Instituição, conhecer e cumprir as orientações e determinações fixadas nas Resoluções Nº 466/2012; Nº 510/2016; Norma Operativa Nº 001/2013 e Ofício Circular Nº 02/2021.

Tabatinga, 04, Febril de 2022.


 Nicolas Andretti de Souza Neves
 CPF: 578.176.862-34
 Diretor Geral IFAM/Campus Tabatinga

Me. Nicolas Andretti de Souza Neves
 Diretor Geral
 Port. Nº 1137-GR-IFAM/2019



Ministério da Educação
 Instituto Federal de Educação Ciências e Tecnologia
 do Amazonas
 Campus Manaus Centro
 Diretoria de Pesquisa e Pós-Graduação
 Mestrado em Educação Profissional e Tecnológica em Rede Nacional

Carta de Solicitação para Realização de Projeto de Pesquisa

Ao Professor Me. Nicolas Andretti de Souza

Diretor Geral do IFAM Campus Tabatinga

Eu, **DENISE TARGINO VILLAR**, discente regularmente matriculada no Curso de Mestrado em Educação Profissional e Tecnológica (ProfEPT), turma 2021, sob o número de matrícula 2021100360 solicito autorização de V.Sa. para conceder o Campus TABATINGA do Instituto Federal do Amazonas, sendo este último o lócus da minha pesquisa intitulada **MEMÓRIAS DO IFAM/CAMPUS TABATINGA: UMA DÉCADA DE PRESENÇA NA REGIÃO DO ALTO SOLIMÕES**, entre os anos de 2010 A 2020.

O trabalho acadêmico tem por objetivo narrar a história do IFAM/Campus Tabatinga a partir de fontes documentais, bibliográficas e das memórias dos docentes do Ensino Médio Integrado, sob um recorte temporal de 2010 a 2020. Sendo assim, para a realização de todas as fases da pesquisa, o Campus Tabatinga do Instituto Federal do Amazonas torna-se o espaço formal histórico e factual para a constituição do lócus em que a investigação será realizada. Informo, ainda, que o projeto de pesquisa está no escopo do Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional e Tecnológica/Mestrado Profissional em Rede-ProfEPT, com aderência à linha de pesquisa Organização e Memórias de Espaços Pedagógicos na Educação Profissional e Tecnológica, no Macroprojeto História e Memórias no contexto da EPT, sob orientação da Prof.^a Dr.^a Ana Claudia Ribeiro de Souza.

Desde já agradeço.

Atenciosamente,

Denise Targino Villar

Denise Targino Villar

CPF: 00973697482

Ciente: _____

Me. Nicolas Andretti de Souza Neves
 Diretor Geral
 Port. Nº. 1.137-GR-IFAM/2019

Tabatinga: 04 16/05/2022

PARECER CONSUBSTANCIADO DO COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA

INSTITUTO FEDERAL DE
EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E
TECNOLOGIA DO AMAZONAS
e IFAM



PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: MEMÓRIAS DO IFAM/CAMPUS TABATINGA: UMA DÉCADA DE PRESENÇA NA REGIÃO DO ALTO SOLIMÕES

Pesquisador: DENISE TARGINO VILLAR

Área Temática:

Versão: 1

CAAE: 56830622.3.0000.8119

Instituição Proponente: INSTITUTO FEDERAL DE EDUCACAO, CIENCIA E TECNOLOGIA DO

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 5.378.593

Apresentação do Projeto:

Trata-se de um projeto de mestrado do PPGET, do IFAM. A pesquisa é uma abordagem qualitativa e tem como temática: "MEMÓRIAS DO IFAM/CAMPUS TABATINGA: UMA DÉCADA DE PRESENÇA NA REGIÃO DO ALTO SOLIMÕES". Os procedimentos metodológicos propostos são questionário e entrevista para auxiliar na construção da pesquisa. Como resultado a pesquisadora pretende elaborar um ebook da história do IFAM/Campus Tabatinga contribuindo no acesso e divulgação da instituição junto à comunidade escolar e público em geral.

Objetivo da Pesquisa:

Objetivo geral: Narrar a história do IFAM/Campus Tabatinga a partir de fontes documentais, bibliográficas e das memórias dos docentes do Ensino Médio Integrado.

Objetivos específicos: -Compreender a importância do IFAM/ Campus Tabatinga na região do Alto Solimões, -Averiguar a percepção dos docentes sobre a importância desse Instituto na região e na sua vida profissional,

-Reunir as memórias de Professores do Ensino Médio Integrado do IFAM/Campus Tabatinga como fonte de pesquisa na construção da história do Campus,

-Verificar as ações pedagógicas desenvolvidas pelos docentes do Ensino Médio Integrado que perpassa pela Omnilateralidade no Instituto Federal /Campus Tabatinga,

Endereço: Rua Ferreira Pena, 1109 - Prédio da Reitoria, 2º andar, Manaus e AM

Bairro: CENTRO **CEP:** 69.025-010

UF: AM **Município:** MANAUS

Telefone: (92)3306-0060

E-mail: cepsh.ppgi@ifam.edu.br

INSTITUTO FEDERAL DE
EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E
TECNOLOGIA DO AMAZONAS
e IFAM



Continuação do Parecer: 5.378.593

-Elaborar um ebook da história do IFAM/Campus Tabatinga contribuindo no acesso e divulgação da instituição junto à comunidade escolar e público em geral.

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

Os riscos apontados no projeto básico e TCLE são: A participação na pesquisa pode causar: constrangimento, quebra do anonimato, disponibilidade de tempo para preencher os instrumentos de coleta de informações, divulgação de dados confidenciais. Assim sendo, a pesquisadora adotará as medidas necessárias para evitar constrangimento e desconforto, usando linguagem pertinente e abordagem humanizada, evitar perguntas desagradáveis ou adversas, assim como se compromete a resguardar todos os dados confidenciais declarados, garantido a reparação de danos conforme o item 6. Somente a pesquisadora terá acesso e posse dos dados pessoais coletados que serão arquivados em segurança. Diante da objetividade e clareza do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) e, pode-se considerar os riscos como pouco prováveis e danos leves. Sabemos que a quebra de sigilo, ainda que involuntária e não intencional, é um risco que deve sempre ser reconhecido e será informado ao participante no TCLE. Nesse caso, vamos zelar pela confidencialidade dos dados fornecidos, assumindo o compromisso de não publicar o nome dos participantes ou qualquer outra forma que permita a identificação individual. Além disso, utilizaremos um ambiente que proporcione privacidade para a coleta de dados, com respeito a não divulgação das informações pessoais, nem de imagens. Ressaltamos que as entrevistas serão gravadas e utilizadas somente para coleta e análise dos dados no que se refere às questões necessárias à pesquisa e, ao participante, garantimos a possibilidade de interromper a participação quando desejar, sem prejuízos ao estudo ou ao participante.

As estratégias de mitigação dos riscos constam no projeto básico e TCLE.

Os benefícios da pesquisa é que a mesma apresentará para a comunidade escolar e público externo informações referentes da Instituição pesquisada de forma catalogada, linear dos acontecimentos, com os fatos vigentes de inserção da mesma na região do Alto Solimões. Podendo junto com seu produto educacional serem fonte de pesquisa para trabalhos futuros de outros pesquisadores, professores com práticas interdisciplinares, ser fonte de discussão sobre patrimônio institucional e narrativas de vida que possibilita a inclusão e a voz de vários sujeitos contando sobre determinado acontecimento. Vários atores contando sobre determinado fato é uma riqueza de narrativas e representa novas fontes de pesquisa para quem deseja se debruçar a respeito, em especial no tríplice fronteira, uma miscelânea de povos e culturas e estão descritos no projeto básico e TCLE.

Endereço: Rua Ferreira Pena, 1109 - Prédio da Reitoria, 2º andar, Manaus e AM
Bairro: CENTRO **CEP:** 69.025-010
UF: AM **Município:** MANAUS
Telefone: (92)3306-0060 **E-mail:** cepsh.pggi@ifam.edu.br

**INSTITUTO FEDERAL DE
EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E
TECNOLOGIA DO AMAZONAS**
¿ IFAM



Continuação do Parecer: 5.378.593

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

Projeto consistente com título, objetivos e metodologia bem escritos e adequados para execução da pesquisa.

O projeto trará importantes contribuições para o campo da história do IFAM no interior do Amazonas e implementações e reflexões futuras em sua gestão.

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

Acerca dos documentos necessários à avaliação ética da pesquisa, segundo Resoluções CNS n.º 466/12 e CNS n.º. 510/16, identificamos que:

(APRESENTADO) a) Folha de rosto

(APRESENTADO) b) Projeto Básico

(APRESENTADO) c) Projeto detalhado com todos os elementos que compõem o gênero;

(APRESENTADO) d) Carta de anuência;

(APRESENTADO) e) Declaração de uso de infraestrutura;

(APRESENTADO) f) Termo de Consentimento (TCLE) e assentimento (TALE), se for o caso;

(APRESENTADO) g) Instrumentos de Pesquisa

(APRESENTADO) h) Cronograma;

(APRESENTADO) i) Orçamento

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

O relator, diante da análise dos autos com base nas resoluções CNS n.º 466/12 e CNS n.º. 510/16, decide pelo parecer de aprovação do projeto de pesquisa.

Cabe ao pesquisador responsável, após realização da pesquisa, apresentar a este colegiado o Relatório Final de Pesquisa, que será avaliado em reunião ordinária do comitê para verificação do cumprimento dos preceitos éticos na pesquisa com seres humanos.

Considerações Finais a critério do CEP:

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_P	19/02/2022		Aceito

Endereço: Rua Ferreira Pena, 1109 - Prédio da Reitoria, 2º andar, Manaus ¿ AM
Bairro: CENTRO **CEP:** 69.025-010
UF: AM **Município:** MANAUS
Telefone: (92)3306-0060 **E-mail:** cepsh.ppgi@ifam.edu.br

**INSTITUTO FEDERAL DE
EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E
TECNOLOGIA DO AMAZONAS
ζ IFAM**



Continuação do Parecer: 5.378.593

Básicas do Projeto	ETO_1891745.pdf	15:47:15		Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	PROJETO_DENISE.pdf	19/02/2022 14:58:46	DENISE TARGINO VILLAR	Aceito
Cronograma	cronograma_denise.pdf	19/02/2022 14:44:13	DENISE TARGINO VILLAR	Aceito
Outros	CURRICULO_LATTES.pdf	18/02/2022 18:40:21	DENISE TARGINO VILLAR	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLE.pdf	18/02/2022 18:23:54	DENISE TARGINO VILLAR	Aceito
Outros	CURRICULO.pdf	18/02/2022 12:43:26	DENISE TARGINO VILLAR	Aceito
Outros	QUESTIONARIO.pdf	18/02/2022 12:36:21	DENISE TARGINO VILLAR	Aceito
Outros	ENTREVISTA.pdf	18/02/2022 12:34:55	DENISE TARGINO VILLAR	Aceito
Declaração de concordância	CONCORDANCIA.pdf	17/02/2022 18:36:50	DENISE TARGINO VILLAR	Aceito
Declaração de Instituição e Infraestrutura	INFRAESTRUTURA.pdf	17/02/2022 18:32:16	DENISE TARGINO VILLAR	Aceito
Orçamento	ORCAMENTO.pdf	17/02/2022 18:30:48	DENISE TARGINO VILLAR	Aceito
Folha de Rosto	FOLHA.pdf	17/02/2022 18:28:05	DENISE TARGINO VILLAR	Aceito

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

MANAUS, 29 de Abril de 2022

Assinado por:
LUIZ HENRIQUE CLARO JUNIOR
(Coordenador(a))

Endereço: Rua Ferreira Pena, 1109 - Prédio da Reitoria, 2º andar, Manaus ζ AM
Bairro: CENTRO **CEP:** 69.025-010
UF: AM **Município:** MANAUS
Telefone: (92)3306-0060 **E-mail:** cepsh.pggi@ifam.edu.br

AUTORIZAÇÃO DE FUNCIONAMENTO - TABATINGA

Nº 101, sexta-feira, 28 de maio de 2010

Diário Oficial da União - Seção 1

ISSN 1677-7042

95

Ministério da Educação

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA INTERMINISTERIAL Nº 685, DE 27 DE MAIO DE 2010

Dispõe sobre a criação do Curso Tecnológico Militar no Colégio Nacional de Cursos Superiores de Tecnologia.

OS MINISTROS DE ESTADO DA EDUCAÇÃO E DA DEFESA, no uso das atribuições que lhes conferem os Incisos I e II do Parágrafo Único do Art. 87 da Constituição Federal, tendo em vista o disposto no Art. 87 da Lei nº 9.194, de 20 de dezembro de 1996, e considerando os termos da Lei nº 7.349, de 11 de dezembro de 1986, do Decreto nº 5.773, de 09 de maio de 2006, bem como do Parecer CNE/CES nº 277, de 7 de dezembro de 2006, homologado em 11 de junho de 2007, que dispõe sobre a nova forma de organização da educação profissional e tecnológica de produção, resolve:

Art. 1º Criar, no Colégio Nacional de Cursos Superiores de Tecnologia, o Curso Tecnológico Militar.

Art. 2º Incluir, no Livro Tecnológico Militar do Colégio Nacional dos Cursos Superiores de Tecnologia, as seguintes vagas:

Curso Tecnológico	Demonstrativo	Carga horária
01010001	01010001	2.000 horas
01010002	01010002	2.000 horas
01010003	01010003	2.000 horas
01010004	01010004	2.000 horas
01010005	01010005	2.000 horas
01010006	01010006	2.000 horas
01010007	01010007	2.000 horas
01010008	01010008	2.000 horas
01010009	01010009	2.000 horas
01010010	01010010	2.000 horas

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FERNANDO HADDAD
Ministro de Estado da Educação
NELSON A. JOHIM
Ministro de Estado da Defesa

PORTARIA NORMATIVA INTERMINISTERIAL Nº 15, DE 27 DE MAIO DE 2010

Dispõe sobre a criação de cursos Superiores de Tecnologia descentralizados no âmbito das Forças Armadas, incluídos no Colégio Nacional de Cursos Superiores de Tecnologia.

OS MINISTROS DE ESTADO DA EDUCAÇÃO E DA DEFESA, no uso das atribuições que lhes conferem os Incisos I e II do Parágrafo Único do Art. 87 da Constituição Federal, tendo em vista o disposto no Art. 87 da Lei nº 9.194, de 20 de dezembro de 1996, e considerando os termos da Lei nº 7.349, de 11 de dezembro de 1986, do Decreto nº 5.773, de 09 de maio de 2006, bem como do Parecer CNE/CES nº 277, de 7 de dezembro de 2006, homologado em 11 de junho de 2007, que dispõe sobre a nova forma de organização da educação profissional e tecnológica de produção, resolve:

Art. 1º Os cursos superiores de tecnologia, ministrados no âmbito da Academia, constantes do Colégio Nacional de Cursos Superiores de Tecnologia, instituído pela Portaria nº 10, de 28 de julho de 1996, e nº 12, de 14 de agosto de 2006, do Ministério da Educação, têm assegurado sua plena operacionalidade para fins de exercício profissional nos âmbitos militar e civil, não sendo necessária qualquer modificação adicional de constituição de suas estruturas.

Parágrafo único. A operacionalidade de tais estruturas, pelas competências profissionais desenvolvidas na organização funcional dos cursos realizados pela Academia, independentemente das especificidades de suas denominações.

Art. 2º Cabe ao respectivo sistema de ensino militar, organizar, reconhecer, regulamentar e avaliar os cursos superiores de tecnologia, constantes do Colégio Nacional de Cursos Superiores de Tecnologia, mediante os correspondentes registros de diploma, para fins de certificação profissional e eventual registro de atribuições profissionais pelas regras competentes.

Art. 3º Cabe ao órgão próprio do sistema de ensino da Academia definir normas específicas em relação aos diplomas emitidos anteriormente a esta Portaria.

Art. 4º Esta Portaria Normativa Interministerial entra em vigor na data de sua publicação.

FERNANDO HADDAD
Ministro de Estado da Educação
NELSON A. JOHIM
Ministro de Estado da Defesa

PORTARIA Nº 686, DE 27 DE MAIO DE 2010

O MINISTRO DE ESTADO DA EDUCAÇÃO, no uso de suas atribuições legais, e considerando o disposto no art. 7º da Lei nº 11.740, de 16 de julho de 2008, resolve:

Art. 1º Autorizar o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas a promover o funcionamento do Campus de Manaus - AM.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FERNANDO HADDAD

PORTARIA Nº 687, DE 27 DE MAIO DE 2010

O MINISTRO DE ESTADO DA EDUCAÇÃO, no uso de suas atribuições legais, e considerando o disposto no art. 7º da Lei nº 11.740, de 16 de julho de 2008, resolve:

Art. 1º Autorizar o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas a promover o funcionamento do Campus de Manaus - AM.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FERNANDO HADDAD

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico <http://www.in.gov.br/assessoria/diario>, pelo código 00612010052009065

PORTARIA Nº 688, DE 27 DE MAIO DE 2010

O MINISTRO DE ESTADO DA EDUCAÇÃO, no uso de suas atribuições legais, e considerando o disposto no art. 7º da Lei nº 11.740, de 16 de julho de 2008, resolve:

Art. 1º Autorizar o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas a promover o funcionamento do Campus de Tabatinga - AM.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FERNANDO HADDAD

PORTARIA Nº 689, DE 27 DE MAIO DE 2010

O MINISTRO DE ESTADO DA EDUCAÇÃO, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista o disposto na Portaria nº 1.195 de 7 de dezembro de 2007, publicada no Diário Oficial de 14 de dezembro de 2007, resolve:

Art. 1º Reintegrar da Universidade Federal do Rio de Janeiro para a Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, 1 (um) Cargo de Direção, de símbolo CD-1.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FERNANDO HADDAD

PORTARIA Nº 700, DE 27 DE MAIO DE 2010

O MINISTRO DE ESTADO DA EDUCAÇÃO, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista o disposto no § 2º do Artigo 1º da Lei nº 12.156 publicada no Diário Oficial de 14 de dezembro de 2009, resolve:

Art. 1º Reintegrar em forma de anexo para a Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri, o Cargo de Direção CD-11, nos termos da Lei nº 12.156 publicada no Diário Oficial de 24 de dezembro de 2009.

Art. 2º A ocupação do cargo de que trata o artigo anterior refere-se à consolidação da estrutura de cargos de direção das unidades acadêmicas e administrativas integrantes do Programa de Expansão das Universidades Federais.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FERNANDO HADDAD

ANEXO

Curso MAPE	Instituição Federal de Ensino Superior	CD
70001	Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri	11

PORTARIA Nº 701, DE 27 DE MAIO DE 2010

O MINISTRO DE ESTADO DA EDUCAÇÃO, no uso de suas atribuições legais, e considerando o disposto na Portaria MP nº 79, de 28 de fevereiro de 2002, e tendo em vista o art. 37 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, com a redação dada pela Lei nº 9.527, de 10 de dezembro de 1997, resolve:

Art. 1º Fazer redistribuir ao Ministério da Educação para as instituições de ensino superior, de conformidade com os Anexos I e II à presente Portaria, os vínculos de cargo nelo mencionados.

Art. 2º Os vínculos de cargo relacionados no Anexo I destinam-se à implantação da Universidade Federal do Oeste do Pará (UFOPA).

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FERNANDO HADDAD

ANEXO I

Implantação da UFES

DESTINO	VÍNCULO	MODELO DE CARGO	QUOTA	UNIDADE DE ORIGEM
DESAFETA	01010001	01010001	01	UFPA
	01010002	01010002	01	UFPA
	01010003	01010003	01	UFPA
	01010004	01010004	01	UFPA

ANEXO II

Implantação da UFOPA

DESTINO	VÍNCULO	MODELO DE CARGO	QUOTA	UNIDADE DE ORIGEM
DESAFETA	01010001	01010001	01	UFPA
	01010002	01010002	01	UFPA
	01010003	01010003	01	UFPA
	01010004	01010004	01	UFPA
	01010005	01010005	01	UFPA
	01010006	01010006	01	UFPA
	01010007	01010007	01	UFPA
	01010008	01010008	01	UFPA
	01010009	01010009	01	UFPA
	01010010	01010010	01	UFPA
	01010011	01010011	01	UFPA
	01010012	01010012	01	UFPA
	01010013	01010013	01	UFPA
	01010014	01010014	01	UFPA
01010015	01010015	01	UFPA	

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2, de 24 de março de 2004, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

PORTARIAS DOS DIRETORES DO CAMPUS TABATINGA/IFAM, RESPECTIVAMENTE :IVANILTON SOUZA, JAIME CAVALCANTE, GUSTAVO GALDINO, DIRCEU DA SILVA E NICOLAS ANDRETTI.

Nº 38, sexta-feira, 26 de fevereiro de 2010

Diário Oficial da União - Seção 2

ISSN 1677-7050

15



INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE SÃO PAULO

PORTARIAS DE 25 DE FEVEREIRO DE 2010

O REITOR DO INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE SÃO PAULO, no uso de suas competências legais e de acordo com o que consta do Processo nº 23059.00273/2009-10, resolve:

№ 219 - CONCEDER APOSENTADORIA voluntária, com proventos integrais, com fundamento no artigo 6º da Emenda Constitucional nº 41, de 19/12/03, combinado com os artigos 2º e 5º da Emenda Constitucional nº 47, de 05/07/2003, a SARKIS HOTOJIAN, matrícula SIAPE nº 278574, Código de Vaga nº 215321, no cargo de Professor do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico, Classe D-04, Nível 01, em regime de Dedicção Exclusiva, do Quadro Permanente de Inscritos, com adicional por tempo de serviço no percentual de 12% (doze por cento), a GEDBT - Gratificação Específica de Atividade Docente do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico e a RT - Retribuição por Titulação, instituídas pela Lei nº 11.784, de 22/09/2008, a Vantagem Pessoal Art. 127º5 instituída pela Lei 811.900 e a VPMI - Vantagem Pecuniária Nominalmente Instituída, art. 62-A da Lei nº 8.112/90.

DECLARAR a existência de 01 (uma) vaga de Professor de Ensino Básico, Técnico e Tecnológico.

O REITOR DO INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE SÃO PAULO, no uso de suas atribuições legais, e considerando o que consta do Processo nº 23059.00045/2010-89, resolve:

№ 222 - DECLARAR VAGA, a partir de 12/02/2010, o cargo de Professor de Ensino Básico, Técnico e Tecnológico, Classe D-4, Nível 1, código de vaga nº 0810016, ocupado pela servidora VIRGINIA CARDIA CARDOSO, matrícula SIAPE nº 1679016, do quadro permanente deste IFSP, em razão de posse em cargo público inexistente, com fundamento no artigo 33, inciso VIII, da Lei nº 8.112, de 1990.

O REITOR DO INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE SÃO PAULO, no uso de suas atribuições legais, nos termos do artigo 34 da Lei nº 8.112/90, e considerando o que consta do Processo nº 23059.00084/2010-61, RESOLVE:

№ 223 - EXONERAR, a pedido, a servidora ROSANA SIMONE THONNGS ELLERT, do cargo de Assistente em Administração, Classe D-1, Nível 1, matrícula SIAPE nº 1663241, código de vaga nº 0813027, do quadro permanente deste IFSP, a partir de 25 de Fevereiro de 2010.

DECLARAR a existência de 01 (uma) vaga de Assistente em Administração.

ARNALDO AUGUSTO CIQUELO BORGES

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO AMAZONAS

PRÓ-REITORIA DE DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL

PORTARIAS DE 23 DE FEVEREIRO DE 2010

O PRÓ-REITOR DE DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL, NA FUNÇÃO DE REITOR "PRO TEMPORÉ" DO INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO AMAZONAS - IFAM, no uso de suas atribuições legais e, CONSIDERANDO o requerimento do servidor Raimundo Nonato Belo Soares, processado sob o nº 23042.00044/2010-29, de 14.01.10; CONSIDERANDO o teor do Despacho nº. 032-LN/DGP/IFAM/2010, de 11/2/2010, resolve:

№ 72 - CONCEDER LICENÇA PARA INTERESSE PARTICULAR ao servidor RAIMUNDO NONATO BELO SOARES - Professor de Ensino Básico, Técnico e Tecnológico, matrícula SIAPE nº 1038853, pertencente ao quadro permanente do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas - Campus Manaus-Centro, de acordo com o estabelecido no Artigo 91, da Lei nº 8.112, de 11.12.90, com nova redação dada pela Medida Provisória nº 2225-45, de 04.9.2001, pelo período de dois anos, a contar da data de publicação desta portaria.

O PRÓ-REITOR DE DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL, NA FUNÇÃO DE REITOR "PRO TEMPORÉ" DO INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO AMAZONAS - IFAM, no uso de suas atribuições legais e estatutárias, CONSIDERANDO o requerimento da servidora Dayane Barreto Martins Ribeiro, processado sob o nº 23000.05606/2010-17, de 13.01.10; CONSIDERANDO o teor do Parecer CRRH-SELN/003/2010, de São Gabriel da Cachoeira, de 13.1.2010, CONSIDERANDO o teor do Ofício nº 019-2010-REITORIA IFES, de 25 de fevereiro de 2010, resolve:

№ 73 - I - CONCEDER EXERCÍCIO PROVISÓRIO nos termos do § 2º do Artigo 84, da Lei nº 8.112, de 11.12.90.

Servidora: DAYANE BARRETO MARTINS RIBEIRO - matrícula SIAPE nº 1748531
Cargo: Técnico em Assuntos Educacionais
Origem: IFAM - Campus São Gabriel da Cachoeira
Para: IFES - Campus Vitória

PORTARIAS D 24 DE FEVEREIRO DE 2010

O PRÓ-REITOR DE DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL, NA FUNÇÃO DE REITOR PRO TEMPORÉ DO INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO AMAZONAS - IFAM, no uso de suas atribuições legais e estatutárias, CONSIDERANDO o teor da Portaria Nº 180 do Gabinete do Ministério da Educação, de 19/2/2010, anexo III, resolve:

№ 74 - EXONERAR, a partir de 1º de março de 2010, a servidora DARCILIA PENHA PINTO, matrícula SIAPE Nº 1164308, do Cargo de Diretora de Expansão do Campus de Parintins, do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas, Código - CD3.

№ 75 - NOMEAR, a partir de 1º de março de 2010, a servidora DARCILIA PENHA PINTO, matrícula SIAPE Nº 1164308, Professora de Ensino Básico, Técnico e Tecnológico, CPF Nº 111.901.102-34, para exercer o Cargo de DIRETORA GERAL do Campus Parintins, do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas, Código - CD2.

O PRÓ-REITOR DE DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL, NA FUNÇÃO DE REITOR PRO TEMPORÉ DO INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO AMAZONAS - IFAM, no uso de suas atribuições legais e estatutárias, CONSIDERANDO o teor da Portaria Nº 180 do Gabinete do Ministério da Educação, de 19/2/2010, anexo III, resolve:

№ 76 - EXONERAR, a partir de 1º de março de 2010, a servidora LEONOR FERREIRA NETO TORO, matrícula SIAPE Nº 1184221, do Cargo de Diretora de Expansão do Campus Manaus, do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas, Código - CD3.

№ 77 - NOMEAR, a partir de 1º de março de 2010, a servidora LEONOR FERREIRA NETO TORO, matrícula SIAPE Nº 1184221, Professora do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico, CPF Nº 050.033.692-04, para exercer o Cargo de DIRETORA GERAL do Campus Manaus, do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas, Código - CD2.

O PRÓ-REITOR DE DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL, NA FUNÇÃO DE REITOR PRO TEMPORÉ DO INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO AMAZONAS - IFAM, no uso de suas atribuições legais e estatutárias, CONSIDERANDO o teor da Portaria Nº 180 do Gabinete do Ministério da Educação, de 19/2/2010, anexo III, resolve:

№ 78 - EXONERAR, a partir de 1º de março de 2010, o servidor JORGE NUNES PEREIRA, matrícula SIAPE Nº 53765, do Cargo de Diretor de Expansão do Campus Libras, do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas, Código - CD3.

№ 79 - NOMEAR, a partir de 1º de março de 2010, o servidor JORGE NUNES PEREIRA, matrícula SIAPE Nº 53765, Professor do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico, CPF nº 161.157.592-34, para exercer o Cargo de DIRETOR GERAL do Campus Libras, do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas, Código - CD2.

O PRÓ-REITOR DE DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL, NA FUNÇÃO DE REITOR PRO TEMPORÉ DO INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO AMAZONAS - IFAM, no uso de suas atribuições legais e estatutárias, CONSIDERANDO o teor da Portaria Nº 180 do Gabinete do Ministério da Educação, de 19/2/2010, anexo III, resolve:

№ 80 - EXONERAR, a partir de 1º de março de 2010, o servidor IVAMILTON DE SOUZA ARAUJO, matrícula SIAPE Nº 1190483, do Cargo de Diretor de Expansão do Campus Tabatinga, do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas, Código - CD3.

№ 81 - NOMEAR, a partir de 1º de março de 2010, o servidor IVAMILTON DE SOUZA ARAUJO, matrícula SIAPE Nº 1190483, Professor do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico, CPF 146.645.772-49, para exercer o Cargo de DIRETOR GERAL do Campus Tabatinga, do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas, Código - CD2.

O PRÓ-REITOR DE DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL, NA FUNÇÃO DE REITOR PRO TEMPORÉ DO INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO AMAZONAS - IFAM, no uso de suas atribuições legais e estatutárias, CONSIDERANDO o teor da Portaria Nº 180 do Gabinete do Ministério da Educação, de 19/2/2010, anexo III, resolve:

№ 82 - EXONERAR, a partir de 1º de março de 2010, o servidor STANISLAU DE OLIVEIRA ARRUDA, matrícula SIAPE Nº

0267691, do Cargo de Diretor de Expansão do Campus Presidente Figueiredo, do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas, Código - CD3.

№ 83 - NOMEAR, a partir de 1º de março de 2010, o servidor STANISLAU DE OLIVEIRA ARRUDA - Professor de Ensino Básico, Técnico e Tecnológico, matrícula SIAPE Nº 026791, CPF 054.243.592-20, para exercer o Cargo de DIRETOR GERAL do Campus Presidente Figueiredo, do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas, Código - CD2.

ANTÔNIO VENÂNCIO CASTELO BRANCO

Reitor

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO CEARÁ

PORTARIA Nº 132, DE 23 DE FEVEREIRO DE 2010

O REITOR EM EXERCÍCIO DO INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO CEARÁ, no uso de suas atribuições, considerando o disposto nas Portarias nº 370/MPOG, de 04/12/2008 (DOU 05/12/2008) nº 1.500/MEC, de 09/12/2008 (DOU 10/12/2008) e nº 1.231/MEC, de 29/12/2009 (DOU 31/12/2009) e considerando o que consta no processo nº 23045.00168/2010-19, resolve:

Nomear a candidata abaixo relacionada, aprovada em Concurso Público de Provas e Títulos, objeto do Edital nº 5/DGP-IF-CE/2009, de (DOU 04/06/2009), homologado mediante o Edital nº 11/DG-campus de Crato, de 17/11/2009 (DOU 18/11/2009), no Nível I, da Classe D-I, do cargo de Professor de Ensino Básico, Técnico e Tecnológico, regido pela Lei nº 8.112/90, conforme quadro abaixo:

CANDIDATO	ÁREA DE ESTUDO	LOTAÇÃO	ORDEM LEGAL DA VAGA	CODIGO DA VAGA
Daniela Maria Alves Tavares	Química Aplicada	Campus de Crato	17.116	03338
			16073081	00U
			17073009	

VIRGILIO AUGUSTO SALES ARAUPE

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO MATO GROSSO

PORTARIAS DE 24 DE FEVEREIRO DE 2010

O REITOR "PRO TEMPORÉ" DO INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE MATO GROSSO, no uso de suas atribuições legais, conferidas pela Portaria Ministerial nº 37, de 07.01.2009, publicada no D.O.U. de 08.01.2009, e considerando o MEMO Nº. 029/DPGP/2010, resolve:

№ 128 - I - Designar o servidor CRISTOVAM ALBANO DA SILVA JUNIOR, ocupante do cargo de Professor do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico, lotado no Campus Cuiabá - Octayde Jorge da Silva, para exercer a Função Qualificada de Coordenador Pedagógico de Pós-Graduação, Código RD-04, a partir de 17.02.2010.

O REITOR "PRO TEMPORÉ" DO INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE MATO GROSSO, no uso de suas atribuições legais, conferidas pela Portaria Ministerial nº 37, de 07.01.2009, publicada no D.O.U. de 08.01.2009, e considerando o Ofício Nº. 014/2010/GAB.DIR.FIN/IT-CAMPUS PARACIS, Resolve:

№ 129 - I - Exonerar a servidora LEÁ FLORES, ocupante do cargo de Professor do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico, lotada no Campus Campo Novo do Parecis, da Função de Confiança de Chefe de Departamento de Administração, Código CD-04, a partir de 03.02.2010.

II - Nomear o servidor JANDILSON VITOR DA SILVA, ocupante do cargo de Auditor, lotado no Campus Campo Novo do Parecis, para exercer a Função de Confiança de Chefe de Departamento de Administração, Código CD-04, a partir de 03.02.2010.

III - Exonerar o servidor SERGIO LUIS MENDES, ocupante do cargo de Professor do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico, lotado no Campus Campo Novo do Parecis, da Função de Confiança de Chefe de Departamento de Ensino, Código CD-04, a partir de 03.02.2010.

IV - Nomear o servidor JEAN CARLO DA SILVA, ocupante do cargo de Professor do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico, lotado no Campus Campo Novo do Parecis, para exercer a Função de Confiança de Chefe de Departamento de Ensino, Código CD-04, a partir de 03.02.2010.

JOÃO VICENTE NETO

Substituto

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PARÁ

PORTARIA Nº 133, DE 25 DE FEVEREIRO DE 2010

O REITOR DO INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PARÁ, nomeado através da Portaria Nº 041-MEC-DOU de 08.01.2009, de acordo com a Lei nº 11.892 de 29/12/2008, no uso de suas atribuições legais e considerando o que consta no processo nº 23051.00006/2009-21, Edital nº 24 de 30/07/2009, homologado no DOU de 31/07/2009 e processo 23051.001007/2010-29, resolve:

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico <http://www.in.gov.br/autenticidade.html>, pelo código 0002201002260015

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.



A Reitoria da Universidade Federal de Viçosa, no uso de suas atribuições, conferidas pelo Decreto de 16/03/2011, publicado no Diário Oficial da União de 17/05/2011, considerando as Portarias do Ministério da Educação nº 404, de 23/04/2009, publicada no DOU de 24/04/2009, e 362, de 10/04/2012, publicada no DOU de 11/04/2012, e a que consta do Processo 23114.015147/2011, resolve:

Nº 1.358 - autorizar o afastamento, do País, da Professora Associada RITA MÁRCIA VAZ DE MELLO, matrículas 7458-6/UFV e 1068327-8/SLAPE, no período de 10 de dezembro de 2012 a 28 de fevereiro de 2013, incluindo o trânsito, para realizar parte do trabalho de pesquisa do pós-doutorado na Université Paris Descartes - Sciences Humaines et Sociales Sorbonne, em Paris, França, com ônus limitados.

NILDA DE FÁTIMA FERREIRA SOARES

HOSPITAL DE CLÍNICAS DE PORTO ALEGRE

DESPACHO DO PRESIDENTE

O Presidente do Hospital de Clínicas de Porto Alegre, no uso da competência que lhe foi delegada pela Portaria nº 188 de 09/03/95 do Ministério da Educação AUTORIZA o afastamento do país do(s) seguinte(s) empregado(s):

MARIA LUCIA RODRIGUES FALK, Enfermeiro, de 29/11/2012 a 01/12/2012 a fim de participar do Seminário sobre sistemas de saúde na Atenção Primária em Montevideo, Uruguai. Com ônus limitado. (Processo nº 23992.000273/12-00).

PEDRO EMANUEL RUBINI LIEDEKE, Médico, no dia 30/11/2012 a fim de participar do ASCO's Quality Care Symposium em San Diego, USA. Com ônus limitado. (Processo nº 23992.000290/12-00).

PEDRO EMANUEL RUBINI LIEDEKE, Médico, de 03/12/2012 a 07/12/2012 a fim de participar do 2012 CTRC-AACR San Antonio Breast Cancer Symposium em San Antonio, USA. Com ônus limitado. (Processo nº 23992.000281/12-00).

MARIA LUIZA FALSARELLA MALVEZZI, Analista de TI, de 10/12/2012 a 14/12/2012 a fim de participar do Dell World 2012 CTO Summit em Austin, USA. Com ônus limitado. (Processo nº 23992.000270/12-00).

MARGERY BOHRER ZANETTELLO, Enfermeiro, de 05/12/2012 a 07/12/2012 a fim de participar do AI424452 - Investigator Meeting em Lima, Peru. Com ônus limitado. (Processo nº 23992.000277/12-00).

CARMEM LUCIA OLIVEIRA DA SILVA, Médico, de 05/12/2012 a 08/12/2012 a fim de participar do AI424452 - Investigator Meeting em Lima, Peru. Com ônus limitado. (Processo nº 23992.000279/12-00).

AMARILIO VIEIRA DE MACEDO NETO

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE ALAGOAS

PORTARIAS DE 26 DE NOVEMBRO DE 2012

O REITOR DO INSTITUTO FEDERAL DE ALAGOAS, no uso das atribuições que lhe conferem os Artigos 11 e 14 da Lei nº 11.892, de 29/12/2008, nomeado pela Portaria nº 987/MEC, de 29/07/2010, publicada no D.O.U. de 30/07/2010, e tendo em vista o que consta no Memorando nº 11/2012 - Campus Maragogi, de 22/11/12, resolve:

Nº 2.018 - Designar a servidora JORDANA KELLY DA SILVA GONÇALVES, ocupante do cargo de Assistente em Administração, Matrícula SLAPE nº 1941914, para a função de Coordenadora da Coordenadoria de Materiais, Código FG-04, vinculada ao Departamento de Administração do Campus Maragogi.

O REITOR DO INSTITUTO FEDERAL DE ALAGOAS, no uso das atribuições que lhe conferem os Artigos 11 e 14 da Lei nº 11.892, de 29/12/2008, nomeado pela Portaria nº 987/MEC, de 29/07/2010, publicada no D.O.U. de 30/07/2010, e tendo em vista o que consta no Memorando nº 12/2012 - Campus Maragogi, de 22/11/12, resolve:

Nº 2.019-Designar o servidor DIALMA DE ALBUQUERQUE BARROS FILHO, ocupante do cargo de Professor do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico, Matrícula SLAPE nº 1372367, para a função de Coordenador da Coordenação de Pesquisa, Código FG-02, vinculada ao Departamento Acadêmico do Campus Maragogi.

SÉRGIO TEIXEIRA COSTA

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO AMAZONAS

PORTARIAS DE 23 DE NOVEMBRO DE 2012

O REITOR DO INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO AMAZONAS - IFAM, no uso de suas atribuições legais e estatutárias que lhe conferem a Portaria Mec nº 1.370, de 07/12/2010, CONSIDERANDO o Inciso XII do Artigo 42, do Regimento Geral do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas - IFAM, resolve:

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico <http://www.in.gov.br/inter/inter/index.html>, pelo código 0002201211280002.

Nº 1.255 -EXONERAR, a partir de 25 de novembro de 2012, o servidor IVAMILTON DE SOUZA ARAÚJO, matrícula SLAPE Nº 1190483, do cargo de DIRETOR GERAL do Campus Tabatinga, do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas, Código CD-02.

Nº 1.256 -NOMEAR, a partir de 25 de novembro de 2012, o servidor JAIME CAVALCANTE ALVES - Professor de Ensino Básico, Técnico e Tecnológico, matrícula SLAPE Nº 1125313, para exercer o Cargo de DIRETOR GERAL do Campus Tabatinga, do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas, Código CD-02.

JOÃO MARTINS DIAS

PORTARIAS DE 26 DE NOVEMBRO DE 2012

O REITOR DO INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO AMAZONAS, no uso de suas atribuições legais e estatutárias que lhe conferem a Portaria MEC Nº 1.370, de 07/12/2010, CONSIDERANDO o teor do Processo nº 23941.001478/2012-16, de 12 de novembro de 2012, de autoria da servidora Gracimozina de Andrade Sampaio, CONSIDERANDO o teor do Despacho nº 258, da Coordenação-Geral de Legislação e Normas da Diretoria de Gestão de Pessoas, datado de 23 de novembro de 2012, resolve:

Nº 1.259- I - CONCEDER APOSENTADORIA Voluntária com Proventos Integrais, com fundamento no artigo 6º, Incisos I, II, III e IV, parágrafo único da Emenda Constitucional nº 41, de 2003 e do §5º do artigo 40 da Constituição Federal, com redação dada pela Emenda Constitucional 41, de 2003, a GRACIMOZINA DE ANDRADE SAMPAIO - matrícula SLAPE nº 0267844, ocupante do cargo de Professor do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico, código de vaga 0205839, Classe D401, em regime de Dedicacão Exclusiva, do Quadro de Pessoal Permanente deste Instituto Federal de Educação, Adicional por Tempo de Serviço a razão de 13% (treze pontos percentuais), conforme artigo 244, da Lei nº 8.112/90, Retribuição por Titulação - RT, artigo 114º, inciso III, da Lei nº 11.784, de 22.09.2008, com nova redação dada pela MP nº 568, de 11.05.2012.

II - DECLARAR VAGO o refúgio cargo

O REITOR DO INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO AMAZONAS, no uso de suas atribuições legais e estatutárias que lhe conferem a Portaria MEC Nº 1.370, de 07/12/2010, CONSIDERANDO o Memo nº 29/DGP-PG/GIFAM, datado de 21 de novembro de 2012, e Memo nº 20-CP-PG/IFAM, datado de 23 de novembro de 2012, resolve:

Nº 1.262- EXONERAR, a pedido a partir de 1º de dezembro de 2012, a servidora SÔNIA MARIA DE MELO LIMA, Professor de Ensino Básico, Técnico e Tecnológico, Matrícula SLAPE Nº 028040, da função gratificada de COORDENADORA DE PESQUISA do IFAM, código FG-02.

JOÃO MARTINS DIAS

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA BAHIA

PORTARIAS DE 22 DE NOVEMBRO DE 2012

O REITOR EM EXERCÍCIO DO INSTITUTO FEDERAL DA BAHIA, no uso de suas atribuições legais e considerando o teor do Ofício nº 15/ C/Civil/ 2012/ Campus Salvador, datado de 13/11/2012, resolve:

Nº 1.930-Art. 1º - DESIGNAR a servidora MARILDA FERREIRA GUIMARAES, Professora do Ensino Básico Técnico e Tecnológico, SLAPE 1301656, CPF 395.913.105-44, para exercer a função de Coordenadora da Área de Construção Civil, UORG 20, FG-04. Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Nº 1.930-Art. 1º - DESIGNAR a servidora MARILDA FERREIRA GUIMARAES, Professora do Ensino Básico Técnico e Tecnológico, SLAPE 1301656, CPF 395.913.105-44, para exercer a função de Coordenadora da Área de Construção Civil, UORG 20, FG-04. Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

O REITOR EM EXERCÍCIO DO INSTITUTO FEDERAL DA BAHIA, no uso de suas atribuições legais e considerando o teor do Memorando nº 135/2012/DG do Campus Vitória da Conquista, datado de 07/11/2012, resolve:

Nº 1.932-Art. 1º - DISPENSAR a servidora JULIANA GOMES MESSIAS, SLAPE 2937460, CPF 005.126.065-44, da função de Coordenadora do Curso Técnico em Segurança do Trabalho do Campus Vitória da Conquista, UORG 41, FG-02, a partir de 07/11/2012, para a qual foi designada através da Portaria nº 1348 de 24/09/2012.

O REITOR EM EXERCÍCIO DO INSTITUTO FEDERAL DA BAHIA, no uso de suas atribuições legais e considerando o teor do Memorando nº 135/2012/DG do Campus Vitória da Conquista, datado de 07/11/2012, resolve:

Nº 1.933-Art. 1º - DESIGNAR o servidor MAXIMILIANO COELHO MACHADO, Professor do Ensino Básico Técnico e Tecnológico, SLAPE 1191060, CPF 054.398.683-34, para exercer a função de Coordenador do Curso Técnico em Segurança do Trabalho, UORG 41, FG-02.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

RENATO DA ANUNCIACÃO FILHO

PORTARIAS DE 23 DE NOVEMBRO DE 2012

O REITOR EM EXERCÍCIO DO INSTITUTO FEDERAL DA BAHIA, no uso de suas atribuições legais e considerando o teor do Memorando nº 138/2012/DG do Campus Vitória da Conquista, datado de 13/11/2012, resolve:

Nº 1.938-Art. 1º - DISPENSAR o servidor FELIZARDO ADENILSON ROCHA, SLAPE 1643081, CPF 862.671.756-34, da função de Coordenador do Curso Superior de Engenharia Ambiental - CEAMB do Campus Vitória da Conquista, UORG 41, FG-02, para o qual foi designado através da Portaria nº 1210 de 11/08/2010.

O REITOR EM EXERCÍCIO DO INSTITUTO FEDERAL DA BAHIA, no uso de suas atribuições legais e considerando o teor do Memorando nº 138/2012/DG do Campus Vitória da Conquista, datado de 13/11/2012, resolve:

Nº 1.939-Art. 1º - DESIGNAR a servidora JOSEANE OLIVEIRA DA SILVA, Professora do Ensino Básico Técnico e Tecnológico, SLAPE 1650537, CPF 979.083.715-15, para exercer a função de Coordenadora do Curso Superior de Engenharia Ambiental - CEAMB, UORG 41, FG-02.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

O REITOR EM EXERCÍCIO DO INSTITUTO FEDERAL DA BAHIA, no uso de suas atribuições legais e considerando o teor do Memorando nº 142/2012/Gabnete do Campus Jacobina, datado de 20/11/2012, resolve:

Nº 1.940-Art. 1º - DESIGNAR o servidor DARLEI AUGUSTO BASTISTA DA SILVA, CPF 029.691.835-01, SLAPE 1837044, para exercer a função de Gerente de Compras do Campus Jacobina, UORG 76, FG-01.

Art. 2º - Em consequência dispensá-lo da função de Gerente de Compras do Campus Jacobina, UORG 55, FG-04, para o qual foi designado através da portaria 824 de 16/05/2012.

Art. 3º - Esta portaria entra em vigor a partir da data de sua publicação.

O REITOR EM EXERCÍCIO DO INSTITUTO FEDERAL DA BAHIA, no uso de suas atribuições legais e considerando o teor do Memorando nº 142/2012/Gabnete do Campus Jacobina, datado de 20/11/2012, resolve:

Nº 1.941-Art. 1º - DESIGNAR o servidor ERISVALDO BITENCOURT JESUS, Professor do Ensino Básico Técnico e Tecnológico, SLAPE 1931149, CPF 016.750.975-69, para exercer a função de Coordenador do Curso Técnico em Materiais, UORG 77, FG-02.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

O REITOR EM EXERCÍCIO DO INSTITUTO FEDERAL DA BAHIA, no uso de suas atribuições legais e considerando o teor do Memorando nº 142/2012/Gabnete do Campus Jacobina, datado de 20/11/2012, resolve:

Nº 1.942-Art. 1º - DESIGNAR o servidor IVO CHAVES DE FRANÇA, CPF 002.797.325-54, SLAPE 1877826, para exercer a função de Coordenador de Gestão de Tecnologia da Informação do Campus Jacobina, UORG 55, FG-01.

Art. 2º - Em consequência dispensá-lo da função de Coordenador de Gestão de Tecnologia da Informação do Campus Jacobina, UORG 55, FG-04, para o qual foi designado através da portaria 826 de 16/05/2012.

Art. 3º - Esta portaria entra em vigor a partir da data de sua publicação.

O REITOR EM EXERCÍCIO DO INSTITUTO FEDERAL DA BAHIA, no uso de suas atribuições legais e considerando o teor do Memorando nº 142/2012/Gabnete do Campus Jacobina, datado de 20/11/2012, resolve:

Nº 1.943-Art. 1º - DESIGNAR o servidor JOSE ROBERTO DE ANDRADE, CPF 040.864.518-08, SLAPE 1765174, para exercer a função de Coordenador de Pesquisa e Extensão do Campus Jacobina, UORG 55, FG-02.

Art. 2º - Em consequência dispensá-lo da função de Coordenador de Pesquisa e Extensão do Campus Jacobina, UORG 55, FG-04, para o qual foi designado através da portaria 1128 de 20/07/2012.

Art. 3º - Esta portaria entra em vigor a partir da data de sua publicação.

O REITOR EM EXERCÍCIO DO INSTITUTO FEDERAL DA BAHIA, no uso de suas atribuições legais e considerando o teor do Memorando nº 142/2012/Gabnete do Campus Jacobina, datado de 20/11/2012, resolve:

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO AMAZONAS
GABINETE DA REITORIA

PORTARIA N.º 2.525-GR/IFAM, 16 DE SETEMBRO DE 2015.

O PRÓ-REITOR DE PESQUISA, PÓS-GRADUAÇÃO E INOVAÇÃO TECNOLÓGICA, no exercício do cargo de REITOR DO INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO AMAZONAS - IFAM, no uso de suas atribuições legais e estatutárias que lhe foram delegadas por meio da Portaria n.º 2.482-GR/IFAM, de 10.09.2015;

CONSIDERANDO o Inciso XIV, do artigo 42, do Regimento Geral do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas – IFAM,


CONSIDERANDO o teor do Memorando n.º 206-GD/IFAM/CTB/2015, de 16.09.2015,

RESOLVE:

I. **NOMEAR**, a partir de 21 de setembro de 2015, o servidor **GUSTAVO GALDINO RODRIGUES BERNHARD** – Professor de Ensino Básico, Técnico e Tecnológico, matrícula SIAPE N.º 2683883, para exercer o cargo de Diretor Geral *Pro Tempore* do Campus Tabatinga, do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas, código CD-02.

II. A DIRETORIA DE GESTÃO DE PESSOAS para as providências que se fizerem necessárias.

Dê-se ciência, publique-se, cumpra-se.


JOSÉ PINHEIRO DE QUEIROZ NETO
Reitor, em exercício



riantes do mês de setembro/2015, que terão a suspensão do pagamento, a partir da folha de pagamento do mês de dezembro/2015.

ELIANE DE CARVALHO SILVA
ANEXO I

Nome	CPF	Matrícula
ANA MARIA DOS REIS LOPES	052.414.667-06	049294

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO AMAPÁ

PORTARIA Nº 1.508, DE 23 DE DEZEMBRO DE 2015

A REITORA DO INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO AMAPÁ, no uso de suas atribuições legais que lhe foram delegadas pelo Decreto de 02 de outubro de 2015, da Presidência da República, publicado no DOU nº 190 de 05 de outubro de 2015, resolve:

Art. 1º - Designar THIAYNAM CRISTINA MAIA DOS SANTOS, Servidora do Quadro Permanente do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amapá, ocupante do cargo efetivo de Professor do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico, Matrícula SIAPE 2078403, para a função de Coordenadora da Coordenação de Eventos e Atividades Culturais, Campus Macapá, FG-01.

MARIALVA DO SOCORRO RAMALHO DE OLIVEIRA DE ALMEIDA

PORTARIAS DE 28 DE DEZEMBRO DE 2015

O REITOR EM EXERCÍCIO DO INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO AMAPÁ, designado nos termos da Portaria nº 1.324/2015/GR/IFAP, de 09/11/2015, publicada no DOU de 17/11/2015, no uso de suas atribuições legais, e considerando o Memorando nº 69/2015/DI-GER/IFAP - Câmpus Macapá, resolve:

Nº 1.512 - Art. 1º - Dispensar CLAYTON JORDAN ESPINDOLA DO NASCIMENTO, Servidor do Quadro Permanente do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amapá, ocupante do cargo efetivo de Professor do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico, Matrícula SIAPE 1808605, da Função Comissionada da Coordenação do Curso Técnico em Redes de Computadores do Campus Macapá - FCC, código FUC-001.

Nº 1.513 - Art. 1º - Designar JOSÉ DARIO PINTOR DA SILVA, Servidor do Quadro Permanente do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amapá, ocupante do cargo efetivo de Professor do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico, Matrícula SIAPE 2245776, para exercer a Função Comissionada da Coordenação do Curso Técnico em Redes de Computadores do Campus Macapá - FCC, código FUC-001.

MARLON DE OLIVEIRA DO NASCIMENTO

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO AMAZONAS

PORTARIAS DE 28 DE DEZEMBRO DE 2015

O REITOR DO INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO AMAZONAS-IFAM, no uso de suas atribuições legais e estatutárias que lhe confere o Decreto Presidencial de 10.03.2015; CONSIDERANDO o inciso XIV, do art. 42 do Regimento Geral do Instituto Federal do Amazonas e Resolução nº 86 - CONSUP/IFAM, de 21 de dezembro de 2015, RESOLVE:

Nº 3.319 - EXONERAR, a partir de 03.01.2016, a servidora LEONOR FERREIRA MEIRA TORO, ocupante do cargo de Professor de Ensino Básico, Técnico e Tecnológico, Matrícula SIAPE nº 1184221, do cargo de Diretor Geral Pro Tempore do Campus Manaus, código CD-02.

Nº 3.320 - EXONERAR, a partir de 03.01.2016, o servidor FABIO TEIXEIRA LIMA, ocupante do cargo de Professor de Ensino Básico, Técnico e Tecnológico, Matrícula SIAPE nº 193207, do cargo de Diretor Geral Pro Tempore do Campus Lábrea, Substituto, código CD-02.

Nº 3.321 - EXONERAR, a partir de 03.01.2016, o servidor GUSTAVO GALDINO RODRIGUES BERNHARD, ocupante do cargo de Professor de Ensino Básico, Técnico e Tecnológico, matrícula SIAPE Nº 2683883, do cargo de Diretor Geral Pro Tempore do campus Tabatinga, código CD-02.

Nº 3.322 - EXONERAR, a partir de 03.01.2016, o servidor GUTEMBERG FERRARO ROCHA, ocupante do cargo de Professor de Ensino Básico, Técnico e Tecnológico, Matrícula SIAPE Nº 1329755, do cargo de Diretor Geral Pro Tempore do campus Parintins, código CD-02.

Nº 3.323 - EXONERAR, a partir de 03.01.2016, o servidor PAULO MARREIRO DOS SANTOS JUNIOR, ocupante do cargo de Professor de Ensino Básico, Técnico e Tecnológico, Matrícula SIAPE Nº 2523967, do cargo de Diretor Geral Pro Tempore do campus Presidente de Figueiredo, código CD-02.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico <http://www.in.gov.br/intercedo/leml>, pelo código 0002201512290009

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

O REITOR DO INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO AMAZONAS- IFAM, no uso de suas atribuições legais e estatutárias, que lhe confere o Decreto Presidencial de 10.03.2015, considerando o instituto de férias do servidor Aildo da Silva Gama - Diretor Geral Pro Tempore do campus Tefé, conforme Memorando Eletrônico nº 81/2015-TEFE, Protocolo nº 23443.000593/2015-41, de 23.12.2015, resolve:

Nº 3.325 - DELEGAR COMPETÊNCIA, ao servidor PAULO UBI-RATÁ FERREIRA MARTINS - Chefe do Departamento de Ensino, Pesquisa e Extensão, matrícula SIAPE Nº 1560925, para responder, cumulativamente, pelo expediente da Direção Geral do Campus Tefé, pelo período 04.01 a 1º.02.2016, código CD-02.

O REITOR DO INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO AMAZONAS-IFAM, no uso de suas atribuições legais e estatutárias que lhe confere o Decreto Presidencial de 10.03.2015; CONSIDERANDO o parágrafo único, do art. 1 do Decreto nº 6.986/2009 inciso XV, do art. 42 do Regimento Geral do Instituto Federal do Amazonas e Resolução nº 86 - CONSUP/IFAM, de 21 de dezembro de 2015, publicado no D.O.U. de 23.12.2015, seção 2, página 22, resolve:

Nº 3.326 - NOMEAR, a partir de 04.01.2016, o servidor ELIAS DA SILVA SOUZA - ocupante do cargo de Professor de Ensino Básico, Técnico e Tecnológico, Matrícula SIAPE nº 1792272, para exercer o cargo de Diretor Geral do campus Manaus, código CD-02.

Nº 3.327 - NOMEAR, a partir de 04.01.2016, o servidor FRANCISCO MARCELO RODRIGUES RIBEIRO - ocupante do cargo de Pedagogo, Matrícula SIAPE Nº 1799526, para exercer o cargo de Diretor Geral do campus Lábrea, código CD-02.

Nº 3.328 - NOMEAR, a partir de 04.01.2016, o servidor DIRCEU DA SILVA DACIO, ocupante do cargo de Professor de Ensino Básico, Técnico e Tecnológico, Matrícula SIAPE Nº 1800280, para exercer o cargo de Diretor Geral do campus Tabatinga.

Nº 3.329 - NOMEAR, a partir de 04.01.2016, o servidor GUTEMBERG FERRARO ROCHA, ocupante do cargo de Professor de Ensino Básico, Técnico e Tecnológico, Matrícula SIAPE Nº 1329755, para exercer o cargo de Diretor Geral do campus Parintins, código CD-02.

Nº 3.330 - NOMEAR, a partir de 04.01.2016, o servidor PAULO MARREIRO DOS SANTOS JUNIOR, ocupante do cargo de Professor de Ensino Básico, Técnico e Tecnológico, Matrícula SIAPE Nº 2523967, para exercer o cargo de Diretor Geral do campus Presidente de Figueiredo, código CD-02.

I. Os servidores nomeados por meio das portarias acima citadas terão mandato simultâneo ao do Reitor, em obediência ao art. 2º do Decreto nº 6.986, de 20 de outubro de 2009.

II. A DIRETORIA DE GESTÃO DE PESSOAS para adoção das providências necessárias.

ANTONIO VENÂNCIO CASTELO BRANCO

CAMPUS MANAUS - CENTRO

PORTARIA Nº 1.529, DE 22 DE DEZEMBRO DE 2015

A DIRETORA GERAL DO INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO AMAZONAS/ CAMPUS MANAUS CENTRO, no uso de suas atribuições legais que lhe conferem a PORTARIA Nº 1.061 - GR/IFAM, de 26.03.2015 e CONSIDERANDO a solicitação de prorrogação de prazo contida no Memo. nº 002 - CSI/CMC/IFAM/2015, Portaria nº 338-GAB/DC/CMC, de 13.03.2015, incumbida de apurar os fatos constantes no Processo nº 23042.000108/2015-04, resolve:

PRORROGAR, por mais 30 (trinta) dias, a contar de 28.12.2015, o prazo para a conclusão dos trabalhos da Comissão de Sindicância referente ao Processo Nº 23042.000374/2015-03, de 10.11.2015, consoante o disposto no Parágrafo Único do art. 145, combinado com o artigo 238 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990.

MARIA STELA DE VASCONCELOS NUNES DE MELLO

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO CEARÁ

PORTARIAS DE 17 DE DEZEMBRO DE 2015

O REITOR DO INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO CEARÁ, no uso de suas atribuições e considerando o que consta do processo nº 23255.038112/2015-31, resolve:

Nº 857 - Art. 1º - Exonerar, a pedido, a partir de 23/11/2015, o servidor GLETER ALCANTARA SABIA, matrícula SIAPE nº 2192739, código de vaga 976920, ocupante do cargo de Analista de Tecnologia da Informação, do Quadro de Pessoal do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará - Reitoria, nos termos do Art. 33, inciso I combinado com o Art. 34 da Lei nº 8.112/90. Art. 2º - Declarar vago o referido cargo, considerando o que consta do processo nº 23486.039526/2015-64, resolve:

Nº 857 - Art. 1º - Declarar vago, a partir de 08/12/2015, o cargo de Assistente em Administração, do Quadro de Pessoal do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará, campus de Aracaju, ocupado pelo servidor CLAYTON COSTA DA SILVA, matrícula SIAPE nº 1891347, Código de Vaga nº 812800, por motivo de posse em outro cargo inamovível, nos termos do Art. 33, inciso VIII, da Lei nº 8.112/90.

considerando o que consta do processo nº 23255.040438/2015-29, resolve:

Nº 859 - Art. 1º Exonerar, a pedido, a partir de 14/12/2015, a servidora ALINY GUERRA VALE, matrícula SIAPE nº 2108890, código de vaga 313599, ocupante do cargo de Auxiliar em Administração, do Quadro de Pessoal do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará - Reitoria, nos termos do Art. 33, inciso I combinado com o Art. 34 da Lei nº 8.112/90.

Art. 2º - Declarar vago o referido cargo.

VIRGILIO AUGUSTO SALES ARARIBE

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO ESPÍRITO SANTO

PORTARIA Nº 3.774, DE 28 DE DEZEMBRO DE 2015

O REITOR DO INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO ESPÍRITO SANTO, nomeado pelo Decreto MEC de 03.09.2015, publicado no DOU de 04.09.2015, seção 2, página 1, no uso de suas atribuições legais, resolve:

Designar ADEMAR MANOEL STANGÉ, matrícula SIAPE 269986, CPF nº 243.622.557-53, para exercer a função de Ordenador de Despesa substituído da Reitoria deste Ifes, no período de 04.01.2016 a 22.01.2016, em virtude de férias regulamentares do Ordenador substituído, MAURO SILVA PIAZZAROLLO.

DENIO REBELLO ARANTES

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA FARROUPILHA

PORTARIAS DE 28 DE DEZEMBRO DE 2015

A REITORA SUBSTITUTA DO INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA FARROUPILHA - RS, nomeada pela Portaria Nº 2.787, de 23 de dezembro de 2014, publicada no Diário Oficial da União - D.O.U. Nº 249, Seção 2, página 29, de 24 de dezembro de 2014, no uso de suas atribuições legais e estatutárias, resolve:

Nº 1.659 - NOMEAR a servidora SIRLEI LOPES VIDAL, Matrícula SIAPE nº 1097392, ocupante do Cargo Técnico Administrativo em Educação - Secretaria Executiva, para exercer o cargo de Coordenadora de Implantação e Acompanhamento de Novas Unidades do Instituto Federal Farroupilha, Código da Função CD-0003, no período de 04/01/2016 a 02/02/2016, devido a ausência do titular e do substituído legal.

Nº 1.660 - EXONERAR a contar de 23/12/2015, o servidor JOÃO CARLOS DE CARVALHO E SILVA RIBEIRO, Matrícula no SIAPE nº 2565365, ocupante do Cargo de Professor de Ensino Básico, Técnico e Tecnológico, do cargo de Diretor do Campus Avançado Uruguaiana, Código da Função CD - 0004, do Instituto Federal.

Nº 1.661 - NOMEAR, a contar de 23/12/2015, o servidor JOÃO CARLOS DE CARVALHO E SILVA RIBEIRO, Matrícula no SIAPE nº 2565365, ocupante do Cargo de Professor de Ensino Básico, Técnico e Tecnológico, para exercer o cargo de Diretor do Campus Avançado Uruguaiana, Código da Função CD - 0002, do Instituto Federal Farroupilha.

NÍDIA HERINGER

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO MARANHÃO

PORTARIA Nº 6.228, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2015

O REITOR DO INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO MARANHÃO, nomeado nos termos do Decreto Presidencial de 15 de agosto de 2012, publicado no DOU de 16 de agosto de 2012, no uso de suas atribuições legais; e, considerando a solicitação constante no Processo nº 23249.022551/2015-11, resolve:

Dispensar o servidor Sam Menezes Gutman, Professor de Ensino Básico, Técnico e Tecnológico, Campus Alcântara, da função de Chefe do Núcleo de Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação (Código FG-02) do referido Campus, a partir da data da publicação desta Portaria no DOU.

FRANCISCO ROBERTO BRANDÃO FERREIRA

PORTARIA Nº 6.396, DE 28 DE DEZEMBRO DE 2015

O REITOR DO INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO MARANHÃO, nomeado nos termos do Decreto Presidencial de 15 de agosto de 2012, publicado no DOU de 16 de agosto de 2012, no uso de suas atribuições legais; e,



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO AMAZONAS
GABINETE DA REITORIA**

PORTARIA N.º 1.137-GR/IFAM, DE 27 DE MAIO DE 2019.

O REITOR *PRO TEMPORE* DO INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO AMAZONAS – IFAM, no uso de suas atribuições legais e estatutárias que lhe confere a Portaria n.º 552, de 08/03/2019, publicada no DOU N.º 47, de 11/03/2019, Seção 2, pág. 29, e;

CONSIDERANDO o inciso XV do Art. 42, do Regimento Interno do IFAM;

CONSIDERANDO o teor do Processo n.º 23443.038269/2018-92, de 08/12/2018 e Resolução n.º 79-CONSUP/IFAM, de 17/12/2018,

R E S O L V E:

I. **NOMEAR**, a partir de 28/05/2019, o servidor **NICOLAS ANDRETTI DE SOUZA NEVES** – Professor de Ensino Básico, Técnico e Tecnológico, matrícula SIAPE n.º 2865562, para exercer o cargo de Diretor Geral do Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia do Amazonas/*campus* Tabatinga, código CD-02, com mandato de quatro anos.

II. À DIRETORIA DE GESTÃO DE PESSOAS para as providências necessárias.

Dê-se ciência, publique-se, cumpra-se.

ANTONIO VENÂNCIO CASTELO BRANCO
Reitor *pro tempore*

CERTIDÃO E OFÍCIO DE REGISTRO DOS TERRENOS DO CAMPUS TABATINGA/IFAM



República Federativa do Brasil

Primeira Notaria de Registro de Imóveis de Tabatinga - Serviço Notarial

C.N.P.J.(MF) 01.096.579/0001-09

Darlene Ribeiro Peres do Nascimento - Notária Interveniente / C. P. F. 130.232.842-53

Gislene Alencar Peres - Notária Substituta / C. P. F. 907.148.062-34



CERTIDÃO DE INTEIRO TEOR DE IMÓVEL

CERTIFICA, que usando das atribuições que a Lei lhe confere e a requerimento verbal de pessoa interessada que, revendo os competentes Livros de Registro de Imóveis deste Cartório, a meu cargo, verifiquei constar um Registro de Imóvel, matrícula nº 972 transladada as fls.077, do Livro nº 2 – E, **R-2/972, CENTRO FEDERAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA DO AMAZONAS** em 03 de Setembro de 2008, do teor seguinte:

I M Ó V E L: UM TERRENO, medindo uma área de 60.000,00m², com Título Definitivo de Propriedade nº 03526/08, expedido pela Prefeitura Municipal de Tabatinga, assinado pelo Sr. Prefeito municipal Joel Santos de Lima, em data de 03/07/2008, LOCALIZADO À RUA SANTOS DUMONT, S/Nº, AREA DE EXPANSÃO, com os seguintes limites e confrontações: pela frente por uma linha de 200.00m com a Rua Santos Dumont; pelos fundos, por uma linha de 200.00m com proprietário desconhecido; pelo lado direito, por uma linha de 300.00m com proprietário desconhecido; pelo lado esquerdo: por uma linha de 300.00m com proprietário desconhecido. A planta e o memorial descritivo integram este Título, conforme o processo administrativo da PMTAB nº 02-05724/2008. **CLÁUSULA PRIMEIRA: A área cuja propriedade ora é transferida faz parte da área total concedida ao Município de Tabatinga através do Título de domínio do INCRA nº 002/89, expedido pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária, em 29 de Dezembro de 1989. **PROPRIETÁRIO: MUNICIPIO DE TABATINGA.** Registrado no Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Tabatinga, às fls. 31 e 32/v, do Livro B-001 sob o nº de ordem 031 e devidamente inscrito no Cartório de Registro de Imóveis da 2ª Vara, às fls. 020, Livro 02, matrícula nº 020. **CLÁUSULA SEGUNDA:** A transferência é alienada a título GRATUITO, com base o art. 3º inciso II alínea “a” combinando com o art. 5º, CAPUT, todos da Lei Municipal nº 171 de 27 de Dezembro de 1990.**

R-1/972 – Tabatinga-AM, 03 de julho de 2008.

TRANSMITENTE: PREFEITURA MUNICIPAL - MUNICIPIO DE TABATINGA/AM. Entidade Pública com Personalidade Jurídica e Administrações Financeiras Própria, Inscritas no CNPJ (MF) sob o nº. 04.011.805/0001-91, à Av da Amizade, s/nº, Centro.

ADQUIRENTE: CENTRO FEDERAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA DO AMAZONAS, entidade de direito público, inscrita no CNPJ(MF) nº 04.391.314/0001-13, estabelecida na cidade de Manaus-AM, na Avenida Sete de Setembro, nº 1975, Centro.

O imóvel acima descrito esta avaliado em **R\$ 68.000,00 (SESSENTA E OITO MIL REAIS)**. Dou fé. (a) José Aroaldo Pereira do Nascimento.

Era o que se continha nas ditas folhas do mencionado livro que para aqui transcrevi do próprio original ao qual me reporto e dou fé.

Tabatinga-AM, 09 de Agosto de 2019.

NOTARIA DA COMARCA DE TABATINGA - Av. 07, 403-3392 - Rua Rui Barbosa, 45A - São Francisco - Tabatinga/AM - cartorio.aroaldo@redmail.com

SELO ELETRÔNICO TJAM - SELO CERINT00424280Q7BE13L7LW574B. Valor do ato: R\$ 53,20. Parte(s): CENTRO FEDERAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA DO AMAZONAS. Consulte o selo em <https://cidadao.portalseloam.com.br/> ou através do QR Code:






Gislene Alencar Peres
Gislene Alencar Peres
Notária Substituta
Cartório de Registro de Imóveis

Rua Rui Barbosa, nº.45/A, Bairro São Francisco – Fone/Fax: (097) 3412-3392 - CEP 69.640-000 – Tabatinga/AM.

"Quem não registra não é dono"

"Quem não registra não é dono"



AM **Estado do Amazonas**

Ofício de Registro de Imóveis de Tabatinga

C.N.P.J.(MF) Nº 01.096.579/0001-09

José Aroaldo Pereira do Nascimento - Oficial - C.P.F.(MF) Nº 017.903.902-49
Juliano Alencar Peres - Oficial Substituto - C.P.F.(MF) nº.907.148.062-34

1º OFÍCIO DE REGISTRO DE IMÓVEIS
 C.N.P.J.: 01.096.579/0001-09
 Rua Rui Barbosa, Nº 45-A
 São Francisco, CEP 69.640-000
 TABATINGA

1º OFÍCIO DE REGISTRO DE IMÓVEIS
 C.N.P.J.: 01.096.579/0001-09
 Rua Rui Barbosa, Nº 45-A
 São Francisco, CEP 69.640-000
 TABATINGA

Livro Nº	2 - I	Folhas Nº	157
Matrícula Nº	1857	Protocolo nº	1729
Registro Geral Nº	AV-2/1857	Data:	14 de Março de 2017.


IMÓVEL: UM TERRENO COM UMA ÁREA DE 140.355,62m², Título Definitivo de Propriedade nº 03794/2010, expedido pela Prefeitura Municipal de Tabatinga, assinado pelo Prefeito Municipal SAUL NUNES BEMERGUY, datado de 27/09/2010, **LOCALIZADO À RUA MARECHAL MALLET, S/Nº, BAIRRO: ÁREA DE EXPANSÃO**, com os seguintes limites e confrontações: pela frente por uma linha de 682.23m com a Rua Marachel Mallet; pelos fundos, por dez linhas quebradas. A 1º por 200.00m com o IFAM, a 2º por 250.000m, com o IFAM, a 3º por 50.00m com Maria Rosirley, a 4º por 89.70m com Diogo Hidalgo, a 5º por 233.93m com Diego e Esly Alves, a 6º por 72.92m com Patrimônio Municipal, a 7º por 113.00m com Patrimônio Municipal, a 8º por 187.07m com Patrimônio Municipal, a 9º por 62.80m com a Rua Santos Dumont, a 10º por 24.13m com a Rua Santos Dumont; pelo lado direito, por uma linha de 339.16m com Terras do Patrimônio Público Municipal e pelo lado esquerdo: por uma linha 90.62m com a Sra. Maria de Fátima Nascimento dos Santos. A planta e o memorial descritivo integram este Título, conforme o processo administrativo da PMTAB nº 02-06325/2010. **CLÁUSULA PRIMEIRA:** A área cuja propriedade ora é transferida faz parte da área total concedida ao Município de Tabatinga através do Título de domínio do INCRA nº 002/89, expedido pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária, em 29 de Dezembro de 1989. **PROPRIETÁRIO: PREFEITURA MUNICIPAL – MUNICIPIO DE TABATINGA.** Registrado no Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Tabatinga, às fls. 31 e 32/v, do Livro B-001 sob o nº de ordem 031 e devidamente inscrito no Cartório de Registro de Imóveis da 2ª Vara, às fls. 020, Livro 02, matrícula nº 020. **CLÁUSULA SEGUNDA:** A transferência é alienada a título GRATUITO, com base o art. 3º inciso II alínea "a" combinando com o art. 5º, CAPUT, todos da Lei Municipal nº 171 de 27 de Dezembro de 1990.

R-1/1857 – Tabatinga-AM, 14 de Março de 2017.
TRANSMITENTE: PREFEITURA MUNICIPAL – MUNICIPIO DE TABATINGA/AM. Entidade Pública com Personalidade Jurídica e Administrações Financeiras Própria, Inscritas no CNPJ (MF) sob o nº. 04.011.805/0001-91, à Avenida da Amizade, s/nº, Centro.
ADQUIRENTE: INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA TECNOLOGIA DO AMAZONAS - IFAM, entidade de direito público, inscrita no CNPJ (MF) nº 10.792.928/0009-67, estabelecida nesta cidade de Tabatinga-AM, na Rua Santos Dumont, s/nº, Bairro: Área de Expansão (Vila Verde).


AV-2/1857 Tabatinga-AM, 14 de Março de 2017.
INCORPORAÇÃO DE BENFEITORIA: Certifico e dou fé que no imóvel objeto da matrícula 1857, não há Benfeitoria nesta Área. Dou fé. (a). José Aroaldo Pereira do Nascimento. Oficial.

Era o que se continha nas ditas folhas do mencionado livro que para aqui transcrevi do próprio original ao qual me reporto e dou fé.

Tabatinga-AM, 14 de Março de 2017.



José Aroaldo Pereira do Nascimento
 Oficial Substituto do Registro de Imóveis



NOTARIA DA COMARCA DE TABATINGA Fone: (97) 3412.4262 - Rua Rui Barbosa, 45-A - São Francisco
 Tabatinga/AM - CEP: 69.640-000 - E-mail: notaria@tjamazonas.com.br

SELO ELETRÔNICO DE FISCALIZAÇÃO DO TJ-AM
 B0398-69-98 REGISTRO DE IMÓVEIS
 Protocolo: 1729 Livro: Livro 2 - Registro Geral, Nº 1857 Nº Reg/Av: 2

LIMINARES REFERENTE A DISPUTA DO TERRENO DO CAMPUS TABATINGA/IFAM



Justiça Federal da 1ª Região
PJe - Processo Judicial Eletrônico

17/03/2021

Número: **1000622-96.2020.4.01.3201**

Classe: **REINTEGRAÇÃO / MANUTENÇÃO DE POSSE**

Órgão julgador: **Vara Federal Cível e Criminal da SSJ de Tabatinga-AM**

Última distribuição : **29/07/2020**

Valor da causa: **R\$ 1.000,00**

Assuntos: **Esbulho / Turbação / Ameaça**

Segredo de justiça? **NÃO**

Justiça gratuita? **NÃO**

Pedido de liminar ou antecipação de tutela? **SIM**

Partes	Procurador/Terceiro vinculado
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCACAO, CIENCIA E TECNOLOGIA DO AMAZONAS (AUTOR)	
CHICO GANSO (REU)	
LEONARDO BONA (REU)	
Demais invasores do imóvel do IFAM (REU)	
ANA PAULA RIBEIRO SALES (REU)	NATALIA FRANCE NEVES CARVALHO (ADVOGADO)
KELLY VITOR GOMES (REU)	NATALIA FRANCE NEVES CARVALHO (ADVOGADO)
FROZER GERALDO ARAUJO (REU)	NATALIA FRANCE NEVES CARVALHO (ADVOGADO)
MARIA JOSE MARQUES DE ALMEIDA (REU)	NATALIA FRANCE NEVES CARVALHO (ADVOGADO)
BARBE RAMOS MOREIRA (REU)	NATALIA FRANCE NEVES CARVALHO (ADVOGADO)
WILEM MORAIS RAMIRES (REU)	NATALIA FRANCE NEVES CARVALHO (ADVOGADO)
LUIZA VIANA DE AQUINO (REU)	NATALIA FRANCE NEVES CARVALHO (ADVOGADO)
MILENA MARTINS DOS SANTOS (REU)	NATALIA FRANCE NEVES CARVALHO (ADVOGADO)
VALDIVINO VELA COSTA GOMES (REU)	NATALIA FRANCE NEVES CARVALHO (ADVOGADO)
NILTON MIRANDA FABO (REU)	NATALIA FRANCE NEVES CARVALHO (ADVOGADO)
VANESSA LOPES ALMEIDA (REU)	NATALIA FRANCE NEVES CARVALHO (ADVOGADO)
ROSIMEIRE LOMAS DA SILVA (REU)	NATALIA FRANCE NEVES CARVALHO (ADVOGADO)
ANTONIO SILVANO OLIMAR (REU)	NATALIA FRANCE NEVES CARVALHO (ADVOGADO)
PATRICIA LOMAS OSORIO (REU)	NATALIA FRANCE NEVES CARVALHO (ADVOGADO)
FROZIA GERALDO ARAUJO (REU)	NATALIA FRANCE NEVES CARVALHO (ADVOGADO)
ELIANE MARTINS DE LIMA (REU)	NATALIA FRANCE NEVES CARVALHO (ADVOGADO)
MARCIO DE SOUZA DA SILVA (REU)	NATALIA FRANCE NEVES CARVALHO (ADVOGADO)
ELIZABETH MARTINS DE LIMA (REU)	NATALIA FRANCE NEVES CARVALHO (ADVOGADO)
JACKSON ROCHA PARENTE (REU)	NATALIA FRANCE NEVES CARVALHO (ADVOGADO)
ANA MERY TANANTA MACEDO (REU)	NATALIA FRANCE NEVES CARVALHO (ADVOGADO)
LUIS CARLOS ROCHA DE SOUZA (REU)	NATALIA FRANCE NEVES CARVALHO (ADVOGADO)
ALESSANDRA FABO AREVALO (REU)	NATALIA FRANCE NEVES CARVALHO (ADVOGADO)
ROSANA DA SILVA E SILVA (REU)	NATALIA FRANCE NEVES CARVALHO (ADVOGADO)
DAWSON ROBERTO DAVILA (REU)	NATALIA FRANCE NEVES CARVALHO (ADVOGADO)
BERTON JORDAN JANUARIO MACEDO (REU)	NATALIA FRANCE NEVES CARVALHO (ADVOGADO)
MARIO NILSON CORREA FILHO (REU)	NATALIA FRANCE NEVES CARVALHO (ADVOGADO)
SAMUEL DE PAULA FABO (REU)	NATALIA FRANCE NEVES CARVALHO (ADVOGADO)
SEDINEI DOS SANTOS NUNES (REU)	NATALIA FRANCE NEVES CARVALHO (ADVOGADO)

SIRLENE GONCALVES MORAES (REU)	NATALIA FRANCE NEVES CARVALHO (ADVOGADO)
ROSIANE TENAZOR DA SILVA (REU)	NATALIA FRANCE NEVES CARVALHO (ADVOGADO)
ELIDA DEODATO CARDOSO (REU)	NATALIA FRANCE NEVES CARVALHO (ADVOGADO)
MAIKE LEITE FERREIRA (REU)	NATALIA FRANCE NEVES CARVALHO (ADVOGADO)
LUCILENE BATISTA DA SILVA (REU)	NATALIA FRANCE NEVES CARVALHO (ADVOGADO)
JULIANA DA SILVA CARVALHO (REU)	NATALIA FRANCE NEVES CARVALHO (ADVOGADO)
ANALICE DOS REIS MORAIS (REU)	NATALIA FRANCE NEVES CARVALHO (ADVOGADO)
MARINEIDE TORQUATRO MACIEL (REU)	NATALIA FRANCE NEVES CARVALHO (ADVOGADO)
NAIDE GUEDES MOREIRA (REU)	NATALIA FRANCE NEVES CARVALHO (ADVOGADO)
ROSIANE DOS REIS MOREIRA (REU)	NATALIA FRANCE NEVES CARVALHO (ADVOGADO)
ANA CLAUDIA MENDES BARROS (REU)	NATALIA FRANCE NEVES CARVALHO (ADVOGADO)
ACILA BEATRIZ DA SILVA INACIO (REU)	NATALIA FRANCE NEVES CARVALHO (ADVOGADO)
TAIS CRISTINA RUIZ SAMIAS (REU)	NATALIA FRANCE NEVES CARVALHO (ADVOGADO)
FRANCIELE MONTEIRO DA SILVA (REU)	NATALIA FRANCE NEVES CARVALHO (ADVOGADO)
SIMONE ROCHA PARENTE (REU)	NATALIA FRANCE NEVES CARVALHO (ADVOGADO)
DHEYMISON SAMPAIO DE OLIVEIRA (REU)	NATALIA FRANCE NEVES CARVALHO (ADVOGADO)
TIAGO GUERRA CASTRO (REU)	NATALIA FRANCE NEVES CARVALHO (ADVOGADO)
ROSA COBOS MACEDO (REU)	NATALIA FRANCE NEVES CARVALHO (ADVOGADO)
JOSUE DA SILVA RAMOS (REU)	NATALIA FRANCE NEVES CARVALHO (ADVOGADO)
CLAUDIO CESAR GOMES DE CASTRO (REU)	NATALIA FRANCE NEVES CARVALHO (ADVOGADO)
CARLOS ROBERTO DA SILVA SA (REU)	NATALIA FRANCE NEVES CARVALHO (ADVOGADO)
VANDETH FELIPE DOS SANTOS (REU)	NATALIA FRANCE NEVES CARVALHO (ADVOGADO)
ANA CRIS ROQUE RABELO (REU)	NATALIA FRANCE NEVES CARVALHO (ADVOGADO)
MARCIO MORAIS RAMIRES (REU)	NATALIA FRANCE NEVES CARVALHO (ADVOGADO)
MICHELE MARTINS DOS SANTOS (REU)	NATALIA FRANCE NEVES CARVALHO (ADVOGADO)
MICHAEL MARTINS DOS SANTOS (REU)	NATALIA FRANCE NEVES CARVALHO (ADVOGADO)
IVALDO RAFAEL PEREIRA DE BRITO (REU)	NATALIA FRANCE NEVES CARVALHO (ADVOGADO)
WISLEI DA COSTA DOS SANTOS (REU)	NATALIA FRANCE NEVES CARVALHO (ADVOGADO)
ROSA SILVA TORRES (REU)	NATALIA FRANCE NEVES CARVALHO (ADVOGADO)
ERITON RODRIGUES DA SILVA (REU)	NATALIA FRANCE NEVES CARVALHO (ADVOGADO)
ELI CATIQUE BATISTA (REU)	NATALIA FRANCE NEVES CARVALHO (ADVOGADO)
IVALDO SANTOS SOARES (REU)	NATALIA FRANCE NEVES CARVALHO (ADVOGADO)
GILSONEI FELIPE DOS SANTOS (REU)	NATALIA FRANCE NEVES CARVALHO (ADVOGADO)
FANCARLOS JANUARIO BATISTA (REU)	NATALIA FRANCE NEVES CARVALHO (ADVOGADO)
RAFAEL MACEDO PINEDO (REU)	NATALIA FRANCE NEVES CARVALHO (ADVOGADO)
RAFAEL COBOS MACEDO (REU)	NATALIA FRANCE NEVES CARVALHO (ADVOGADO)
RAKNEN GERALDO ARAUJO (REU)	NATALIA FRANCE NEVES CARVALHO (ADVOGADO)
RAIMUNDO ANDRADE BITENCOURT (REU)	NATALIA FRANCE NEVES CARVALHO (ADVOGADO)
JAIME SANDOVAL DE ALMEIDA (REU)	NATALIA FRANCE NEVES CARVALHO (ADVOGADO)
ISRAEL NASCIMENTO LOPES (REU)	NATALIA FRANCE NEVES CARVALHO (ADVOGADO)
MARIJANE FERREIRA GONCALVES (REU)	NATALIA FRANCE NEVES CARVALHO (ADVOGADO)
MAIKO ABENSUR PINTO (REU)	NATALIA FRANCE NEVES CARVALHO (ADVOGADO)
DANIELLA AREVALO MARINHO (REU)	NATALIA FRANCE NEVES CARVALHO (ADVOGADO)
LUZIA DA SILVA POLONIA (REU)	NATALIA FRANCE NEVES CARVALHO (ADVOGADO)
ELIONARA SOARES DE SOUZA (REU)	NATALIA FRANCE NEVES CARVALHO (ADVOGADO)
JHOANA LIBERATO QUIHUE (REU)	NATALIA FRANCE NEVES CARVALHO (ADVOGADO)
IZABEL SILVANO OLIMAR (REU)	NATALIA FRANCE NEVES CARVALHO (ADVOGADO)
ISMAEL DA SILVA E SILVA (REU)	NATALIA FRANCE NEVES CARVALHO (ADVOGADO)
LEVI SUMAITA SAMIA (REU)	NATALIA FRANCE NEVES CARVALHO (ADVOGADO)

MIGUEL BATISTA SAMIAS (REU)	NATALIA FRANCE NEVES CARVALHO (ADVOGADO)
HIVANILSON GUEDES GOMES (REU)	NATALIA FRANCE NEVES CARVALHO (ADVOGADO)
LUIS MATEUS LOPEZ (REU)	NATALIA FRANCE NEVES CARVALHO (ADVOGADO)
JAQUELINE PERES DE SOUZA (REU)	NATALIA FRANCE NEVES CARVALHO (ADVOGADO)
MARIBEL SANTOS SALINO (REU)	NATALIA FRANCE NEVES CARVALHO (ADVOGADO)
MANOEL RENALDO DOS SANTOS GONCALVES (REU)	NATALIA FRANCE NEVES CARVALHO (ADVOGADO)
REGINALDA BARBOSA DE SANTANA (REU)	NATALIA FRANCE NEVES CARVALHO (ADVOGADO)
CASSIA VIRGINIA DOS SANTOS RABELO (REU)	NATALIA FRANCE NEVES CARVALHO (ADVOGADO)
NELINHO TORQUATO MACIEL (REU)	NATALIA FRANCE NEVES CARVALHO (ADVOGADO)
ROSILDA LOMAS DOS SANTOS (REU)	NATALIA FRANCE NEVES CARVALHO (ADVOGADO)
ROCILANE RIBEIRO RAMIRES (REU)	NATALIA FRANCE NEVES CARVALHO (ADVOGADO)
ODACY ARAUJO DE SOUZA (REU)	NATALIA FRANCE NEVES CARVALHO (ADVOGADO)
SAMUEL JONADAVI GONCALVES CABRERA (REU)	NATALIA FRANCE NEVES CARVALHO (ADVOGADO)
MIKAEL MARTINS DOS SANTOS (REU)	NATALIA FRANCE NEVES CARVALHO (ADVOGADO)
DAIANE MOREIRA BARBOSA (REU)	NATALIA FRANCE NEVES CARVALHO (ADVOGADO)
CRISOLIO HENRIQUE VALDEMAR (REU)	NATALIA FRANCE NEVES CARVALHO (ADVOGADO)
JEFERSON MENDES BARROS (REU)	NATALIA FRANCE NEVES CARVALHO (ADVOGADO)
ENDRIO FELIPE CACAU DOD SANTOS (REU)	NATALIA FRANCE NEVES CARVALHO (ADVOGADO)
THALISON VITOR GOMES (REU)	NATALIA FRANCE NEVES CARVALHO (ADVOGADO)
EDIANA SOUZA PEREIRA (REU)	NATALIA FRANCE NEVES CARVALHO (ADVOGADO)
JOAO PAULO DE SOUZA ORTIZ (REU)	NATALIA FRANCE NEVES CARVALHO (ADVOGADO)
MOISES SALVADOR DE OLIVEIRA (REU)	NATALIA FRANCE NEVES CARVALHO (ADVOGADO)
ERLY JUNIOR RAMOS DE FRANCA (REU)	NATALIA FRANCE NEVES CARVALHO (ADVOGADO)
ELENIR VASQUES SULTA (REU)	NATALIA FRANCE NEVES CARVALHO (ADVOGADO)
JOHN ERICK TANANTA MACEDO (REU)	NATALIA FRANCE NEVES CARVALHO (ADVOGADO)
WALDEMAR ASSIS GAMA (REU)	NATALIA FRANCE NEVES CARVALHO (ADVOGADO)
MARA BEGONHA ORTIZ RODRIGUES (REU)	NATALIA FRANCE NEVES CARVALHO (ADVOGADO)
RONALDO FABIA MARINHO (REU)	NATALIA FRANCE NEVES CARVALHO (ADVOGADO)
CASINN ALINGA LOZADA (REU)	NATALIA FRANCE NEVES CARVALHO (ADVOGADO)
ZIBIA CORINTIMA GOMES (REU)	NATALIA FRANCE NEVES CARVALHO (ADVOGADO)
JONNY BENTES GONZALES (REU)	NATALIA FRANCE NEVES CARVALHO (ADVOGADO)
CARLOS LUCIANO ARAUJO DA SILVA (REU)	NATALIA FRANCE NEVES CARVALHO (ADVOGADO)
ISMAEL XAVIER LARANHAGA (REU)	NATALIA FRANCE NEVES CARVALHO (ADVOGADO)
R. T. M. C. (REU)	NATALIA FRANCE NEVES CARVALHO (ADVOGADO)
JOSEMARA LOZANO SILVA (REU)	NATALIA FRANCE NEVES CARVALHO (ADVOGADO)
CLEICIANE SANTIAGO FABIA (REU)	NATALIA FRANCE NEVES CARVALHO (ADVOGADO)
ALEX SILAS MARINHO GOMES (REU)	NATALIA FRANCE NEVES CARVALHO (ADVOGADO)
ELANIA SAMIAS VASQUEZ (REU)	NATALIA FRANCE NEVES CARVALHO (ADVOGADO)
MARIA SOCORRO DA SILVA (REU)	NATALIA FRANCE NEVES CARVALHO (ADVOGADO)
EDISON MAFRA CHAVES (REU)	NATALIA FRANCE NEVES CARVALHO (ADVOGADO)
MOISES RUFINO BATISTA (REU)	NATALIA FRANCE NEVES CARVALHO (ADVOGADO)
STEFANI CHAVES PACAIO (REU)	NATALIA FRANCE NEVES CARVALHO (ADVOGADO)
ALDENOR MENEZES COSTA (REU)	NATALIA FRANCE NEVES CARVALHO (ADVOGADO)
VALDENIZE BATISTA DOS SANTOS (REU)	NATALIA FRANCE NEVES CARVALHO (ADVOGADO)
ELIETE PEREIRA CORREA (REU)	NATALIA FRANCE NEVES CARVALHO (ADVOGADO)
ANA CLAUDIA FIGUEIREDO CURICO (REU)	NATALIA FRANCE NEVES CARVALHO (ADVOGADO)
BORIS LOPES MACEDO (REU)	NATALIA FRANCE NEVES CARVALHO (ADVOGADO)
JHON BORIS CORDOVA LOPES (REU)	NATALIA FRANCE NEVES CARVALHO (ADVOGADO)
KEZIA TATIANA SANTOS DOS SANTOS (REU)	NATALIA FRANCE NEVES CARVALHO (ADVOGADO)

JORGE VIEIRA DE AGUIAR (REU)	NATALIA FRANCE NEVES CARVALHO (ADVOGADO)		
MARQUIZETE CAVALCANTE PESO (REU)	NATALIA FRANCE NEVES CARVALHO (ADVOGADO)		
JANIA JOSE DA SILVA (REU)	NATALIA FRANCE NEVES CARVALHO (ADVOGADO)		
RONALDO SANTOS ZANGAMA (REU)	NATALIA FRANCE NEVES CARVALHO (ADVOGADO)		
SHIRLY TAMARA TORRES DA SILVA (REU)			
JULIO DA SILVA CRUZ (REU)	NATALIA FRANCE NEVES CARVALHO (ADVOGADO)		
ANTONIO LAURENTE DOS SANTOS FILHO (REU)	NATALIA FRANCE NEVES CARVALHO (ADVOGADO)		
MAYARA AREVALO MACIEL (REU)	NATALIA FRANCE NEVES CARVALHO (ADVOGADO)		
EINER MAFRA CHAVES JUNIOR (REU)	NATALIA FRANCE NEVES CARVALHO (ADVOGADO)		
EINER CHAVES LOPES (REU)	NATALIA FRANCE NEVES CARVALHO (ADVOGADO)		
NARCISA MAFRA CHAVES (REU)	NATALIA FRANCE NEVES CARVALHO (ADVOGADO)		
TAMARA MAFRA CHAVES (REU)	NATALIA FRANCE NEVES CARVALHO (ADVOGADO)		
CRISTIELLE DA SILVA AMARO (REU)	NATALIA FRANCE NEVES CARVALHO (ADVOGADO)		
CAROL DANIELA GUEDES SILVA (REU)	NATALIA FRANCE NEVES CARVALHO (ADVOGADO)		
RENATA CASTILHO RODRIGUES (REU)	NATALIA FRANCE NEVES CARVALHO (ADVOGADO)		
LUCILENE REIS LOSANO (REU)	NATALIA FRANCE NEVES CARVALHO (ADVOGADO)		
MARCOS ANTONIO FILHO (REU)	NATALIA FRANCE NEVES CARVALHO (ADVOGADO)		
MIRLENE CHUNIA FABR (REU)	NATALIA FRANCE NEVES CARVALHO (ADVOGADO)		
DIMERSON DE LIMA ORBE (REU)	NATALIA FRANCE NEVES CARVALHO (ADVOGADO)		
KEULRY KLISSIA LAURENTE DOS SANTOS (REU)	NATALIA FRANCE NEVES CARVALHO (ADVOGADO)		
ILDENBERTO LAURENTE DE OLIVEIRA (REU)	NATALIA FRANCE NEVES CARVALHO (ADVOGADO)		
JONIEL DE SOUZA CAMARAO (REU)	NATALIA FRANCE NEVES CARVALHO (ADVOGADO)		
MOISES CARVALHO PINHEIRO (REU)	NATALIA FRANCE NEVES CARVALHO (ADVOGADO)		
LILIANA MAFRA CHAVES (REU)	NATALIA FRANCE NEVES CARVALHO (ADVOGADO)		
GRACIENE DA SILVA LIMA (REU)	NATALIA FRANCE NEVES CARVALHO (ADVOGADO)		
RALISNEI JOSE DE SOUZA MACIEL (REU)	NATALIA FRANCE NEVES CARVALHO (ADVOGADO)		
Documentos			
Id.	Data da Assinatura	Documento	Tipo
29120 7364	30/07/2020 15:18	Decisão	Decisão



PROCESSO: 1000622-96.2020.4.01.3201
CLASSE: REINTEGRAÇÃO / MANUTENÇÃO DE POSSE (1707)
AUTOR: INSTITUTO FEDERAL DE EDUCACAO, CIENCIA E TECNOLOGIA DO AMAZONAS
RÉU: CHICO GANSO, LEONARDO BONA, DEMAIS INVASORES DO IMÓVEL DO IFAM

LIMINAR CONCEDIDA

Trata-se de ação ajuizada pelo IFAM pugnando, via medida liminar, pela reintegração de posse do imóvel localizado em na Rua Santos Dumont, s/nº, Vila Verde, composto por terrenos que totalizam 210.355,62 metros quadrados de área.

Aduz o REQUERENTE que os terrenos foram recebidos em doação do Município de Tabatinga para instalação e funcionamento do campus Tabatinga.

Alegam ainda que parte deste terreno vem sendo esbulhado em sua porção leste por diversas pessoas, que causaram grande dano ao meio ambiente, inclusive em área de pesquisas acadêmicas e de preservação permanente.

Traz várias fotos e documentos sobre a possível invasão.

Decido.

No caso em tela, em sede de cognição sumária, entendo pelo deferimento da medida de urgência.

O IFAM reporta, com fotos e documentos, a ação de prováveis (ou efetivos) invasores numa área que lhe pertence e que deveria estar desocupada, em princípio.

O caso exposto é comum de acontecer, infelizmente. Há um clima de vale tudo, de quem é mais esperto.

Agir contra a lei, a propriedade, a educação e a ciência é tratar mal os direitos fundamentais que elas representam, mesmo que se trate de invasores pobres



Assinado eletronicamente por: FABIANO VERLI - 30/07/2020 15:18:04
<http://pje1g.trf1.jus.br:80/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=20073015180278500000286798683>
Número do documento: 20073015180278500000286798683

Num. 291207364 - Pág. 1

- e não há qualquer garantia de que realmente o sejam. Há comumente os que promovem a invasão, ou entram no seu fluxo, para ganhos extras, não necessariamente diretamente patrimoniais.

A base jurídica dos que perpetraram tal ação contra o patrimônio público é nula, até onde vejo. A prova material trazida pelo IFAM - marcações e derrubadas aparentes para um possível canteiro de obras - é forte.

A ameaça de se tornar mais um pequeno quarteirão habitado indevidamente é real.

Assim, concedo a liminar para que nenhum dos circunstantes sequer tente invadir que resta de área do IFAM e para que os que já tenham invadido ou feito alguma intervenção material no local, a desfaçam e cessem qualquer ato de desrespeito à posse do IFAM.

Os que estiveram lá serão citados por oficial de justiça para responder a este feito, notadamente aqueles que tiveram seus nomes declinados na inicial. Quanto a estes, especialmente, mas não só, que sejam citados mesmo fora do local da invasão, se possível.

Os que promoveram a implantação de objetos e intervenções materiais em geral na invasão, que os removam em até 2 dias corridos.

Os que, porventura, estejam morando no local, que saiam em um mês e, em até 2 meses, providenciem a limpeza do local, inclusive com demolições.

O local deverá estar plenamente à disposição do IFAM em até 2 dias corridos, pena de desocupação com uso de força moderada, mas suficiente e necessária.

O prazo longo para o cumprimento da ordem se deve ao fato de que a JF não quer, de modo algum, desprestigiar o diálogo. Prepostos do IFAM, a PM, a Polícia Civil, a PF, a Força Nacional devem ser oficiados e, mediante organização própria, cada um deve colaborar para estabelecer um ou dois interlocutores, no máximo, com os líderes do grupo, se houver, ou com o grupo todo, se não houver líder.

O prazo máximo das negociações para saída pacífica é 23h59min do domingo, 02-8-20. Antes disso, a força policial e congêneres estará autorizada a agir somente em situação de defesa de si, terceiros e dos patrimônios respectivos.

Os invasores, potenciais ou efetivos, sairão de suas posições ilegais, cedo ou tarde, e se espera bom senso das partes, principalmente dos invasores potenciais ou efetivos.

Oficie-se com urgência às polícias e ao comando da FN.

Oficie-se com urgência ao MPF para conhecimento e pedir o que quiser em 5 dias.

Evidentemente há um aspecto criminal no caso.



Que se use força moderada se efetivamente necessário fazer isso.

Que se busque identificar os líderes e os demais participantes mediante fotos e filmagens.

Que o serviço médico fique avisado e disponível fique em alerta no caso de necessidade de retirada à força.

Que tudo seja filmado para garantia dos direitos individuais, principalmente em caso de retirada à força (onde alguma violência moderada é inevitável se proporcional à resistência).

Havendo necessidade de reforço, que se aguarde a sua chegada.

Havendo necessidade de derrubada de casas, que se faça após diálogo e uso de máquinas e homens das forças policiais, do Exército ou da Prefeitura, mediante disponibilidade e prévia solicitação, que, desde já, faço para a eventualidade.

Sabemos que podem existir famílias inteiras dentro de casas. Neste caso, havendo qualquer dúvida sobre a humanidade da execução, que eu seja contactado para tratar da desocupação humanizada. Mas ela ocorrerá, salvo motivo jurídico relevante dizendo o contrário.

Saibam os eventuais ocupantes, turbadores ou interditandos que está principalmente sob sua responsabilidade o que vier a acontecer, sempre se rogando o uso moderado da força.

Sejam distribuídas ao menos algumas dezenas de cópias desta decisão aos circunstantes, para conhecimento.

Tente-se sempre identificá-los, intimá-los e citá-los.

Citada a PARTE RÉ, ela terá o prazo legal para contestação.

Depois, a PARTE AUTORA terá 15 dias para réplica se houver o que se replicar.

Após, 10 dias ao MPF e em seguida conclusos para decisão.

Entendo que o valor da causa fica melhor fixado em R\$ 100.000,00.

TABATINGA, data da assinatura.

FABIANO VERLI

JUIZ FEDERAL DE TABATINGA-AM



Assinado eletronicamente por: FABIANO VERLI - 30/07/2020 15:18:04
<http://pje1g.trf1.jus.br:80/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=20073015180278500000286798683>
Número do documento: 20073015180278500000286798683

Num. 291207364 - Pág. 3



Tribunal Regional Federal da 1ª Região
PJe - Processo Judicial Eletrônico

17/03/2021

Número: **1025762-35.2020.4.01.0000**

Classe: **AGRAVO DE INSTRUMENTO**

Órgão julgador colegiado: **5ª Turma**

Órgão julgador: **Gab. 13 - DESEMBARGADOR FEDERAL SOUZA PRUDENTE**

Última distribuição : **13/08/2020**

Valor da causa: **R\$ 1.000,00**

Processo referência: **1000622-96.2020.4.01.3201**

Assuntos: **Posse, Esbulho / Turbação / Ameaça, Reintegração de Posse**

Segredo de justiça? **NÃO**

Justiça gratuita? **SIM**

Pedido de liminar ou antecipação de tutela? **SIM**

Partes	Procurador/Terceiro vinculado
CARLOS LUCIANO ARAUJO DA SILVA (AGRAVANTE)	NATALIA FRANCE NEVES CARVALHO (ADVOGADO)
ISMAEL XAVIER LARANHAGA (AGRAVANTE)	NATALIA FRANCE NEVES CARVALHO (ADVOGADO)
R. T. M. C. (AGRAVANTE)	NATALIA FRANCE NEVES CARVALHO (ADVOGADO)
CLEICIANE SANTIAGO FABA (AGRAVANTE)	NATALIA FRANCE NEVES CARVALHO (ADVOGADO)
ELANIA SAMIAS VASQUEZ (AGRAVANTE)	NATALIA FRANCE NEVES CARVALHO (ADVOGADO)
ALEX SILAS MARINHO GOMES (AGRAVANTE)	NATALIA FRANCE NEVES CARVALHO (ADVOGADO)
JOSEMARA LOZANO SILVA (AGRAVANTE)	NATALIA FRANCE NEVES CARVALHO (ADVOGADO)
JONNY BENTES GONZALES (AGRAVANTE)	NATALIA FRANCE NEVES CARVALHO (ADVOGADO)
ZIBIA CORINTIMA GOMES (AGRAVANTE)	NATALIA FRANCE NEVES CARVALHO (ADVOGADO)
CASINN ALINGA LOZADA (AGRAVANTE)	NATALIA FRANCE NEVES CARVALHO (ADVOGADO)
RONALDO FABA MARINHO (AGRAVANTE)	NATALIA FRANCE NEVES CARVALHO (ADVOGADO)
MARA BEGONHA ORTIZ RODRIGUES (AGRAVANTE)	NATALIA FRANCE NEVES CARVALHO (ADVOGADO)
WALDEMAR ASSIS GAMA (AGRAVANTE)	NATALIA FRANCE NEVES CARVALHO (ADVOGADO)
JOHN ERICK TANANTA MACEDO (AGRAVANTE)	NATALIA FRANCE NEVES CARVALHO (ADVOGADO)
ELENIR VASQUES SULTA (AGRAVANTE)	NATALIA FRANCE NEVES CARVALHO (ADVOGADO)
ERLY JUNIOR RAMOS DE FRANCA (AGRAVANTE)	NATALIA FRANCE NEVES CARVALHO (ADVOGADO)
MOISES SALVADOR DE OLIVEIRA (AGRAVANTE)	NATALIA FRANCE NEVES CARVALHO (ADVOGADO)
JOAO PAULO DE SOUZA ORTIZ (AGRAVANTE)	NATALIA FRANCE NEVES CARVALHO (ADVOGADO)
EDIANA SOUZA PEREIRA (AGRAVANTE)	NATALIA FRANCE NEVES CARVALHO (ADVOGADO)
THALISON VITOR GOMES (AGRAVANTE)	NATALIA FRANCE NEVES CARVALHO (ADVOGADO)
ENDRIO FELIPE CACAU DOD SANTOS (AGRAVANTE)	NATALIA FRANCE NEVES CARVALHO (ADVOGADO)
JEFERSON MENDES BARROS (AGRAVANTE)	NATALIA FRANCE NEVES CARVALHO (ADVOGADO)
CRISOLIO HENRIQUE VALDEMAR (AGRAVANTE)	NATALIA FRANCE NEVES CARVALHO (ADVOGADO)
DAIANE MOREIRA BARBOSA (AGRAVANTE)	NATALIA FRANCE NEVES CARVALHO (ADVOGADO)
MIKAEL MARTINS DOS SANTOS (AGRAVANTE)	NATALIA FRANCE NEVES CARVALHO (ADVOGADO)
SAMUEL JONADAVI GONCALVES CABRERA (AGRAVANTE)	NATALIA FRANCE NEVES CARVALHO (ADVOGADO)
ODACY ARAUJO DE SOUZA (AGRAVANTE)	NATALIA FRANCE NEVES CARVALHO (ADVOGADO)
ROCILANE RIBEIRO RAMIRES (AGRAVANTE)	NATALIA FRANCE NEVES CARVALHO (ADVOGADO)
ROSILDA LOMAS DOS SANTOS (AGRAVANTE)	NATALIA FRANCE NEVES CARVALHO (ADVOGADO)
NELINHO TORQUATO MACIEL (AGRAVANTE)	NATALIA FRANCE NEVES CARVALHO (ADVOGADO)

CASSIA VIRGINIA DOS SANTOS RABELO (AGRAVANTE)	NATALIA FRANCE NEVES CARVALHO (ADVOGADO)
REGINALDA BARBOSA DE SANTANA (AGRAVANTE)	NATALIA FRANCE NEVES CARVALHO (ADVOGADO)
MANOEL RENALDO DOS SANTOS GONCALVES (AGRAVANTE)	NATALIA FRANCE NEVES CARVALHO (ADVOGADO)
MARIBEL SANTOS SALINO (AGRAVANTE)	NATALIA FRANCE NEVES CARVALHO (ADVOGADO)
JAQUELINE PERES DE SOUZA (AGRAVANTE)	NATALIA FRANCE NEVES CARVALHO (ADVOGADO)
LUIS MATHEUS LOPEZ (AGRAVANTE)	NATALIA FRANCE NEVES CARVALHO (ADVOGADO)
MIGUEL BATISTA SAMIAS (AGRAVANTE)	NATALIA FRANCE NEVES CARVALHO (ADVOGADO)
LEVI SUMAITA SAMIA (AGRAVANTE)	NATALIA FRANCE NEVES CARVALHO (ADVOGADO)
ISMAEL DA SILVA E SILVA (AGRAVANTE)	NATALIA FRANCE NEVES CARVALHO (ADVOGADO)
IZABEL SILVANO OLIMAR (AGRAVANTE)	NATALIA FRANCE NEVES CARVALHO (ADVOGADO)
JHOANA LIBERATO QUIHUE (AGRAVANTE)	NATALIA FRANCE NEVES CARVALHO (ADVOGADO)
HIVANILSON GUEDES GOMES (AGRAVANTE)	NATALIA FRANCE NEVES CARVALHO (ADVOGADO)
ELIONARA SOARES DE SOUZA (AGRAVANTE)	NATALIA FRANCE NEVES CARVALHO (ADVOGADO)
LUZIA DA SILVA POLONIA (AGRAVANTE)	NATALIA FRANCE NEVES CARVALHO (ADVOGADO)
DANIELLA AREVALO MARINHO (AGRAVANTE)	NATALIA FRANCE NEVES CARVALHO (ADVOGADO)
MAIKO ABENSUR PINTO (AGRAVANTE)	NATALIA FRANCE NEVES CARVALHO (ADVOGADO)
MARIJANE FERREIRA GONCALVES (AGRAVANTE)	NATALIA FRANCE NEVES CARVALHO (ADVOGADO)
ISRAEL NASCIMENTO LOPES (AGRAVANTE)	NATALIA FRANCE NEVES CARVALHO (ADVOGADO)
JAIME SANDOVAL DE ALMEIDA (AGRAVANTE)	NATALIA FRANCE NEVES CARVALHO (ADVOGADO)
RAIMUNDO ANDRADE BITENCOURT (AGRAVANTE)	NATALIA FRANCE NEVES CARVALHO (ADVOGADO)
RAKNEZ GERALDO ARAUJO (AGRAVANTE)	NATALIA FRANCE NEVES CARVALHO (ADVOGADO)
RAFAEL COBOS MACEDO (AGRAVANTE)	NATALIA FRANCE NEVES CARVALHO (ADVOGADO)
RAFAEL MACEDO PINEDO (AGRAVANTE)	NATALIA FRANCE NEVES CARVALHO (ADVOGADO)
FANCARLOS JANUARIO BATISTA (AGRAVANTE)	NATALIA FRANCE NEVES CARVALHO (ADVOGADO)
GILSONEI FELIPE DOS SANTOS (AGRAVANTE)	NATALIA FRANCE NEVES CARVALHO (ADVOGADO)
EVALDO SANTOS SOARES (AGRAVANTE)	NATALIA FRANCE NEVES CARVALHO (ADVOGADO)
ELI CATIQUE BATISTA (AGRAVANTE)	NATALIA FRANCE NEVES CARVALHO (ADVOGADO)
ERITON RODRIGUES DA SILVA (AGRAVANTE)	NATALIA FRANCE NEVES CARVALHO (ADVOGADO)
ROSA SILVA TORRES (AGRAVANTE)	NATALIA FRANCE NEVES CARVALHO (ADVOGADO)
ANA MERY TANANTA MACEDO (AGRAVANTE)	NATALIA FRANCE NEVES CARVALHO (ADVOGADO)
LUIS CARLOS ROCHA DE SOUZA (AGRAVANTE)	NATALIA FRANCE NEVES CARVALHO (ADVOGADO)
ALESSANDRA FABIA AREVALO (AGRAVANTE)	NATALIA FRANCE NEVES CARVALHO (ADVOGADO)
ROSANA DA SILVA E SILVA (AGRAVANTE)	NATALIA FRANCE NEVES CARVALHO (ADVOGADO)
DAWSON ROBERTO DAVILA (AGRAVANTE)	NATALIA FRANCE NEVES CARVALHO (ADVOGADO)
BERTON JORDAN JANUARIO MACEDO (AGRAVANTE)	NATALIA FRANCE NEVES CARVALHO (ADVOGADO)
MARIO NILSON CORREA FILHO (AGRAVANTE)	NATALIA FRANCE NEVES CARVALHO (ADVOGADO)
SAMUEL DE PAULA FABIA (AGRAVANTE)	NATALIA FRANCE NEVES CARVALHO (ADVOGADO)
SEDINEI DOS SANTOS NUNES (AGRAVANTE)	NATALIA FRANCE NEVES CARVALHO (ADVOGADO)
WISLEI DA COSTA DOS SANTOS (AGRAVANTE)	NATALIA FRANCE NEVES CARVALHO (ADVOGADO)
EVALDO RAFAEL PEREIRA DE BRITO (AGRAVANTE)	NATALIA FRANCE NEVES CARVALHO (ADVOGADO)
MICHAEL MARTINS DOS SANTOS (AGRAVANTE)	NATALIA FRANCE NEVES CARVALHO (ADVOGADO)
MICHELE MARTINS DOS SANTOS (AGRAVANTE)	NATALIA FRANCE NEVES CARVALHO (ADVOGADO)
MARCIO MORAIS RAMIRES (AGRAVANTE)	NATALIA FRANCE NEVES CARVALHO (ADVOGADO)
ANA CRIS ROQUE RABELO (AGRAVANTE)	NATALIA FRANCE NEVES CARVALHO (ADVOGADO)
VANDETH FELIPE DOS SANTOS (AGRAVANTE)	NATALIA FRANCE NEVES CARVALHO (ADVOGADO)
CARLOS ROBERTO DA SILVA SA (AGRAVANTE)	NATALIA FRANCE NEVES CARVALHO (ADVOGADO)
CLAUDIO CESAR GOMES DE CASTRO (AGRAVANTE)	NATALIA FRANCE NEVES CARVALHO (ADVOGADO)
JOSUE DA SILVA RAMOS (AGRAVANTE)	NATALIA FRANCE NEVES CARVALHO (ADVOGADO)

ROSA COBOS MACEDO (AGRAVANTE)	NATALIA FRANCE NEVES CARVALHO (ADVOGADO)		
TIAGO GUERRA CASTRO (AGRAVANTE)	NATALIA FRANCE NEVES CARVALHO (ADVOGADO)		
DHEYMISON SAMPAIO DE OLIVEIRA (AGRAVANTE)	NATALIA FRANCE NEVES CARVALHO (ADVOGADO)		
SIMONE ROCHA PARENTE (AGRAVANTE)	NATALIA FRANCE NEVES CARVALHO (ADVOGADO)		
FRANCIELE MONTEIRO DA SILVA (AGRAVANTE)	NATALIA FRANCE NEVES CARVALHO (ADVOGADO)		
TAIS CRISTINA RUIZ SAMIAS (AGRAVANTE)	NATALIA FRANCE NEVES CARVALHO (ADVOGADO)		
ACILA BEATRIZ DA SILVA INACIO (AGRAVANTE)	NATALIA FRANCE NEVES CARVALHO (ADVOGADO)		
ANA CLAUDIA MENDES BARROS (AGRAVANTE)	NATALIA FRANCE NEVES CARVALHO (ADVOGADO)		
ROSIANE DOS REIS MOREIRA (AGRAVANTE)	NATALIA FRANCE NEVES CARVALHO (ADVOGADO)		
NAIDE GUEDES MOREIRA (AGRAVANTE)	NATALIA FRANCE NEVES CARVALHO (ADVOGADO)		
MARINEIDE TORQUATRO MACIEL (AGRAVANTE)	NATALIA FRANCE NEVES CARVALHO (ADVOGADO)		
ANALICE DOS REIS MORAIS (AGRAVANTE)	NATALIA FRANCE NEVES CARVALHO (ADVOGADO)		
JULIANA DA SILVA CARVALHO (AGRAVANTE)	NATALIA FRANCE NEVES CARVALHO (ADVOGADO)		
LUCILENE BATISTA DA SILVA (AGRAVANTE)	NATALIA FRANCE NEVES CARVALHO (ADVOGADO)		
MAIKE LEITE FERREIRA (AGRAVANTE)	NATALIA FRANCE NEVES CARVALHO (ADVOGADO)		
ELIDA DEODATO CARDOSO (AGRAVANTE)	NATALIA FRANCE NEVES CARVALHO (ADVOGADO)		
ROSIANE TENAZOR DA SILVA (AGRAVANTE)	NATALIA FRANCE NEVES CARVALHO (ADVOGADO)		
SIRLENE GONCALVES MORAES (AGRAVANTE)	NATALIA FRANCE NEVES CARVALHO (ADVOGADO)		
JACKSON ROCHA PARENTE (AGRAVANTE)	NATALIA FRANCE NEVES CARVALHO (ADVOGADO)		
ELIZABETH MARTINS DE LIMA (AGRAVANTE)	NATALIA FRANCE NEVES CARVALHO (ADVOGADO)		
MARCIO DE SOUZA DA SILVA (AGRAVANTE)	NATALIA FRANCE NEVES CARVALHO (ADVOGADO)		
ELIANE MARTINS DE LIMA (AGRAVANTE)	NATALIA FRANCE NEVES CARVALHO (ADVOGADO)		
FROZIA GERALDO ARAUJO (AGRAVANTE)	NATALIA FRANCE NEVES CARVALHO (ADVOGADO)		
ANTONIO SILVANO OLIMAR (AGRAVANTE)	NATALIA FRANCE NEVES CARVALHO (ADVOGADO)		
ROSIMEIRE LOMAS DA SILVA (AGRAVANTE)	NATALIA FRANCE NEVES CARVALHO (ADVOGADO)		
VANESSA LOPES ALMEIDA (AGRAVANTE)	NATALIA FRANCE NEVES CARVALHO (ADVOGADO)		
NILTON MIRANDA FABR (AGRAVANTE)	NATALIA FRANCE NEVES CARVALHO (ADVOGADO)		
VALDIVINO VELA COSTA GOMES (AGRAVANTE)	NATALIA FRANCE NEVES CARVALHO (ADVOGADO)		
PATRICIA LOMAS OSORIO (AGRAVANTE)	NATALIA FRANCE NEVES CARVALHO (ADVOGADO)		
MILENA MARTINS DOS SANTOS (AGRAVANTE)	NATALIA FRANCE NEVES CARVALHO (ADVOGADO)		
LUIZA VIANA DE AQUINO (AGRAVANTE)	NATALIA FRANCE NEVES CARVALHO (ADVOGADO)		
WILEM MORAIS RAMIRES (AGRAVANTE)	NATALIA FRANCE NEVES CARVALHO (ADVOGADO)		
BARBE RAMOS MOREIRA (AGRAVANTE)	NATALIA FRANCE NEVES CARVALHO (ADVOGADO)		
MARIA JOSE MARQUES DE ALMEIDA (AGRAVANTE)	NATALIA FRANCE NEVES CARVALHO (ADVOGADO)		
FROZER GERALDO ARAUJO (AGRAVANTE)	NATALIA FRANCE NEVES CARVALHO (ADVOGADO)		
KELLY VITOR GOMES (AGRAVANTE)	NATALIA FRANCE NEVES CARVALHO (ADVOGADO)		
ANA PAULA RIBEIRO SALES (AGRAVANTE)	NATALIA FRANCE NEVES CARVALHO (ADVOGADO)		
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCACAO, CIENCIA E TECNOLOGIA DO AMAZONAS (AGRAVADO)			
Documentos			
Id.	Data da Assinatura	Documento	Tipo
10360 2640	15/03/2021 09:26	Decisão	Decisão

AGRAVO DE INSTRUMENTO (202) 1025762-35.2020.4.01.0000**Processo de origem: 1000622-96.2020.4.01.3201**

RELATOR: DESEMBARGADOR FEDERAL SOUZA PRUDENTE

AGRAVANTE: CARLOS LUCIANO ARAUJO DA SILVA E OUTROS
Advogado do(a) AGRAVANTE: NATALIA FRANCE NEVES CARVALHO - BA36873AGRAVADO: INSTITUTO FEDERAL DE EDUCACAO, CIENCIA E TECNOLOGIA DO
AMAZONAS**DECISÃO**

Trata-se de Agravo de Instrumento interposto contra decisão proferida pelo juízo da Vara Federal da Subseção Judiciária de Tabatinga/MG, em que restou deferido, liminarmente, o pedido de reintegração de posse formulado nos autos da ação ajuizada pelo INSTITUTO FEDERAL DE EDUCACAO, CIENCIA E TECNOLOGIA DO AMAZONAS contra CARLOS LUCIANO ARAÚJO DA SILVA e Outros (desconhecidos e em número incerto).

Por decisão datada de 14/08/2020, o eminente Juiz Federal Convocado Ilan Presser deferiu o pedido de antecipação da tutela recursal, nestes termos:

“(…)

Não obstante os fundamentos em que se amparou a decisão agravada, vejo presentes, na espécie, os pressupostos do art. 1019, I, do CPC, a autorizar a concessão da almejada antecipação da tutela recursal, em face da sua natureza eminentemente preventiva. E, por isso, compatível com a tutela cautelar do agravo, manifestada nas letras e na inteligência do referido dispositivo legal, de forma a evitar a desocupação precoce do imóvel descrito na inicial antes mesmo da formação do contraditório. Na demanda vertente, é patente a situação de vulnerabilidade social das famílias ocupantes da referida área, a merecer especial proteção do Estado. Tudo isso resta agravado por força dos nefastos efeitos decorrentes da pandemia da Covid-19 que assola o nosso país. Além disso, o Poder Público deve adotar as medidas cabíveis, visando ao deslocamento das pessoas, e seus bens materiais, que se encontram instaladas na área em referência.

Assim posta a questão e até que se forme o devido contraditório, inclusive, com a realização de audiência de conciliação, visando a alcançar uma solução consensual e cooperativa, afigura-se prudente a suspensão da eficácia da decisão agravada. Evita-se, assim, possíveis, e evitáveis, conflitos de ordem social, notadamente em face da garantia fundamental estampada em nossa Constituição Federal, no sentido de que a família, base da



sociedade, merece especial proteção do estado (CF, art. 226, caput), que deve colocá-la a salvo de qualquer procedimento de crueldade e opressão (CF, art. 227, caput).

Com estas considerações, defiro o pedido de antecipação da tutela recursal formulado na inicial, para sobrestar a eficácia da decisão agravada, até o pronunciamento definitivo da Turma julgadora”.

Regularmente intimado, o instituto recorrido veiculou pedido de reconsideração, destacando que os agravantes teriam conduzido a erro este julgador, porquanto, “ao contrário do que registra a inicial, na área em debate não residem quaisquer famílias. Não é verdade que “cento e trinta a duas famílias ocuparam, em ato popular espontâneo, o terreno” e que, “como pode ser observado nas fotos abaixo, houve uma invasão de pessoas que iniciaram severo processo de degradação ambiental em área reservada a atividades agrícolas e ambientais do IFAM, com mera demarcação de terrenos”. Acrescenta, ainda, que “a medida liminar deferida em 1º grau foi justamente no sentido de vedação a novas intrusões” e que a “sua cassação implica em autorizar que os Agravantes efetivamente se instalem visando uma ocupação permanente, a despeito da violação ao direito de propriedade e da absoluta ausência de infraestrutura urbana para isso. Enfim, sua cassação implica em viabilizar a instalação de mais um assentamento urbano absolutamente precário”.

Examinando o aludido pleito, o eminente Juiz assim se pronunciou:

“(…)

Não obstante os fundamentos veiculados no pedido de reconsideração em referência, não se vislumbram, na espécie, razões suficientes a autorizar à revogação da decisão inicialmente proferida nestes autos.

Inicialmente, impende consignar que, segundo noticiado no mencionado pedido de reconsideração, inexistiriam famílias ocupando a área descrita nos autos. Tal circunstância é incompatível com o pleito formulado nos autos de origem, no sentido de se obter judicialmente a reintegração na posse da mencionada área.

Assim, trata-se, aparentemente, de venire contra factum proprio, pedir a reintegração de posse para depois dizer que não há pessoas ocupando a área. Isso porque, se a área nunca foi ocupada não há sequer lide a ser dirimida pelo Poder Judiciário.

De outra senda, cumpre repisar que a decisão proferida nestes autos, não autoriza que os agravantes invadam qualquer área. A decisão limita-se a suspender a desocupação de áreas ocupadas previamente tão somente até ulterior deliberação judicial.

Ademais, em relação a possíveis novas invasões, é o Instituto quem deve zelar para que não existam novas ocupações em terrenos de sua



propriedade.

Indefero, assim, o pedido de reconsideração em referência.

Durante a instrução processual, o recorrido, mais uma vez, comparece aos autos, veiculando novo pedido de reconsideração, ao argumento de que:

(...)

Após o indeferimento do pedido de reconsideração formulado pelo IFAM nos autos, infelizmente observou-se um agravamento do quadro da invasão, pois os invasores devastaram completamente a área e já começam a levantar barracas de madeira para consolidar, em futuro próximo, a invasão.

Esse quadro de graves ilícitos ambientais levou, inclusive, a que a Secretaria de Meio Ambiente do Município de Tabatinga fizesse relatório pormenorizado sobre o quadro de degradação ambiental provocado pelos invasores, ressaltando que a área se trata de uma área de preservação permanente e que é nascente de um igarapé.

Apesar de a decisão que indeferiu o pedido de reconsideração ter consignado que não se estava autorizando qualquer invasão e que caberia ao IFAM zelar pelo seu patrimônio, a verdade, Excelência, é que sem a rápida intervenção do Judiciário uma importante área que servia de campo de pesquisa do Instituto, além de possuir sensível importância ambiental, será degradada em definitivo e retalhada e dividida entre invasores que não possuem qualquer legítima pretensão sobre o imóvel público de destinação especial.

De outra banda, a alegação de que o IFAM poderia ele mesmo impedir as invasões infelizmente também não é viável, pois são centenas de invasores e apenas a força policial, devidamente autorizada pela Justiça, pode contar o processo de esbulho do imóvel público, bem como fazer cessar os ilícitos ambientais”.

Diante desse contexto fático processual e não obstante os fundamentos lançados nas decisões inicialmente proferidas nestes autos, bem assim, aqueles constantes dos autos de origem, o **decisum** proferido pelo juízo monocrático, em que se assegurou ao suplicante a manutenção da posse da área descrita nos autos, possui natureza manifestamente cautelar, de forma a garantir não apenas o uso da referida para as finalidades acadêmicas da referida instituição de ensino, mas, sobretudo, para prevenir eventuais danos ao meio ambiente, mormente por se tratar de área de proteção permanente, como no caso.

Nesse sentido, confirmam-se os lúcidos fundamentos alinhavados pelo órgão ministerial, **in verbis**:

(...)



4. Inicialmente, cumpre esclarecer e delimitar o objeto desta demanda. Da análise dos autos, entende-se que considerável parte da área localizada ao entorno do IFAM é ocupada irregularmente há anos por famílias de baixa renda que vivem em situação de vulnerabilidade. Todavia, a parte autora reclama a reintegração de imóvel esbulhado recentemente, localizado na porção leste do Instituto, consoante diversas imagens acostadas aos autos. Diferente do aduzido pela defesa, restou elucidado que o autor não pretende a reintegração da área ocupada pelas 132 famílias.

5. Quanto à legitimidade ativa, não há dúvidas de que o bem é titularizado pelo IFAM. Igualmente, o autor demonstrou que o imóvel estava devidamente sinalizado com placas e demarcado com cercas, posteriormente destruídas pelos ocupantes. Registra-se que a direção do IFAM notificou os ocupantes, logo, esses agiram com consciência do caráter ilícito da conduta, o que afasta a boa-fé. Paralelo a isso, há provas de que área é destinada às atividades de campo que integram a grade curricular da instituição, consistentes em práticas agrícolas e ambientais afetas aos cursos técnicos ofertados aos alunos. Sendo assim, o bem é de uso especial, pois utilizado na atividade finalística do Instituto.

6. Para além da violação do direito patrimonial, devidamente demonstrada, há a problemática relativa ao meio ambiente. O imóvel reclamado é área de preservação permanente, e está sendo degradada pelos ocupantes. Consta do relatório fotográfico acostado à inicial que 40.000m² da floresta foram desmatados, aproximadamente

7. Em 31/7/2020 servidores do Juízo Federal da Subseção Judiciária de Tabatinga (AM) e agentes da Polícia Federal realizaram diligência no local. Consoante a certidão ID 292466441, os servidores constataram a destruição da vegetação, inclusive com indícios de queimadas, bem como a delimitação de 120 lotes com placas identificando os seus respectivos "titulares". Na certidão, a equipe retrata a formação de um pequeno acampamento no local, composto por, aproximadamente, 15 barracas improvisadas, o que afasta a caracterização de ocupação consolidada.

8. Diante dos possíveis ilícitos ambientais, no dia 2/9/2020 a Secretaria Municipal de Meio Ambiente realizou visita técnica no imóvel, a qual resultou na elaboração do relatório n. 007/2020. Com a realização da visita, os fiscais identificaram intensa degradação ambiental, ocasionada pela supressão da vegetação e comprometimento do igarapé. As imagens acostadas pela equipe técnica causam perplexidade, ante a devastação da floresta local.

9. Da análise dos fatos e documentos apresentados até esta fase, o Ministério Público Federal entende que a ocupação irregular tem causado significativos prejuízos que ultrapassam a esfera patrimonial. Incontestável a grave lesão ambiental perpetrada e o comprometimento das atividades educacionais desempenhadas pelo IFAM. Como retratado nos autos, há indícios de envolvimento de políticos locais na ocupação. Igualmente, servidores da Subseção Judiciária de Tabatinga (AM) atestaram que alguns



dos pretensos “titulares” dos lotes residem em outros bairros do município e não na área litigiosa. Pelas características atuais do imóvel, é possível concluir pela existência de mero interesse econômico e não social no ato dos ocupantes. Sendo assim, o pleito do autor comporta deferimento.

10. Em face do exposto, o Ministério Público Federal manifesta-se pela procedência da pretensão deduzida pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas.

Com estas considerações, defiro o pedido de reconsideração formulado pelo Instituto recorrido, restando insubsistente a decisão inicialmente proferida nestes autos, e, por conseguinte, restabelecida a eficácia da decisão agravada.

Comunique-se, com urgência, via e-mail, ao juízo monocrático, para fins de ciência e adoção das medidas necessárias ao integral cumprimento do referido **decisum**, na dimensão eficaz do art. 1008 do CPC.

Dê-se vistas à douta Procuradoria Regional da República, na forma regimental.

Publique-se. Intime-se.

Brasília/DF., em 12 de março de 2021.

Desembargador Federal SOUZA PRUDENTE

Relator



APÊNDICES

APÊNDICE A-ENTREVISTA APLICADA AOS PROFESSORES DO ENSINO MÉDIO INTEGRADO DO CAMPUS TABATINGA/IFAM



INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA
DO AMAZONAS –IFAM/CAMPUS MANAUS CENTRO

Programa de Mestrado em Educação Profissional e Tecnológica –
ProfEPT

**Aos Professores do Ensino Médio Integrado do Campus Tabatinga do
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas**

Estimado(a) Senhor(a), gostaríamos de convidá-lo (a) a participar da pesquisa **MEMÓRIAS DO IFAM/CAMPUS TABATINGA: UMA DÉCADA DE PRESENÇA NA REGIÃO DO ALTO SOLIMÕES**, cuja pesquisadora responsável é Denise Targino Villar, orientada pela Professora Dra. Ana Cláudia Ribeiro Souza a ser realizada no Campus Tabatinga do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas. A presente pesquisa pretende narrar a história do IFAM/Campus Tabatinga a partir de fontes documentais, bibliográficas e das memórias dos docentes do Ensino Médio Integrado. Portanto, pedimos sua colaboração nas questões da entrevista e a partir do seu relato e memórias irá nos auxiliar na construção dessa pesquisa, que resultará na dissertação e junto com a mesma o produto educacional que será um e-book sobre as memórias dessa instituição escolar. CONVIDO o (a) senhor(a) a embarcar nessa travessia de narrativas dessa pesquisa.

ENTREVISTA

Perguntas norteadoras

- 1- Como foi a chegada do Instituto Federal do Amazonas/Campus Tabatinga na região? Que obstáculos encontraram (enfrentaram) para sua consolidação?
- 2- Nas suas memórias que momentos marcantes você destaca na história do Campus Tabatinga nos últimos dez anos?
- 3- E na sua atuação profissional no Campus Tabatinga, recorda de situações marcantes, desafiadoras nas suas vivências educacionais?
- 4- Lembra alguma pessoa em especial, algum objeto, fotografia que possa compartilhar conosco que marcou seu momento como profissional dentro da instituição?

Nome do entrevistado

Tabatinga: _____ / _____ /2022

APÊNDICE B-QUESTIONÁRIO APLICADO AOS PROFESSORES DO ENSINO MÉDIO INTEGRADO DO CAMPUS TABATINGA/IFAM



INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA
DO AMAZONAS –IFAM/CAMPUS MANAUS CENTRO

Programa de Mestrado em Educação Profissional e Tecnológica –
ProfEPT

QUESTIONÁRIO

**Aos Professores do Ensino Médio Integrado do Campus Tabatinga do
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas**

Estimado(a) Senhor(a), gostaríamos de convidá-lo (a) a participar da pesquisa **MEMÓRIAS DO IFAM/CAMPUS TABATINGA: UMA DÉCADA DE PRESENÇA NA REGIÃO DO ALTO SOLIMÕES**, cuja pesquisadora responsável é Denise Targino Villar, orientada pela Professora Dra. Ana Cláudia Ribeiro Souza a ser realizada no Campus Tabatinga do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas. A presente pesquisa pretende narrar a história do Campus Tabatinga do Instituto Federal do Amazonas a partir de fontes documentais, bibliográficas e das memórias dos docentes do Ensino Médio Integrado. Portanto, pedimos sua colaboração no preenchimento desse questionário expondo sua visão em relação a instituição citada e sua atuação como profissional da mesma colaborando assim na construção da pesquisa.

IDENTIFICAÇÃO

Nome: _____

Idade: _____

Município de origem

(Nascimento): _____

Formação Profissional: _____

Disciplina que leciona no Ensino Médio Integrado _____

Tempo de trabalho no CAMPUS TABATINGA do Instituto Federal do Amazonas _____

Gênero: () feminino () masculino () outro

1-Para você o que significa ser professor numa Instituição educacional localizada na tríplice fronteira (Brasil, Colômbia e Peru)?

2-Que vantagens e desafios você destaca nas suas vivências em sala de aula no Campus Tabatinga?

3-Na sua percepção, o Campus Tabatinga assume qual importância na cidade de Tabatinga? Como você percebe esta importância? Alguma situação que você recorda que evidencia isso?

4- Quais mudanças históricas o Campus Tabatinga passou nesses últimos dez anos que você pode lembrar? Seja a nível de estrutura física, de trabalhadores da educação, cursos ofertados etc.

5-Você conhece algum projeto do Campus Tabatinga, referente a memória institucional? Sabe de algum projeto de colegas professores que envolve o tema "memória"?

6- Como você vivencia com seus alunos em sala de aula a "formação humana integral" proposta pelas Bases conceituais da Educação Profissional e Tecnológica? Poderia exemplificar com algumas ações realizadas no Campus Tabatinga?

7-Na pandemia do Sars-Covid-2 em 2020, quais foram seus maiores desafios enfrentados no contexto com seus alunos e suas práticas pedagógicas? Algum momento marcante neste contexto que você vivenciou como profissional?

8- Quais os pontos positivos e negativos sobre a forma que o Campus Tabatinga lidou com a questão da pandemia em 2020 com seus alunos e professores?

9- Que medidas foram tomadas no Campus Tabatinga para se adequar ao momento vivido tão particular a nível educacional em 2020 durante na Pandemia do Sars-Covid- 2?

6) Aproveite para dar sugestões sobre a exposição.

APÊNDICE D- TABELAS DO PERFIL DOS AVALIADORES E RESPECTIVAS REPOSTAS NA AVALIAÇÃO DO PRODUTO EDUCACIONAL

Tabela 1 -Informações do Perfil dos Avaliadores do Produto Educacional

Identificação	Idade	Ocupação
AV1	46	Professor de Ensino Básico Técnico e Tecnológico do Instituto Federal do Amazonas /Campus Tabatinga
AV2	51	Professora de Ensino Básico Técnico e Tecnológico do Instituto Federal do Amazonas /Campus Tabatinga
AV3	38	Professor de Ensino Básico Técnico e Tecnológico do Instituto Federal do Amazonas /Campus Tabatinga
AV4	33	Professor de Ensino Básico Técnico e Tecnológico do Instituto Federal do Amazonas /Campus Tabatinga
AV5	33	Professor de Ensino Básico Técnico e Tecnológico do Instituto Federal do Amazonas /Campus Tabatinga
AV6	43	Professora da Secretaria de Estado de Educação do Amazonas (SEDUC-AM)
AV7	49	TAE/Campus Tabatinga -IFAM
AV8	47	TAE-Técnico administrativo -Campus Tabatinga-IFAM
AV9	49	Professora da Secretaria de Estado de Educação do Amazonas (SEDUC-AM)
AV10	16	Estudante/Campus Tabatinga-IFAM
AV11	31	Estudante da Rede Estadual de Educação do Amazonas (SEDUC-AM)
AV12	36	Merendeira
AV13	29	Manicure
AV14	28	Auxiliar de Limpeza /Campus Tabatinga-IFAM
AV15	18	Estudante/Campus Tabatinga-IFAM

AV16	19	Estudante/Campus Tabatinga-IFAM
AV17	34	Estudante da Rede Estadual de Educação do Amazonas (SEDUC-AM)
AV18	15	Estudante/Campus Tabatinga-IFAM
AV19	17	Estudante/Campus Tabatinga-IFAM
AV20	16	Estudante/Campus Tabatinga-IFAM
AV21	34	Professor de Ensino Básico Técnico e Tecnológico do Instituto Federal do Amazonas /Campus Tabatinga
AV22	36	Radialista
AV23	36	Mototáxi
AV24	37	Professor da Secretaria de Estado de Educação do Amazonas (SEDUC-AM)
AV25	32	Professora da Secretaria de Estado de Educação do Amazonas (SEDUC-AM)
AV26	45	Professora da Secretaria de Estado de Educação do Amazonas (SEDUC-AM)
AV27	23	Estudante/Campus Tabatinga-IFAM

Fonte: Villar, 2022

Tabela 2- referentes à questão 5

Participantes	Este Produto Educacional é relevante na divulgação da história do Campus Tabatinga/IFAM e sua importância na região do Alto Solimões? Por quê?
AV1	Não respondeu
AV2	Por meio da exposição a comunidade tem oportunidade de conhecer a Campus e reconhecer o papel da educação profissional na região do Alto Solimões.

AV3	O trabalho assim como o rio, carrega vida
AV4	A forma de divulgação em tela que pode ser molhada, facilmente dobrável, facilita o transporte e a ênfase às atividades de extensão são muito importantes para divulgação do Campus.
AV5	O repasse do conhecimento para além das linhas escritas é um rico recurso de oportunizar o conhecimento a variados atores sociais, independente do seu grau de escolaridade.
AV6	Por que é uma instituição de ensino importante na nossa região da tríplice fronteira, que recebe todos os estudantes das escolas públicas de ensino, que irão atuar em vários cursos fornecidos pela referida instituição e a divulgação da história do Campus é importante porque incentiva os discentes no interesse do aprendizado da instituição.
AV7	Existe a história oficial e não oficial. Dessa maneira a visão externa complementa a visão interna /institucional.
AV8	Por que dá mais visibilidade ao instituto em que resultou a construção quanto às atividades desenvolvidas no Campus.
AV9	Sua relevância se dá pelo fato de nos aprofundarmos na história da instituição e propagar a importância que o instituto tem pra nossa região e nossa cidade de Tabatinga.
AV10	É de grande importância sim, pois antigamente as pessoas tinham que mudar de cidade, então a chegada favoreceu muito a formação, mais acessível.
AV11	Muito importante a divulgação e informação do Campus, para ver como a ida e voltando, avançando e melhorando o que o IFAM nos oferece como estudante.

AV12	É de suma importância por dispor de cursos voltados para a região.
AV13	Por que traz informações importantes na qual eram desconhecidas. Eu não conhecia praticamente nada do IFAM. Às vezes a gente fala o IFAM, mas a gente não conhece as funções lá dentro, o que acontece, por exemplo, os alunos, eles passam o dia todo aprendendo, eles se enchem de informações. E a gente tem esse conhecimento agora, abre muito a nossa mente. Podemos falar para nossos filhos, por exemplo, eu sonho muito que ele vá para o IFAM. Gostaria que ele fosse aprender, entrar lá e aprender muitas coisas, estudar o meio ambiente, por exemplo, tem cursos que eles saem como técnico. Tem muitas coisas que a gente desconhece deles.
AV14	O IFAM é uma das instituições importantíssimas no Alto Solimões, pela capacidade de formar grandes estudantes capacitados para o futuro e direcionado para aquilo que deseja exercer na sua vida profissional, e sobretudo como grandes cidadãos.
AV15	Este produto é de fácil entendimento por causa das imagens mostradas.
AV16	Por despertar curiosidade e expandir conhecimento estendido.
AV17	Achei muito importante por que através das imagens vi um trabalho muito bonito.
AV18	Para que os discentes, servidores e as pessoas possam conhecer mais sobre o instituto e o qual ele é importante para a educação do Alto Solimões.
AV19	É uma criativa forma de compilar fatos marcantes da história do IFAM e contar sobre esses fatos e as contribuições locais do IFAM.

AV20	Embora já conhecesse a história do Campus, conhecia de forma incompleta e com as fotografias é possível ver essa mudança de forma mais clara.
AV21	Como a Mostra trata dos dez anos iniciais do Campus, isso traz à tona a essência de construção da sua identidade, possibilitando à comunidade de conhecer as atividades realizadas por meio da colaboração de todos: ensino, pesquisa e extensão.
AV22	Por que tivemos a oportunidade de conhecer o início do órgão, como surgiu em nossa cidade.
AV23	Por meio da divulgação podemos conhecer os trabalhos das pessoas que trabalham no IFAM.
AV24	Traz conhecimento acerca da história do Campus, ação pedagógica para a comunidade escolar.
AV25	Porque contribui de forma significativa na divulgação desta história no aspecto social e educacional.
AV26	Com certeza é muito importante, tendo em vista que muitos não têm conhecimento como funcionam os trabalhos dentro do Campus TBT. Já nas aulas práticas e teóricas foram muito importantes e criativas.
AV27	É importante a Instituição por nos proporcionar vários cursos e que podemos levar conosco para a vida toda

Fonte: Villar, 2022

Tabela 3 -Referente a questão 6

Participantes	Aproveite para dar sugestões sobre a exposição
AV1	Dentro das possibilidades, seria interessante mostrar através das fotografias as ações dos cursos existentes (ofertados pelo Campus). Agregar todos os cursos em suas especificidades.

AV2	Imersão de mais fotos. Fotos dos cursos, das formaturas etc., fotos da comunidade.
AV3	Parabenizo a mestranda pela excelente apresentação do trabalho de pesquisa, demonstrou propriedade e sapiência. Há uma riqueza de detalhes. O trabalho emociona e sensibiliza quem vê e ouve. Há pluralidade na exposição. Atende satisfatoriamente a todos os grupos étnicos do Alto Solimões. Parabéns!
AV4	Talvez, pudesse ser incluída uma caixa de som com um fundo musical para chamar mais a atenção das pessoas que passassem pela exposição.
AV5	Não respondeu
AV6	Está ótimo e bem explicado as imagens.
AV7	Fundo musical, Powerpoint com flashes de fotos, depoimentos, arquivos, tipo documentário. Trazer alunos e egressos para dar depoimentos, e ainda comunidade externa (olhar do outro).
AV8	Só indico que os "banners" fiquem melhor expostos de modo a facilitar a visualização.
AV9	Acredito que seria muito importante, expor mais eventos realizados na instituição, assim como a importância do instituto na formação dos discentes para ingressar em uma Universidade.
AV10	Muito boa, principalmente na exposição de imagens e na maquete do barco que chamou a atenção, assim me atraindo para conhecer o trabalho.
AV11	Não respondeu
AV12	Não respondeu

AV13	<p>Eu achei super informativo traz mais informações que a gente vai conhecendo o quanto do processo durante os dez anos que passam e em 2020, um não muito difícil pra gente, pra eles professores que ensinam lá. Foi um desafio grande enfrentar com os alunos, tantos projetos que tinham que ser adiados.</p> <p>Ajuda como é o dia a dia lá dentro, as práticas, como eles colocam as matérias em prática, que eles têm a teoria, levam na prática. eles têm mais contato com a natureza, que colocam as ideias. Criam mais valor sobre a terra, o cuidado, o quanto é importante para gente, pro planeta. Esse aprendizado todo é um conjunto.</p>
AV14	<p>A exposição em si é ótima, bem pensada, curiosa, a história é normalmente do direcionamento e valorização de qualquer ocupação. Talvez, (falte) tenha faltado mais suporte para ser mais aproximada, mas está ótima.</p>
AV15	<p>Poderia haver mais imagens das atividades dos discentes.</p>
AV16	<p>Achei renovador a maneira de como ela transmitiu nas fotografias e no “pano”, sustentável e prático, bom para o meio ambiente.</p>
AV17	<p>Achei muito importante porque através dela, viajei um pouco nas imagens e relembrei um pouco do que vivi quando morava na comunidade. E os trabalhos feitos pelos alunos achei muito importante.</p>
AV18	<p>A forma como ela falou com facilidade, buscando um jeito melhor de passar isso aos discentes. A maneira sustentável e duradoura onde ela quis mostrar as fotografias.</p>
AV19	<p>Seria interessante alternar as fotos expostas e/ou apresentar mais fotos.</p>

AV20	Não opinou
AV21	Minha sugestão recai sobre o que já está sendo realizado que é a divulgação do belíssimo trabalho, no entanto desejo que esse produto em algum momento se una a momentos de divulgação do Campus para a comunidade local.
AV22	Realizar outros projetos, com outros órgãos da nossa cidade igual o projeto do IFAM TBT.
AV23	Não respondeu
AV24	Muita boa
AV25	Pelo material que foi apresentado, fiquei satisfeito com a proposta e com o produto exposto.
AV26	A exposição foi muito bem organizada, um material prático e atrativo. A professora responsável pelo trabalho foi excelente em seus argumentos.
AV27	Importante

Fonte: Villar, 2022

